

Situação Social Brasileira

monitoramento das condições de vida 1

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro

Fábio Monteiro Vaz



Situação Social Brasileira

**monitoramento das
condições de vida 1**

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Situação Social Brasileira

monitoramento das
condições de vida 1

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro
Fábio Monteiro Vaz

ipea

Brasília, 2011

Situação social brasileira : monitoramento das condições de vida 1/
organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Fábio Monteiro Vaz. –
Brasília : Ipea, 2011.
283 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-086-4

1. Política Social. 2. Desigualdade Social. 3. Mudança Social.
3. Pesquisas de Domicílio. 4. Mercado de Trabalho. 5. Brasil. I. Castro,
Jorge Abrahão de. II. Vaz, Fábio Monteiro. III. Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada.

CDD 361.610981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

CAPÍTULO 1

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2008	11
Ana Amélia Camarano e Solange Kanso	

CAPÍTULO 2

MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS	33
Frederico A. Barbosa da Silva e Herton Araújo	

CAPÍTULO 3

SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL	41
Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça e Andrezza Rosalém	

CAPÍTULO 4

DESIGUALDADE DE RENDA	65
Sergei Soares	

CAPÍTULO 5

O EFEITO DA DESIGUALDADE REGIONAL NA DESIGUALDADE RACIAL	75
Rafael Guerreiro Osorio e Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza	

CAPÍTULO 6

MUDANÇA SOCIAL RECENTE NO BRASIL	91
Marcio Pochmann	

CAPÍTULO 7

O RURAL NA PNAD 2008	113
Alexandre Arbex Valadares, Antonio Teixeira Lima Junior, Brancolina Ferreira e Fábio Alves	

CAPÍTULO 8

EVOLUÇÃO E DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	139
Jorge Abrahão de Castro	

CAPÍTULO 9

SITUAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE OS DADOS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO DA PNAD 2008	159
Joana Mostafa e Carla Coelho de Andrade	

CAPÍTULO 10

PREVIDÊNCIA: O QUE NOS MOSTRAM OS DADOS DA PNAD 2008	179
Leonardo Alves Rangel, Maria Paula Gomes dos Santos e Jhonatan Ferreira	

CAPÍTULO 11

SAÚDE E RENDA NO BRASIL: ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE A PARTIR DE DADOS DO SUPLEMENTO SAÚDE DA PNAD 2008	191
Leila Posenato Garcia, Matheus Stivali e Lúcia Rolim Santana	

CAPÍTULO 12

MERCADO DE TRABALHO 213
Carlos Henrique Leite Corseuil, Lauro Ramos, Luana Furtado e Marina Aguas

CAPÍTULO 13

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CULTURAL: 2002-2008..... 229
Frederico A. Barbosa da Silva

CAPÍTULO 14

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 245
Natália Fontoura e Alinne Bonetti

CAPÍTULO 15

CONDIÇÕES DE VIDA: QUALIDADE DOS DOMICÍLIOS E ACESSO A BENS – 1998-2008 263
Rafael Guerreiro Osorio e Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

NOTAS BIOGRÁFICAS 277

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma das maiores e mais importantes pesquisas de abrangência nacional realizadas no país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tem grande relevância para o desenvolvimento de estudos e políticas públicas na área social devido, principalmente, à vastidão de temas que aborda, que vão desde os dados da situação demográfica, cultural, educacional e do mercado de trabalho até as condições de vida da população.

No decorrer dos anos, o Ipea, assim como diversas outras instituições de pesquisa e ensino, tem utilizado vastamente esse poderoso material. Em nosso caso, essa pesquisa é um elemento fundamental para nos auxiliar a desenvolver nossa missão de “Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”.

Este livro dá continuidade ao esforço dos técnicos da casa, que desde os primeiros momentos da publicação dos dados produziram análises que foram apresentadas em documentos com a grife *Comunicados do Ipea* e amplamente divulgadas para toda a população – como já foi feito na PNAD 2007. Logicamente, os comunicados cumpriram o papel de informar rapidamente os achados que pudemos perceber nas análises realizadas. No entanto, entendemos que seria importante registrar esses trabalhos fazendo uma publicação com textos mais apurados e mais detalhes analíticos sobre os temas apresentados, bem como com a apresentação de outros temas que haviam ficado de fora dos comunicados.

Entretanto, é importante salientar que, devido à grande possibilidade que a PNAD permite, alguns temas relevantes não foram abordados nesta edição, como o saneamento básico – este tema constou da publicação anterior, *Situação social brasileira 2007* –, entre outros. Estas faltas são devidas muitas vezes à não disponibilidade de suporte analítico e também à falta de tempo de nossos técnicos para sua realização. Esperamos não deixar de incluí-los em uma próxima edição.

Esta publicação será composta de 15 capítulos, detalhados a seguir.

Os dados e as informações produzidas a partir da PNAD 2008 confirmam a desaceleração no ritmo do crescimento da população desde a década de 1970. Mudanças significativas na estrutura etária da população, como seu envelhecimento, e também as tendências da dinâmica demográfica brasileira serão tratadas no capítulo 1, *Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2008*.

O capítulo 2, *Migrações interestaduais: principais tendências*, tem como objetivo apresentar dados recentes que caracterizam os fenômenos migratórios no

Brasil. O pressuposto é que os processos migratórios têm profundos impactos nas qualidades dos aglomerados urbanos, que sofrem pressões em termos habitacionais, de transportes e de serviços públicos, tais quais saúde e educação. Um dos fatos estilizados que chama atenção é que o contingente de migrantes interestaduais, que desde 2001 girava em torno de 4,6 milhões de pessoas, passou em 2007 a um patamar de 3,3 milhões, e a PNAD 2008 mantém esse patamar.

No capítulo 3, *Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil*, são abordadas as questões fundamentais da pobreza no país e sua evolução recente, com o declínio dos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Utilizando-se de séries históricas dos principais indicadores de desigualdade de renda, mostra-se que a queda na desigualdade ocorrida nos últimos anos é bastante acentuada.

Os dados da PNAD 2008 trouxeram boas notícias no que se refere à distribuição de renda no país, o que mostra o capítulo 4, *Desigualdade de renda*, apesar de o Brasil ainda continuar sendo um dos países mais desiguais do mundo. O Índice de Gini continua caindo e está havendo aumento da renda de todos os centésimos, mas a renda média dos mais pobres ainda é muita baixa. Além disso, os resultados apresentados confirmam a importância das transferências governamentais e do salário mínimo.

O capítulo 5, *O efeito da desigualdade regional na desigualdade racial*, tem como objetivo avaliar a contribuição da desigualdade regional para a desigualdade racial. Um dos resultados mais importantes do trabalho é que a desigualdade entre os níveis de desenvolvimento econômico das regiões, conjugada às variações de composição racial, é responsável por cerca de um terço da diferença entre as rendas médias nacionais de negros e brancos.

O capítulo 6, *Mudança social recente no Brasil*, destaca as principais alterações na estrutura social do país. O texto associa as mudanças recentes com a retomada expansionista da produção e, conseqüentemente, do emprego, combinadas com a reorientação das políticas públicas. Conclui que houve mobilidade social ascendente, no entanto esta não ocorreu de forma homogênea entre faixas etárias, sexo, ocupação, condição de moradia, cor/raça e região.

No capítulo 7, *O rural na PNAD 2008*, procura-se compreender as condições de vida e trabalho no campo; além disso, busca-se estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade. Os dados permitiram constatar a baixa escolaridade, as precárias condições de moradia e os reduzidos níveis de renda e remuneração do trabalho das famílias residentes no meio rural.

O capítulo 8, *Evolução e desigualdade na educação brasileira*, traça um quadro da educação que pode ajudar a formulação e a implementação de

políticas públicas. Por exemplo, constata-se que prossegue a queda na taxa de analfabetismo, mas que esta ainda persiste elevada entre adultos e idosos, salientando os problemas atuais de insuficiente cobertura dos programas de alfabetização de adultos.

Um breve panorama das questões vividas de forma diversificada e desigual entre os jovens brasileiros, segundo origem social, sexo, raça e níveis de pobreza, nas regiões do país, é apresentado no capítulo 9, *Situação dos jovens brasileiros: uma análise sobre os dados de educação e trabalho da PNAD 2008*.

O capítulo 10, *Previdência: o que nos mostram os dados da PNAD 2008*, busca entender as variações dos dados e das informações previdenciários, visando colaborar com o debate público sobre o papel da Previdência Social, principalmente no que diz respeito às questões relativas à cobertura e ao papel desta na redução da pobreza e seu efeito distributivo. Conclui-se que as políticas previdenciárias têm impacto importante na queda da pobreza e da desigualdade.

O capítulo 11, *Saúde e renda no Brasil: análise da dimensão econômica das desigualdades em saúde a partir de dados do Suplemento Saúde da PNAD 2008*, mensura e discute as correlações entre a desigualdade de renda e as desigualdades em saúde. O estudo confirma a existência de distâncias consideráveis entre os estratos mais ricos e mais pobres da população, no que diz respeito à utilização de determinados serviços de saúde e ao desenvolvimento de diversas doenças.

No capítulo 12, *Mercado de trabalho*, foi analisado o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, em 2008, conforme dados da PNAD, referenciando-o no contexto ao longo desta década. Os dados e as informações obtidas mostraram que o mercado de trabalho teve comportamento positivo, com crescimento do emprego e da renda, dando sequência à tendência dos anos mais recentes.

O comportamento do mercado de trabalho cultural é tratado no capítulo 13, *Evolução do mercado de trabalho cultural: 2002-2008*. Os resultados obtidos mostram que este segmento seguiu o comportamento do mercado de trabalho em geral, mas mostra, também, a importância deste segmento no dinamismo do mercado de trabalho.

Além disso, no capítulo 14, *Trabalho doméstico remunerado e as desigualdades de gênero e raça no Brasil contemporâneo*, mostra-se que essa ocupação agrega o maior contingente de trabalhadoras brasileiras e confirma que a grande maioria é formada por mulheres negras. Conclui-se que a reconfiguração do trabalho doméstico representaria um grande passo em direção a mais igualdade de gênero e racial e justiça social.

Por último, tomando como base os dados da PNAD, foi desenvolvida uma análise no capítulo 15, *Condições de vida: qualidade dos domicílios e acesso a bens – 1998-2008*, em que foram analisados alguns aspectos das condições de vida das famílias brasileiras, tais como o acesso a saneamento básico, domicílios de boa qualidade e bens de consumo duráveis. Concluiu-se que o acesso ao conjunto de bens intermediários, de bens de consumo, foi o que mais se expandiu e des-concentrou, enquanto o conjunto completo de bens de consumo duráveis ainda atinge um público restrito e apresenta níveis altos de concentração.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

Diretoria Colegiada

Fernando Ferreira
João Sicsú
Jorge Abrahão de Castro
José Celso Pereira Cardoso Júnior
Liana Maria da Frota Carleial
Márcio Wohlers de Almeida
Mário Lisboa Theodoro

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2008

Ana Amélia Camarano*

Solange Kanso**

1 INTRODUÇÃO

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2008 confirmam a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da população e mudanças expressivas em sua estrutura etária – como o seu envelhecimento, por exemplo.

A população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento no período 1950-1970: em torno de 3% ao ano.¹ A partir daí, estas taxas passaram a experimentar forte declínio, como resultado de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 1960. Tal redução mais do que compensou a queda da mortalidade em curso, verificada no país desde o fim da Segunda Guerra. Estima-se para esta década uma taxa média de 1% ao ano – um terço da observada para o período 1950-1970.

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, e passou a representar 11,1% em 2008. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para aproximadamente 20 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e percentuais. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas.

O presente trabalho incorpora os dados coletados pela PNAD 2008 nas análises previamente feitas no que diz respeito às tendências da dinâmica demográfica brasileira, especificamente da fecundidade, e aponta algumas perspectivas futuras

* Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea e coordenadora de população e cidadania da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

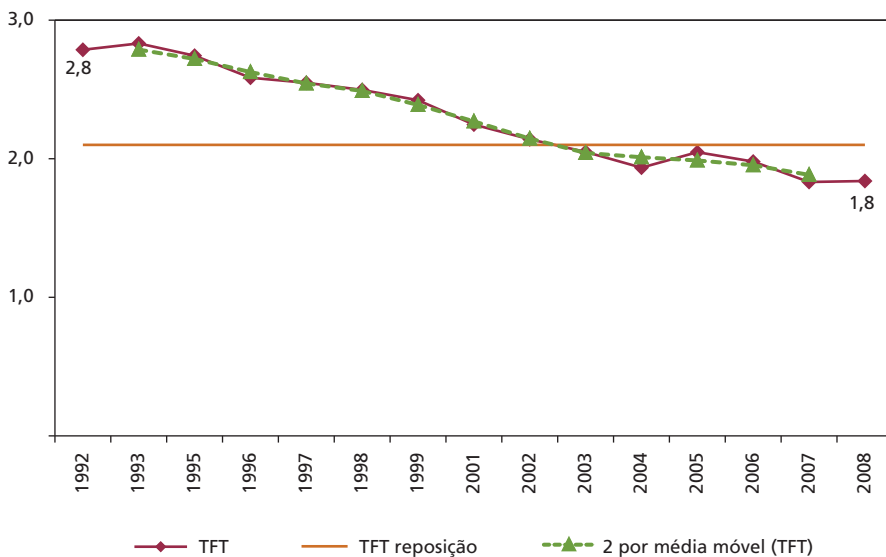
1. Isto é, considerando-se o período para o qual existem dados. Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2009) e Ipea (2006, capítulo 2).

para a população brasileira.² O texto está organizado em seis seções, sendo a seção 1 esta introdução. A seção 2 apresenta o comportamento recente da dinâmica populacional e uma projeção populacional para o período 2000-2040 e a seção 3 descreve as tendências recentes da fecundidade. A seção 4 apresenta as mudanças nos arranjos familiares e o papel da mulher, a seção 5 aponta algumas consequências do envelhecimento populacional e, por fim, algumas considerações sobre os resultados são tecidas na seção 6.

2 TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Os resultados da PNAD 2008 mostram a continuação da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo dos de reposição: 1,8 filhos por mulher (gráfico 1). Essa queda iniciou-se na segunda metade dos anos 1960 e está resultando em uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na estrutura etária desta população. Esta poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma população super envelhecida, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão etc. (gráfico 2).

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total – Brasil, 1992-2008

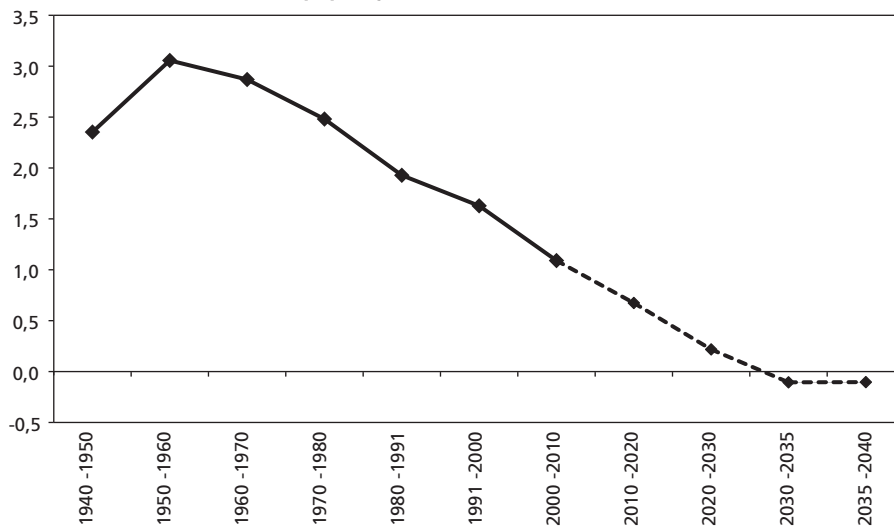


Fontes: PNADs/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Obs.: A PNAD não foi realizada no ano de 1994 devido à problemas orçamentários e em 2000, por ser ano censitário.

2. Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2009).

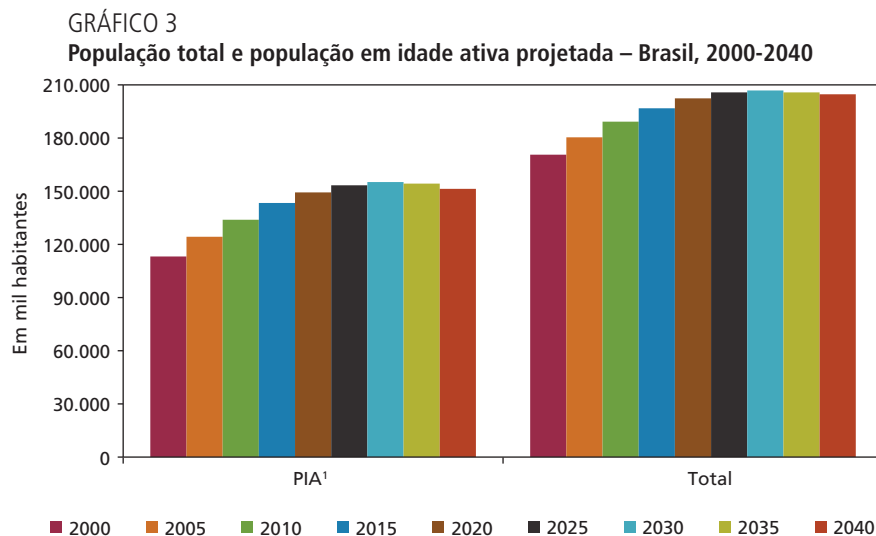
GRÁFICO 2
Taxa de crescimento da população brasileira – 1940-2040



Fontes: Censos demográficos/IBGE e Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)/Ministério da Saúde (MS).
Elaboração das autoras.

Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, projetou-se que a população brasileira poderá atingir o seu máximo em 2030, com um contingente de, aproximadamente, 206,8 milhões.³ Espera-se para 2040 um contingente menor, 204,7 milhões (gráfico 3). Este contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI. Ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

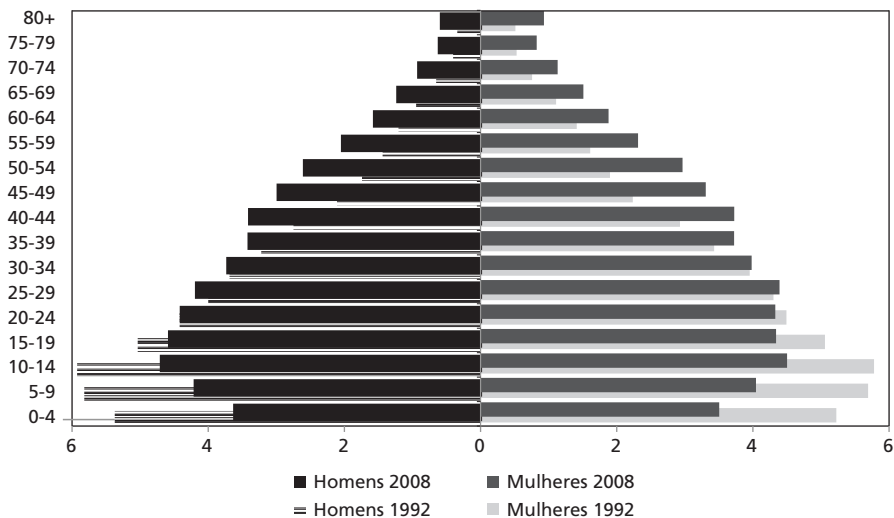
3. Para detalhes sobre a projeção mencionada, consulte Camarano e Kanso (2009).



A alta velocidade da queda da fecundidade e da mortalidade acarreta mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e, também, na distribuição etária e na oferta de força de trabalho, entre outras. A mudança mais importante ocorrida nos últimos anos foi o envelhecimento populacional, ou seja, uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Pode-se observar no gráfico 4 que a população menor de 15 anos que fora responsável por 33,8% da população total, em 1992, passou a constituir 24,5% desta população, em 2008. Por outro lado, a população idosa que respondia por 7,9% da população brasileira passou a responder por 11,1%.⁴ A população em idade ativa também aumentou sua participação, tendo passado de 58,3% para 64,3%. Mas, também, envelheceu.

4. Por população idosa considerou-se a população de 60 anos e mais, como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

GRÁFICO 4
Distribuição etária da população – Brasil, 1992 e 2008

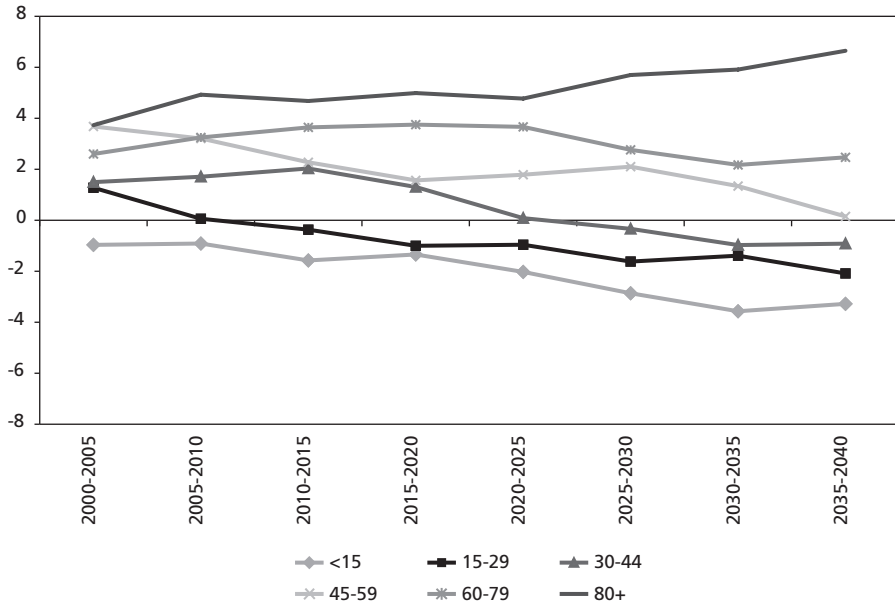


Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica em uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos e mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004). A sua participação na população brasileira passou de 0,9% para 1,5%, entre 1992 e 2008. Embora o percentual seja baixo, fala-se de 2,8 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso; aumenta a demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde; e requer pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo.

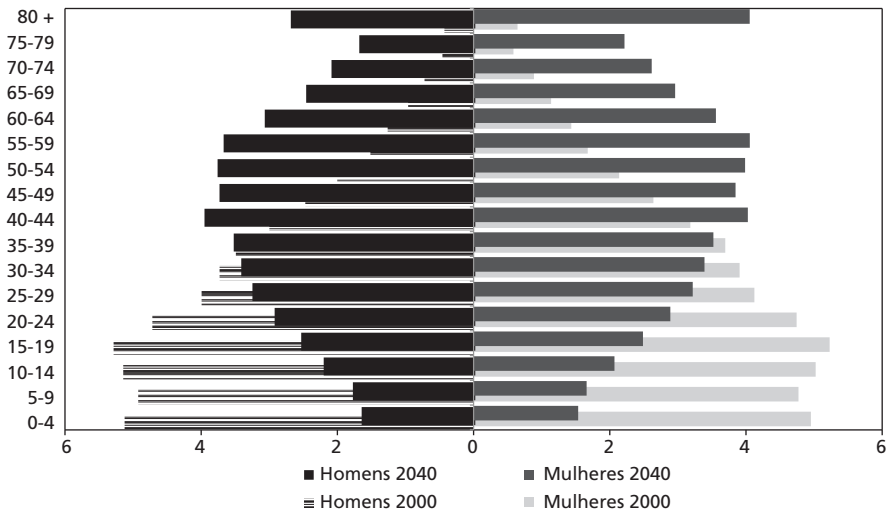
As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de acelerado envelhecimento populacional, como mostrado no gráfico 5. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento, aqueles com idade abaixo de 30 anos, e continuarão a experimentar, e outros passarão a experimentar ao longo do período da projeção. A partir de 2030, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo serão os com idade superior a 45 anos (gráfico 6).

GRÁFICO 5
Taxa de crescimento por grupo etário – Brasil, 2000-2040



Fontes: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000/IBGE e SIM/MS.
Elaboração das autoras.

GRÁFICO 6
Distribuição etária da população por sexo – Brasil, 2000 e 2040



Fontes: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000/IBGE e SIM/MS.
Elaboração das autoras.

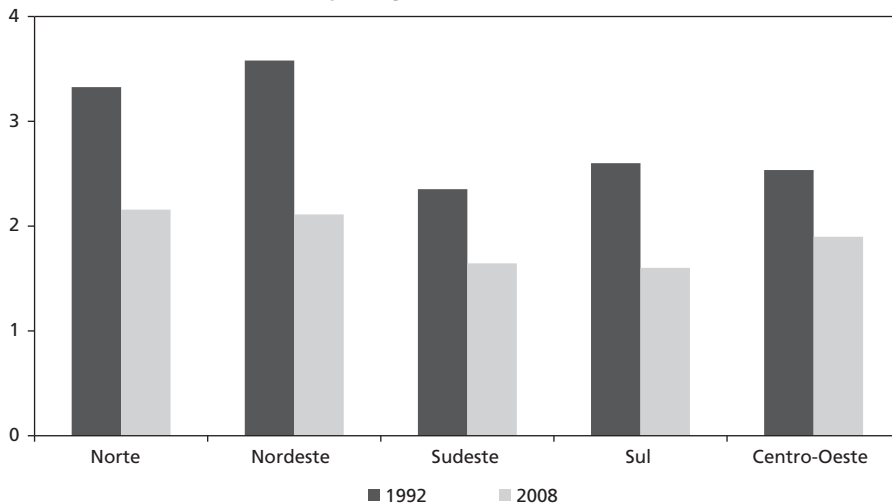
Com relação à população em idade ativa, considerada como a de 15 anos e mais, como mostrado no gráfico 3, esta também crescerá até 2030 e, a partir daí, deverá diminuir. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo em 2000 e espera-se que decline substancialmente, a partir de 2010. Espera-se que a participação relativa da PIA adulta (30-44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2040, mas com acréscimo em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá experimentar um aumento tanto em valores absolutos quanto em sua participação no total da população. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 56,3% da futura população em idade ativa.

3 DESIGUALDADES NA FECUNDIDADE

Embora a fecundidade tenha caído em todas as regiões do país, em todos os grupos sociais, isto ocorreu de forma diferenciada. O primeiro diferencial considerado foi o por regiões, como mostra o gráfico 7. Este compara a taxa de fecundidade total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2008. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2008, na Norte. No entanto, embora esta taxa seja a mais alta, já atingiu o nível de reposição. Em ambos os anos, a taxa mais baixa foi observada na região Sudeste, sendo que no último ano o valor alcançado foi de 1,6 filhos, muito próximo ao valor observado para a região Sul. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filhos a mais que uma residente na região Sudeste. Este diferencial caiu para 0,5 filho em 2008. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,6. Sumarizando, a fecundidade de todas as regiões brasileiras já atingiu os níveis de reposição.

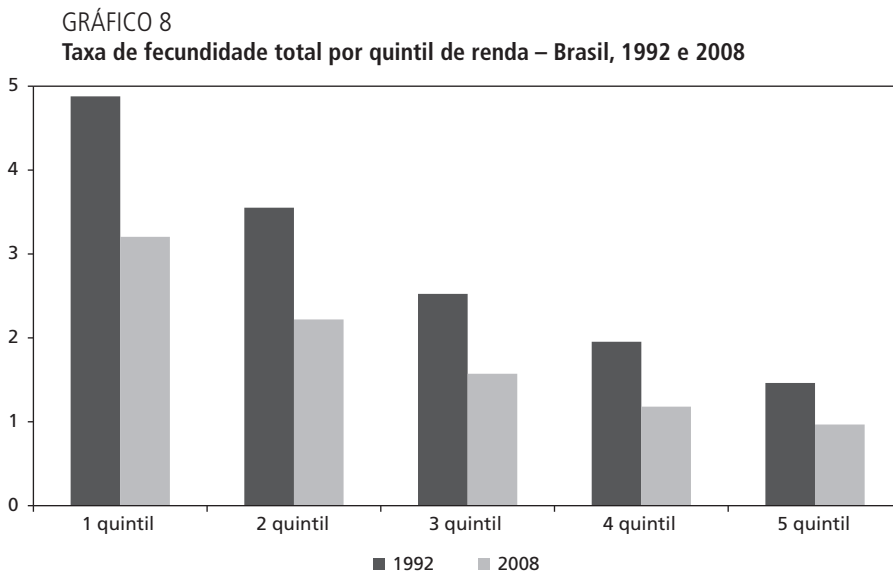
GRÁFICO 7

Taxa de fecundidade total por regiões – Brasil, 1992 e 2008



Fontes: PNADs 1992 e 2008/IBGE.

O segundo diferencial considerado foi o por nível de renda familiar, o que está mostrado no gráfico 8. Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas estes diferenciais também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, era de 3,4 a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial reduziu-se para 2,2 em 2008. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, mais baixas que as de países como Itália, Espanha e Japão (1 e 1,3 filhos por mulher).

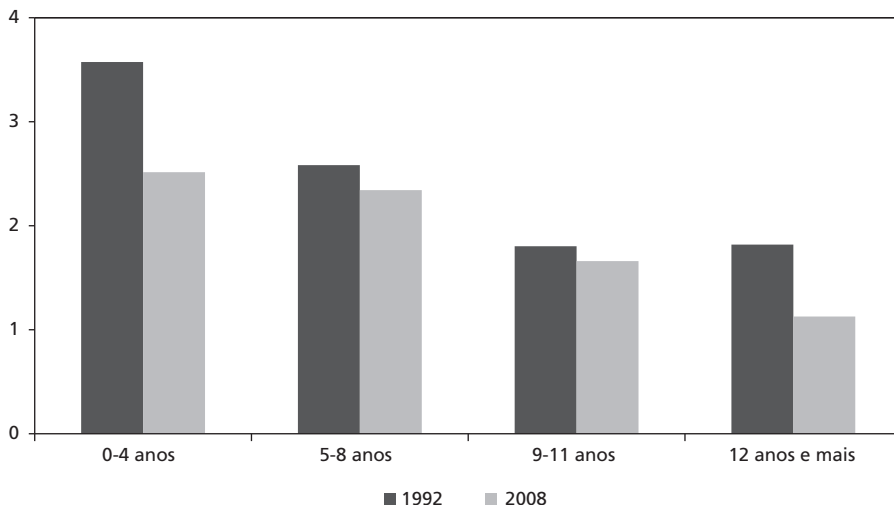


Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

O último diferencial considerado foi por anos de estudo. Como no caso da renda, maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade muito baixa, o que está mostrado no gráfico 9. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos considerados. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,8 filhos a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2008, esse diferencial se reduziu para 1,4. A maior redução foi observada entre as mulheres com a maior e a menor escolaridade. A fecundidade destas atingiu valores muito semelhantes às das de renda mais alta, 1,1 filhos por mulher.

GRÁFICO 9

Taxa de fecundidade total por grupos de anos de estudo – Brasil, 1992 e 2008

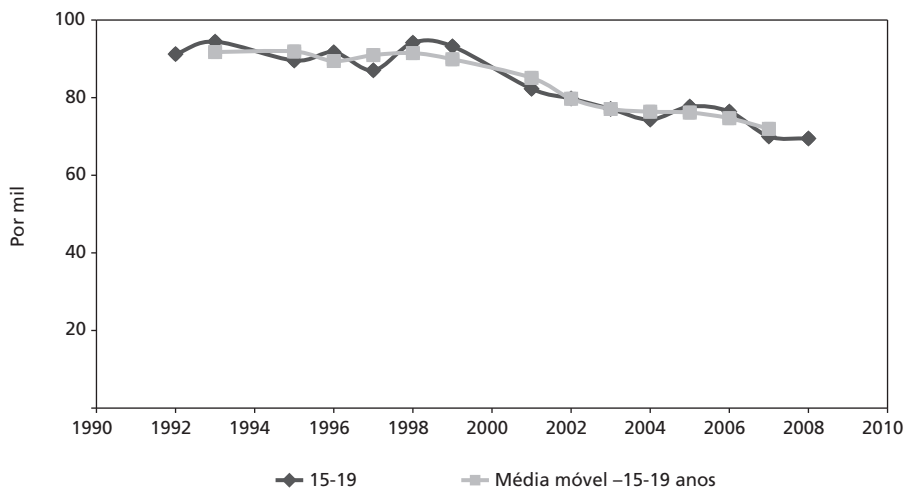


Fontes: PNADs 1992 e 2008/IBGE.

3.1 A fecundidade na adolescência

A queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idade, inclusive entre as mulheres de 15 a 19 anos. Na verdade, a tendência foi de aumento até o final da década passada. Desde 2000, esse processo foi revertido. Em 1992, para cada 1 mil adolescentes, observou-se 91 filhos nascidos vivos. Em 2008, esta taxa se reduziu a 68 filhos nascidos vivos por 1 mil (gráfico 10). O aumento da fecundidade na adolescência é uma das consequências das mudanças na família, que serão discutidas posteriormente: a dissociação da sexualidade do casamento.

GRÁFICO 10
Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos – Brasil, 1992-2008



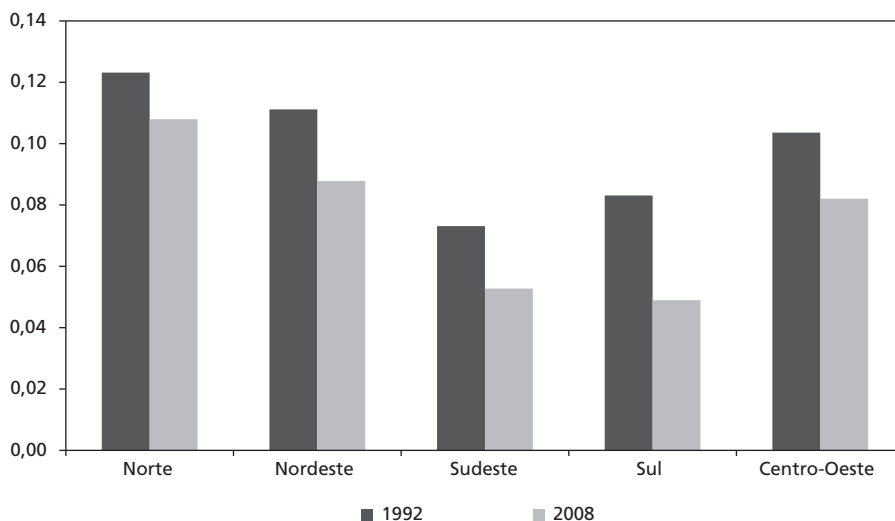
Fontes: PNADs 1992-2008/IBGE.

Obs.: A PNAD não foi realizada no ano de 1994 devido à problemas orçamentários e em 2000, por ser ano censitário.

A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do país, como se pode ver no gráfico 11, que compara 1992 com 2008. Os maiores decréscimos foram observados nas regiões Sul e Nordeste. Nos dois anos considerados, a fecundidade mais elevada foi observada na região Norte e a mais baixa na Sul. O diferencial entre as regiões diminuiu no período considerado.

GRÁFICO 11

Taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos, segundo as regiões – Brasil, 1992 e 2008

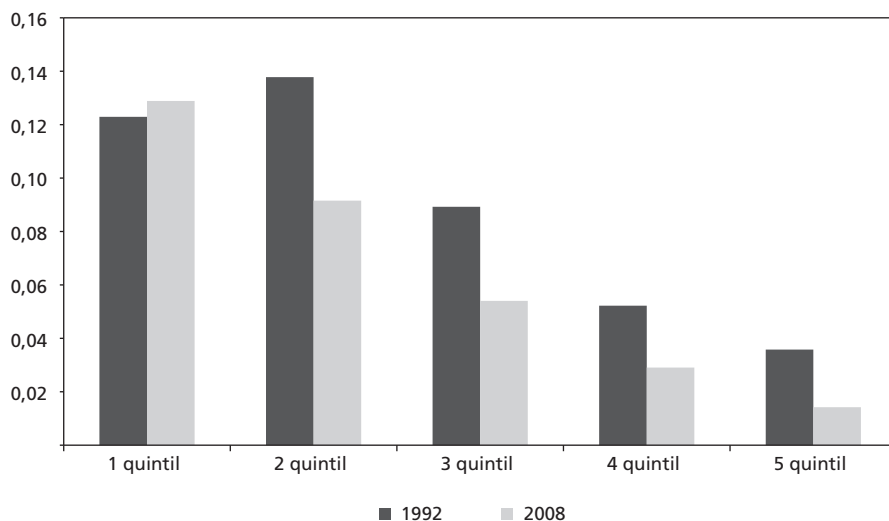


Fontes: PNADs 1992 e 2008/IBGE.

Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2008, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens do quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as taxas do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todos os grupos de mulheres no período considerado, com exceção das do primeiro quintil, e os diferenciais por renda se ampliaram no tempo (gráfico 12).

GRÁFICO 12

Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos por quintil de renda – Brasil, 1992 e 2008



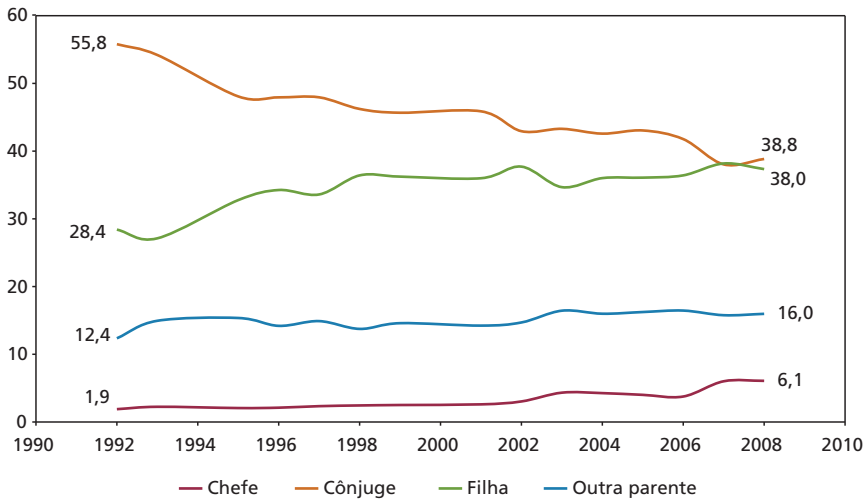
Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Entre as adolescentes que tiveram filhos predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu em uma união, seja como resultado ou como consequência desta. Isto significa mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período, passou de 55,8% para 38,8%. Por outro lado, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes – netos. Nestas duas posições, estavam 53,8% das mães adolescentes. Ou seja, 485,5 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas praticamente se igualou a de cônjuges em 2008. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias; atingiu 6,1% em 2008, ou seja, 55,3 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias (gráfico 13).

GRÁFICO 13

Proporção de mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos por condição no domicílio – Brasil, 1992-2008

(Em %)



Fontes: PNADs/IBGE.

Obs.: A PNAD não foi realizada no ano de 1994 devido à problemas orçamentários e em 2000, por ser ano censitário.

4 ESTRUTURAS FAMILIARES E O NOVO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Segundo Lesthaegue (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

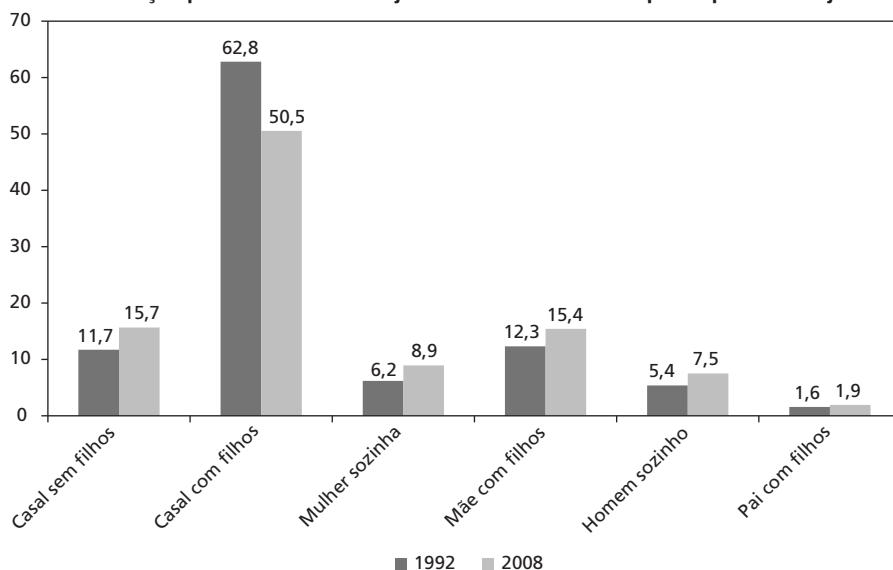
- Revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução.
- Revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento.
- Revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais: homem provedor *versus* mulher cuidadora.

Essas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e, também, no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, a segunda e a terceira revoluções antes mencionadas à luz dos resultados da PNAD 2008.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas esta predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de arranjos em 1992 e passaram a constituir 50,5% em 2008, conforme mostra o gráfico 14. Esse tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos dez anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais.

A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 4,5% em 1992 para 31,2% em 2008. Neste ano, 4,3 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria.

GRÁFICO 14

Distribuição percentual dos arranjos familiares brasileiros pelo tipo de arranjo

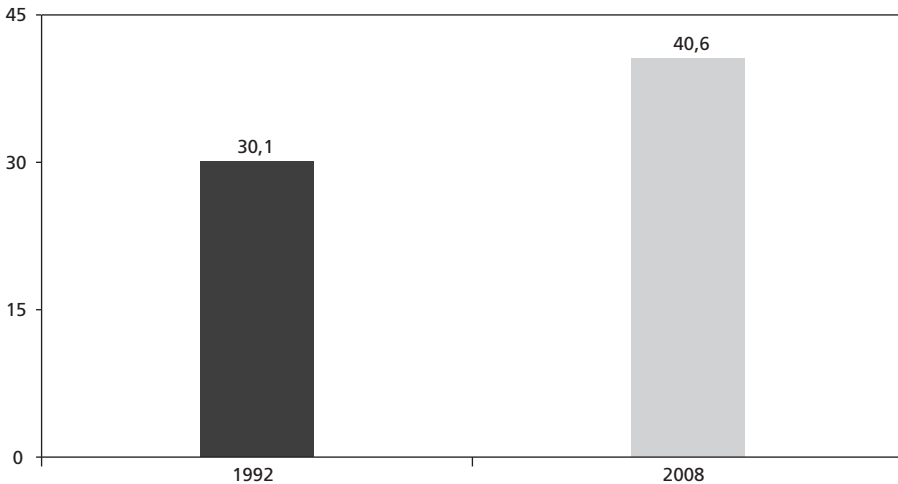
Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das monoparentais, principalmente, as chefiadas por mulheres e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais frequente era o do tipo mãe com filhos. No total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% para 7,5%. Ou seja, 4,3 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos. A sua proporção passou de 6,2% em 1992 para 8,9% em 2008 e significa 5,1 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Esta passou de 30,1% para 40,6% (gráfico 15). Mais expressivo foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 64,3%.

GRÁFICO 15

Contribuição do rendimento das mulheres na renda da família – Brasil, 1992 e 2008



Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2008 foi de 87,9% e a de homens, 46,1%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas dispndiam, em média, 20,9 horas semanais e os homens, 9,2.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isto. Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação ativa do mercado, mas ainda mantém os tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes.

5 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial. Este é resultado das taxas elevadas de crescimento, dada a alta fecundidade prevalente no passado, comparativamente à atual, e à redução da mortalidade nas idades avançadas. Isto se traduz no aumento do número absoluto e relativo de idosos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a população economicamente ativa (PEA), no envelhecimento das famílias – crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso – e em mudanças nos arranjos familiares.

O processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, suas consequências têm sido, em geral, vistas com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias.

Reconhece que o envelhecimento é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que traz vulnerabilidades. Estas são diferenciadas por gênero, idade, grupo social, raças e regiões geográficas etc. É diferenciado, também, o momento – a idade – em que elas se iniciam. Assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade.

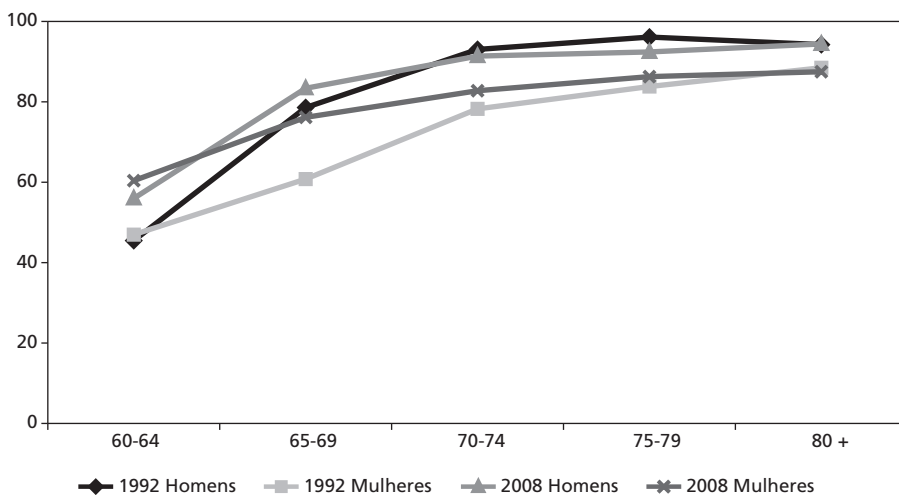
Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social –, saúde, cuidados de longa duração e a criação de um entorno favorável – habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc. O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação apontada pela literatura entre envelhecimento e pobreza.

Os benefícios da seguridade social – previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte – cobriam aproximadamente 77% da população idosa em 2008, ou seja, aproximadamente 16 milhões de idosos.⁵ Este percentual era aproximadamente igual entre homens e mulheres, 78,6% e 75,6%, respectivamente. Pode se observar, no gráfico 16, entre 1992 e 2008, um crescimento da proporção de aposentados que ocorreu, principalmente, entre os idosos mais jovens, 60 a 70 anos.

5. Aqui estão considerados apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

GRÁFICO 16

Proporção de idosos que recebem benefícios da seguridade social por idade e sexo – Brasil, 1992 e 2008

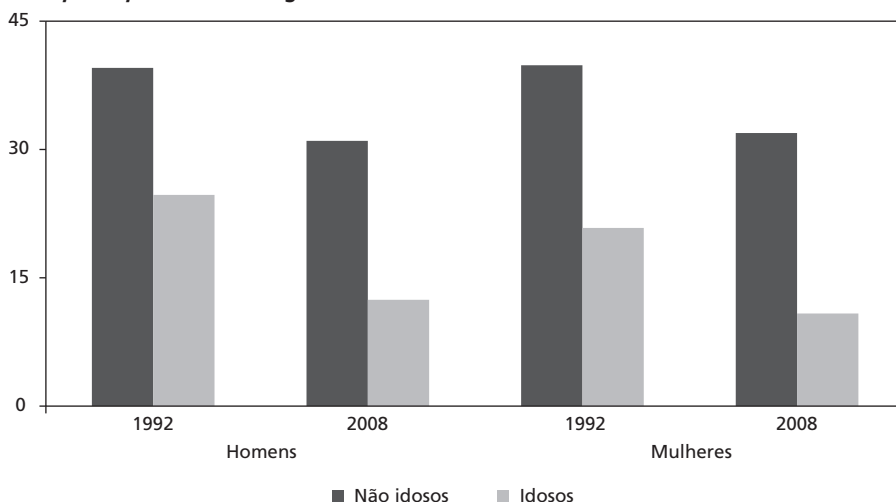


Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Como o piso para o benefício social estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) é de um salário mínimo, uma das consequências da ampliação da cobertura da seguridade social é uma proporção menor de pobres⁶ entre os idosos comparativamente aos não idosos. O percentual de idosos pobres do sexo masculino experimentou uma forte redução; passou de 24,7% em 1992 para 12,4% em 2008. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em aproximadamente 10 pontos percentuais, ou seja, passou de 20,8% para 10,8%. No entanto, entre os idosos as mulheres são menos pobres que os homens, ao contrário do que se verifica para os não idosos (gráfico 17).

6. Foi definido como pobreza as pessoas que residiam em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo.

GRÁFICO 17
Proporção de idosos e não idosos por sexo que reside em domicílios com renda per capita menor ou igual a meio salário mínimo – Brasil, 1992 e 2008



Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja originária da seguridade social, cuja contribuição tem aumentado ao longo do período considerado, o trabalho aporta também uma parcela expressiva na sua renda, em especial dos homens, 34,6%. Para as mulheres a contribuição foi de 12,1%.

O trabalho para os idosos é importante não só pela renda que aporta, mas é, também, um indicador de autonomia e de integração social. Em 2008, entre os homens, 43,2% trabalhavam e entre as mulheres, 20,2%. A baixa participação feminina no mercado de trabalho reflete sua baixa participação quando mais jovens. Isto torna as mulheres idosas mais dependentes da renda de outros membros da família.

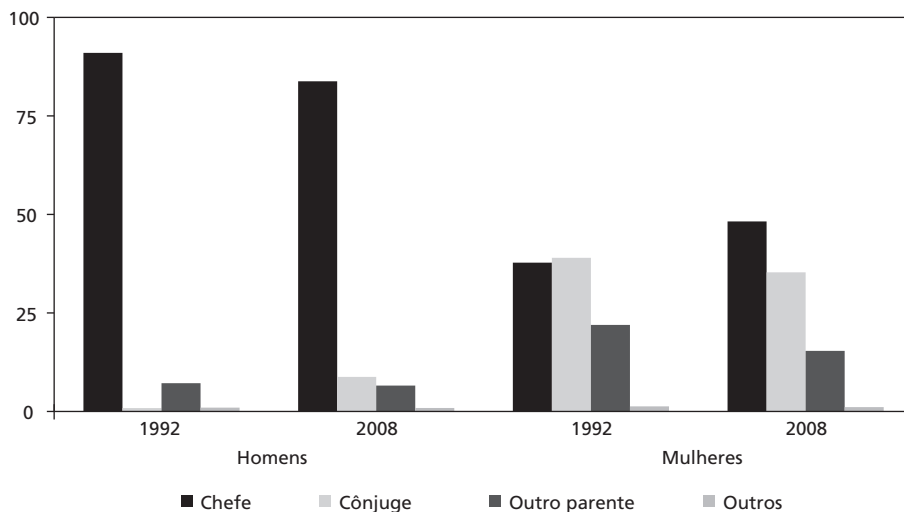
As perspectivas que se colocam para o médio prazo são a de um aumento na participação da população idosa nas atividades econômicas. Isto ocorrerá, em grande parte, devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, ocorrido a partir dos anos 1970. Por outro lado, o envelhecimento da população em idade ativa aliado às pressões no sistema previdenciário levam a necessidade de se manter o trabalhador na ativa o maior número de anos possível. Salienta-se que isto requer uma política de saúde ocupacional para diminuir as saídas do mercado de trabalho via aposentadoria por invalidez e a redução de preconceitos com relação ao trabalho do idoso.

A melhora na situação da renda dos idosos bem como na de sua saúde acarretou mudanças na sua posição na família. O aumento na proporção de idosos e, principalmente, de mulheres idosas chefes de família ou cônjuges e a redução na

proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes foi uma das mudanças importantes verificada no período 1992-2008. Isto aponta para uma redução da dependência dos idosos sobre as famílias. Essa mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois eram elas que apresentaram em 1992 a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. A chefe da família passou a ser o *status* predominante, também, das mulheres idosas (gráfico 18).

GRÁFICO 18

Proporção de idosos brasileiros por condição no domicílio e sexo



Fontes: PNAD 1992 e 2008/IBGE.

Em 2008, aproximadamente 13,3 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 57,4% eram homens. Dos 23,7% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 83,9% eram mulheres. Em aproximadamente 6,0 milhões de famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos⁷ residindo. E em 2,2 milhões netos.⁸ Nas famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge com filhos adultos, os idosos contribuía com 54,1% da renda familiar. Ou seja, os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem assumido o papel de provedor, mesmo dependendo de cuidados.

Por outro lado, 1,9 milhão de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Estas são pessoas que na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou de renda buscam ajuda

7. Foi definido como filhos adultos aqueles com 21 anos ou mais.

8. Foi definido como neto, crianças na posição no domicílio de *outros parentes* que tivessem até 14 anos de idade.

com parentes. Entre esses, predominam as mulheres, 75,3%, dado, provavelmente, ao fato de viverem mais, ficarem, portanto, viúvas e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Nas famílias com idosas morando na casa de filhos, genros ou outros parentes elas contribuem com aproximadamente 26% na renda familiar. São as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar e potenciais demandantes de uma política de cuidados – instituições de longa permanência, centros dia, hospitais dia e cuidado profissional domiciliar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, parece claro que, para a primeira metade deste século, o movimento da população brasileira será de rápida contração e de superenvelhecimento. Ela deverá atingir o seu ponto máximo nos próximos 20 anos, a despeito de se esperar, também, uma continuação da queda nos níveis de mortalidade. Isto só não ocorrerá se a fecundidade voltar a crescer. Esta mostrou ser uma variável muito importante na dinâmica de crescimento da população brasileira.

Por sua vez, dado que projeções populacionais são consideradas insumos importantes para fundamentar estudos que dimensionem demandas de serviços públicos e privados, é de grande importância que haja a contínua atualização destas projeções, que sempre poderão se beneficiar com os dados das PNADs.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1426).

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 25-73.

IPEA. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. *In*: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p. 69-118.

LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. *In*: MASON, K. O.; JENSEN, A-M. (Ed.). **Gender and family change in industrialized countries**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Frederico A. Barbosa da Silva*
Herton Araújo*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar dados recentes que caracterizam os fenômenos migratórios no Brasil. O olhar será lançado a partir da demografia. Os processos migratórios têm profundos impactos nas qualidades dos aglomerados urbanos, que sofrem pressões em termos habitacionais, transportes, serviços públicos tais quais, saúde e educação. Os indivíduos migram, mas é possível dizer que os grupos e as famílias migram com eles, tecendo redes de apoio que se estendem dos “polos repulsores” aos “polos atratores” de populações. Portanto, os fluxos migratórios deixam marcas importantes nas relações sociais e nos processos econômicos e é nesse enquadramento analítico que implicam em impactos variados nas solidariedades sociais e nas políticas públicas que os fenômenos demográficos devem ser percebidos.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que as questões migratórias não se restringem mais ao tradicional fenômeno do deslocamento rural – urbano. As migrações entre regiões – nas regiões –, os movimentos pendulares e sazonais também fazem parte dos movimentos migratórios e são percebidos como aspectos do fenômeno decorrendo de mudanças na economia, nos processos sociais e políticos. Dessa maneira é importante atentar para o fato de que a migração é um “fato social total” e que as explicações para o fenômeno não se restringem a motivações e causalidades econômicas, sendo a tradução de suas expressões espaciais e históricas complexas.

Muitos aspectos da migração não podem ser analisados a partir da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (PNAD), a exemplo de movimentos sazonais e intermunicipais, das redes sociais que amparam as decisões de deslocamento e das estratégias que as condicionam. Faremos nossas análises com base na pergunta de data fixa, que foi introduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da PNAD 1992. A pergunta refere-se à moradia há exatamente cinco anos atrás. Então a série construída a partir desta questão funciona como uma média móvel dos movimentos a cada cinco anos.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Dessa forma este trabalho se concentrará em aspectos dos fluxos migratórios interestaduais registrados na PNAD. Os fluxos migratórios computados na PNAD 2008 mostram algumas novidades com relação aos apresentados nos anos anteriores que serão registrados na seção 2. Na seção 3, enfocam-se os fenômenos migratórios centrados no poder de atração de São Paulo.

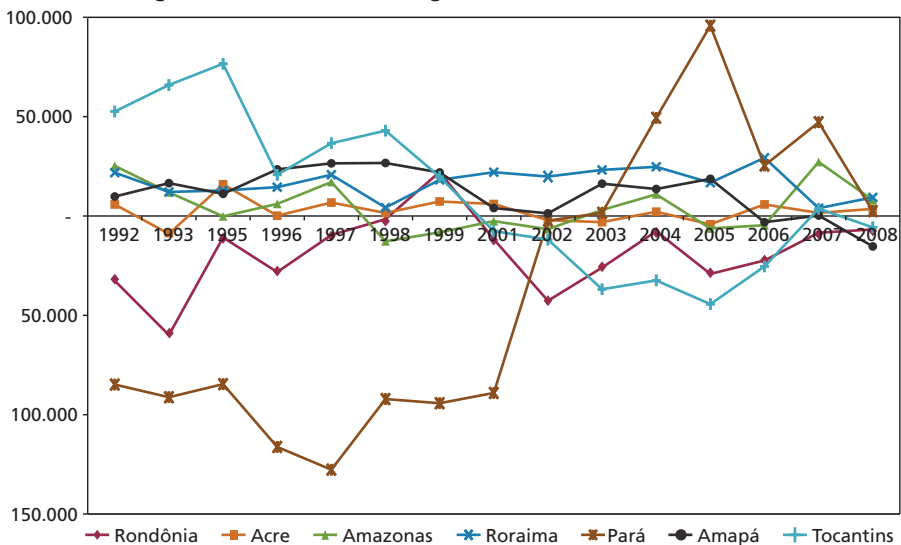
2 FLUXOS MIGRATÓRIOS: FATOS ESTILIZADOS MAIS IMPORTANTES NA PNAD 2008

Um primeiro fato a chamar atenção é que o contingente de migrantes interestaduais que desde 2001 girava em torno de 4,6 milhões de pessoas, passou em 2007 para um patamar de 3,3 milhões. A PNAD de 2008 mantém este patamar.

Outros fatos podem ilustrar as mudanças que vêm ocorrendo nos fluxos migratórios desde a década passada:

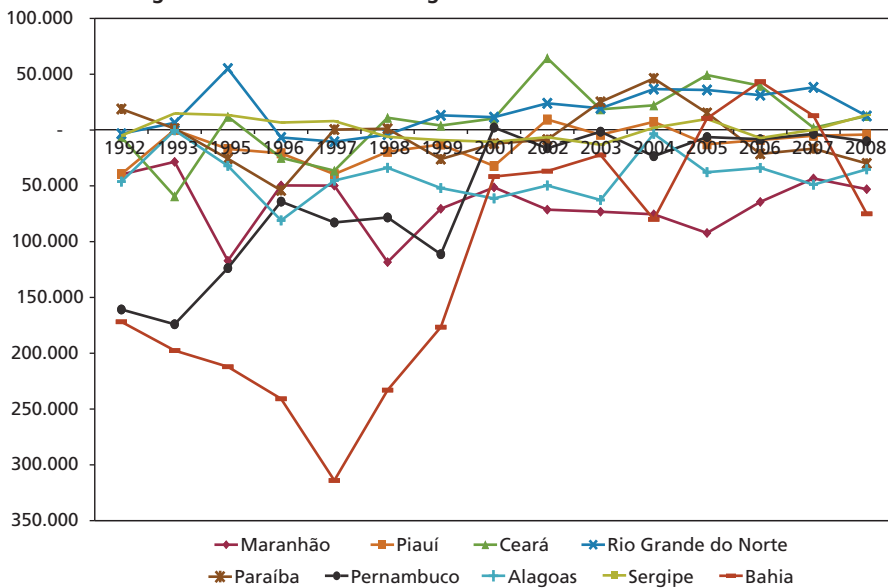
1. O Pará, que passava por forte poder de atração desde 2004, perdeu esse poder de atração, e seu saldo migratório ficou próximo de zero. Esta situação é resultado tanto da diminuição das entradas (imigração), queda de 10,5% com relação a 2007, como do aumento das saídas (emigração), aumento de 20,5% com relação ao ano anterior. O maior fluxo de migração interestadual do Pará continua sendo com o vizinho Maranhão.

GRÁFICO 1
Saldos migratórios dos estados da região Norte



2. O Rio Grande do Norte, estado do Nordeste, que com o Ceará tem mais consistentemente atraído população, sofreu forte perda de atratividade: as saídas aumentaram 60,4% em relação a 2007, enquanto as entradas diminuíram 15,6%. O maior fluxo é com a vizinha Paraíba, em 2007, quando apresentou seu maior saldo positivo na década, o estado de São Paulo foi responsável pelo maior fluxo de entrada. Esta migração entre São Paulo e Rio Grande do Norte vem caindo fortemente.
3. A Bahia, depois de três anos com saldos positivos inéditos, volta a expulsar fortemente seus moradores. Como no Pará, o fenômeno resultou tanto da diminuição das entradas (imigração), com a queda de 13,1% com relação a 2007, como do aumento das saídas (emigração), com aumento de 22,5% com relação ao ano anterior. O principal destino dos migrantes da Bahia continua sendo São Paulo, com 46,0% do total de pessoas indo para São Paulo.

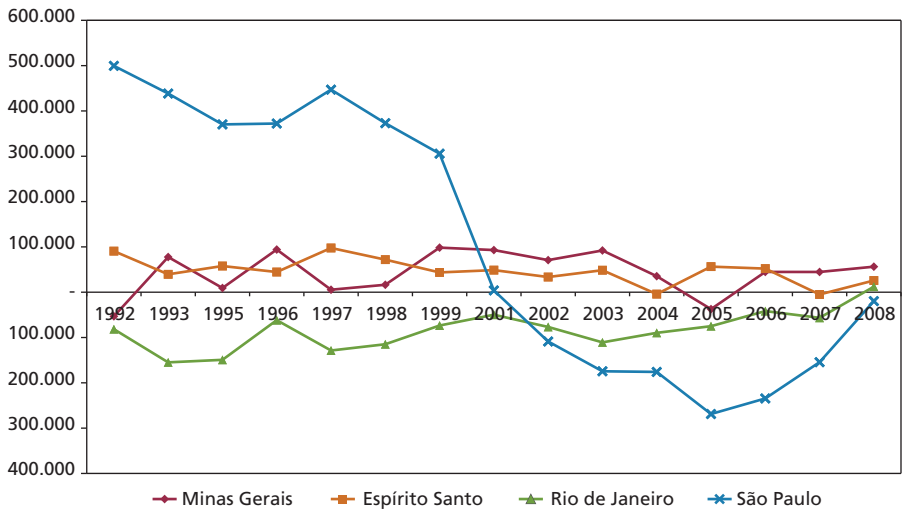
GRÁFICO 2
Saldos migratórios dos estados da região Nordeste



Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Ipea.

4. O Rio de Janeiro apresentou o primeiro saldo positivo desde quando o IBGE inseriu essa questão na PNAD de 1992. Este resultado deveu-se principalmente ao aumento da entrada (imigração), 43,2%, mas, também, pela diminuição da saída (emigração), 5,4%.

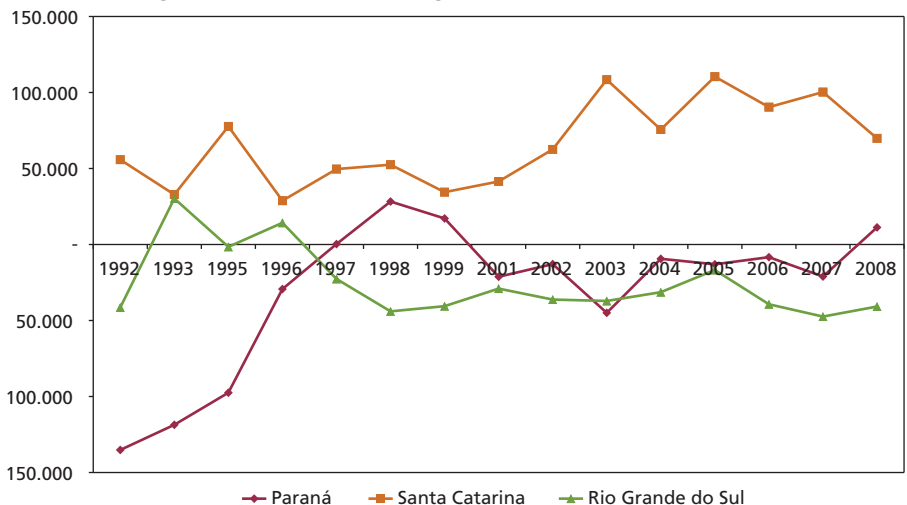
GRÁFICO 3
Saldos migratórios dos estados da região Sudeste



Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/lpea.

5. O Paraná apresentou saldo positivo pela primeira vez na década, mas, ao contrário de São Paulo, esta mudança de comportamento foi ensejada pela maior retenção de sua população. A emigração diminuiu 8,3% e, pelo aumento da imigração, a entrada aumentou 7,0%.

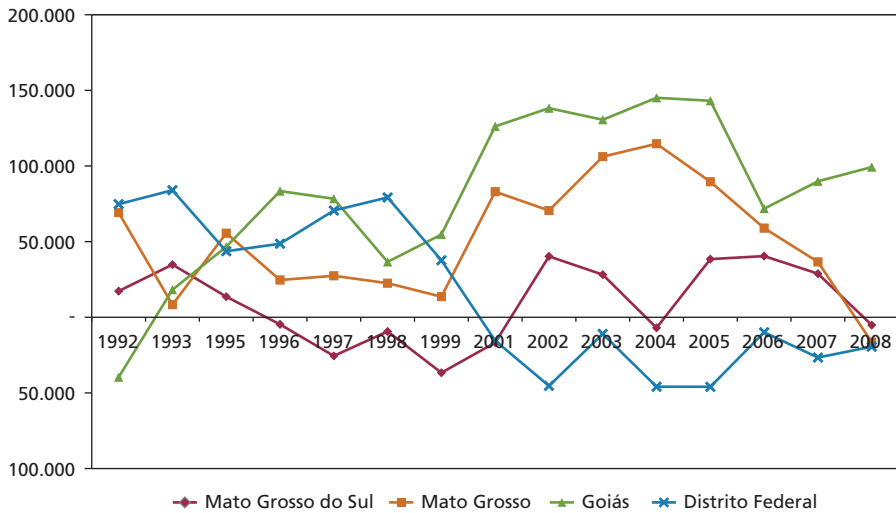
GRÁFICO 4
Saldos migratórios dos estados da região Sul



Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/lpea.

- Na região Centro-Oeste houve dois fatos bem destacados: os dois estados de Mato Grosso apresentaram saldos negativos. Mato Grosso pela primeira vez, desde 1992, fazendo o caminho inverso ao do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, que já havia apresentado saldos negativos em outras ocasiões, passou de um significativo saldo positivo, em 2007, para um pequeno saldo negativo, em 2008. Ambos os casos foram fortemente influenciados pelo aumento expressivo das saídas (emigração), 44,4% e 61,1%, respectivamente. As entradas também diminuíram, mas em menor intensidade, 17,0% e 7,1%, respectivamente. O principal destino dos que saíram de Mato Grosso foi São Paulo e de Mato Grosso do Sul, Paraná.

GRÁFICO 5
Saldos migratórios dos estados da região Centro-Oeste



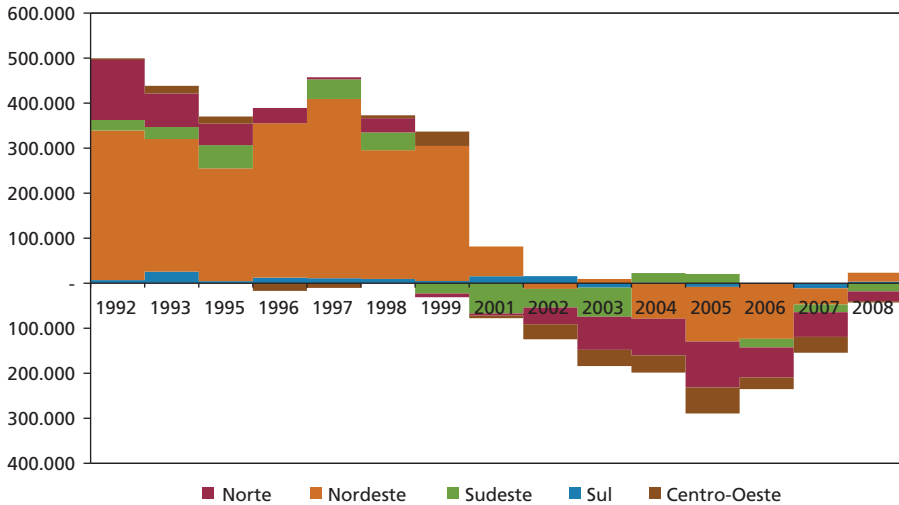
Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/lpea.

3 A ATRAÇÃO DE SÃO PAULO

Um fenômeno histórico no Brasil é o poder atrativo do centro mais dinâmico da economia brasileira. São Paulo é um espaço de intensas entradas e saídas populacionais, em que está presente a incapacidade das regiões de origem na retenção da população e de São Paulo como centro dos destinos migratórios.

Na década de 1990 o saldo entre São Paulo e as regiões brasileiras era quase sempre positivo para São Paulo, chegando a atingir uma entrada líquida de 500 mil pessoas, em 1992, como mostra o gráfico 6. A região Nordeste era a maior responsável pelos saldos positivos de São Paulo.

GRÁFICO 6
Saldos migratórios entre São Paulo e as regiões brasileiras



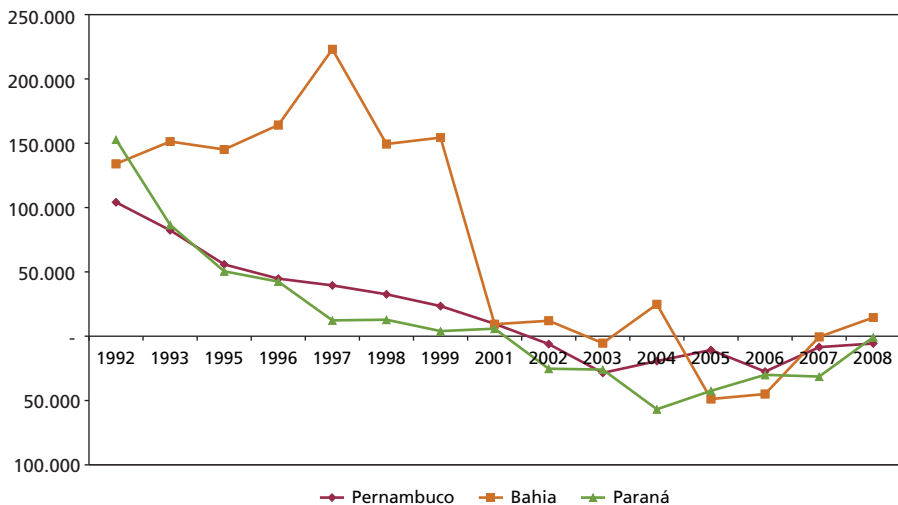
Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/lpea.

Na década de 2000, esse fluxo inverteu-se chegando ao seu ponto mais alto em 2005, com saída líquida de 269 mil pessoas. A explicação para este fenômeno pode ser dada pelos efeitos da desconcentração econômica, do desenvolvimento de novas economias regionais e pelo avanço de políticas sociais voltadas para população mais carente. Estes elementos compuseram o movimento populacional caracterizado pela redução da imigração e pelo aumento da emigração de São Paulo.

Em 2008 esse saldo, apesar de continuar negativo, mostra um arrefecimento do processo de perda de população por São Paulo. Assim, São Paulo parece continuar sendo um centro “atrator” da migração, ficando no imaginário dos migrantes das regiões menos desenvolvidas como um local de oportunidades. Também deve-se considerar a história dos fluxos migratórios anteriores, com formação de redes sociais que facilitam a migração ou fazem dela ponto de apoio para outros deslocamentos.

Os estados que apresentam os maiores saldos migratórios com São Paulo e, portanto responsáveis pelo movimento observado em São Paulo, são os estados da Bahia e de Pernambuco, no Nordeste, e do Paraná no Sul. O gráfico 7 mostra os saldos desses estados com São Paulo para toda a série considerada.

GRÁFICO 7
Saldos migratórios entre São Paulo e estados selecionados



Fontes: PNAD 1992-2008/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/lpea.

O saldo migratório entre Bahia e São Paulo mostra uma tendência muito parecida ao saldo de São Paulo com o resto do país, mas vale chamar atenção para a volta da atratividade de São Paulo em relação à Bahia, em 2008. Já Pernambuco, que fornecia grandes contingentes de pessoas para São Paulo no começo dos anos 1990, vem perdendo essa característica monotonamente pelo decorrer da série. O estado do Paraná tem comportamento muito similar ao de Pernambuco, quando se trata de São Paulo. Ambos estão, se continuar essa trajetória, voltando a fornecer população para São Paulo.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil**: balanço às vésperas do censo 2000. Brasília: CNPD, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1992 a 2008**. (Microdados).

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. *In*: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/Etene, 1980.

SJAASTAD, L.; Os custos e os retornos da migração. *In*: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/Etene, 1980.

SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Ricardo Paes de Barros*
Mirela de Carvalho**
Samuel Franco***
Rosane Mendonça****
Andreza Rosalém*****

1 INTRODUÇÃO

Até o fim do século XX, o Brasil se caracterizou como um país com elevada desigualdade de renda, sem nenhuma tendência à queda. Essa falta de habilidade crônica em combater a desigualdade, no entanto, não impediu que a pobreza declinasse de forma significativa, tal como ocorreu na década de 1970 ou durante o Plano Real, para citar apenas dois episódios. Mas, na ausência de reduções na desigualdade, a pobreza cai devido exclusivamente ao crescimento econômico e, por este motivo, cai sempre menos do que se poderia esperar de episódios que combinam crescimento com redução na desigualdade.

A partir do início do novo milênio o cenário se alterou. A despeito de flutuações na taxa de crescimento do país, o grau de desigualdade de renda vem declinando de forma acelerada e sistemática. Desde 2003, a pobreza também vem sendo reduzida significativamente. Dessa vez, entretanto, a redução na desigualdade é responsável por metade da queda na pobreza, o que significa que sem a redução na desigualdade, metade da acentuada queda na pobreza não teria ocorrido.

O fato da desigualdade de renda cair continuamente desde o início do novo milênio torna natural algo que antes era percebido como difícil de ser alcançado. Após sete anos consecutivos de acentuada redução na desigualdade, as expectativas mudaram. A discussão saiu do terreno de se é ou não

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

*** Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

**** Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora associada do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede) da UFF.

***** Pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

possível reduzir a desigualdade no país para como dar continuidade a esse processo. As atenções agora se voltam para qual será a magnitude da redução nos próximos anos e quais políticas poderiam acelerar esse processo. A fim de apoiar esse novo debate, investigamos neste estudo os determinantes imediatos da melhora na distribuição de renda brasileira.¹

Veremos que, para além da acelerada redução na desigualdade de renda e consequente redução no grau de pobreza entendida como insuficiência de renda, nessa última década assistimos no Brasil uma excepcional expansão do acesso da população a uma ampla variedade de oportunidades. Fenômeno este particularmente mais acentuado entre os grupos mais vulneráveis. Portanto, não é só a desigualdade de renda que vem melhorando, mas também a desigualdade em diversos tipos de oportunidades.

Este estudo foi organizado em mais cinco seções, além dessa introdução. Na seção 2, apresentam-se os grandes números que retratam a melhora na distribuição de renda brasileira. Na seção 3, argumenta-se que a recente queda na desigualdade de renda é muito significativa, o que pode ser comprovado pelo papel que desempenhou no combate à pobreza. Na seção 4, volta-se para os determinantes por trás da melhora da distribuição de renda: Que fatores foram responsáveis por tal progresso? Na seção 5, apresentam-se evidências de melhoria na desigualdade de acesso a diversas outras oportunidades, além da renda. E por fim, na seção 6, têm-se as considerações finais.

2 A CONTÍNUA E ACENTUADA MELHORA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA BRASILEIRA

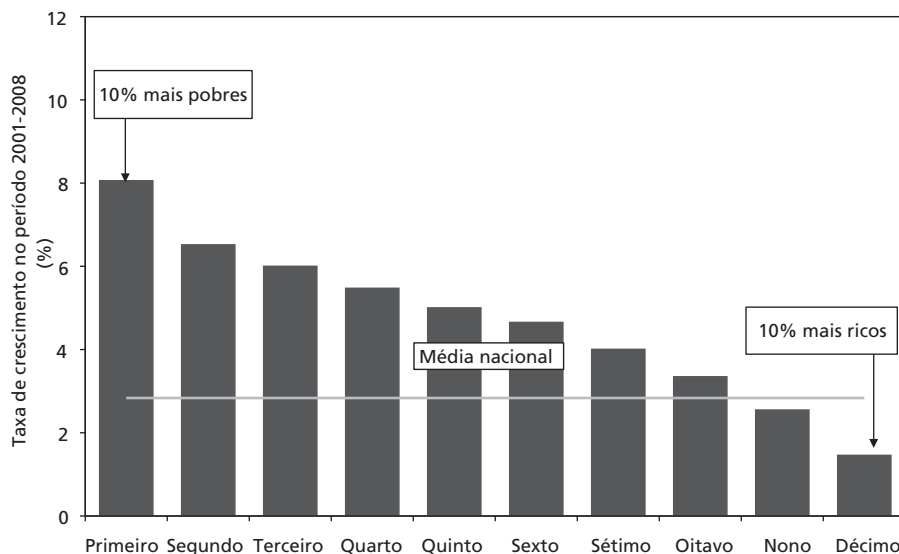
O progresso brasileiro em distribuição de renda, alcançado entre 2001 e 2008, é inegável. A renda *per capita* de todos os grupos cresceu e, entre os mais pobres o crescimento foi mais acelerado (gráfico 1). Como consequência, houve redução na desigualdade de renda e na pobreza.²

1. Barros, Foguel e Ulyssea (2007) reúnem, em dois volumes, diversos estudos cujo principal objetivo é identificar os fatores determinantes da queda recente na desigualdade de renda.

2. A distribuição utilizada é a de indivíduos segundo a renda domiciliar total *per capita*.

GRÁFICO 1

Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição – Brasil, 2001-2008

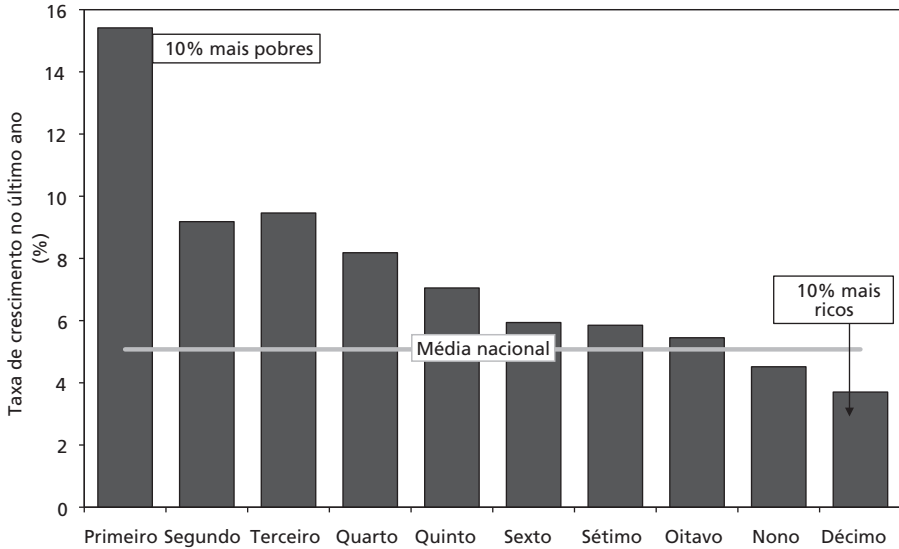


Fontes: PNADs 2001-2008/IBGE.

Em 2008 as mudanças foram ainda mais intensas e equalizantes (gráfico 2). Enquanto a renda familiar *per capita* da população como um todo cresceu 5,1% ao ano (a.a.), entre os 10% mais pobres cresceu três vezes mais rápido (15,4% a.a.), e entre os 10% mais ricos cresceu 1,4 ponto percentual (p.p.) abaixo (3,7% a.a.). A taxa de crescimento na renda dos 10% mais pobres foi mais de quatro vezes maior que a dos 10% mais ricos.

GRÁFICO 2

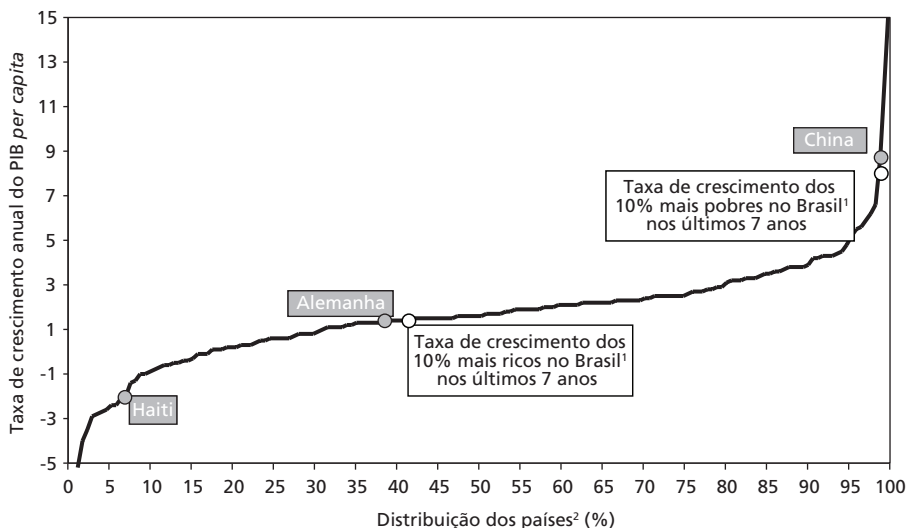
Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição – Brasil, 2008



Fontes: PNADs 2007 e 2008/IBGE.

Com vista a ilustrar o crescimento diferenciado na renda *per capita* experimentado pelos diversos décimos da distribuição de renda brasileira, comparamos as respectivas taxas de crescimento com o progresso ocorrido entre 1990 e 2005 dos países do mundo em termos de produto interno bruto (PIB) *per capita*. O gráfico 3A revela que, enquanto a renda *per capita* dos 10% mais pobres no Brasil cresceu a um ritmo chinês, a dos 10% mais ricos cresceu de forma lenta, comparável mais ao ritmo alemão. A diferença entre a taxa de crescimento dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos é tão elevada que cerca de 60% dos países do mundo cresceram entre esses dois níveis.

GRÁFICO 3A
Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* entre 1990 e 2005



Fontes: Human Development Report 2007 e 2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

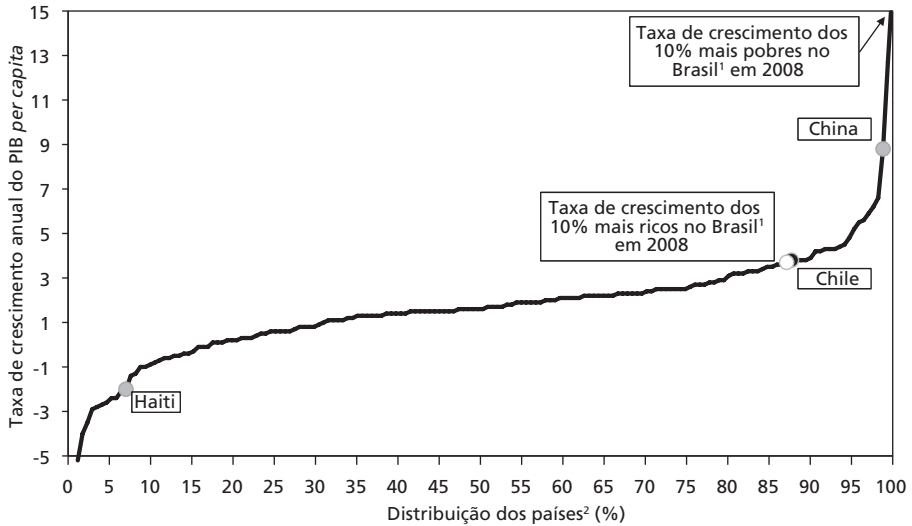
Notas: ¹ Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação.

² Estimativas produzidas com base nas PNADs 2001 e 2008/IBGE.

Em 2008 o progresso foi igualmente equalizador e bem mais acelerado. De fato, a taxa de crescimento na renda dos mais pobres foi mais elevada que a de todos os países do mundo no período 1990-2005. Simultaneamente, a taxa de crescimento na renda dos 10% mais ricos, embora menor que a de todos os demais décimos, foi similar ao crescimento do PIB chileno e superior, ao que se observou, em 85% dos países do mundo (gráfico 3B).

GRÁFICO 3B

Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* entre 1990 e 2005



Fontes: Human Development Report 2007 e 2008 do PNUD.

Notas: ¹ Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação.

² Estimativas produzidas com base nas PNADs 2007 e 2008/IBGE.

Em decorrência do crescimento, “em nível chinês”, na renda *per capita* dos mais pobres, o país foi capaz de reduzir a pobreza e, em particular, a extrema pobreza de forma espetacular.³ Em 2008, esta foi reduzida à metade de seu valor em 2003 e, portanto, fizemos em cinco anos o que o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelece que seja feito em 25 anos (tabela 1A).⁴ Progresso similar vem ocorrendo quando a extrema pobreza é dimensionada por medidas mais sensíveis à renda dos mais pobres, tal como o hiato de pobreza ou a severidade da pobreza.⁵

3. Para medir pobreza e extrema pobreza, foram utilizadas linhas regionalizadas, considerando R\$ 187,50, a média nacional, para a pobreza e, a extrema pobreza, R\$ 93,75. São consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior às linhas de pobreza e de extrema pobreza, respectivamente.

4. Informações sobre os ODMs, metas estabelecidas e evolução dos indicadores podem ser encontradas em: <<http://www.pnud.org>>.

5. Por hiato de pobreza, entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média da renda dos pobres à linha de pobreza, medida em múltiplos da linha de pobreza. Esta medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza, também medida em múltiplos da linha de pobreza. Por conseguinte, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem qualquer renda.

TABELA 1A
Evolução da pobreza e da extrema pobreza – Brasil, 2003 e 2008
 (Em %)

Indicadores	2003	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do período fosse mantida	Velocidade do progresso
Pobreza				
Porcentagem de pobres	39,4	25,3	0,11	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	18,2	10,4	0,06	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	11,1	6,0	0,05	Extremamente acelerado
Extrema pobreza				
Porcentagem de extremamente pobres	17,5	8,8	0,03	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	7,3	3,7	0,04	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	4,4	2,4	0,05	Extremamente acelerado

Fontes: PNADs 2003 e 2008/IBGE.

Notas: ¹ O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

² Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 187,50 e para extrema pobreza de R\$ 93,75.

Embora a velocidade de redução na pobreza seja um pouco mais lenta em 2008 ela já era um terço de seu valor em 2003. Assim, mantido este ritmo de queda, em oito anos a pobreza no país será a metade da observada em 2003, o que significa um progresso três vezes mais rápido que o preconizado pelo primeiro ODM (tabela 1A). Vale notar que ao longo de 2008, graças ao crescimento e à queda na desigualdade, tanto a pobreza como a extrema pobreza declinaram ainda mais que a tendência do último quinquênio, 2003-2008 (tabela 1B).

TABELA 1B
Evolução da pobreza e da extrema pobreza – Brasil, 2007 e 2008
 (Em %)

Indicadores	2007	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do período fosse mantida	Velocidade do progresso
Pobreza				
Porcentagem de pobres	28,1	25,3	0,07	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	11,9	10,4	0,03	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	7,1	6,0	0,02	Extremamente acelerado

(Continua)

(Continuação)

Indicadores	2007	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do período fosse mantida	Velocidade do progresso
Porcentagem de extremamente pobres	10,3	8,8	0,02	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	4,5	3,7	0,01	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	3,0	2,4	0,01	Extremamente acelerado

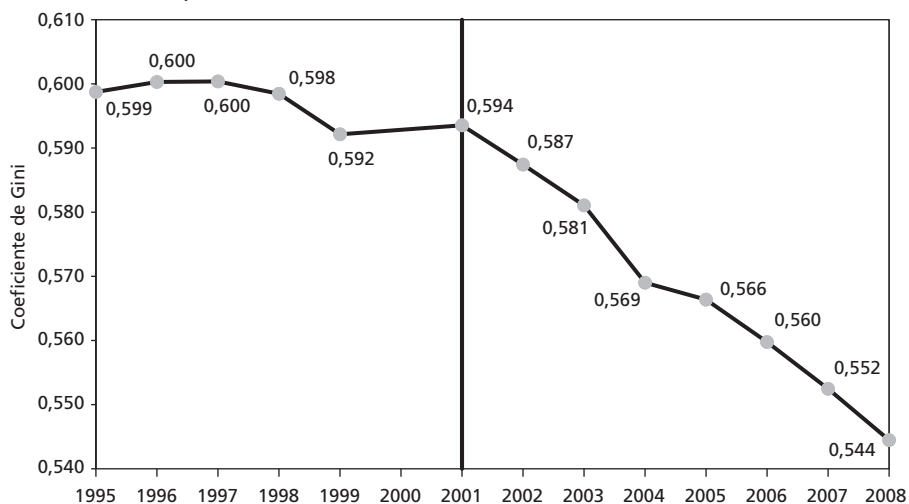
Fontes: PNAD 2007 e 2008/IBGE.

Notas: ¹ O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.² Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 187,50 e para a extrema pobreza de R\$ 93,75.

Quando a taxa de crescimento da renda dos mais pobres é mais alta que a dos mais ricos, há redução no grau de desigualdade. Desde 2001, o grau de desigualdade de renda brasileiro vem declinando sem precedentes. A média das diferenças de renda entre os brasileiros expressa como fração da renda média total é uma medida de desigualdade conhecida como Coeficiente de Gini. Este indicador declinou de 0,59 para 0,54 (gráfico 4), o que equivale dizer que a diferença de renda entre brasileiros reduziu de R\$ 350 para R\$ 320 por mês, uma queda de 8% em sete anos.

GRÁFICO 4

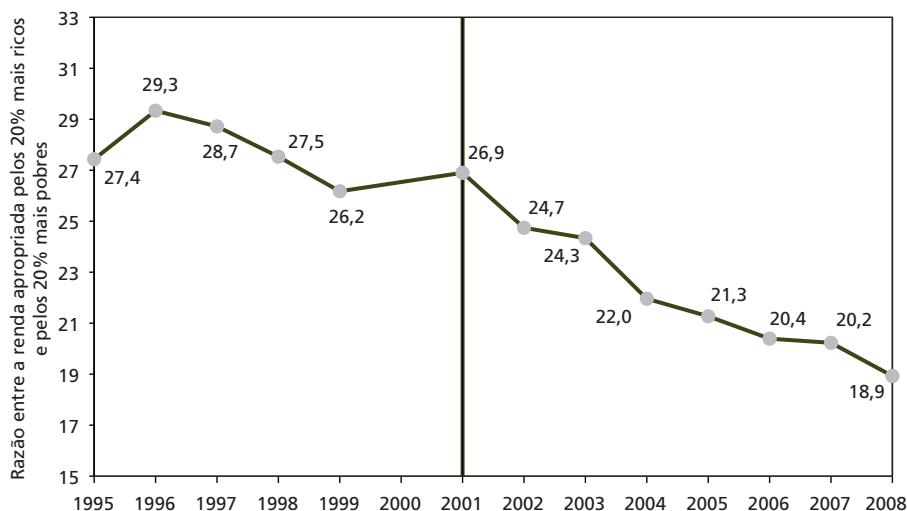
Evolução da desigualdade na renda domiciliar *per capita* segundo o Coeficiente de Gini – Brasil, 1995-2008



Fontes: PNADs 1995-2008/IBGE.

Uma forma alternativa de visualizar a queda na desigualdade é observar o crescimento acumulado na renda dos 20% mais pobres *vis-à-vis* o dos 20% mais ricos. Os 20% mais pobres tiveram um crescimento na renda *per capita* de 47 p.p. mais elevado. Assim, enquanto em 2001 a renda média dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres, em 2008 passou a ser 19 vezes, uma redução de 30% na desigualdade em sete anos (gráfico 5).

GRÁFICO 5
Evolução da desigualdade na renda domiciliar *per capita* segundo a razão da renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres – Brasil, 1995-2008



Fontes: PNADs 1995-2008/IBGE.

Apesar da espetacular melhora, o nível de desigualdade brasileiro continua muito elevado. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação uma década atrás fosse certamente pior, ainda hoje, a fatia da renda apropriada pelo 1% mais rico é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico – isto é, que vive em uma família com renda *per capita* acima de R\$ 4.400 por mês – pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres teria para gastar em um ano.

Em função da elevada desigualdade que ainda prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda está acima do que se poderia esperar de

um país com a nossa renda *per capita*. Se um terço da renda nacional fosse perfeitamente distribuída, seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas ainda vivem em famílias com renda abaixo desse nível (R\$ 190/mês). A insuficiência de renda dos mais pobres, isto é, o volume de recursos necessários para que todas as famílias pobres superem a linha de pobreza, representa apenas 3% da renda nacional ou menos de 5% da renda dos 25% mais ricos. Já para aliviar a extrema pobreza seria necessário contar apenas com 1% da renda dos 25% mais ricos do país.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA QUEDA NA DESIGUALDADE PARA A REDUÇÃO NA POBREZA

A velocidade com que a pobreza declina depende da taxa de crescimento da renda dos mais pobres. Esta, por sua vez, depende do crescimento econômico do país e da redução no grau de desigualdade. Assim, parte da acentuada queda na pobreza dos últimos anos deve-se ao crescimento econômico e outra parte não teria ocorrido se não fosse a redução na desigualdade.

Em princípio, é sempre possível decompor a queda na pobreza em quanto veio do crescimento e da redução na desigualdade. Nesta seção avaliamos ambas as contribuições para a redução da pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2008, e também, especificamente, em 2008.

Considerando o mesmo período anterior, cerca da metade da queda na pobreza veio do crescimento econômico e a outra metade da redução no grau de desigualdade. Tais contribuições, entretanto, dependem de como a pobreza é mensurada. Quanto maior o peso atribuído à renda dos mais pobres maior será a contribuição da desigualdade. Assim, temos que a desigualdade explica 49% da redução na proporção de pobres e 59% da queda na severidade da extrema pobreza (tabela 2). Desses resultados segue não apenas que a redução na desigualdade foi fundamental para a queda na pobreza, mas também que sua importância foi relativamente maior para elevar a renda dos mais carentes entre os pobres.

Como a redução na desigualdade levou a 51% da queda na proporção de pessoas em famílias extremamente pobres, mesmo que o país não tivesse experimentado qualquer crescimento econômico, ainda assim a extrema pobreza teria declinado 4,5 p.p. Portanto, muito mais que o necessário para atingir resultados compatíveis com o que preconiza o primeiro ODM – redução à metade em 25 anos –, que exigiria do período 2001-2008 uma queda na extrema pobreza de apenas 3 p.p.

TABELA 2
Estimativas da contribuição da queda na desigualdade de renda *per capita* para a redução na pobreza e na extrema pobreza¹ – Brasil, 2001 e 2008
 (Em %)

Indicadores	Pobreza			Extrema pobreza		
	Porcentagem de pobres	Hiato de pobreza	Severidade da pobreza	Porcentagem de extremamente pobres	Hiato de extrema pobreza	Severidade da extrema pobreza
Distribuição de 2001	38,7	18,0	11,1	17,4	7,4	4,7
Distribuição de 2008 caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	31,8	14,3	8,7	13,2	5,7	3,7
Distribuição de 2008	25,3	10,4	6,0	8,8	3,7	2,4
Redução na pobreza (em pontos percentuais)						
Total	13,4	7,6	5,1	8,7	3,7	2,3
Devida ao crescimento	6,9	3,7	2,4	4,2	1,7	0,9
Devida a redução na desigualdade	6,5	3,9	2,7	4,5	2,0	1,3
Contribuição para a redução na pobreza						
Contribuição do crescimento	51,4	49,1	47,2	48,6	46,0	41,4
Contribuição da redução da desigualdade	48,6	50,9	52,8	51,4	54,0	58,6
Relação entre as contribuições	0,94	1,04	1,12	1,06	1,17	1,42
Importância da redução na desigualdade						
Crescimento observado na renda <i>per capita</i>	21,6	21,6	21,6	21,6	21,6	21,6
Crescimento necessário para garantir a mesma queda na pobreza caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	44,1	50,1	55,6	54,6	64,6	86,6
Crescimento equivalente à redução na desigualdade (em pontos percentuais)	22,5	28,5	34,0	33,0	43,0	65,0

Fontes: PNADs 2001 e 2008/IBGE.

Nota: ¹ Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 187,50 e para a extrema pobreza de R\$ 93,75.

Mas a redução da extrema pobreza dos últimos anos poderia também ter sido alcançada apenas com base no crescimento econômico. Para que isso fosse possível, a taxa de crescimento na renda *per capita*, que foi de 2,8% a.a., deveria ter sido mais que duas vezes maior (6,4% a.a.). Do ponto de vista dos extremamente pobres, a redução no grau de desigualdade foi tão importante quanto a que teria sido gerada por um crescimento anual adicional de 3,6 p.p.

Uma vez que a importância da queda na desigualdade é maior quando são utilizadas medidas mais sensíveis à renda dos mais pobres, para que a severidade da extrema pobreza tivesse caído ao mesmo nível, apenas com o crescimento econômico, este precisaria ter sido três vezes mais acentuado (9,3% a.a.).

Ao longo do período 2001-2008, a redução no grau de desigualdade foi estável e, portanto, sua contribuição absoluta para a queda na pobreza foi também relativamente estável, variando de 0,4 p.p. a 1,5 p.p. ao ano. Já a contribuição do crescimento flutuou muito mais – de -2,3 a 3,0 p.p. –, seguindo a instabilidade da taxa anual de crescimento da renda *per capita*. Tais oscilações fizeram a contribuição relativa da redução na desigualdade flutuar: em certos momentos explicou toda a queda na pobreza e em outros, chegou a menos de 15% de contribuição.

O último ano do período analisado combinou crescimento acelerado e substancial redução no grau de desigualdade, e as contribuições foram típicas do período. A redução na desigualdade explica 42% da queda na proporção de pobres, metade da queda na proporção de extremamente pobres e quase 75% da severidade da extrema pobreza (tabela 3). Igual ao que se viu para o período como um todo, sem redução na desigualdade, o crescimento deveria ter sido o dobro para gerar o mesmo efeito sobre a proporção de extremamente pobres, e quatro vezes maior para gerar o mesmo resultado na severidade da extrema pobreza.

TABELA 3
Estimativas da contribuição da queda na desigualdade de renda *per capita* para a redução na pobreza e na extrema pobreza ¹ – Brasil, 2007 e 2008
(Em %)

Indicadores	Pobreza			Extrema pobreza		
	Porcentagem de pobres	Hiato de pobreza	Severidade da pobreza	Porcentagem de extremamente pobres	Hiato de extrema pobreza	Severidade da extrema pobreza
Distribuição de 2007	28,1	11,9	7,1	10,3	4,5	3,0
Distribuição de 2008 caso a desigualdade fosse a mesma de 2007	26,5	11,1	6,6	9,5	4,2	2,8
Distribuição de 2008	25,3	10,4	6,0	8,8	3,7	2,4
Redução na pobreza (em pontos percentuais)						
Total	2,8	1,5	1,0	1,5	0,8	0,6
Devida ao crescimento	1,6	0,8	0,5	0,8	0,3	0,1
Devida a redução na desigualdade	1,2	0,7	0,6	0,8	0,5	0,4

(continua)

(continuação)

Indicadores	Pobreza			Extrema pobreza		
	Porcentagem de pobres	Hiato de pobreza	Severidade da pobreza	Porcentagem de extremamente pobres	Hiato de extrema pobreza	Severidade da extrema pobreza
Contribuição para a redução na pobreza						
Contribuição do crescimento	57,7	51,4	44,4	50,4	35,2	25,7
Contribuição da redução da desigualdade	42,3	48,6	55,6	49,6	64,8	74,3
Relação entre as contribuições	0,73	0,94	1,25	0,99	1,84	2,89
Importância da redução na desigualdade						
Crescimento observado na renda <i>per capita</i>	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Crescimento necessário para garantir a mesma queda na pobreza caso a desigualdade fosse a mesma de 2007	9,1	10,6	12,1	10,6	16,6	24,1
Crescimento equivalente à redução na desigualdade (em pontos percentuais)	4,0	5,5	7,0	5,5	11,5	19,0

Fontes: PNADs 2007 e 2008/IBGE.

Nota: ¹ Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 187,50 e para a extrema pobreza de R\$ 93,75.

4 DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA POBREZA E NA DESIGUALDADE

Embora a renda *per capita* de uma família tenha um complexo sistema de determinantes últimos, existem poucos canais imediatos pelos quais ela pode ser modificada. Como consequência, são esses mesmos poucos canais que podem afetar o nível total de pobreza e desigualdade da sociedade.

De fato, a renda *per capita* de uma família, y , é dada pelo produto da proporção de adultos na família,⁶ a , e a renda média dos adultos na família, r .⁷

$$y = a.r$$

Por sua vez, a renda por adulto, r , pode ser decomposta em um componente não derivado do trabalho – formada pelas transferências governamentais e privadas –, o , e outro proveniente do trabalho, t .⁸

$$r = o + t$$

6. Para uma análise mais aprofundada do papel das transformações demográficas, ver Wajman, Turra e Agostinho (2006).

7. Para uma descrição completa da metodologia utilizada, ver Barros et al. (2006a).

8. Nas transferências estão incluídas as aposentadorias e as pensões públicas e privadas que, em parte ou em sua totalidade, resultam de contribuições prévias. Para uma análise da contribuição das mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho, ver Barros, Carvalho e Franco (2007) e Barros et al. (2006a), e para uma análise do papel das mudanças na estrutura salarial, ver Barros, Franco e Mendonça (2007a, 2007b).

Por fim, a renda do trabalho por adulto, t , pode ser expressa como o produto da proporção de adultos ocupados, u , e a renda do trabalho por adulto ocupado na família, w .

$$t = u.w$$

Em suma, a renda *per capita*, y , pode ser expressa via:

$$y = ar = a(o + t) = a(o + uw)$$

Essa expressão permite identificar os determinantes imediatos da queda na pobreza e na desigualdade, uma vez selecionadas medidas específicas para mensurar esses fenômenos. Uma alternativa é medir a redução na pobreza por meio do crescimento da renda dos 10% mais pobres e a redução na desigualdade pela redução na razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres.

Já vimos que entre 2001 e 2008 enquanto a renda dos 10% mais pobres crescia a 8% a.a., a dos 10% mais ricos crescia a apenas 1,5% a.a., levando a razão entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres à declinação de 68 para 44. Mais recentemente, entre 2007 e 2008, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu 15%, a dos 10% mais ricos cresceu a 4%, e a mesma razão declinou de 49 para 44.

Embora esse crescimento acelerado na renda dos mais pobres pudesse ser o resultado de um progresso balanceado entre os diversos fatores determinantes, veremos que ele vem de apenas alguns. Entre 2001 e 2008, no grupo dos 10% mais pobres, a proporção de adultos pouco se alterou, enquanto que a renda por adulto cresceu bastante: 7% em 7 anos – proporção de adultos – e 7% por ano – renda por adulto. O componente demográfico contribuiu, portanto, com apenas um décimo do crescimento na renda do grupo ocorrido no período, e a renda por adulto com nove décimos. No último ano, também o crescimento na proporção de adultos (1,5%) foi próxima a um décimo do crescimento na renda por adulto (14%), levando com que o componente demográfico também tenha contribuído com apenas um décimo da queda na pobreza (tabela 4).

Esse crescimento acelerado na renda por adulto das famílias pobres veio tanto do crescimento na renda não derivada do trabalho como na proveniente dele. No período 2001-2008, a taxa de crescimento da renda não derivada do trabalho foi bem mais elevada (12% contra 5% a.a.), entretanto como três quartos da renda dos mais pobres decorre da renda do trabalho, a contribuição das duas fontes acabou similar – 42% para a renda não derivada e 47% para a renda proveniente (tabela 4).

No último ano, entretanto, a contribuição da renda do trabalho foi maior. A renda não derivada do trabalho e a proveniente do trabalho cresceram *pari-passo* (13% e 14%, respectivamente). Como resultado, a contribuição de cada uma é uma

função direta da participação na renda familiar. Por conseguinte, enquanto nesse último ano quase dois terços (63%) do crescimento na renda *per capita* dos mais pobres resultam do crescimento na renda proveniente do trabalho, a contribuição da renda não derivada do trabalho foi de apenas pouco mais de um quarto (27%).

Embora o progresso na renda do trabalho pudesse decorrer de expansões balanceadas na taxa de ocupação e na remuneração por trabalhador, tanto o progresso desde 2001 como o do último ano decorreram fundamentalmente do crescimento na remuneração por trabalhador ocupado. De todos os determinantes imediatos, o crescimento na renda dos trabalhadores ocupados foi o mais importante, tendo contribuído com 43% do crescimento da renda dos 10% mais pobres desde 2001 e 57% no último ano.

Assim, se a renda dos ocupados tivesse permanecido constante entre 2001 e 2008, em vez de a renda *per capita* dos mais pobres ter crescido 8% a.a., ela teria crescido apenas 5% a.a. Tanto no período analisado como no último ano ocorreram progressos na taxa de ocupação, mas esses foram limitados e responderam por apenas 5% do crescimento na renda *per capita* do grupo.

A importância de cada um desses fatores para a redução na desigualdade pode ser avaliada a partir do contraste de seu papel no aumento da renda dos mais pobres e na dos mais ricos. As mudanças demográficas foram mais intensas entre os pobres, levando a proporção de adultos nas famílias pobres a um aumento duas vezes maior que a alcançada pelos mais ricos – tanto para o período como para o último ano. Esta transformação demográfica mais acelerada entre os mais pobres foi responsável por apenas 10% da queda na razão entre a renda média dos mais ricos e mais pobres (tabela 4).

A renda não derivada do trabalho, no entanto, cresceu mais entre os mais pobres. De fato, enquanto de 2001 a 2008 ela dobrou entre os 10% mais pobres, entre os mais ricos ela aumentou em apenas 10%. Dessa grande diferença na expansão da renda não derivada do trabalho entre pobres e ricos decorre metade da queda na desigualdade. No último ano, o crescimento foi mais balanceado entre pobres e ricos, levando a renda não derivada do trabalho responsável por apenas 20% da queda na desigualdade.

O acesso ao trabalho foi o único fator para o qual a taxa de expansão ao longo de todo o período foi mais acentuada entre os ricos. Tanto entre as famílias mais pobres como entre as mais ricas a taxa de ocupação cresceu, mas foi entre as mais ricas que ela se expandiu mais. Este fator, portanto, em nada contribuiu com a redução na desigualdade no período. No último ano, entretanto, o progresso foi mais intenso entre os mais pobres, levando a que tenha passado a contribuir para a redução na desigualdade, embora de forma relativamente modesta (6%).

O avanço na remuneração do trabalho entre os ocupados também foi bem mais intenso entre os mais pobres. Esse diferencial na taxa de crescimento explica quase 40% da queda na desigualdade no período. No último ano, as diferenças entre pobres e ricos no progresso desse fator foram acentuadas. Como também as diferenças em acesso a renda não derivada do trabalho foram limitadas, a importância do maior crescimento da renda do trabalho entre os mais pobres aumentou no último ano, chegando a responder por dois terços da queda na desigualdade.

TABELA 4
Determinantes imediatos da queda na pobreza e na desigualdade – Brasil, 2001, 2007 e 2008

Factuais e contrafactuais	Renda <i>per capita</i> dos 10% mais pobres (R\$/mês)	Renda <i>per capita</i> dos 10% mais ricos (R\$/mês)	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 10% mais pobres	Contribuição para a variação (%)			Determinante
				Renda per capita dos 10% mais pobres	Renda per capita dos 10% mais ricos	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 10% mais pobres	
2001	34	2316	68	–	–	–	–
2001 com a proporção de adultos de 2008	36	2398	66	11	33	11	Proporção de adultos
2001 com a proporção de adultos e a renda não trabalho de 2008	47	2456	53	42	23	54	Renda não derivada do trabalho
2001 com a proporção de adultos, a renda não trabalho e a taxa de ocupação de 2008	48	2558	54	4	41	-4	Taxa de ocupação
2008	58	2566	44	43	3	39	Renda do trabalho por trabalhador
2007	51	2475	49	–	–	–	–
2007 com a proporção de adultos de 2008	51	2488	49	10	15	9	Proporção de adultos
2007 com a proporção de adultos e a renda não trabalho de 2008	53	2542	48	27	59	19	Renda não derivada do trabalho
2007 com a proporção de adultos, a renda não trabalho e a taxa de ocupação de 2008	54	2546	47	6	4	6	Taxa de ocupação
2008	58	2566	44	57	21	66	Renda do trabalho por trabalhador

Fontes: PNADs 2001, 2007 e 2008/IBGE.

5 EXPANSÃO DAS OPORTUNIDADES COM DECLÍNIO DA DESIGUALDADE

O progresso social foi muito mais amplo do que o ocorrido apenas com a distribuição de renda e inclui avanços expressivos no acesso a diversas oportunidades básicas. Nesta seção se avalia o progresso com relação a um amplo leque de oportunidades. Documentamos não apenas a velocidade de melhora, mas também demonstramos que, na maioria dos casos, houve, também, substancial redução no grau de desigualdade.

Em termos da difusão do acesso, a tabela 5 revela que em todas as dimensões analisadas, exceto com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho e à maternidade precoce, houve progresso expressivo na última década e meia. Em linha com os ODMs, comparamos a velocidade observada de melhora com o que precisaria ocorrer para se reduzir as carências à metade ou a um terço do valor inicial em 25 anos. As dimensões cujo progresso permitiria reduzir as carências a menos de um terço do valor inicial em 25 anos foram classificadas como *progresso extremamente acelerado*. Já as que melhoraram a uma velocidade suficiente para reduzir as carências a valores entre meio e um terço da situação inicial, em 25 anos, foram classificadas como *progresso acelerado*. Por fim, aquelas com melhora positiva, porém incapaz de reduzir as carências a menos da metade, em 25 anos, foram classificadas simplesmente como *com progresso*.

TABELA 5

Varição equivalente nos últimos 25 anos nos indicadores de pobreza entre crianças de 0 a 17 anos – Brasil, 1992 e 2008
(Em %)

Indicadores	Pobreza (Probabilidade média)				Desigualdade (Índice de dissimilaridade)			
	1992	2008	Varição equivalente em 25 anos	Veloci- dade do progresso	1992	2008	Varição equivalente em 25 anos	Veloci- dade do progresso
Acesso a serviços habitacionais básicos								
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado a água	39	22	0,39	Acelerado	24	13	0,39	Acelerado
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado a saneamento	53	34	0,50	Significa- tivo	30	17	0,42	Acelerado
Acesso a informação								
Porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos que vivem em domicílios sem televisão e telefone	85	19	0,10	Extrema- mente acelerado	55	10	0,07	Extrema- mente acelerado

(continua)

(continuação)

Indicadores	Pobreza (Probabilidade média)				Desigualdade (Índice de dissimilaridade)			
	1992	2008	Varição equivalente em 25 anos	Veloci- dade do progresso	1992	2008	Varição equivalente em 25 anos	Veloci- dade do progresso
Acesso a educação								
Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que não frequentam a escola	45	12	0,12	Extrema- mente acelerado	14	4	0,12	Extrema- mente acelerado
Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que não frequentam a escola	12	2	0,05	Extrema- mente acelerado	5	0	0,02	Extrema- mente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentam a escola	37	15	0,23	Extrema- mente acelerado	13	4	0,16	Extrema- mente acelerado
Progresso e conclusão educacional								
Porcentagem de crianças de 11 anos que não completaram a 4ª série	69	47	0,55	Significa- tivo	32	13	0,24	Extrema- mente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 anos que não completaram o ensino fundamental	85	57	0,54	Significa- tivo	43	20	0,30	Extrema- mente acelerado
Porcentagem de jovens de 18 anos que não completaram o ensino médio	93	75	0,71	Lento	53	29	0,39	Acelerado
Trabalho precoce e desemprego juvenil								
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos trabalhando	19	7	0,20	Extrema- mente acelerado	8	2	0,17	Extrema- mente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que buscam trabalho e permanecem desempregados	17	23	1,70	Retrocesso	4	6	1,76	Retrocesso
Vulnerabilidade entre mulheres e jovens								
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que são cônjuges em alguma família	4	4	0,86	Lento	3	3	0,85	Lento
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que já são mães	5	5	1,17	Retrocesso	2	2	1,00	Lento
Mortalidade								
Taxa de mortalidade dos filhos nascidos vivos entre mulheres de 15 a 44 anos (em mil)	74	37	0,35	Acelerado	17	7	0,26	Extrema- mente acelerado

Fontes: PNADs 1992 e 2008/IBGE.

Dos 14 indicadores analisados, cinco deles (36%) tiveram progresso extremamente acelerado. Encontram-se nesse grupo: acesso à escola e à informação, e redução do trabalho precoce. Além disso, dois (14%) dos indicadores analisados tiveram progresso acelerado, mas não extremamente acelerado, aí incluídos: acesso à água e redução da mortalidade precoce. Portanto, sete (50%) dos indicadores tiveram progresso acelerado. Em apenas duas dimensões (desemprego juvenil e gravidez precoce) ocorreram retrocessos. O progresso foi relativamente lento em termos de conclusão e progressão no ensino fundamental e muito lento – redução a uma velocidade inferior a dois terços da situação original em 25 anos – na taxa de conclusão do ensino médio e nupcialidade precoce.

Tal como ocorreu com o crescimento na renda, a expansão das oportunidades também foi mais expressiva nos grupos mais vulneráveis, o que veio reduzir significativamente o grau de desigualdade de oportunidades.

A tabela 5 também apresenta o grau de desigualdade de oportunidades associado a cada uma das 14 dimensões investigadas. Também comparamos a velocidade de progresso com o que seria necessário para reduzir a meio e a um terço o grau de desigualdade em 25 anos.

Os resultados obtidos claramente indicam que em 11 (79%) das dimensões analisadas ocorreram reduções no grau de desigualdade de oportunidades. Em apenas três (21%), que são exatamente aquelas em que não houve progresso ou ele foi muito limitado – maternidade, nupcialidade precoce e inserção dos jovens no mercado de trabalho –, não foram observadas reduções significativas no grau de desigualdade de oportunidades.

Vale notar que em oito (63%) das dimensões, as reduções no grau de desigualdade foram extremamente aceleradas: acesso à informação, à educação, progressão e conclusão do ensino fundamental, além de trabalho e mortalidade precoces. A redução no grau de desigualdade foi acelerada, mas não tanto, em: acesso a água e saneamento e conclusão do ensino médio.

Em conjunto, esses resultados revelam que o progresso social brasileiro desde 2001 não se limita à distribuição da renda. Na verdade, melhorias igualmente contínuas, aceleradas e equalizantes marcam um amplo leque de oportunidades, que, inclusive, estão em prática a um número bem maior de anos. Enquanto a queda sustentada na desigualdade de renda teve início em 2001, e na pobreza em 2003, a expansão das oportunidades com redução na desigualdade começou sua trajetória há 15 anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progresso alcançado pelo país em distribuição de renda no período 2001-2008 é inegável, sendo que em 2008 as mudanças foram ainda mais intensas e equalizantes. A renda *per capita* de todos os grupos cresceu e, entre os mais pobres, o crescimento foi mais acelerado na desigualdade de renda e na pobreza. Enquanto a renda familiar *per capita* da população como um todo cresceu 5,1% a.a., a dos 10% mais pobres cresceu três vezes mais rápido (15,4% a.a.). Entre os 10% mais ricos a renda familiar *per capita* cresceu 3,7% a.a.

Em 2008, a extrema pobreza foi reduzida à metade de seu valor em 2003, portanto, fizemos em cinco anos o que o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio estabelece que seja feito em 25 anos.

O grau de desigualdade de renda brasileiro, desde 2001, vem declinando continuamente e de forma acentuada, levando a diferença de renda entre brasileiros a uma redução de R\$ 350,00 para R\$ 320,00 por mês, uma queda de 8% em sete anos. Mas, apesar dessa espetacular melhora, o nível de desigualdade brasileiro continua muito elevado. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro dos 10% mais pobres teria para gastar em um ano. Em função dessa elevada desigualdade que ainda prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda está acima do que se poderia esperar de um país com a nossa renda *per capita*.

Em suma, com o declínio contínuo da desigualdade de renda desde o início do novo milênio, as expectativas e o debate, hoje, no país mudaram. Após sete anos consecutivos de acentuada redução na desigualdade, a discussão deixou de ser sobre se é ou não possível reduzir a desigualdade para como dar continuidade a esse processo. As atenções voltaram-se agora para qual será a magnitude da redução nos próximos anos e quais políticas mais adequadas para acelerar esse processo.

Avaliando a contribuição do crescimento da renda e da queda no grau de desigualdade para a redução da pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2008, constatamos que cerca da metade da queda na pobreza veio do crescimento econômico, e a outra metade, da redução no grau de desigualdade. Não apenas a redução na desigualdade foi fundamental para a queda na pobreza, mas também sua importância foi relativamente maior para elevar a renda dos mais carentes entre os pobres.

Vimos também que o crescimento acelerado na renda dos mais pobres está relacionado a apenas alguns fatores determinantes. Ao investigar os determinantes imediatos da melhora na distribuição de renda brasileira entre 2001 e 2008, encontramos que no grupo dos 10% mais pobres, a proporção de adultos pouco se alterou, enquanto que a renda por adulto cresceu bastante. O componente demográfico contribuiu, portanto, com apenas um décimo do crescimento na renda do grupo enquanto que a renda por adulto contribuiu com nove décimos.

O crescimento acelerado na renda por adulto das famílias pobres veio tanto do crescimento na renda não derivada do trabalho como no proveniente do trabalho. A taxa de crescimento da primeira foi elevada, mas como cerca de três quartos da renda dos mais pobres decorre da renda do trabalho, a contribuição das duas fontes acabou similar – 42% para a renda não derivada do trabalho e 47% para a renda proveniente dele. Em 2008, entretanto, a contribuição da renda do trabalho foi maior, levando a que quase dois terços do crescimento na renda *per capita* dos mais pobres resultasse no crescimento na renda proveniente do trabalho, e que a contribuição da renda não derivada do trabalho fosse de apenas pouco mais de um quarto. Esse progresso na renda do trabalho decorreu fundamentalmente do crescimento na remuneração por trabalhador ocupado. Esse foi o fator mais importante, contribuindo com 43% do crescimento da renda dos 10% mais pobres desde 2001 e 57% no último ano.

Entre os mais pobres, as mudanças demográficas foram mais intensas, levando a que a proporção de adultos nas famílias pobres tenha aumentado a uma taxa ao menos duas vezes maior que a alcançada pelos mais ricos. Mas, essa transformação demográfica mais acelerada entre os mais pobres foi responsável por apenas 10% da queda na razão entre a renda média dos mais ricos e dos mais pobres. A renda não derivada do trabalho, no entanto, dobrou entre os 10% mais pobres, enquanto que entre os mais ricos aumentou em apenas 10%. Dessa grande diferença na expansão da renda não derivada do trabalho entre pobres e ricos decorre metade da queda na desigualdade. Em 2008 o crescimento foi mais balanceado entre pobres e ricos, levando a renda não derivada do trabalho responsável por apenas 20% da queda na desigualdade. O acesso ao trabalho foi o único fator para o qual a taxa de expansão ao longo de todo o período foi mais acentuada entre os ricos. Esse fator, portanto, em nada contribuiu com a redução na desigualdade no período. Em 2008, entretanto, o progresso foi mais intenso entre os mais pobres, levando a contribuir para a redução na desigualdade, ainda que de forma modesta (6%). O avanço na remuneração do trabalho entre os ocupados também foi bem mais intenso entre os mais pobres, com o diferencial na taxa de crescimento explicando quase 40% da queda na desigualdade no período. Também em 2008 as diferenças entre pobres e ricos no progresso desse fator foram acentuadas. Da mesma forma que as diferenças em acesso a renda não derivada do trabalho foram limitadas, a importância do maior crescimento da renda do trabalho entre os mais pobres aumentou no último ano, chegando a responder por dois terços da queda na desigualdade.

Por fim, documentamos que o progresso social foi muito mais amplo do que o ocorrido apenas com a distribuição de renda e incluiu avanços expressivos no acesso a diversas oportunidades básicas, com substancial redução no grau de desigualdade. Em termos da difusão do acesso, em todas as dimensões analisadas,

exceto com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho e à maternidade precoce, houve progresso expressivo na última década e meia. Dos 14 indicadores analisados, cinco deles – por exemplo, acesso à escola e à informação e redução do trabalho precoce – tiveram progresso extremamente acelerado; dois tiveram progresso acelerado, mas não extremamente acelerado – por exemplo, acesso à água e redução da mortalidade precoce; portanto, oito dos indicadores tiveram progresso acelerado. Em apenas duas dimensões (desemprego juvenil e gravidez precoce) ocorreram retrocessos. O progresso foi relativamente lento em termos de conclusão e progressão no ensino fundamental e muito lento na taxa de conclusão do ensino médio e nupcialidade precoce. Tal como ocorreu com o crescimento na renda, a expansão das oportunidades também foi mais expressiva nos grupos mais vulneráveis, reduzindo significativamente o grau de desigualdade de oportunidades.

Em conjunto, esses resultados revelam que o progresso social brasileiro desde 2001 não se limitou à distribuição da renda. Na verdade, melhorias igualmente contínuas, aceleradas e equalizantes marcam um amplo leque de oportunidades, que, inclusive, estão em prática há muito mais tempo. Enquanto a queda sustentada na desigualdade de renda teve início em 2001 e na pobreza em 2003, a expansão das oportunidades com redução na desigualdade começou sua trajetória há cerca de 15 anos.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas para a queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. cap. 16. v. 2.

BARROS, R. P. *et al.* Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 117-147, 2006a.

_____. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda Brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006b. cap. 12. v. 1.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007a. cap. 26. v. 2.

_____. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007b. cap. 28. v. 2.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. cap. 14. v. 1.

DESIGUALDADE DE RENDA

Sergei Soares*

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais uma vez trouxe boas notícias no que se refere à distribuição de renda no país. Apesar de o Brasil continuar um dos países mais desiguais do planeta, é claro que há uma tendência de queda continuada desde 1999 ou 2001. Melhor que isto, de 2007 a 2008 houve crescimento na renda de todos os centésimos, revertendo a queda registrada na renda dos 5% mais pobres de 2006 a 2007. Uma decomposição fatorial do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte deste movimento, embora as transferências públicas – aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) – continuam aportando uma forte contribuição. Um ponto positivo é que diferentes fatores têm levado à desconcentração de renda desde 2001, o que é positivo, uma vez que faz que não se dependa apenas de um.

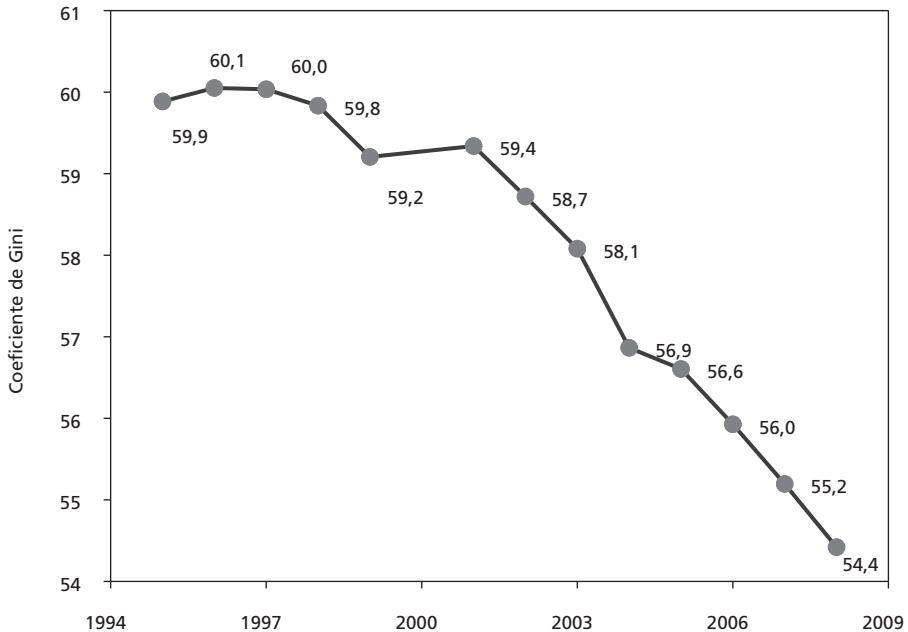
2 EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI

A queda da desigualdade, talvez o fato mais meritório de comemoração dos últimos 30 anos no campo da distribuição de renda, continua. Conforme mostra o gráfico 1, o coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* continuou sua trajetória de queda rumo a uma sociedade mais justa. O ritmo de queda também se mantém e a redução de 0,82 pontos (x100) de Gini entre setembro de 2007 e setembro de 2008 é um pouco superior à redução média desde 2001, de 0,7 pontos (x100). Ou seja, apesar de a diferença ser pequena e provavelmente não significativamente diferente de zero, houve uma aceleração do ritmo da queda na desigualdade no último ano.

Como já foi colocado pela literatura (BARROS *et al.* 2007; SOARES, 2008), um coeficiente de Gini de 54,4 ainda deixa o Brasil na metade mais desigual da região mais desigual do mundo. Falta muito até chegarmos a uma distribuição de renda civilizada, mas é, mais uma vez, meritório de comemoração que após décadas de más notícias sobre a desigualdade, continuamos no caminho certo.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

GRÁFICO 1

Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* – 1995-2008

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Obs.: Sem área rural da região Norte. O IBGE começou a amostrar a área rural da região Norte – salvo Tocantins – apenas em 2004. Logo, para fins de comparabilidade, esta área foi omitida também para os anos posteriores a 2004. Na prática, não faz muita diferença.

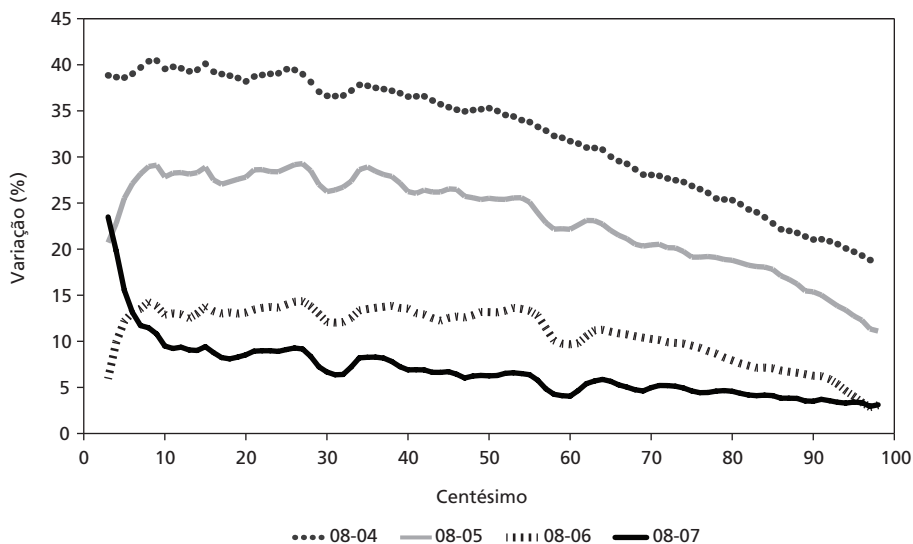
3 CRESCIMENTO POR CENTÉSIMOS

Além de observarmos uma queda na desigualdade houve crescimento robusto da renda domiciliar *per capita*, que cresceu 5,1% de 2007 para 2008, passando de R\$ 563,00 para R\$ 591,00. Ademais, houve crescimento ao longo de toda a distribuição de renda. O gráfico 2 mostra o crescimento da renda, centésimo a centésimo, em 2008, com relação aos quatro anos entre 2004 e 2007.¹ A curva preta mostra a taxa de crescimento entre 2007 e 2008. Além de haver crescimento para todos os centésimos este crescimento foi maior para os centésimos mais pobres, cuja renda cresceu entre 10% e 24%, que para os centésimos mais ricos, cuja renda cresceu menos que 4%. Trata-se do melhor dos mundos: a renda sobe para todos, mas sobe mais para os que menos têm.

1. A escolha entre 2004 e 2007 se deve ao fato da área rural da região Norte ser amostrada na PNAD apenas de 2004 em diante.

GRÁFICO 2

Taxa de crescimento da renda por centésimo entre 2008 e 2004, 2005, 2006, 2007



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Obs.: Com área rural da região Norte.

Os centésimos são de fato, uma média móvel de cinco centésimos para clarificar a apresentação gráfica.

Um dos fatos preocupantes observados na PNAD 2007 foi uma queda na renda dos 5% mais pobres, observável no gráfico 2, no cruzamento das curvas preta e pontilhada. Felizmente, esta redução de renda foi revertida e os cinco centésimos mais pobres foram justamente aqueles cuja renda cresceu a taxas superiores a 20%.

Um olhar de médio prazo é igualmente auspicioso. A curva tracejada mostra que de 2004 a 2008 o ganho de renda dos centésimos superiores foi em torno de 20%. Nada desprezível, mas bem inferior aos 40% para os dois décimos inferiores na distribuição de renda.

4 DECOMPOSIÇÃO FATORIAL POR FONTES DE RENDA

Uma das vantagens do coeficiente de Gini é que esta medida de desigualdade se presta a decomposições por fonte de renda. Embora os rendimentos do trabalho sejam preponderantes na renda total, esta é composta também por benefícios previdenciários, assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família, e rendimentos do capital, embora estes sejam mal medidos pela PNAD.

É possível atribuir à evolução de cada fonte de renda uma parcela do crédito da redução da desigualdade. Isto é possível porque o coeficiente de Gini é a soma ponderada de uma medida de progressividade de renda, chamada

coeficientes de concentração, de cada componente da renda (HOFFMANN, 2005; SOARES *et al.* 2006).²

Para se calcular um coeficiente de concentração é necessário:

1. Ordenar a população pela renda total.
2. No eixo horizontal, acumular a população ordenada pela renda.
3. No eixo vertical, acumular a fonte de renda cuja concentração se quer medir.
4. O resultado é uma curva de concentração. Toda curva de concentração começa no ponto (0,0), no qual não há população acumulada, tampouco renda acumulada, e termina no ponto (1,1), no qual toda a população e todos os rendimentos foram contados.
5. A reta de perfeita igualdade é a linha diagonal ligando o ponto (0,0) e o ponto (1,1) e corresponde a uma renda distribuída de forma perfeitamente igualitária: 10% da população deteriam 10% da renda, 20% da população 20% da renda, e assim por diante.
6. A área (x2) entre a curva de concentração de uma dada fonte de renda e a reta de perfeita igualdade é o coeficiente de concentração daquela fonte. Áreas acima da reta de perfeita igualdade contam negativamente e áreas abaixo contam positivamente.
7. Todo coeficiente de concentração varia entre -1 e +1 (ou -100% e +100%). Quanto mais próximo de -1, mais progressiva (pró-pobre) é o tipo de renda cujo coeficiente de concentração está sendo calculado; quanto mais próximo de +1, mais regressiva (pró-rico).

O coeficiente de concentração da renda total é justamente o coeficiente de Gini. Qualquer redução do coeficiente de Gini ocorre por uma das razões: uma ou mais rendas se tornou mais progressiva ou houve queda na participação na renda total de uma renda mais concentrada com consequente aumento de uma menos concentrada.

Dividimos a renda domiciliar *per capita* (renda total) nas seguintes rendas:

1. Renda do trabalho diferente a um salário mínimo.
2. Renda do trabalho igual a um salário mínimo.
3. Renda das aposentadorias e das pensões diferente a um salário mínimo.

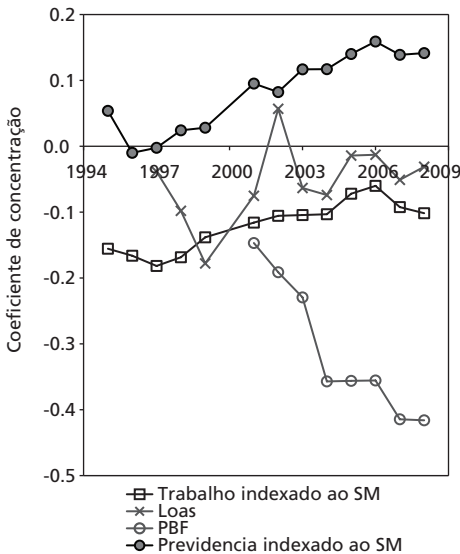
2. Matematicamente, a expressão é: $G = \sum_k c_k \varphi_k$ em que G representa o coeficiente de Gini, c_k o coeficiente de concentração da renda k e φ_k o peso da renda k na renda total. Ou seja: $\sum \varphi_k = 1$.

4. Renda das aposentadorias e das pensões igual a um salário mínimo.
5. Renda do capital.
6. Renda do BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – de 1997 em diante.
7. Renda do PBF e, antes dele, do Bolsa Família Federal, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e Auxílio gás (de 2001 em diante).
8. Outras rendas.

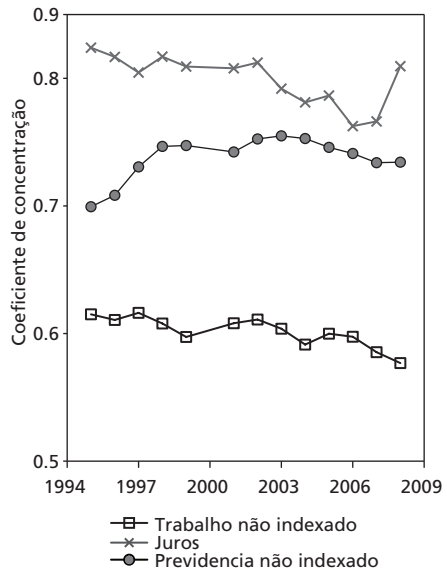
Essas rendas não correspondem às perguntas de renda feitas no questionário da PNAD e foram necessários diversos tratamentos estatísticos para transformar estas perguntas de renda nas categorias acima. Estes tratamentos são necessariamente imperfeitos e, em alguns casos, nossas estimativas não correspondem muito bem aos dados administrativos. Os detalhes encontram-se no anexo metodológico.

GRÁFICO 3
Coefficientes de concentração – 1995-2008

Painel 1 – Rendas progressivas



Painel 2 – Rendas regressivas



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.
Obs.: Sem área rural da região Norte.

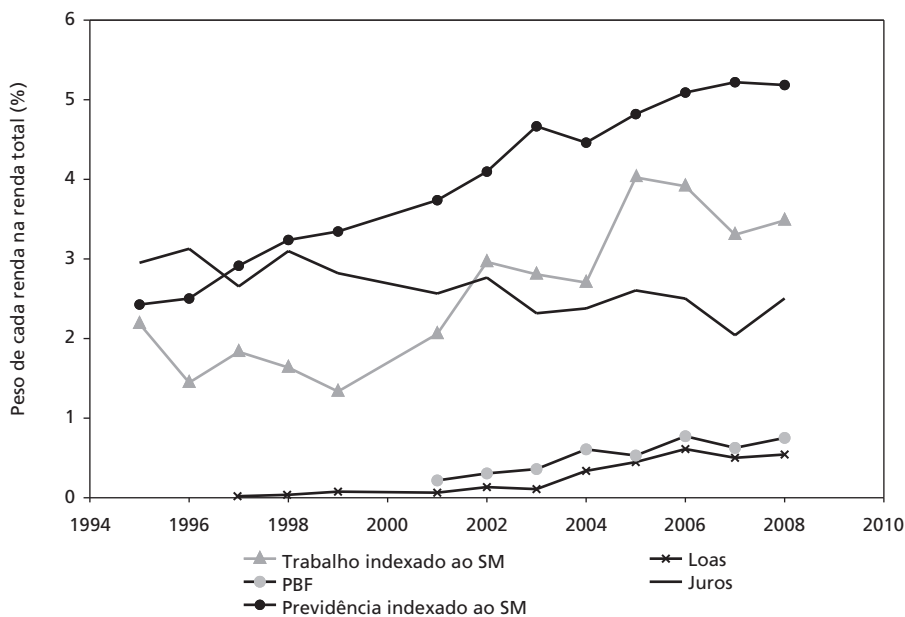
O gráfico 3 mostra quão díspares são os coeficientes de concentração das diferentes rendas no Brasil. Eles variam de - 41,6, para o Programa Bolsa Família, até + 79,2, para a renda do capital (juros, dividendos e aluguéis). A variação é tão

alta que optamos por representar sua variação em dois painéis: o painel 1 mostra a evolução das rendas progressivas – cujo coeficiente de concentração é inferior ao coeficiente de Gini – e o painel 2 a evolução das rendas regressivas – cujo coeficiente de concentração é superior ao coeficiente de Gini.

Fora o caso da renda do trabalho, cujo coeficiente de concentração caiu e foi importante na redução da desigualdade, a mudança nos coeficientes de concentração oferece pouca explicação. A concentração da previdência não indexada ao mínimo aumentou. Não houve mudança na concentração dos rendimentos do capital, e as rendas do trabalho igual a um salário mínimo e da previdência indexada igualmente ao mínimo se tornaram mais concentradas, salvo nos últimos dois anos. A renda do Bolsa Família aparentemente ficou menos concentrada, mas acreditamos que este é um artifício estatístico, fruto do método de construção desta renda.

GRÁFICO 4

Pesos de diferentes fontes de renda na renda total – 1995-2008



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Obs.: Sem área rural da região Norte.

A explicação deve estar então nos pesos das diferentes rendas. O gráfico 4 mostra que esta intuição parece estar correta. A participação das rendas mais progressivas, o BPC-Lei Orgânica da Assistência Social e, principalmente, o PBF, aumentou de zero para algo próximo de 1%. A participação da renda do trabalho igual a um salário mínimo aumentou de 2% para quase 4% e a participação das

aposentadorias de pensões indexadas ao mínimo foi de menos de 3% para mais de 5%. As fatias destas rendas todas no bolo distributivo aumentaram de menos de 5% em 1999 para mais de 10% em 2008.

Esse aumento ocorreu à custa da renda do capital, que caiu um ponto percentual, e da renda do trabalho não igual a um salário mínimo, que perdeu quatro pontos percentuais de 1999 a 2008.

É possível associar, com exatidão, a cada fonte de renda uma parte da responsabilidade por uma queda ou aumento no coeficiente de Gini geral.³ A tabela 1 contém os resultados para todos os anos desde 2001, quando começou a queda da desigualdade. Números negativos são quando o efeito de uma fonte em particular é contrário à tendência geral de redução da desigualdade.

TABELA 1
Decomposição fatorial da queda da desigualdade
 (Em %)

	Trabalho <> SM	Trabalho = SM	Previdência <> SM	Previdência = SM	BPC-Loas	Bolsa Família	Capital	Outras
01-02	-28	89	-9	37	4	12	-4	-1
02-03	84	-17	-19	19	0	9	21	2
03-04	79	-6	5	-8	13	24	-4	-4
04-05	-201	267	24	20	16		-12	12
05-06	34	-21	36	0	15	10	4	-4
06-07	103	-38	18	22	-6		15	-1
07-08	75	16	6	-3	2	0	-7	-1
Total	47	19	7	9	6	12	2	-1

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Obs.: O método de identificação usado para a renda do PBF gera resultados viesados quando há comparação de anos com suplemento (2004 e 2006) e anos sem o suplemento.

A tabela mostra claramente que a renda do trabalho foi o maior determinante da queda na desigualdade. De 2007 para 2008, o comportamento da renda do trabalho não igual a um salário mínimo foi responsável por 75% da queda na desigualdade. O aumento do valor do salário mínimo contribuiu com 16% via mercado de

3. A variação no coeficiente de Gini se pode escrever como: $\Delta G = \sum_k (\bar{c}_k \Delta \varphi_k + \bar{\varphi}_k \Delta c_k)$, em que G representa o coeficiente de Gini, c_k o coeficiente de concentração da renda k e φ_k o peso da renda k na renda total. O primeiro termo do somatório representa o efeito-composição e o segundo o efeito-concentração de cada renda. Lembrando que $\sum_k \Delta \varphi_k = 0$, pode-se subtrair zero da expressão acima: $\Delta G = \sum_k (\bar{c}_k \Delta \varphi_k + \bar{\varphi}_k \Delta c_k) - \sum_k G \Delta \varphi_k$. Rearranjando, temos: $\Delta G = \sum_k (\bar{c}_k - G) \Delta \varphi_k + \sum_k \bar{\varphi}_k \Delta c_k$, o que mostra claramente que rendas cujos coeficientes de concentração são menores que o índice de Gini contribuem para a igualdade.

trabalho. O BPC-Loas entrou com 2% e o PBF contribuiu pouco, uma vez que entre 2007 e 2008 não houve ampliação de número de beneficiários, o que está ocorrendo agora.

Um olhar de médio prazo mostra que de 2001 para 2008, o mercado de trabalho ainda foi a força mais importante moldando a distribuição de renda, responsável por 65% da queda da desigualdade. As transferências governamentais também foram fundamentais: sem as mudanças nestas fontes de renda, a queda na desigualdade teria sido 34% menor. É interessante que se tomamos as transferências governamentais como um todo – previdência, PBC-Loas e PBF –, estas foram em 1999 levemente regressivas, com um coeficiente de concentração 0,7 pontos (x100) superior ao coeficiente de Gini, para serem em 2008 claramente progressivas, com um coeficiente de concentração 3,6 pontos (x100) inferior ao Gini daquele ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as notícias distributivas são extremamente positivas, mas apontam para a necessidade de aprofundar as políticas públicas para a melhoria da distribuição de renda. O coeficiente de Gini continua caindo, mas ainda falta muito para nossa distribuição de renda chegar a patamares civilizados. Houve aumento na renda de todos os centésimos, mas a renda média mensal do vigésimo mais pobre da população ainda é de meros R\$ 32,72 *per capita*.

As transferências governamentais foram responsáveis por um terço da redução na desigualdade e ainda é possível aumentar sua progressividade para que continuem agindo para gerar uma sociedade mais justa e não mais para reproduzir desigualdades, que é o que ocorreu nas cinco décadas antes do fim dos anos 1990.

O mercado de trabalho é responsável por 75% da renda das famílias, conforme medida pela PNAD, então não surpreende que o que ocorre com os rendimentos do trabalho é de fundamental importância para a renda domiciliar *per capita*. O salário mínimo parece ter um papel importante na redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho, mas certamente mais estudo sobre este tema é necessário. No entanto, a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho diferentes de um salário mínimo foi responsável por nada menos que 45% de toda a queda do coeficiente de Gini de 2001 até 2008. Compreender a dinâmica por trás deste fenômeno é fundamental para entender a redução na desigualdade e apontar políticas para que esta se mantenha.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. *et al.* **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1258).

HOFFMANN, R. As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade. **Econômica**, v. 7, n. 2, p. 335-341, 2005.

SOARES, F. V. *et al.* **Programas de transferência de renda no Brasil:** impactos sobre a desigualdade. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1228).

SOARES, S. **O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado?** Evidências do contexto histórico e internacional. Brasília: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1339).

ANEXO

Anexo metodológico

1. Renda do trabalho – foi gerada uma variável nova, *renda do trabalho igual a um salário mínimo* a partir da variável derivada *v4719* que tem valor zero, quando esta não é igual ao salário mínimo, e, valor igual ao salário mínimo, quando *v4719* é igual ao salário mínimo do ano. Esta nova variável foi subtraída da *v4719* para gerar a variável *renda do trabalho diferente de um salário mínimo*. A média domiciliar de ambas as rendas resultou nas versões domiciliar *per capita* das variáveis acima.
2. Renda da previdência – as quatro variáveis que codificam benefícios previdenciários, *v1252*, *v1255*, *v1254* e *v1261* sofreram um tratamento idêntico à *v4719*, sendo geradas deste modo quatro variáveis de renda previdenciária igual a um salário mínimo corrente e outras quatro de renda previdenciária diferente de um salário mínimo. Cada conjunto de quatro variáveis foi somado, resultando em duas variáveis previdenciárias. Que foram posteriormente transformadas em domiciliar *per capita*.
3. Renda do capital, do BPC e do Programa Bolsa Família – a variável *outras rendas* da PNAD *v1273* foi dividida em três. A primeira foi a *renda do BPC* que foi extraída da *v1273* do mesmo modo que as variáveis iguais ao salário mínimo descritas acima. Do que restou da *v1273*, após a subtração da *renda do BPC* foi retirada a *renda do PBF*. Como a renda do PBF, do Bolsa Escola, do Peti, do Bolsa Alimentação e do Auxílio gás assume uma variedade de valores, não se pode identificar mediante comparação com o salário mínimo. Foram usados, portanto, os valores típicos desenvolvidos por Ricardo Paes de Barros, desde que estes valores fossem inferiores a um salário mínimo. Como todas as combinações de valores dos programas mencionados anteriormente varrem quase toda a renda inferior a um salário mínimo, o aumento do salário mínimo provavelmente exerceu influência fundamental sobre os resultados. Após a subtração da *renda do Programa Bolsa Família* da *v1273*, o restante foi somado com a variável *v1267* – *renda de aluguéis* – para compor a variável *renda do capital*. As três rendas geradas neste passo foram transformadas em domiciliar *per capita*.
4. Outras rendas – as variáveis *v1264* e *v1270* foram somadas, chamadas de outras rendas e transformadas em domiciliar *per capita*.

O EFEITO DA DESIGUALDADE REGIONAL NA DESIGUALDADE RACIAL

Rafael Guerreiro Osorio*

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é avaliar a contribuição da desigualdade regional para a desigualdade racial no Brasil. Ao longo do território nacional, além de haver diferenças no que toca ao desenvolvimento e às condições de vida da população, há muita variação da composição racial. As regiões do Brasil meridional, mais ricas, apresentam maior porcentagem de pessoas brancas que as do Brasil setentrional: do Oiapoque ao Chuí, a população embranquece e a renda aumenta. Assim, pode-se demonstrar que, mesmo se não houvesse desigualdade racial nas regiões, ainda haveria desigualdade racial no Brasil. Porém, essa desigualdade racial residual não seria atribuível ao racismo e seus efeitos, mas à desigualdade econômica entre as regiões do país conjugada à composição racial variada. Usando uma metodologia simples, estima-se que *a desigualdade regional é responsável por cerca de um terço da diferença de renda domiciliar per capita entre brancos e negros.*

Esse resultado chama atenção para o fato de que a desigualdade racial, manifesta na diferença de renda média, é um fenômeno complexo com múltiplos determinantes. Entre estes, a desigualdade regional é um dos mais importantes. Portanto, políticas destinadas exclusivamente ao combate do racismo e da discriminação são necessárias, porém não suficientes para alcançar a igualdade racial.

2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE REGIONAL, DA RACIAL E DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DESIGUALDADE TOTAL

Para esta análise, as amostras¹ das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), de 2004 a 2008, foram divididas segundo a localização dos domicílios em 63 regiões, definidas pela unidade da Federação (UF) e pelo tipo de área. Nove UFs foram subdivididas em: área metropolitana, urbana não metropolitana e rural; as 18 restantes em urbana e rural. Também foram definidos dois grupos

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. Não foram consideradas pessoas residentes em domicílios com renda ignorada, tampouco pessoas que fossem pensionistas, empregados domésticos residentes, ou seus parentes – os quais não entram no cômputo da renda domiciliar segundo o conceito Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

raciais, o branco, composto pelas pessoas de cor branca, e o negro, composto por pessoas de cor preta ou parda.² Conjugando a divisão da população em regiões e grupos raciais, obtém-se 126 grupos.

Por meio de um indicador de desigualdade decomponível por grupos é possível estimar as contribuições separadas e em conjunto da desigualdade regional e da desigualdade racial para a desigualdade de renda domiciliar *per capita* brasileira. Para este tipo de análise, normalmente são empregados os indicadores da classe de medidas de desigualdade de entropia generalizada (SHORROCKS, 1980), que incluem o L e o T de Theil, e a metade do quadrado do coeficiente de variação.

Esses indicadores possuem as propriedades da curva de Lorenz, e também a de serem aditivamente decomponíveis em dois componentes: a desigualdade nos grupos e a desigualdade entre os grupos. Quando os grupos têm a mesma renda média, mesmo se possuírem desigualdades internas distintas – isto é, diferentes curvas de Lorenz –, o componente entre grupos é igual a zero.

Porém, devido a forma de ponderação da contribuição das desigualdades internas para a desigualdade total, apenas um desses indicadores possui interpretação contrafactual para o componente entre grupos, o L de Theil (SHORROCKS, 1980), ou seja, o componente entre grupos da decomposição deste indicador é exatamente o quanto a desigualdade total cairia se fossem iguais as médias dos grupos sem alterações em suas curvas de Lorenz.

No gráfico 1 são apresentados o indicador L de Theil³ para o período 2004-2008, e as contribuições das desigualdades entre grupos raciais, entre regiões e ambas conjugadas para a desigualdade total – para melhor visualização dos valores as contribuições estão apresentadas em escala distinta, representada no eixo vertical à direita.

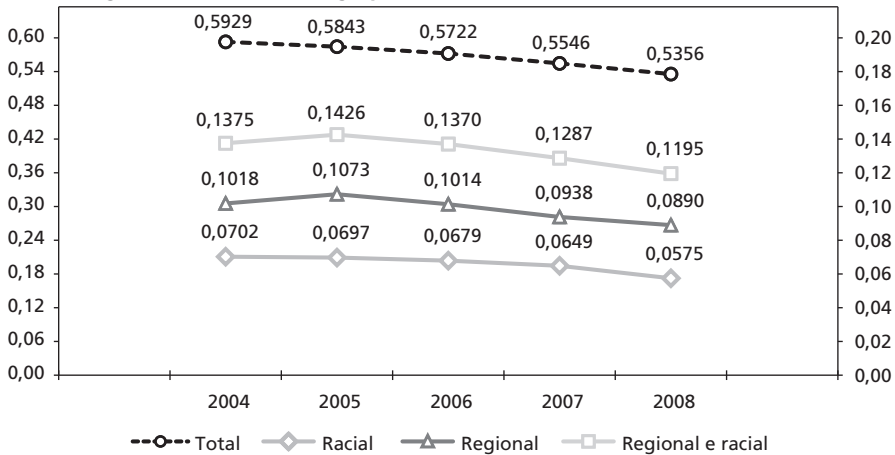
Seguindo o coeficiente de Gini, e outros indicadores de desigualdade de renda que possuem as propriedades da curva de Lorenz, o L de Theil também indica a já conhecida e analisada queda da desigualdade (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007), no período 2004-2008. A desigualdade entre os grupos raciais e dentro deles – a desigualdade na distribuição da renda dos brancos entre os

2. Pessoas de cor amarela, indígenas ou sem declaração de cor não foram consideradas na análise. No período 2004-2008, pessoas de cor branca, preta ou parda perfaziam mais de 99% da população brasileira – amostra expandida. Contudo, em algumas regiões, como nas áreas rurais do Norte ou de São Paulo, a parcela da população que se declara indígena ou amarela é maior. Na tabela 1A (anexos), pode-se conferir a população e a renda domiciliar *per capita* média de cada uma das 63 regiões, em 2008 – incluindo pessoas de cor amarela, indígenas e pessoas de cor ignorada, mas excluindo as pessoas de renda ignorada e cuja posição no domicílio era a de pensionista, empregado ou parente de empregado; a porcentagem de brancos e a de pretos ou pardos na população regional; e a renda domiciliar *per capita* média destes dois grupos raciais.

3. A análise de desigualdade baseada no indicador L de Theil exclui as pessoas com renda zero, para as quais não é possível calcular o logaritmo da renda.

brancos; e na da renda dos negros entre os negros – também caiu, assim como com a desigualdade nas regiões definidas e entre elas. A despeito de em algumas regiões haver pequenos aumentos da desigualdade, em um ou outro ano, que podem ser creditados na conta das flutuações amostrais, de forma geral a desigualdade interna⁴ das regiões caiu de 2004 a 2008.

GRÁFICO 1
Desigualdade total e entre grupos (L de Theil) – Brasil, 2004-2008



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

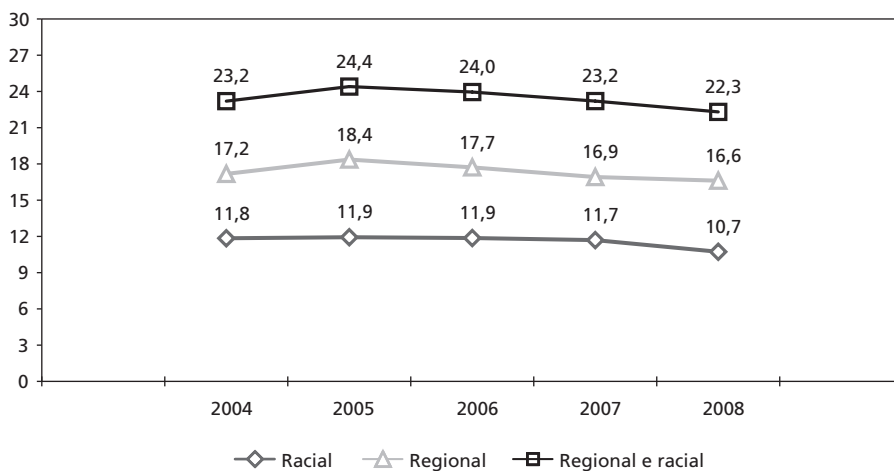
Note-se que a contribuição conjunta da desigualdade regional e da desigualdade racial para a desigualdade total não é a soma das duas contribuições obtidas separadamente. Isto ocorre justamente porque não são fenômenos independentes.

A queda da desigualdade nacional medida pelo L de Theil foi de 9,7%, de 2004 a 2008. Por volta de 22,3% desta queda pode ser atribuída à redução da desigualdade entre grupos raciais, que foi de 18,2%. A desigualdade entre regiões caiu menos, 12,6%, sendo responsável por 22,4% desta queda. Isto nas decomposições independentes. Para a decomposição conjunta, a queda de 13% da desigualdade, entre os 126 grupos formados pela união das regiões aos grupos raciais, foi responsável por quase um terço, 31,5%, da queda da desigualdade brasileira no período.

4. O indicador L de Theil para a desigualdade nos dois grupos raciais e em cada uma das 63 regiões é apresentado nas tabelas 2A e 3A (anexos).

GRÁFICO 2

Contribuição das desigualdades entre grupos para a desigualdade – Brasil, 2004-2008
(Em %)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Contudo, o gráfico 2 revela que, de 2004 a 2007, a queda da desigualdade entre grupos raciais se dá no mesmo ritmo da queda da desigualdade total, o que faz com que sua contribuição percentual para esta se mantenha constante. Apenas de 2007 para 2008 há queda de 1 ponto percentual (p.p.) na contribuição da desigualdade entre grupos raciais para a desigualdade total, de 11,7% para 10,7%.

A contribuição percentual da desigualdade entre as regiões para a desigualdade total caiu de 17,2% em 2004, para 16,6% em 2008. Comportando-se de forma semelhante, a contribuição relativa da desigualdade entre regiões e entre grupos raciais para a desigualdade total flutua no período 2004-2008, indo de 23,2% para a 22,3%. Logo, a desigualdade entre regiões e a desigualdade racial juntas respondem por algo entre um quarto e um quinto da desigualdade de renda domiciliar *per capita*.

Os dados apresentados permitem fazer uma análise de decomposição hierárquica (COWELL, 1985) estipulando: *i*) a contribuição da desigualdade racial nas regiões para a desigualdade total; ou *ii*) a contribuição da desigualdade regional dentro de cada grupo racial para a desigualdade total. A partir do gráfico 2, por exemplo, a contribuição da desigualdade racial nas regiões para a desigualdade total em 2008 é dada por $22,3\% - 16,6\% = 5,7\%$; e a contribuição da desigualdade regional em cada grupo racial para a desigualdade total é $22,3\% - 10,7\% = 11,6\%$. O resultado depende da classificação que se coloca no nível mais alto da hierarquia, a regional ou a racial, e cada escolha leva a uma interpretação diferente – e não comparável – do fenômeno. Ressalte-se que a contribuição conjunta da desigualdade regional e da racial para a desigualdade total independe desta escolha.

Teoricamente, é mais apropriado considerar que os grupos raciais estão nas regiões, e não o contrário. Não é razoável postular ser desigualdade racial o fato de o negro nas regiões rurais do Ceará ter, em média, renda menor que na região metropolitana de São Paulo. A análise da desigualdade entre grupos raciais visando ao estudo dos efeitos da discriminação por fatores raciais deve ser, na medida do possível, feita entre pessoas com condições o mais semelhantes possível, para se poder averiguar se recebem tratamentos desiguais produzindo resultados idem. Assim, negros e brancos devem ser comparados em uma região em que a heterogeneidade das condições é presumivelmente menor que entre grupos raciais em regiões diferentes.

Ao se aceitar esse pressuposto, estabelecendo a região como o nível mais alto da hierarquia da decomposição, pode-se dizer que, em 2008, se as rendas médias dos grupos raciais fossem iguadas nas 63 regiões definidas, mantendo a desigualdade interna dos grupos raciais nas regiões, a desigualdade de renda no Brasil cairia 5,7%.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA DESIGUALDADE REGIONAL PARA A RACIAL

Na análise da seção anterior, a desigualdade entre grupos raciais foi abordada em termos da sua contribuição para a desigualdade de renda brasileira. Esta contribuição foi medida nas decomposições pela distância da renda média dos negros à dos brancos – no Brasil ou nas regiões. Entretanto, os dados da seção anterior apenas revelam que existe interação entre desigualdade regional e desigualdade racial, e que ambas são importantes para explicar a desigualdade nacional. Mediu-se o quanto a desigualdade racial nas regiões contribui para a desigualdade nacional de renda, mas não o efeito da desigualdade regional sobre a diferença nas rendas médias de negros e brancos, verificada quando a unidade de análise é o Brasil.

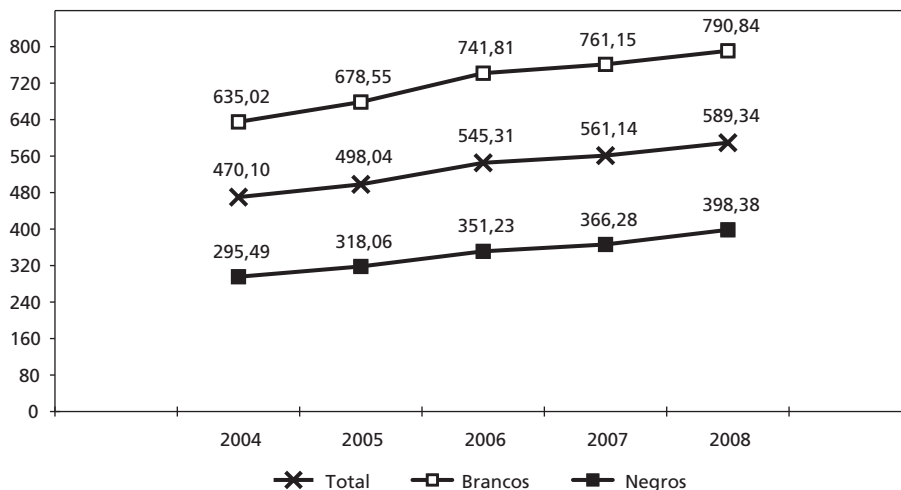
As rendas médias dos grupos raciais e a total (nacional), a preços de setembro de 2008,⁵ podem ser conferidas no gráfico 3. A diferença entre as médias aumentou R\$ 52,92 de 2004 a 2008, como efeito da elevação global do nível da renda. Mas a distância relativa entre negros e brancos no Brasil diminuiu – como seria de se esperar, a partir dos dados da seção anterior. De fato, a renda média dos brancos cresceu menos no período, o que a fez cair de 2,15 vezes a média dos negros para 1,99 vezes. Não obstante, a distância entre negros e brancos ainda é muito grande. Esta distância é estável ao longo do tempo, e não apenas no período abordado: entre 1976 e 2003, a renda média dos brancos esteve sempre em patamar mais que duas vezes mais elevado que a dos negros (OSORIO, 2009, p. 177).

5. Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ajustado de Courseuil e Foguel (2002).

GRÁFICO 3

Rendas médias dos grupos raciais e total – Brasil, 2004-2008

(Em R\$)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Para estimar a contribuição da desigualdade de renda entre regiões para a diferença entre a renda média dos brancos e a dos negros no Brasil foi feita uma simulação contrafactual simples. Esta simulação consiste em gerar novas distribuições de renda domiciliar *per capita*, nas quais as rendas médias dos grupos raciais em cada região são igualadas, contudo mantendo suas desigualdades internas. Isso faz a desigualdade total cair 5,7%, conforme descrito na seção anterior, zerando a desigualdade entre grupos raciais em cada região. A partir das distribuições simuladas, calculam-se novamente as médias apresentadas no gráfico 3, e com base na diferença entre as diferenças das médias observadas e das simuladas se estima o efeito da desigualdade entre as 63 regiões definidas sobre a diferença entre negros e brancos observada no gráfico.

Na amostra da PNAD, cada indivíduo i , pertencente a um grupo racial g , residente em uma região r , possui uma renda domiciliar *per capita* x , e está associado a um fator de expansão w . O tamanho N da população representada pela amostra de tamanho a da PNAD é obtido pela soma de todos os fatores de expansão, a renda total X é obtida pela soma do produto de todas as rendas pelos fatores de expansão, e a renda média nacional é simplesmente X/N . Como os indivíduos estão distribuídos por grupos raciais, que estão distribuídos por grupos regionais, pode se representar a amostra de tamanho a dividida em 126 subamostras de tamanho a_{rg} :

$$\bar{X} = \frac{X}{N} = \frac{\sum_{i=1}^a X_i W_i}{\sum_{i=1}^a W_i} = \frac{\sum_{r=1}^{63} \sum_{g=1}^2 \sum_{i_{rg}=1}^{a_{rg}} X_{rgi} W_{rgi}}{\sum_{r=1}^{63} \sum_{g=1}^2 \sum_{i_{rg}=1}^{a_{rg}} W_{rgi}} \quad (1)$$

A renda média X_r/N_r de cada grupo regional é calculada da mesma forma, obviamente considerando apenas os indivíduos de cada região. A renda média nacional pode ser expressa como a soma das rendas médias das regiões ponderadas pela fração da população total de cada região:

$$\bar{X} = \sum_{r=1}^{63} \bar{X}_r \frac{N_r}{N} \quad (2)$$

Por sua vez, a renda média de uma região r é a soma das rendas médias dos grupos raciais ponderadas pela fração da população regional que pertence a cada grupo:

$$\bar{X}_r = \sum_{g=1}^2 \bar{X}_{rg} \frac{N_{rg}}{N_r} \quad (3)$$

A igualdade de rendas médias entre os grupos raciais em uma mesma região implica todos os grupos terem média igual à da região, o que exige que a fração da renda regional total fluindo para cada grupo seja igual à fração da população regional que pertence a cada grupo:

$$\bar{X}_r = \bar{X}_{rg} \Leftrightarrow \frac{X_{rg}}{X_r} = \frac{N_{rg}}{N_r} \quad (4)$$

Logo, o primeiro passo na obtenção das distribuições de renda domiciliar *per capita* simuladas consiste no cálculo do montante da renda regional que caberia a cada grupo racial se houvesse igualdade racial de renda na região:

$$\hat{X}_{rg} = X_r \frac{N_{rg}}{N_r} \quad (5)$$

O segundo passo é distribuir aos indivíduos do grupo a quantidade da renda regional que caberia a cada grupo se houvesse igualdade. A distribuição é feita respeitando-se a fração observada que cada indivíduo do grupo detém da renda total do grupo. Este procedimento altera a curva de Lorenz da região, mas mantém inalteradas a curva de Lorenz de cada grupo racial na região; e a renda média regional. Logo, a renda individual simulada é dada por:

$$\hat{x}_{rgi} = \frac{x_{rgi}}{X_{rg}} \hat{X}_{rg} \quad (6)$$

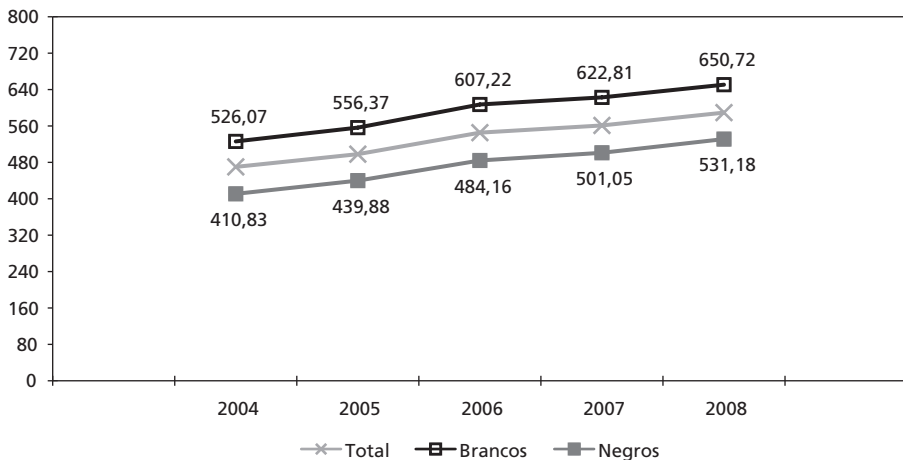
O último passo é empregar as rendas domiciliares *per capita* simuladas para os indivíduos, para calcular novamente a média nacional e a média nacional de cada grupo racial. Obviamente, a renda média nacional permanece a mesma, pois não foram alterados os totais de renda X e de população N . A simulação simplesmente transfere a renda “excedente” dos brancos para os negros para igualar as médias em cada região, mantendo a diferença entre as médias regionais. Os resultados são apresentados no gráfico 4.

O gráfico 4 tem a mesma estrutura do gráfico 3, mas seus dados se referem à distribuição contrafactual de renda. Sua análise revela que, mesmo se negros e brancos tivessem suas rendas igualadas nas regiões definidas, ainda assim haveria desigualdade racial de renda. Em 2008, a diferença de R\$ 119,54 entre a renda média contrafactual dos brancos e a dos negros era pouco menos que um terço da observada. Assim, R\$ 272,92 da diferença de R\$ 392,46 da renda entre negros e brancos no Brasil, em 2008, podiam ser atribuídas à desigualdade racial em cada região e o restante podia ser creditado aos efeitos conjuntos da desigualdade econômica e de composição racial entre as regiões.

GRÁFICO 4

Rendas médias contrafatuais dos grupos raciais e total – Brasil, 2004-2008

(Em R\$)

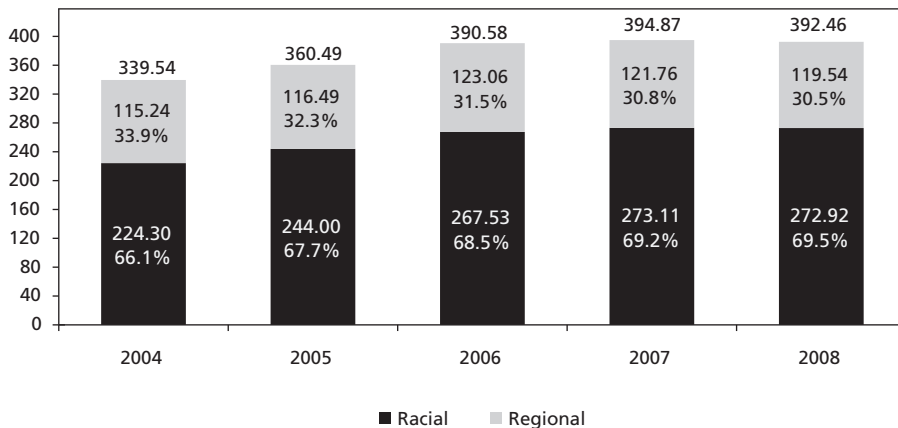


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

GRÁFICO 5

Efeito da desigualdade regional sobre a diferença entre as médias dos grupos raciais – Brasil, 2004-2008

(Em R\$)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Ou seja, o fato de as regiões que possuem maior porcentagem de negros em suas populações serem, em regra, mais pobres faz com que parte da diferença racial de renda no Brasil independa da desigualdade racial de renda nas regiões. O gráfico 5 apresenta o efeito dessa desigualdade regional em unidade monetária e como porcentagem da diferença entre as médias dos grupos raciais no Brasil. É interessante notar que há uma queda progressiva de 3,4 pontos dessa contribuição ao longo do período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais fatos revelados pela análise da evolução de 2004 a 2008 da desigualdade entre as 63 regiões e entre os dois grupos raciais definidos, e de suas relações com a desigualdade total e entre si, são os seguintes:

1. De 2004 a 2008 a desigualdade na renda domiciliar *per capita* brasileira medida pelo L de Theil caiu 9,7%, e quase um terço desta queda, 31,5%, pode ser atribuída à queda de 13% da desigualdade entre os 126 grupos formados pela união das regiões aos grupos raciais.
2. No mesmo período, a desigualdade entre regiões e a desigualdade racial respondem juntas por algo entre um quarto e um quinto da desigualdade de renda domiciliar *per capita*.
3. Em 2008 essas duas desigualdades respondiam por 22,3% da desigualdade de renda domiciliar *per capita*: 5,7% eram devidos à desigualdade racial nas regiões e 16,6% à desigualdade regional.

4. De 2004 a 2008 a diferença entre as rendas médias dos negros e dos brancos no Brasil aumentou R\$ 52,92, porém a renda média dos brancos passou de 2,15 vezes a dos negros para 1,99 vezes.
5. A desigualdade entre os níveis de desenvolvimento econômico das regiões conjugada às variações de composição racial – o efeito regional – é responsável por aproximadamente um terço da diferença entre as rendas médias nacionais de negros e brancos.

Em outras palavras, esse último resultado (tópico 5), o principal deste trabalho, quer dizer o seguinte: se as rendas médias de negros e brancos fossem iguais em cada uma das 63 regiões definidas – sem alterar a desigualdade interna dos grupos raciais, nem as médias regionais – a diferença entre as rendas médias nacionais dos grupos raciais cairia para pouco menos de um terço da diferença observada, e a renda média dos brancos seria ainda 1,23 vezes maior que a dos negros em 2008.

Complementarmente, o resultado (tópico 3) revela que as desigualdades nos grupos raciais em cada região são determinantes mais importantes da desigualdade nacional de renda que a desigualdade entre os grupos. Se a desigualdade racial nas regiões fosse eliminada, a desigualdade nacional de renda medida pelo L de Theil cairia apenas 5,7%.

O efeito regional estimado neste trabalho depende do número de regiões definidas. Seria menor se fossem usadas as cinco macrorregiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, e Centro-Oeste) e maior se a amostra da PNAD permitisse delimitar, sem problemas, mais que 63 regiões. Porém, não é provável haver linearidade na resposta da estimativa ao número de regiões, pois depende da diferença entre as médias de renda das regiões, de suas estruturas internas de desigualdade e das diferenças de composição racial. A cada subdivisão de uma região, as sub-regiões resultantes tendem a ser mais homogêneas nessas características. Portanto, com mais regiões o efeito regional cresceria, mas o acréscimo à estimativa do efeito regional, potencialmente acarretado por um aumento da quantidade de regiões, não necessariamente seria da mesma ordem.

É importante ressaltar que não se pode atribuir os dois terços restantes da desigualdade racial brasileira, a parte não explicada pelo efeito regional, ao racismo e à discriminação. Embora o racismo e as discriminações que produz sejam decerto responsáveis por parte da desigualdade racial, existem fatores não raciais que se correlacionam com a raça sem que haja relações de causalidade. Isto é exemplificado pela própria desigualdade regional: não se pode considerar que morar no Nordeste é uma discriminação racial, ou que a proporção de população negra no Nordeste é maior por causa de racismo, mas existe correlação entre a composição racial da população e da região.

Racismo e discriminação fazem parte de um conjunto complexo de fatores que determinam a reprodução da desigualdade racial ao longo do tempo, entre os quais figuram as desigualdades regionais e a elevada desigualdade de oportunidades que caracteriza o regime brasileiro de mobilidade social. A resolução do problema da desigualdade racial, portanto, exige mais que apenas políticas específicas para a população negra.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. v. 1 e 2. Brasília: Ipea, 2007.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para Discussão, n. 897).
- COWELL, F. A. Multilevel decomposition of Theil's index of inequality. **Review of Income and Wealth**, v. 31, n. 2, p. 201-205, 1985.
- OSORIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SHORROCKS, A. F. The class of additively decomposable inequality measures. **Econometrica**, v. 48, n. 3, p. 613-625, 1980.

ANEXOS

TABELA 1A
População, composição racial e renda domiciliar *per capita* média – Brasil, 2008

UF	Regiões Área	População (em milhões)	Brancos (%)	Pretos ou pardos (%)	Renda média (R\$ setembro/2008)		
					Total	Brancos	Pretos/ pardos
AC	Rural	0,147	14,5	77,0	200	269	186
	Urbana	0,545	25,7	71,4	505	750	417
AL	Rural	1,017	22,2	76,7	160	172	157
	Urbana	2,157	33,5	65,0	394	528	324
AM	Rural	0,572	19,5	75,8	235	322	213
	Urbana	2,827	22,2	74,1	427	581	381
AP	Rural	0,011	10,0	88,9	271	452	251
	Urbana	0,614	17,8	81,3	402	547	370
BA	Metropolitana	3,645	15,8	81,1	617	1335	478
	Rural	4,527	20,5	75,5	206	242	197
	Urbana	6,39	22,1	73,9	355	470	320
CE	Metropolitana	3,427	32,8	62,8	491	675	395
	Rural	1,953	31,4	66,9	190	214	178
	Urbana	3,093	32,0	66,4	306	380	270
DF	Metropolitana	2,38	39,3	54,7	1.271	1770	912
	Rural	0,145	32,0	62,9	466	599	399
ES	Rural	0,614	43,2	54,6	315	350	287
	Urbana	2,833	42,2	54,8	644	870	469
GO	Rural	0,601	37,9	58,5	427	535	357
	Urbana	5,269	40,7	56,6	612	766	502
MA	Rural	1,986	24,5	72,5	178	220	164
	Urbana	4,414	25,8	72,3	344	472	298
MG	Metropolitana	5,004	38,9	55,8	748	1028	552
	Rural	2,858	39,2	58,8	318	428	244
	Urbana	12,042	47,9	49,8	569	723	421
MS	Rural	0,344	44,0	51,5	355	432	290
	Urbana	2,028	48,6	48,7	654	837	471
MT	Rural	0,606	28,6	63,4	359	451	317
	Urbana	2,404	40,2	55,5	709	986	508
PA	Metropolitana	2,033	24,5	68,8	513	684	451
	Rural	1,834	15,7	83,2	279	354	265
	Urbana	3,501	19,5	75,9	350	473	318
PB	Rural	0,825	30,9	68,1	197	230	182
	Urbana	2,969	38,1	59,8	456	610	357

(Continua)

(Continuação)

Regiões		População (em milhões)	Branco (%)	Pretos ou pardos (%)	Renda média (R\$ setembro/2008)		
UF	Área				Total	Branco	Pretos/ pardos
PE	Metropolitana	3,641	37,8	58,5	514	731	373
	Rural	2,064	33,4	63,3	177	199	165
	Urbana	3,04	38,0	59,7	316	386	271
PI	Rural	1,177	20,0	78,3	198	263	181
	Urbana	1,987	24,5	73,0	459	640	398
PR	Metropolitana	2,925	75,2	21,7	929	1032	570
	Rural	1,609	69,0	27,9	416	455	318
	Urbana	6,071	68,1	28,1	649	733	445
RJ	Metropolitana	11,439	48,5	42,8	833	1.094	538
	Rural	0,514	57,9	37,8	461	527	361
	Urbana	3,731	54,0	41,7	633	772	454
RN	Rural	0,884	32,4	66,0	249	256	246
	Urbana	2,27	38,1	59,9	487	625	399
RO	Rural	0,418	33,0	63,3	325	382	295
	Urbana	1,1	36,2	60,3	512	616	450
RR	Rural	0,063	15,2	78,6	437	1.170	295
	Urbana	0,358	22,6	73,6	464	626	414
RS	Metropolitana	3,79	75,5	18,5	856	946	492
	Rural	2,02	82,2	15,6	458	489	292
	Urbana	5,05	79,1	19,0	736	798	476
SC	Rural	1,061	83,9	14,4	471	495	329
	Urbana	5,031	85,5	12,0	828	867	552
SE	Rural	0,337	38,7	59,0	191	208	180
	Urbana	1,692	29,2	69,0	430	591	362
SP	Metropolitana	18,632	56,0	36,1	834	1032	527
	Rural	2,343	56,2	39,1	408	465	327
	Urbana	19,788	66,4	28,4	762	875	497
TO	Rural	0,329	16,4	83,0	252	302	242
	Urbana	0,974	24,9	72,1	538	764	460
Brasil		189,953	46,6	49,2	589	791	398

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

TABELA 2A
L de Theil, desigualdade nos grupos raciais – Brasil, 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Branco	0.5633	0.5644	0.5525	0.5332	0.5216
Negro	0.4793	0.4647	0.4565	0.4471	0.4367

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

TABELA 3A
L de Theil, desigualdade nos grupos regionais – Brasil, 2008

Regiões		2004	2005	2006	2007	2008
UF	Área					
AC	Rural	0.400	0.359	0.393	0.546	0.424
	Urbana	0.639	0.592	0.604	0.594	0.519
AL	Rural	0.339	0.375	0.416	0.371	0.335
	Urbana	0.605	0.547	0.703	0.674	0.609
AM	Rural	0.437	0.370	0.346	0.339	0.475
	Urbana	0.475	0.438	0.427	0.495	0.437
AP	Rural	0.571	0.424	0.389	0.490	0.366
	Urbana	0.498	0.471	0.394	0.450	0.341
	Metropolitana	0.626	0.626	0.589	0.619	0.594
BA	Rural	0.318	0.346	0.350	0.407	0.400
	Urbana	0.488	0.441	0.479	0.430	0.463
	Metropolitana	0.643	0.593	0.545	0.525	0.543
CE	Rural	0.295	0.433	0.357	0.416	0.338
	Urbana	0.432	0.502	0.432	0.456	0.402
DF	Metropolitana	0.740	0.683	0.689	0.692	0.702
	Rural	0.679	0.746	0.466	0.681	0.436
ES	Rural	0.452	0.442	0.374	0.321	0.283
	Urbana	0.514	0.536	0.494	0.474	0.473
GO	Rural	0.404	0.501	0.442	0.380	0.433
	Urbana	0.488	0.528	0.432	0.462	0.438
MA	Rural	0.428	0.409	0.409	0.551	0.475
	Urbana	0.690	0.473	0.638	0.520	0.433
	Metropolitana	0.541	0.531	0.545	0.526	0.490
MG	Rural	0.419	0.413	0.364	0.379	0.429
	Urbana	0.479	0.429	0.432	0.401	0.408
MS	Rural	0.411	0.349	0.308	0.339	0.328
	Urbana	0.487	0.478	0.480	0.556	0.476
MT	Rural	0.375	0.376	0.482	0.316	0.322
	Urbana	0.469	0.444	0.469	0.466	0.510
	Metropolitana	0.513	0.507	0.505	0.504	0.466
PA	Rural	0.557	0.399	0.352	0.459	0.346
	Urbana	0.407	0.399	0.398	0.383	0.392
PB	Rural	0.259	0.343	0.325	0.280	0.402
	Urbana	0.654	0.615	0.568	0.666	0.612
	Metropolitana	0.716	0.684	0.651	0.582	0.632
PE	Rural	0.462	0.327	0.360	0.346	0.354
	Urbana	0.494	0.462	0.470	0.464	0.414

(Continua)

(Continuação)

UF	Regiões	2004	2005	2006	2007	2008
	Área					
PI	Rural	0.389	0.338	0.373	0.423	0.467
	Urbana	0.630	0.626	0.620	0.631	0.569
	Metropolitana	0.547	0.493	0.466	0.456	0.445
PR	Rural	0.453	0.342	0.383	0.502	0.391
	Urbana	0.466	0.480	0.450	0.432	0.382
	Metropolitana	0.539	0.543	0.553	0.544	0.527
RJ	Rural	0.425	0.397	0.298	0.313	0.389
	Urbana	0.447	0.473	0.444	0.417	0.402
RN	Rural	0.395	0.458	0.388	0.493	0.431
	Urbana	0.589	0.631	0.564	0.552	0.538
RO	Rural	0.325	0.434	0.359	0.338	0.456
	Urbana	0.468	0.575	0.522	0.427	0.401
RR	Rural	0.692	0.315	0.322	0.434	0.709
	Urbana	0.557	0.571	0.573	0.451	0.461
	Metropolitana	0.510	0.519	0.519	0.475	0.483
RS	Rural	0.395	0.323	0.377	0.369	0.350
	Urbana	0.478	0.433	0.422	0.427	0.407
SC	Rural	0.303	0.317	0.342	0.241	0.258
	Urbana	0.368	0.356	0.360	0.368	0.373
SE	Rural	0.288	0.288	0.384	0.342	0.303
	Urbana	0.555	0.549	0.537	0.505	0.513
	Metropolitana	0.514	0.539	0.502	0.477	0.458
SP	Rural	0.386	0.362	0.351	0.355	0.306
	Urbana	0.431	0.422	0.432	0.383	0.387
TO	Rural	0.458	0.436	0.391	0.449	0.430
	Urbana	0.506	0.483	0.483	0.494	0.502
	Brasil	0.593	0.584	0.572	0.555	0.536

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

MUDANÇA SOCIAL RECENTE NO BRASIL

Marcio Pochmann*

1 INTRODUÇÃO

A retomada da dinâmica expansionista da produção e, por consequência, da ocupação da força de trabalho, combinada com a reorientação das políticas públicas impuseram mudanças recentes e significativas na estrutura social brasileira. A ascensão social aponta para alterações na identidade social mais inclusiva.

Em função disso, o presente artigo pretende destacar as principais inflexões observadas na trajetória da mudança, na estrutura e na trajetória social do país. Inicialmente, procura-se descrever brevemente a existência de diferentes padrões de mudança social observados no Brasil durante os últimos 50 anos, para, em sequência, apresentar as principais características recentes da mudança social. Além de destacar a utilização de fontes de informações originárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cabe agradecer o apoio de vários técnicos do Ipea para a realização do estudo.¹

2 PADRÕES DE MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

O Brasil não se encontra entre os países de baixa trajetória de mudança social. Em termos internacionais, registra-se que o indicador de mobilidades social do conjunto da população apresenta-se muito diferenciado entre as nações.² Ao se utilizar parâmetros relativamente homogêneos de medida da mobilidade social nacional, pode-se constatar que o Brasil localiza-se entre os países com as mais altas taxas de mudança social.

* Professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e presidente do Ipea.

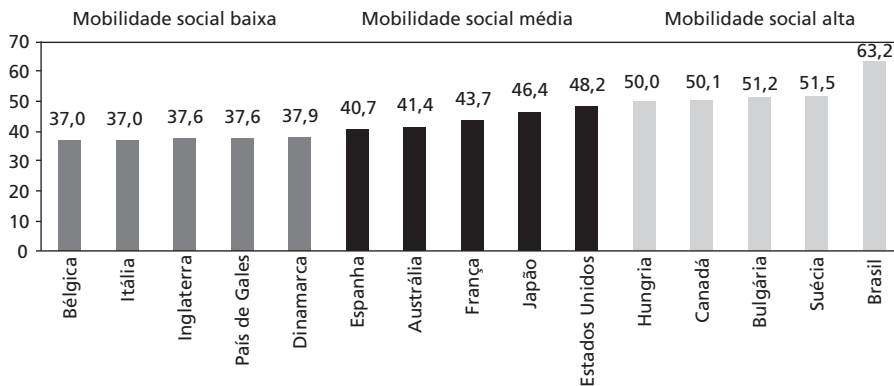
1. Agradeço a colaboração de Jorge Abrahão de Castro, Milko Matijascic, Guilherme Dias, Daniel Castro, Douglas Portari, James Richard Silva e Fábio Vaz.

2. Sobre isto, ver: Carlsson (1958), Sorokin (1927), Goldthorpe (1981), Boudon (1973), Glass (1954), Heath (1981), Blau e Duncan (1967) e Merllié e Prévot (1997).

GRÁFICO 1

Indicador de mobilidade social em países selecionados

(Em %)



Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1996/IBGE e Heath (1981).

Elaboração: Ipea.

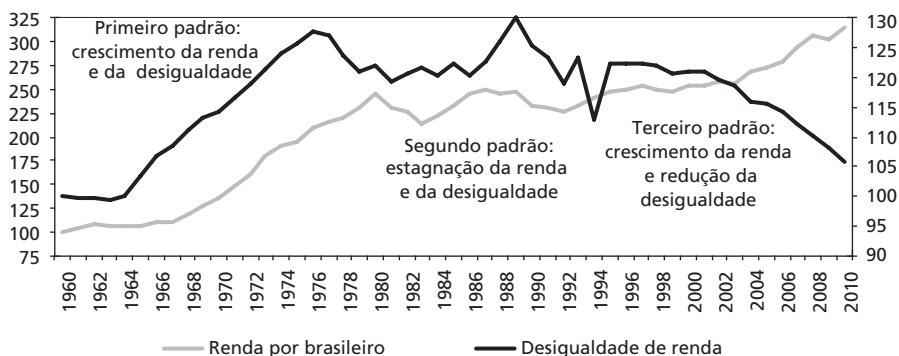
Em uma amostra de 15 países verifica-se que o Brasil registra a mais alta taxa de mobilidade social (63,2%), acima de países como Suécia (51,5%) e Canadá (50,1%). Em 1996, por exemplo, no Brasil, a imobilidade social respondia por taxa inferior a 40%.

A taxa de mudança social brasileira chega a ser 50% superior ao grau de mobilidade das nações pertencentes ao grupo intermediário, como Espanha (40,7%), França (43,7%) e Estados Unidos (48,2%). Se considerado o grupo de países de baixa mobilidade, como Bélgica (37%), Inglaterra (37,6%) e Dinamarca (37,9%), a taxa de mobilidade social brasileira pode ser quase duas vezes maior.

Para além do reconhecimento de que a mobilidade social é elevada no Brasil em relação a outros países, deve-se procurar identificar se há um ou mais padrões de mudança social. Como padrão de mobilidade social entende-se a alteração de posições de distintos segmentos populacionais no interior da estrutura social.

GRÁFICO 2

Índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal da renda (Gini) – 1960-2010



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1960 = 100.

Partindo do pressuposto básico de que o grau de mudança social tende a refletir, em geral, transformações mais amplas na economia – renda, ocupação, entre outras – e nas políticas públicas (educação, garantia de renda, entre outras), tomou-se como referência síntese disso os indicadores de variação da renda nacional *per capita* e do índice de desigualdade pessoal da renda (Índice de Gini). Com base nisto, nota-se que o Brasil apresentou três diferentes padrões de mudança social nos últimos 50 anos.

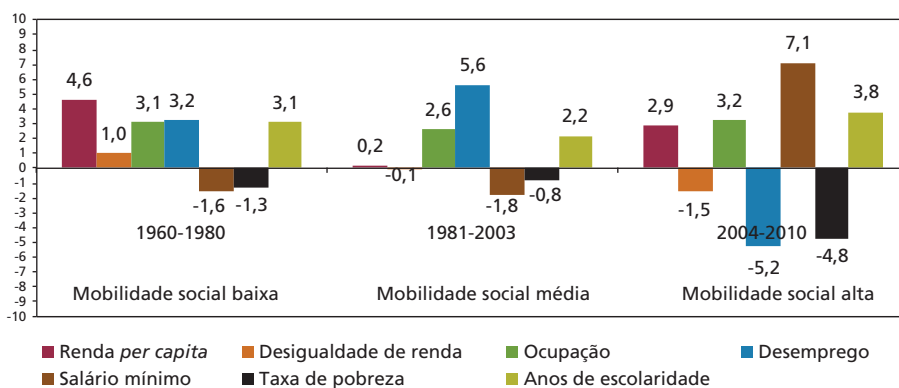
O primeiro padrão de mudança social se caracterizou por forte expansão da renda *per capita* acompanhada de significativo crescimento da desigualdade na repartição da renda pessoal. Durante os anos de 1960 e 1980, o Brasil seguiu orientado pelo avanço do projeto de industrialização nacional, com importante impacto decorrente do movimento geral de urbanização.³

A transição populacional do campo para a cidade ocorreu em simultânea ampliação da estrutura ocupacional urbana, especialmente puxada pelo setor industrial e pela construção civil. Da mesma forma, o setor terciário (comércio e serviços urbanos) cresceu consideravelmente, permitindo que as novas ofertas de emprego fossem superiores, em geral, aos postos de trabalho do meio rural, não obstante o predomínio da baixa remuneração dos empregados nas cidades. No período de 1960 a 1980, por exemplo, o valor real do salário mínimo teve queda média anual de 1,6%, embora a ocupação total tenha aumentado 3,1% com média anual.

3. Sobre isto, ver Fernandes (1979), Lopes (1971), Pastore (1979), Silva (1979), Haller e Saraiva (1988), Pastore e Zylberstain (1991) e Barros *et al.* (1992).

Mesmo com a redução na taxa de pobreza (-1,3% ao ano) e a elevação nos anos de escolaridade dos brasileiros, o grau de desigualdade na renda pessoal aumentou 1% ao ano durante o mesmo período de tempo. Em função disso, o padrão de mobilidade de mudança social verificado até o fim da década de 1970 caracterizou-se pelo forte contraste entre a rápida elevação da renda nacional por habitante e o forte aumento no grau de desigualdade na repartição dos frutos do crescimento econômico.

GRÁFICO 3
Índices de variação média anual dos componentes da mobilidade social – Brasil
(Em %)



Fontes: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), IBGE e Ipea.
Elaboração: Ipea.

O segundo padrão de mudança social ocorreu entre 1981 e 2003. Durante este período de tempo, predominou a estagnação na variação da renda *per capita* acompanhada do estancamento do grau de desigualdade na repartição da renda pessoal. Esse quadro geral resultou em alta oscilação no comportamento da renda *per capita* e no grau de desigualdade, tendo em vista o predomínio do regime de super inflação até 1994 e de crises econômicas que rebaixaram a renda gerada, como em 1981-1983, 1990-1992, 1998-1999 e 2002-2003.

Para uma variação média anual de 0,2% na renda nacional *per capita*, a desigualdade de renda caiu 0,1%. Ao mesmo tempo, constata-se que o desemprego da força de trabalho foi o que mais cresceu (5,6%), com elevação do nível ocupacional (2,6%) demarcada pela precariedade e pela queda do valor real do salário mínimo (1,8%). A taxa de pobreza caiu (0,8%), porém com ritmo inferior ao verificado entre 1960 e 1980 (1,3%), assim como no caso dos anos de escolaridade que seguiu crescendo abaixo do primeiro padrão de mudança social. Nesta fase, a mobilidade social cresceu menos, com sinais crescentes de imobilidade para determinados segmentos dos brasileiros.⁴

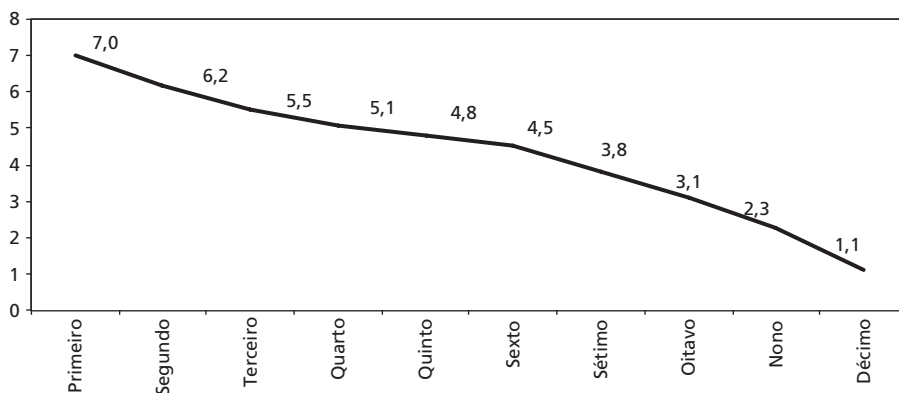
4. Mais detalhes em: Scalon (1999), Ribeiro (2003), Santos (2002), Quadros (2008), Amorim e Pochmann (2003), Campos *et al.* (2003) e Guerra *et al.* (2006).

Desde o fim da primeira metade da década de 2000, observa-se o surgimento de um novo padrão de mudança social no Brasil. Este terceiro padrão possui como características principais a combinação da expansão da renda nacional *per capita* com a queda na desigualdade pessoal da renda. Para os anos de 2004 e 2010, a renda *per capita* cresceu 2,9%, como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano.

Com isso, observa-se também tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%) como o forte aumento médio anual no valor real do salário mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros. Em grande medida, o melhor desempenho nos indicadores de mobilidade social encontra-se fortemente associado ao conjunto de transformações na economia e nas políticas públicas. De um lado, a recuperação do ritmo de crescimento econômico desde 2004 se deu estimulado pelos investimentos e pela ampliação do mercado interno de consumo, sustentado pela elevação da renda das famílias. O retorno do fortalecimento do setor industrial permitiu não apenas estimular o nível de emprego, como melhorar a qualidade das ocupações geradas, predominantemente formais. Entre 2004 e 2009, por exemplo, houve a geração líquida de 8,1 milhões de postos de trabalho formais, enquanto entre 1998 e 2003 foram criados apenas 1,9 milhão de novos empregos assalariados com carteira assinada em todo o Brasil.

GRÁFICO 4

Varição no rendimento médio familiar *per capita* – Brasil, 2001-2007
(Em %)



Fontes: IBGE, Dieese e Ipea.
Elaboração: Ipea.

De outro lado, a ampliação da renda das famílias, sobretudo daquelas situadas na base da pirâmide social, por decorrência do papel ativo das políticas públicas. Enquanto o rendimento médio familiar *per capita* no topo da distribuição

da renda – 10% mais ricos – no Brasil cresceu 1,1% em média entre 2001 e 2007, o rendimento médio familiar *per capita* na base da distribuição da renda no Brasil – 10% mais pobres – cresceu 7% ao ano, em média. Inicialmente, devido à política de aumento do valor do salário mínimo, que permitiu injetar um trilhão de reais aos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010. Na sequência, a política de transferência direta de renda aos diversos segmentos vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, desempregados e pobres) por meio da Previdência e Assistência Social. Entre 2002 e 2008, por exemplo, a transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da população foi nominalmente multiplicada por 2,3 vezes, passando de 134,7 bilhões de reais para 305,3 bilhões de reais.

Por fim, destaca-se ainda a recente adoção da política de inclusão bancária, capaz de permitir elevar a difusão do crédito tanto ao consumo quanto à produção, especialmente dos segmentos de baixa renda. A presença das operações de crédito no total do produto interno bruto (PIB) cresceu de 24,2%, em 2002, para 45%, em 2009. Com isso, o volume de recursos pertencente aos financiamentos às pessoas físicas foi multiplicado por mais de quatro vezes entre 2003 e 2009, enquanto o repasse de recursos à agricultura familiar aumentou de 2,4 bilhões de reais, em 2003, para 10,8 bilhões, em 2009. Também no âmbito das operações de crédito cabe ressaltar o avanço do financiamento para a habitação que subiu de 25,7 bilhões, em 2004, para 80 bilhões, em 2009.

Em síntese, nota-se que o terceiro padrão de mudança social atualmente em curso encontra-se fortemente relacionado ao apoio ocupacional, educacional e de renda à base da estrutura ocupacional brasileira. Conforme já demonstrada pela literatura especializada, a convergência de políticas públicas no segmento social definido por *working poor* apresenta grande potencial de impor novo padrão de mudança social.⁵ Isto parece ser mais real quando se constata que durante o período, o segundo padrão de mudança social entre 1981 e 2003, os trabalhadores de salário de base terminaram sendo os mais atingidos negativamente pelo quadro geral de estagnação da renda *per capita* e contração do mercado de trabalho e do valor do salário mínimo.⁶

3 PRINCIPAIS SINAIS DE MUDANÇA NA ESTRUTURA SOCIAL

Para registrar os principais sinais de mudança social recente no Brasil utilizou-se do procedimento metodológico adotado anteriormente, ou seja, a repartição do conjunto da população brasileira em três partes segundo diferentes níveis de rendimento (AMORIM; POCHMANN, 2009). Na primeira parte encontra-se

5. Ver Kazis e Miller (2001), Galbraith e Berner (2001) e Pochmann (2010).

6. Sobre isto, ver Guerra *et al.* (2007), Pochmann (2009) e Quadros (2009).

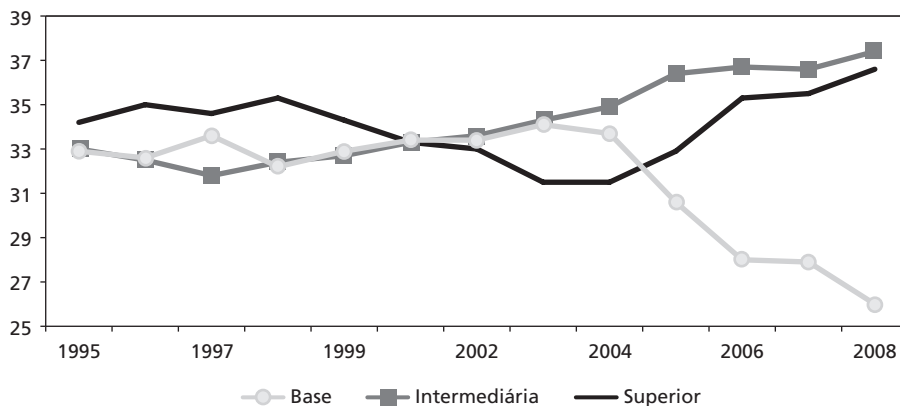
o segmento cujo rendimento individual alcança até R\$ 188,00 mensais em 2008, enquanto a segunda parte compreende o segmento de rendimento intermediário, que perfaz o intervalo de R\$ 188,00 a R\$ 465,00 mensais. Na terceira parte localiza-se o segmento com rendimentos individuais acima de R\$ 465,00 mensais.

Quando se considera o comportamento dos três diferentes grupamentos de rendimento da população entre 1995 e 2008 (baixo, intermediário e superior), constata-se uma modificação importante desde 2005, especialmente no estrato social de menor renda. No período de 1997 a 2004, por exemplo, o segmento de baixa renda encontrou-se em torno de quase 34% da população nacional, mas desde 2005 passou a reduzir rapidamente a sua participação relativa. Em 2008 o segmento de menor renda representou apenas 26% dos brasileiros, a menor participação relativa desde 1995.

GRÁFICO 5

Evolução da estrutura social segundo três níveis de renda – Brasil, 1995-2008

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Base = até R\$ 188,00 mensais per capita.

Intermediária = de R\$ 188,00 a R\$ 465,00.

Superior = acima de R\$ 465,00.

Total = 100%

Somente entre 2005 e 2008, a participação relativa da população na base da pirâmide social encolheu 22,8% entre 2005 e 2008, resultado direto da mobilidade ascensional de 11,7 milhões de pessoas para estratos de maior renda. Em função disso, percebe-se que o segundo (médio) e o terceiro (alto) estratos de renda ganharam maior representatividade populacional. A partir de 1997, o estrato intermediário de renda cresceu relativamente a sua participação até 2005, quando apresentou um salto expressivo. Em 2008, por exemplo, o segundo estrato de renda representou 37,4% da população, enquanto em 1995

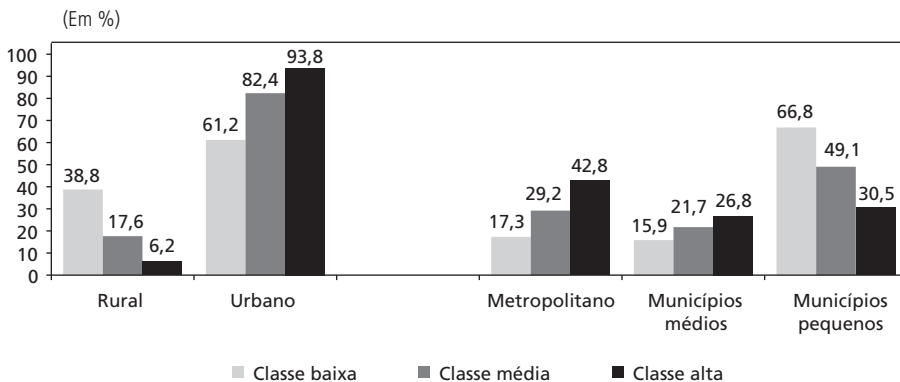
respondia por somente 21,8%. Entre 2004 (34,9%) e 2008 (37,4%), o estrato intermediário registrou uma elevação relativa de 7,2% no total da população, que equivaleu a incorporação de 7 milhões de brasileiros.

Já o estrato superior de renda que apresentava tendência de perda relativa de participação populacional entre 1998 e 2004, saindo de 35,3% para 31,5% da população, passou, a partir de 2005, a recuperar posição relativa. Em 2008, por exemplo, o estrato superior respondeu por 36,6% do total da população brasileira, a mais alta participação registrada desde 1995. No período de 2004 (31,5%) a 2008 (36,6%), o crescimento da participação relativa foi de 16,2%, ou o equivalente a 11,5 milhões de brasileiros absorvidos no estrato superior de renda.

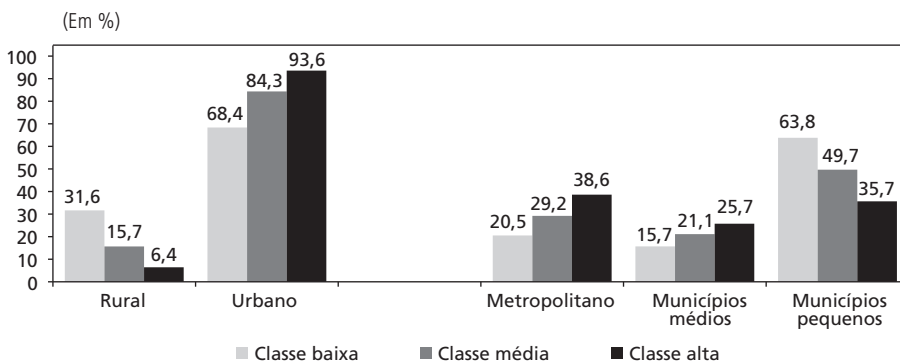
Em síntese, percebe-se que somente entre 2005 e 2008, 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda, enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no segundo estrato de renda e 11,5 milhões de pessoas transitaram para o estrato superior de renda. Com o recente retorno da mobilidade social ascendente no Brasil, convém considerar o quanto isto vem impactando a estrutura social. Para isso, buscou-se comparar a estrutura social de 2008 com a de 1998, o que permitiu observar as principais transformações dos últimos dez anos da sociedade brasileira.

Considerando-se o local de moradia dos brasileiros, nota-se que o meio rural ampliou a presença no segmento de maior renda, pois passou de 6,2% em 1998 para 6,4% em 2008. Nos estratos de menor renda, a população do campo perdeu posição relativa para o meio urbano. As regiões metropolitanas aumentaram o peso relativo no estrato de menor renda (17,3%, em 1998, para 20,5%, em 2008), bem como perderam peso na representação da população com maior renda (42,8%, em 1998, para 38,6%, em 2008). Enquanto os municípios médios não registram grandes alterações relativas no período considerado, os pequenos municípios apresentaram modificações importantes. De um lado, reduziram o peso relativo no total da população na base da pirâmide social (66,8%, em 1998, para 63,8%, em 2008) e, por outro, elevaram a participação relativa da população no estrato superior de renda (30,5%, em 1998, para 35,6%, em 2008).

GRÁFICO 6
Distribuição das pessoas por local de moradia – 1998



Distribuição das pessoas por local de moradia – 2008

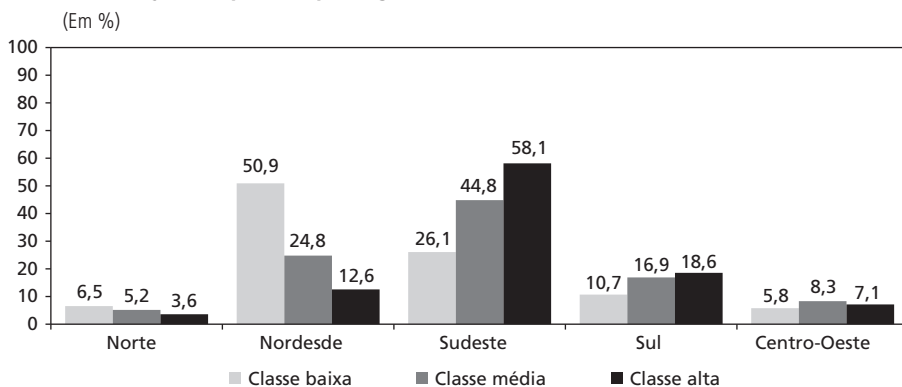


Fonte: PNAD/IBGE.

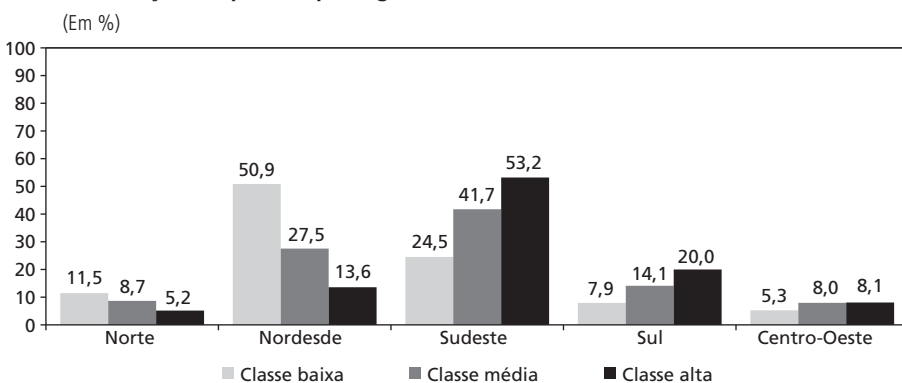
Elaboração: Ipea.

No que se refere à distribuição da população por grandes regiões geográficas, percebe-se modificações na composição do estrato superior de renda, com decréscimo significativo da região Sudeste (58,1%, em 1998, para 53,2%, em 2008). Em compensação, a maior presença da região Sul (18,6%, em 1998, para 20%, em 2008), do Norte (3,6%, em 1999, para 5,2%, em 2008), do Nordeste (12,6%, em 1998, para 13,6%, em 2008) e Centro-Oeste (7,1%, em 1998, para 8,1%, em 2008).

GRÁFICO 7
Distribuição das pessoas por região – 1998



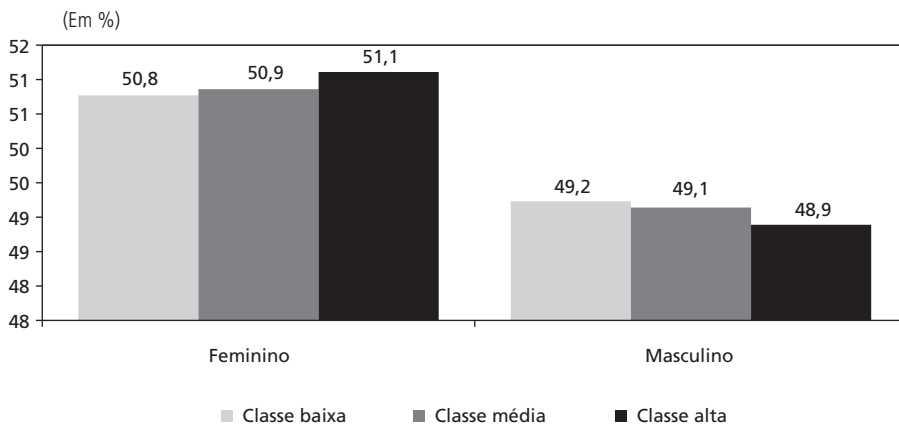
Distribuição das pessoas por região – 2008



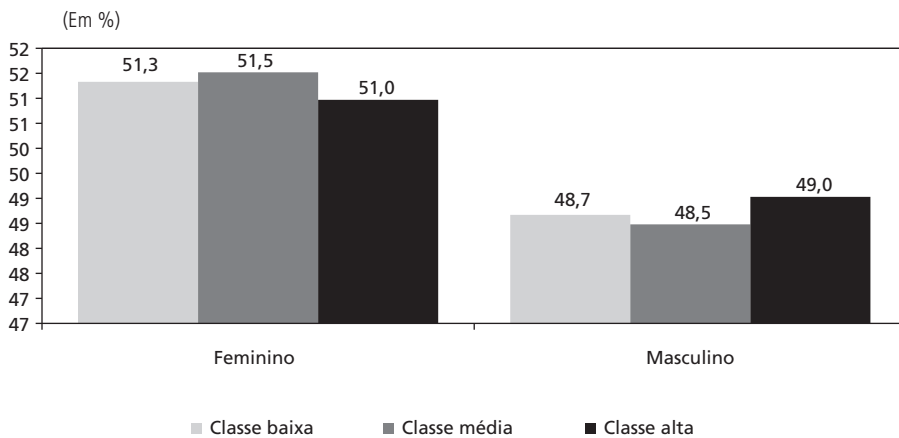
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Apesar da mudança relativa da população no estrato de alta renda, a região Nordeste continuou representando 50,9% do total dos brasileiros na base da pirâmide social, entre 1998 e 2008. No mesmo período, a região Norte foi a única que apresentou aumento relativo da população no estrato de menor renda.

GRÁFICO 8
Distribuição das pessoas por sexo – 1998



Distribuição das pessoas por sexo – 2008

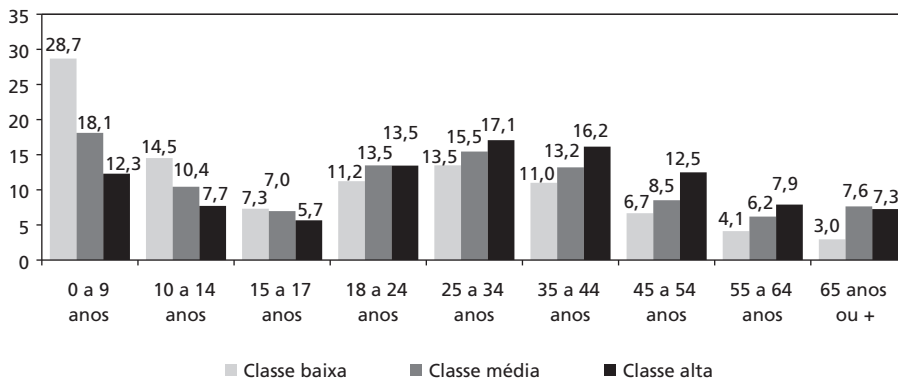


Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 9

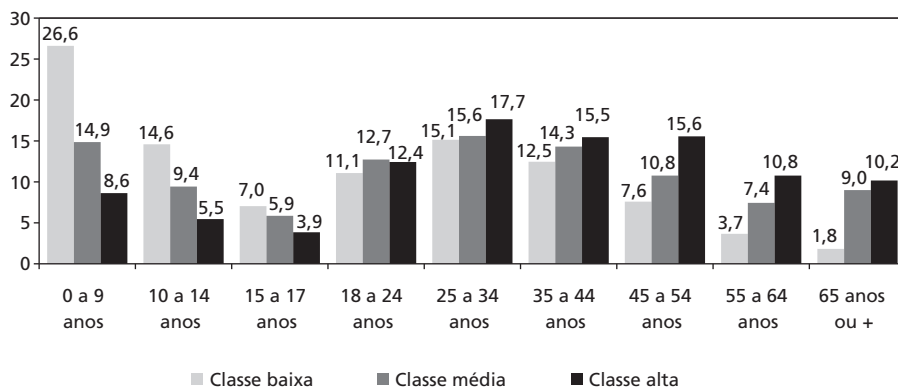
Distribuição das pessoas por composição etária – 1998

(Em %)



Distribuição das pessoas por composição etária – 2008

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

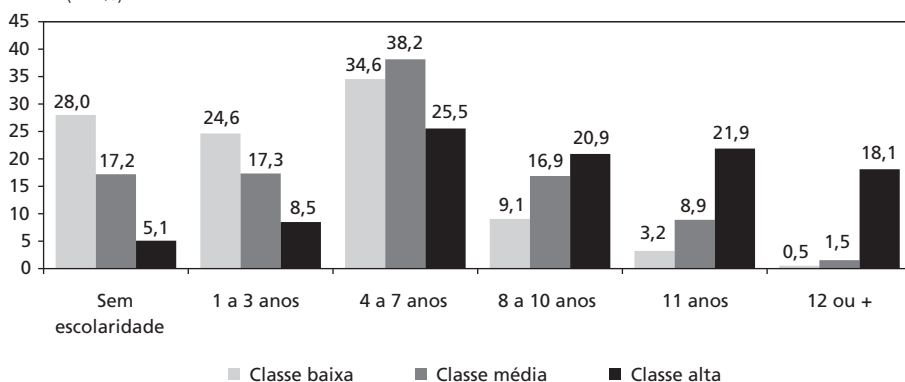
Elaboração: Ipea.

Na distribuição da população segundo gênero, observa-se que os homens reduziram o peso no menor estrato de renda (49,2%, em 1998, para 48,7%, em 2008) e aumentaram no estrato superior (48,9%, em 1998, para 49%, em 2008). As mulheres somente conseguiram melhorar a posição relativa no segmento de renda intermediário (50,9%, em 1998, para 51,5%, em 2008).

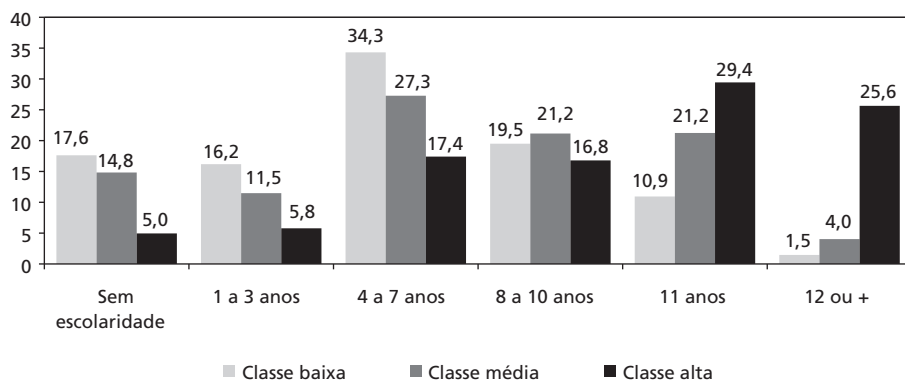
Por faixa etária, constata-se a queda na participação relativa do segmento de até 9 anos de idade na base da pirâmide social (28,7%, em 1998, para 26,6%, em 2008). Por outro lado, houve elevação no estrato de maior renda para os segmentos com 45 anos e mais de idade (27,7%, em 1998, para 36,6%, em 2008).

No quesito escolaridade, nota-se que o segmento populacional com 11 anos e mais de escolaridade cresceu sua participação relativa tanto no estrato de maior renda (40%, em 1998, para 55%, em 2008) como também elevou a presença na base da pirâmide social (3,7%, em 1998, para 12,4%, em 2008). O segmento sem escolaridade decresceu sua participação relativa em todos os estratos de renda.

GRÁFICO 10
Escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais – 1998
 (Em %)



Escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais – 2008
 (Em %)

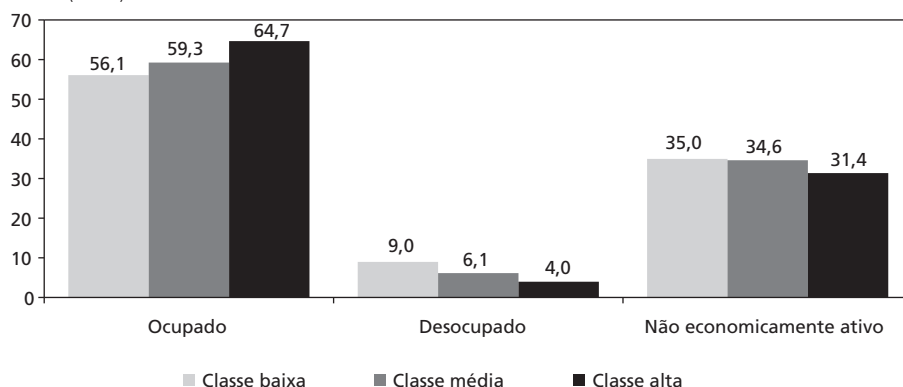


Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 11

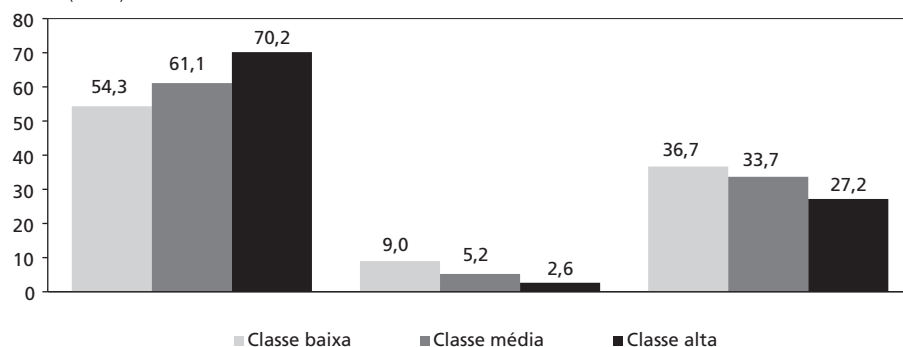
Condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais – 1998

(Em %)



Condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais – 2008

(Em %)

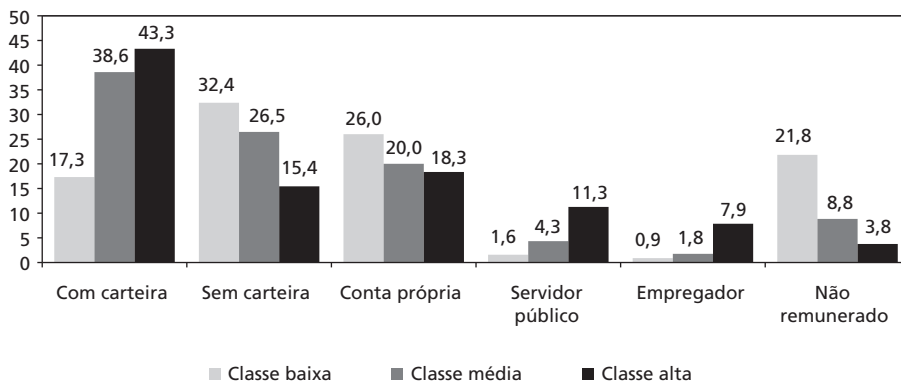


Fonte: PNAD/IBGE.

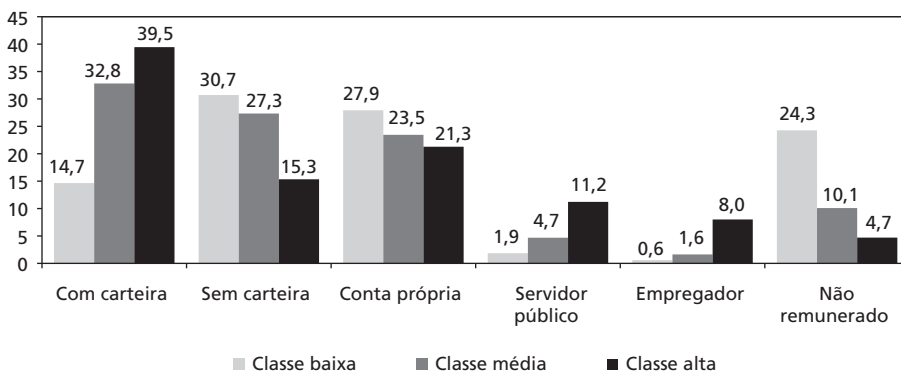
Elaboração: Ipea.

Em relação à distribuição da população entre 1998 e 2008 segundo a condição de atividade, verifica-se como a ocupação tornou-se ainda mais decisiva para o posicionamento na estrutura social. Os ocupados, que concentravam 65% da população do estrato superior de renda, em 1998, representaram 70,2%, em 2008. Da mesma forma, os ocupados diminuíram o peso relativo na base da pirâmide social (56,1% em 1998, para 54,3%, em 2008).

GRÁFICO 12
Posição na ocupação das pessoas ocupadas – 1998
 (Em %)



Posição na ocupação das pessoas ocupadas – 2008
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

Os inativos e os desempregados, em compensação, elevaram o peso na base da pirâmide social. Por outro lado, os não ocupados, diminuiram a participação relativa no estrato superior de renda, entre 1998 e 2008.

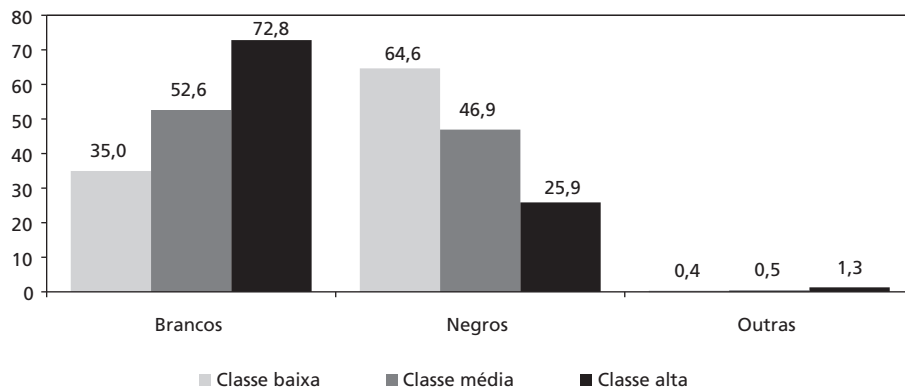
Os empregados perderam participação relativa entre as pessoas com menor renda (49,7%, em 1998, para 45,4%, em 2008), bem como no estrato de menor renda (58,6%, em 1998, para 55,7%, em 2008). Em compensação, os trabalhadores sem remuneração aumentaram o peso relativo na base da pirâmide social, enquanto os empregadores e os trabalhadores por conta própria elevaram a participação no estrato de renda superior.

No critério cor/raça, identifica-se uma mudança importante na estrutura social brasileira durante o período analisado. Enquanto a população negra aumentou o peso relativo nos três estratos renda, sobretudo no superior (25,6%, em 1998, para 33,7%, em 2008), os brancos reduziram relativamente em todos os estratos de renda.

Na distribuição da população segundo a condição de ocupação do domicílio, verifica-se que para aqueles com posse do imóvel ocorreu redução na participação relativa nos estratos de menor renda (baixo e intermediário), enquanto houve elevação no estrato de maior renda. Para a população com imóvel alugado, registrou-se, entre 1998 e 2008, aumento na participação relativa da classe baixa, ao mesmo tempo em que caiu o peso relativo da população com imóvel cedido na base da pirâmide social.

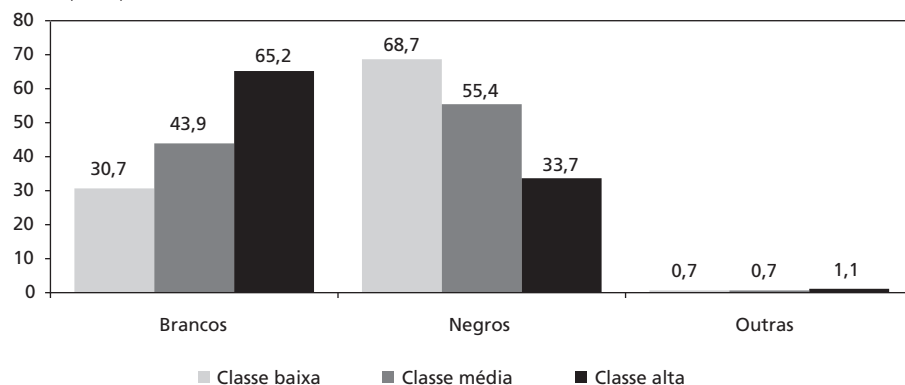
GRÁFICO 13
Distribuição das pessoas por raça – 1998

(Em %)



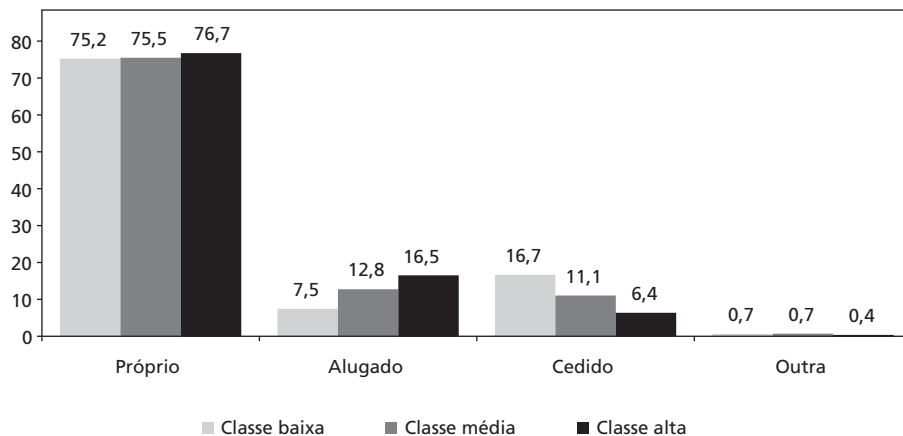
Distribuição das pessoas por raça – 2008

(Em %)

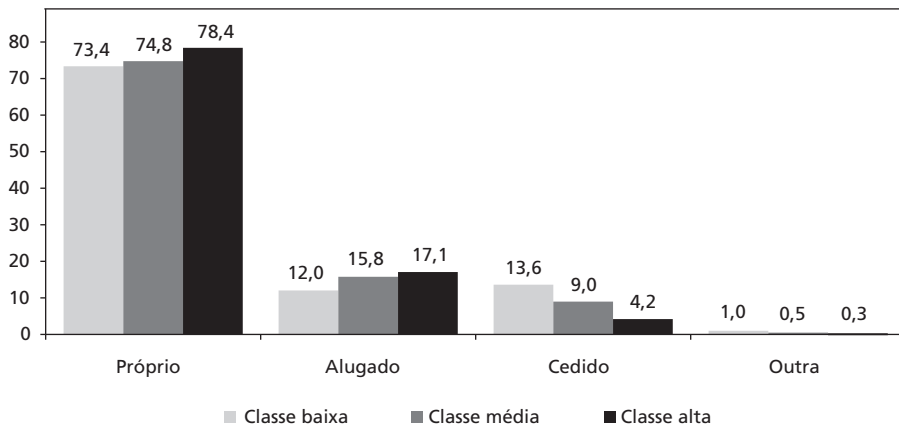


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 14
Distribuição das pessoas por condição de ocupação do domicílio – 1998
 (Em %)

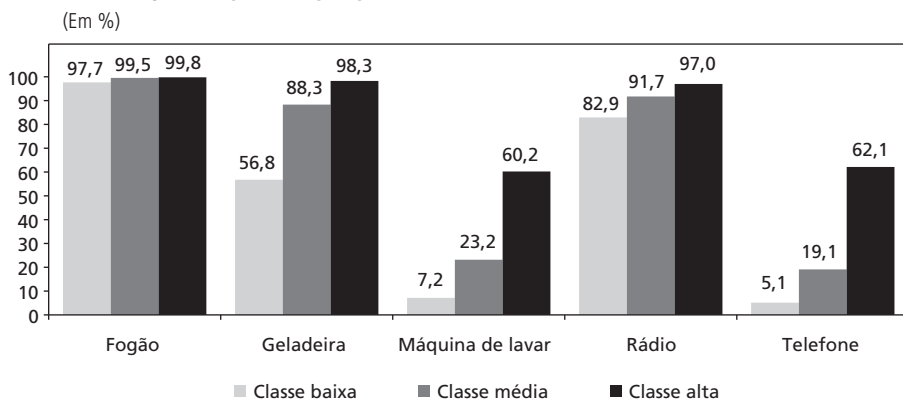


Distribuição das pessoas por condição de ocupação do domicílio – 2008
 (Em %)

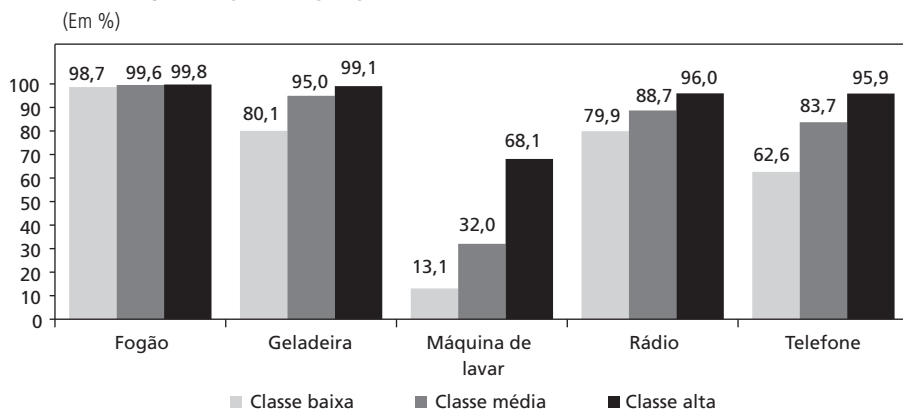


Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 15
Distribuição das pessoas por posse de bens – 1998



Distribuição das pessoas por posse de bens – 2008



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Com relação aos bens de consumo duráveis, observa-se a posse de fogão, geladeira e rádio, as diferenças entre os diferentes níveis de renda não são acentuadas. O mesmo não pode ser dito com base na posse da máquina de lavar e telefone. Este, por sinal, registrou avanço significativo entre 1998 e 2008.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com as páginas anteriores, foi possível identificar a presença da mobilidade social no Brasil. Entre 1960 e 2010 pode ser destacada a existência de três padrões distintos de mudança social no país. O primeiro, que se deu entre 1960 e 1980, revela a elevada expansão da renda nacional *per capita* com forte

expansão da desigualdade de renda por pessoa, enquanto o segundo padrão, que ocorreu entre 1981 e 2003, foi caracterizado pela estagnação da renda nacional *per capita* e contenção da desigualdade, ainda que exposta a forte oscilação. Por fim, o terceiro padrão de mudança social, que se encontra em curso desde 2004, demarca a combinação entre o crescimento da renda nacional *per capita* com redução importante da desigualdade pessoal da renda.

As principais características deste movimento recente de mudança social foram apresentadas, permitindo observar que ele não ocorre homogeneamente entre faixa etária, sexo, ocupação, condição de moradia, cor e região. De todo o modo, a mobilidade social ascendente revela a maior transformação que se verifica no âmbito tanto da economia quanto das políticas públicas. Em síntese, a convergência econômica e política de eventos direcionados justamente à base da pirâmide social brasileira.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, R.; POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Cortez: São Paulo, 2003.
- _____. Pobreza e mudanças sociais recentes no Brasil. *In*: CASTRO, J.; RIBEIRO, J. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009.
- BARROS, R. *et al.* **Mobilidade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 1992.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. **The American Occupational Structure**. New York: JW, 1967.
- BOUDON, R. **L'inégalité des chances**. Paris: A. Colin, 1973.
- CAMPOS, A. *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARLSSON, G. **Social Mobility and Class Structure**. Lund: CWK, 1958.
- FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- GALBRAITH, J.; BERNER, M. **Inequality & Industrial Change**. Cambridge: CUP, 2001.
- GLASS, D. **Social Mobility in Britain**. London: R&KP, 1954.
- GOLDTHORPE, J. **Social Mobility and Class Structure in Modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- GUERRA, A. *et al.* **Classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda**. São Paulo: Cortez, 2007.
- HALLER, A.; SARAIVA, H. **The income effects of education in development: Brazil 1973 and 1980** [S.l.: s.n.], 1988.
- HEATH, A. **Social Mobility**. Glasgow: FP, 1981.
- KAZIS, R.; MILLER, M. **Low-Wage Workers**. Washington: UIP, 2001.

- LOPES, J. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1971.
- MERLLIÉ, D.; PRÉVOT, J. **La mobilité sociale**. Paris: La Découverte, 1997.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAIN, H. **Social Mobility in Brazil 1973-1982: The Role of Education in Status Determination**. São Paulo: USP, 1991.
- POCHMANN, M. What Brazil learned from flexibilization in the 1990s. **International Labour Review (ILO)**, v. 148, n. 3, Sept. 2009.
- _____. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- QUADROS, W. **A evolução recente da estrutura social brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 2008 (Texto para Discussão, n. 148).
- _____. **Perfil social do desemprego recente**. Campinas: IE/UNICAMP, 2009 (Texto para Discussão, n. 156).
- RIBEIRO, C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2003.
- SANTOS, J. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SCALON, M. **Mobilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SILVA, N. As duas faces da mobilidade social. **Dados**, v. 8, n. 21, p. 13-27, 1979.
- SOROKIN, P. **Social Mobility**. New York: Harper & Brothers, 1927.

O RURAL NA PNAD 2008

Alexandre Arbex Valadares*
Antonio Teixeira Lima Junior*
Brancolina Ferreira**
Fábio Alves***

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com o anúncio recente dos resultados do Censo Agropecuário 2006 – um levantamento abrangente e minucioso do panorama rural brasileiro –, as informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acerca desse universo específico não perderam sua relevância: ao contrário, elas constituem um rico conjunto de dados que dá a conhecer, sob outros pontos de vista, as condições de vida e trabalho da população do campo. Além disso, na medida em que seus grupos amostrais compreendem domicílios das áreas urbanas e rurais, a PNAD permite estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade.

O diálogo com as informações trazidas à luz pelo Censo Agropecuário é, sem dúvida, oportuno, mas deve ponderar algumas diferenças importantes entre as duas pesquisas. A PNAD é uma pesquisa de caráter amostral, e não um recenseamento; ademais, os dados nela apurados são referentes a 2008, ao passo que o Censo Agropecuário concerne ao ano de 2006. Outra distinção fundamental diz respeito ao objeto da pesquisa: para o censo, a unidade pesquisada é o estabelecimento rural, enquanto que, para a PNAD, é o domicílio. Cumpre observar que os domicílios situados em área rural, segundo os critérios da PNAD, não correspondem rigorosamente à definição de “estabelecimento rural” adotada pelo censo.

Convém ter em conta também que, na PNAD, a caracterização dos domicílios como *rurais* ou *urbanos* reproduz os padrões de classificação consolidados pelo Censo Demográfico 2000. Nesse decurso de tempo, algumas localidades consideradas “rurais” pela pesquisa podem ter sofrido modificações que, hoje,

* Técnico de Planejamento e Pesquisa na Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Coordenadora da área de Desenvolvimento Rural na Disoc/Ipea.

*** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental cedido à Disoc/Ipea.

justificariam incluí-las entre as “áreas urbanas”, mas é plausível supor que, na imensa maioria dos casos, a classificação segue válida.

Para efeitos de análise, porém, as cinco categorias relacionadas à situação censitária dos domicílios de área rural – aglomerado rural de extensão urbana; aglomerado rural, isolado, povoado; aglomerado rural, isolado, núcleo; aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; e zona rural, exclusive aglomerado rural – foram agregadas em uma única categoria, aqui denominada simplesmente *área rural*. Não é supérfluo assinalar que, entre essas categorias, é precisamente a última – zona rural, exclusive aglomerado rural – a que concentra a maior parte da população do campo (85,79%). É importante referir que, pelo desenho amostral da PNAD, as estimativas atinentes às áreas urbanas tendem a ser mais significativas, do ponto de vista estatístico, que as relacionadas às áreas rurais. Em outras palavras, um domicílio pesquisado na área rural tem maior peso relativo que um domicílio pesquisado na área urbana, isto é, o conjunto dos domicílios rurais é representado por uma amostra relativamente menor que o conjunto dos domicílios urbanos. Por essa razão, a margem de erro para as estimativas referentes à área rural é maior que a margem de erro prevista para as estimativas da área urbana.

Este capítulo apresenta algumas características dos domicílios rurais, das formas de ocupação e das fontes de renda de seus moradores. Iniciando pela descrição dos dados gerais sobre a população rural – sua proporção relativamente à população total e sua distribuição pelas regiões do país –, o texto procura oferecer um quadro das condições de vida nas áreas rurais a partir de alguns indicadores sociais e de desenvolvimento humano, analisados sempre em perspectiva comparativa com a população urbana. Em seguida, são estudadas as diferenças entre os trabalhos agrícola e não agrícola, em especial quanto ao grau de formalização e aos valores médios de rendimento, sem entretanto deixar de levar em conta algumas particularidades do meio rural, como a sazonalidade da produção – cuja expressão direta é o significativo percentual de empregados temporários –, e como a existência de um grande contingente de mão de obra ocupada em atividades não remuneradas, composto sobretudo pelos trabalhadores de unidades produtivas familiares e pelos trabalhadores na produção para consumo próprio.

A renda dos domicílios rurais – sua distribuição, evolução e composição – é também objeto de uma seção própria deste capítulo. Sua última parte propõe determinar, nos limites das categorias estipuladas pela PNAD, o grupo da população ocupada que estaria vinculado à agricultura familiar, e tenta traçar, a partir disso, uma correlação entre ela e a agricultura do tipo patronal.

Para identificar a evolução recente de algumas variáveis aqui examinadas, as atuais condições de moradia, trabalho e renda da população rural são comparadas aos dados correspondentes apontados nas PNADs 2004 e 2006. A opção por

fixar o marco inicial para essas comparações temporais no ano de 2004 explica-se pelo fato de não haver, nas PNADs anteriores, registros completos para as áreas rurais da região Norte. Como se trata precisamente da região de expansão da fronteira agrícola, não faria sentido estabelecer séries históricas mais extensas que, conquanto pudessem ser úteis à avaliação de dados regionais, teriam aplicação restrita ao estudo da realidade nacional do tema aqui tratado.

2 DADOS GERAIS

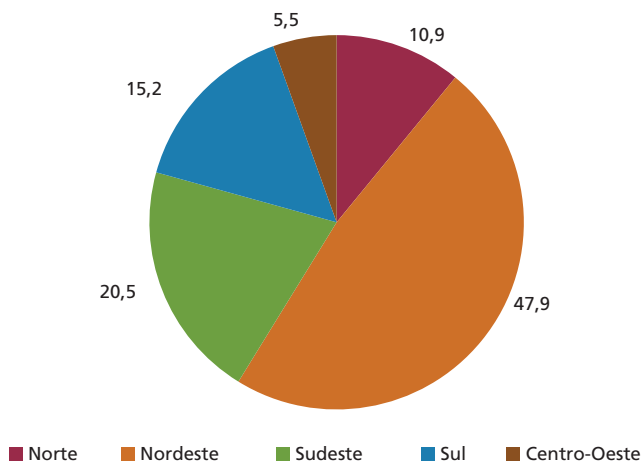
Segundo a PNAD 2008, os domicílios rurais abrigam pouco mais de 16% do total de habitantes no país. Essa proporção é maior nas regiões Nordeste e Norte, com 27,6% e 22%, respectivamente. O Sudeste é a região mais urbanizada do país, com apenas 8% de sua população residindo na zona rural. Paradoxalmente, é no Sudeste que está a segunda maior concentração de população rural, representando 20,5% da população rural brasileira. Neste quesito, só perde para a região Nordeste que concentra 48% da população rural.

TABELA 1
População residente por situação do domicílio – Brasil e grandes regiões, 2008
 (Em %)

Brasil e região	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Brasil	83,75	16,25
Norte	77,99	22,01
Nordeste	72,39	27,61
Sudeste	92,07	7,93
Sul	82,98	17,02
Centro-Oeste	87,69	12,32

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação de Dados (Sidra)/PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração: Disoc/Ipea.

GRÁFICO 1
Distribuição da população rural por grandes regiões – 2008
 (Em %)



Fonte: Sidra/PNAD 2008/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados sobre educação evidenciam que a população rural continua menos favorecida que a urbana. A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 7,5%, na zona urbana e de 23,5%, na zona rural. Enquanto, nas cidades, 9% da população têm pouca ou nenhuma instrução, no campo, tal proporção ultrapassa 24%. Em outro extremo, a população mais escolarizada, acima de 11 anos de estudo, representa mais de 40% da população urbana e apenas 12,8% da população rural. A maioria da população do campo – 73% – não completou o ensino fundamental.

Esse quadro é semelhante ao apresentado pelo Censo Agropecuário 2006, de acordo com o qual, a maior parte dos produtores rurais era analfabeta ou sabia ler e escrever sem ter frequentado a escola (39%) ou não possuía o ensino fundamental completo (43%). Assim, constata-se a baixa escolaridade imperante no setor primário da economia brasileira o que, associado com a carência de orientação técnica, implica, entre outros efeitos, na persistente pauperização do campo e em danos ambientais e à saúde da população oriundos do uso inadequado de insumos agrícolas, como adubação e agrotóxicos.¹

1. O Censo Agropecuário 2006 informa ainda que 56,3% dos estabelecimentos em que houve utilização de agrotóxicos não receberam qualquer orientação técnica, e que em 21,3% os trabalhadores não utilizavam qualquer equipamento de proteção individual – a maior parte dos estabelecimentos que notificaram o uso de algum tipo de proteção, citaram, como equipamentos, botas e chapéus. O baixo índice de escolaridade está entre os fatores socioeconômicos que agravam o risco de envenenamento. São de 2003 os últimos registros do Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (Sinitox), órgão vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Naquele ano, teria havido 14.064 mil ocorrências em todo o Brasil, das quais 6.769 mil na região Sudeste. Foram 238 mortes. Porém, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) chama atenção para o elevado índice de subnotificação: para cada caso conhecido, 50 não são informados.

TABELA 2
Anos de estudos para pessoas com 15 anos de idade ou mais por situação do domicílio – Brasil, 2008

(Em %)

Anos de estudo	População rural	População urbana
Sem instrução e menos de 1 ano	24,12	9,01
1 a 3 anos	18,50	8,47
3 a 7 anos	30,48	22,46
8 a 10 anos	13,87	19,35
11 a 14 anos	11,21	31,47
15 anos ou mais	1,60	9,05
Não determinado	0,10	0,19

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

A PNAD mostra que a população rural ainda carece de serviços básicos de saneamento. Um terço dos domicílios rurais não possui água encanada, ao passo que, nas cidades, não atinge 3%. Com relação à existência de banheiros, a situação melhora um pouco no campo: 80% dos domicílios possuem ao menos um banheiro ou sanitário, porém, se comparada com a zona urbana, há uma discrepância relevante, uma vez que nesta área quase 100% dos domicílios possuem banheiro. Diferença mais acentuada é notada ao se analisar a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário. Na zona rural, quase 60% dos domicílios utilizam fossa rudimentar. Já nas áreas urbanas, a forma de escoadouro predominante é a rede coletora de esgoto ou pluvial, que representa mais de 60% do total.

O tratamento do lixo também se apresenta de formas e proporções diferentes entre as áreas urbanas e as rurais. Nas cidades, quase a totalidade do lixo é eliminado via coleta direta ou indireta. No campo, a forma predominante de tratamento do lixo é a queima ou enterramento na propriedade, representando 58% do total. Isto evidencia, de um lado, dificuldades logísticas do serviço de coleta de lixo para atender as áreas rurais e, de outro, o potencial – pouco aproveitado – dos domicílios do campo em eliminar ou reaproveitar os resíduos, sobretudo os orgânicos, que poderiam ser utilizados na adubação da lavoura.

TABELA 3
Saneamento – categorias selecionadas, por situação do domicílio – Brasil, 2008
 (Em%)

Saneamento categorias selecionadas		Domicílios rurais	Domicílios urbanos
Tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo	Sim	66,91	97,19
	Não	33,09	2,81
Existe banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	Sim	80,65	98,86
	Não	19,35	1,14
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial	7,39	61,42
	Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	1,72	7,84
	Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	22,00	13,37
	Fossa rudimentar	58,19	14,15
	Vala	6,35	1,30
	Direto para o rio, lago ou mar	3,69	1,81
	Outra forma	0,67	0,11
Tratamento do lixo	Coletado direta ou indiretamente	30,17	98,10
	Queimado ou enterrado na propriedade	58,25	–
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	10,90	–
	Jogado em rio, lago ou mar ou outro destino	0,68	1,90

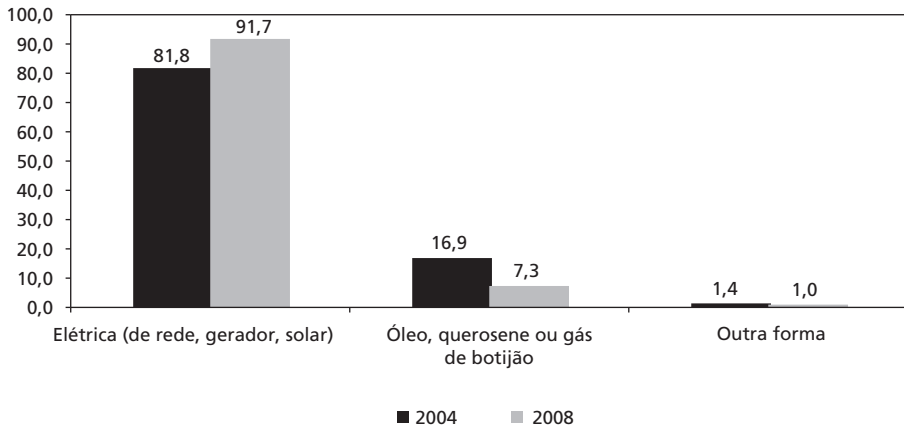
Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados sobre forma de iluminação do domicílio trazem um aspecto interessante a respeito do fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais. Em 2004, 81% dos domicílios rurais eram atendidos por energia elétrica. Essa proporção, em 2008, foi para 91%, um crescimento de 12% em quatro anos. Trata-se de um ganho significativo e que pode ser atribuído, em boa medida, ao programa de eletrificação rural implementado pelo governo federal a partir de 2004.

GRÁFICO 2

Forma de iluminação dos domicílios rurais – Brasil, 2004 e 2008

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

3 RENDA

A comparação entre os rendimentos da população residente em área rural e da população com domicílio em área urbana revela, tanto no que diz respeito à renda domiciliar *per capita* quanto no que toca às remunerações médias das pessoas economicamente ativas, uma acentuada disparidade. A tabela 4 mostra que a renda mensal domiciliar *per capita* da população rural é inferior à metade da renda do mesmo tipo verificada nos domicílios de área urbana.

TABELA 4

Renda domiciliar *per capita* média segundo a situação do domicílio

(Em R\$)

Situação do domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> média
Área urbana	786
Área rural	360

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

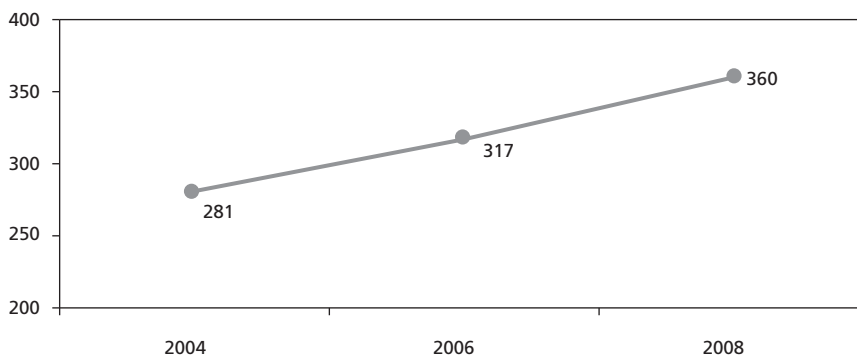
Se o Censo Agropecuário 2006 demonstrou que a concentração da propriedade rural, segundo o índice de Gini, continua bastante alta no país – 0,854, valor próximo a 1, correspondente ao grau máximo de desigualdade –, a PNAD permite, com base na mesma medida, verificar que esta tendência se aplica também à distribuição da renda domiciliar no campo: enquanto o índice de Gini referente à distribuição geral da renda domiciliar do país era de 0,515, para o universo dos domicílios situados na área rural essa razão era de 0,727.

Não obstante, em termos comparativos e absolutos, a renda domiciliar *per capita* seja bastante baixa, é possível verificar, conforme aponta o gráfico 1, que ela se elevou, em valores reais, em quase 30%, no período compreendido entre 2004 e 2008. Esta ascensão coincide, como adiante se verá, com o aumento da renda do trabalho na área rural, considerando as ocupações agrícolas e não agrícolas.

GRÁFICO 3

Evolução da renda domiciliar *per capita* da população rural

(Em R\$)



Fontes: PNADs 2004, 2006 e 2008 (valores deflacionados)/IBGE.

O padrão de distribuição da renda domiciliar *per capita* rural é apresentado na tabela 5: em cerca de três quartos dos domicílios, em que viviam aproximadamente 80% de toda a população residente em áreas rurais, a renda domiciliar *per capita* era inferior ou igual a um salário mínimo (SM), segundo o valor vigente em 2008. Na área urbana, essa faixa de renda abrangia 46,35% dos domicílios.

TABELA 5

Renda domiciliar *per capita*, por classe de rendimento, dos domicílios em área rural

Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Domicílios situados em área rural	
	Número	%
Sem rendimento	121.514	1,40
Até um quarto/¼ SM	1.623.097	18,69
Mais de ¼ até ½ SM	2.121.607	24,43
Mais de ½ até 1 SM	2.598.316	29,92
Mais de 1 até 2 SMs	1.497.224	17,24
Mais de 2 até 3 SMs	315.484	3,63
Mais de 3 até 5 SMs	154.593	1,78
Mais de 5 SMs	89.839	1,03
Sem declaração	162.321	1,87
Total	8.683.995	100,00

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Outra diferença significativa manifesta-se quando são considerados, segundo a localização dos domicílios, os rendimentos médios da população economicamente ativa (PEA), isto é, do universo formado pela população ocupada e pela população não ocupada acima de 10 anos de idade. Como se observa na tabela 6, a renda média mensal da PEA, residente em área rural, representa apenas 43% da renda de mesmo tipo auferida pela população economicamente ativa com domicílio em área urbana.

TABELA 6
Renda média mensal da PEA, segundo a situação do domicílio
(Em R\$)

Situação do domicílio	Rendimento médio mensal
Área urbana	1.056
Área rural	453

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

No universo específico da população rural, a distribuição dos rendimentos médios mensais da PEA por região (tabela 7) torna visíveis outros importantes traços de desigualdade, não apenas quanto às variações relativas entre os grandes agrupamentos regionais, mas, sobretudo, no que diz respeito à diferença entre a renda no Nordeste – R\$ 296, valor inferior ao salário mínimo, justamente na região em que é maior a proporção de pessoas vivendo em áreas rurais – e a média dos valores correspondentes nas demais regiões: R\$ 578,75.

TABELA 7
Renda média mensal da PEA rural por região
(Em R\$)

Região	Renda média mensal
Nordeste	296
Norte	493
Sudeste	583
Sul	633
Centro-Oeste	606

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

O padrão de distribuição de rendimento da população rural toma outra configuração – também acentuadamente desigual – quando se estimam, neste universo, os valores médios auferidos por homens e mulheres. A renda média mensal dos homens equivale quase ao dobro da renda correspondente das mulheres. A diferença é menor no Nordeste (tabela 8), na região mais pobre do país, o grau de precarização das relações de trabalho,

que se exprime em uma renda média inferior ao salário mínimo da época, torna próximos os valores recebidos por homens e mulheres. De outra parte, nas regiões Sul e Centro-Oeste a remuneração média recebida por mulheres não chega a 50% da dos homens, configurando a maior desigualdade no país entre os sexos.

TABELA 8

Valor do rendimento médio mensal da PEA rural por região e por sexo
(Em R\$)

Brasil e regiões	Valor do rendimento médio mensal da PEA rural	
	Homem	Mulher
Brasil	548	299
Norte	587	308
Nordeste	337	230
Sudeste	709	380
Sul	825	362
Centro-Oeste	768	332

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

No que diz respeito à população ocupada, acima de 10 anos de idade, podem ser captadas duas modalidades de diferença de rendimentos: quanto à situação do domicílio – urbano e rural – e quanto ao tipo de atividade – agrícola e não agrícola –, conforme mostram as tabelas 5 e 6, respectivamente.

TABELA 9

Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo a situação do domicílio
(Em R\$)

Situação do domicílio	Rendimento médio mensal do trabalho principal
Rural	360
Urbano	1.017

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

TABELA 10

Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo o tipo de atividade
(Em R\$)

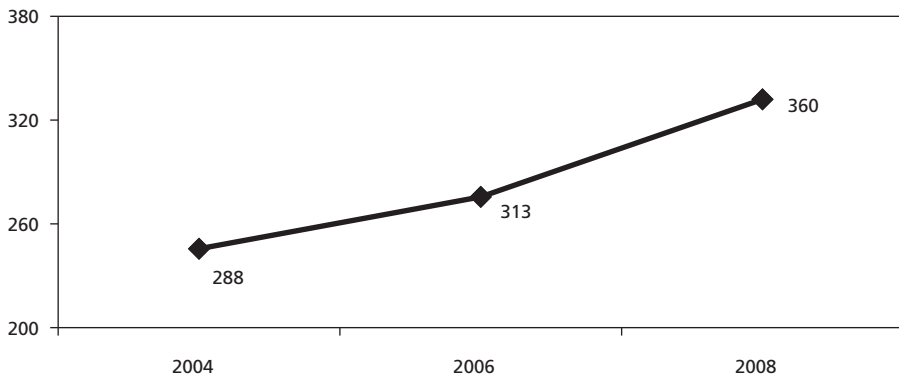
Atividade do trabalho principal	Rendimento médio mensal do trabalho principal
Agrícola	335
Não agrícola	1.020

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

A ligeira superioridade do rendimento médio dos domicílios rurais (tabela 9) sobre o rendimento médio da ocupação agrícola (tabela 10) explica-se pela participação, no primeiro, das rendas provenientes de atividades não agrícolas. Em outras palavras, a renda dos domicílios rurais engloba, além dos rendimentos da ocupação agrícola, rendimentos da ocupação não agrícola, que, mesmo nas áreas rurais, é mais bem-remunerada que a primeira. A diferença torna-se mais patente se comparados os ganhos decorrentes de trabalho agrícola e não agrícola, considerando apenas os domicílios da área rural: nesse universo, o rendimento médio do trabalho é de R\$ 266,00 para as ocupações agrícolas, e de R\$ 571,00 para as não agrícolas.

Apesar de, nos dois casos, as rendas médias do trabalho relativas à população rural e agrícola não perfazerem sequer a metade da renda média do trabalho urbano ou não agrícola, observa-se (gráficos 2 e 3) que elas aumentaram em 25% e 20%, respectivamente, em valores reais, de 2004 a 2008.

GRÁFICO 4
Evolução do rendimento mensal do trabalho para a população com domicílio em área rural

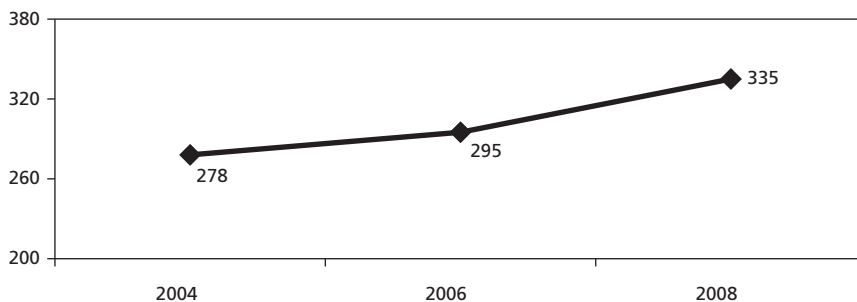


Fontes: PNADs 2004, 2006 e 2008 (valores deflacionados)/IBGE.

GRÁFICO 5

Evolução do rendimento mensal do trabalho agrícola

(Em R\$)



Fontes: PNADs 2004, 2006 e 2008 (valores deflacionados)/IBGE.

Embora se tenha constatado essa tendência de crescimento do valor real dos rendimentos do trabalho relativos à população rural e à população ocupada em atividade agrícola, eles ainda eram inferiores ao valor do salário mínimo vigente em setembro de 2008, e representavam menos da metade dos valores correlacionados à população urbana e à população ocupada cujo trabalho principal era de tipo não agrícola. Essa forte incidência, no universo das ocupações agrícolas, de rendimentos menores que o valor do salário mínimo é confirmada pelos dados apresentados na tabela a seguir.

TABELA 11

Rendimento, por classes, das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas em atividade agrícola

(Em %)

Classes de rendimento mensal do trabalho principal	População ocupada em atividade agrícola
Até 1/2 SM	16,0
Mais de 1/2 a 1 SM	19,0
Mais de 1 a 2 SMs	14,5
Mais de 2 a 5 SMs	5,8
Mais de 5 SMs	1,7
Sem rendimento	43,0

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

O alto percentual registrado na linha concernente à população ocupada sem rendimento e cujo trabalho principal é de tipo agrícola agrega duas classes específicas de trabalhadores rurais: os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e os trabalhadores na produção para o próprio consumo. A tabela 12 mostra como essas e as demais ocupações agrícolas que, em conjunto, respondem pela quase totalidade da população em atividade no setor, se diferenciavam segundo sua renda domiciliar *per capita*. Com efeito, de seis gru-

pos – empregados permanentes e temporários, trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo – cinco concentravam a maior parte de seu contingente entre faixas de rendimento domiciliar *per capita* que variavam de menos de um quarto de salário mínimo a dois salários mínimos: em 2008 a maior parte dos empregados permanentes (36,20%), temporários (32,33%) e dos produtores por conta própria (26,90%) vivia em domicílios cuja renda *per capita* variava entre meio e um salário mínimo. O grupo dos empregadores rurais – característico da agricultura patronal ou de tipo não familiar e que representava 2,77% da população ocupada no setor – concentrava os maiores níveis de rendimento domiciliar *per capita*: sua maioria está compreendida entre as faixas de *mais de meio salário mínimo e mais de 5 salários mínimos*, por membro do domicílio.

TABELA 12

Renda domiciliar per capita por tipo de ocupação e por classe de rendimento mensal
(Em %)

Condição de ocupação no setor agropecuário	Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>								
	Sem rendimento	Até ¼ SM	Mais de ¼ até ½ SM	Mais de ½ até 1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 SM	Sem declaração
Empregado permanente na agricultura, silvicultura ou pecuária	0,00	10,00	29,43	36,20	19,11	2,13	0,95	0,68	1,50
Empregado temporário	0,0	22,1	30,79	32,33	12,35	0,75	0,05	0,04	1,56
Conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária – sem empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado	0,01	19,40	21,54	26,90	20,12	4,45	2,42	1,12	4,03
Empregador na agricultura, silvicultura ou pecuária – com pelo menos um empregado	0,00	2,71	9,09	15,06	24,34	13,42	12,39	17,64	5,35
Trabalhador não remunerado, membro de unidade domiciliar	0,00	29,20	28,27	23,20	11,62	2,80	1,19	0,57	3,16
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,92	26,26	24,98	28,85	11,84	2,09	1,19	0,41	1,47

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

É preciso levar em conta que os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e os trabalhadores na produção para o próprio consumo não têm rendimento; logo, se fossem os únicos ocupados no domicílio, estes teriam renda domiciliar igual a zero – caso, aliás, de 2,92% dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, cujos domicílios constituem unidades agrícolas predominantemente voltadas à subsistência. Portanto, os trabalhado-

res daquelas duas categorias que apresentavam uma renda domiciliar *per capita* quantificada residiam em domicílios em que vivia pelo menos um trabalhador com rendimento – quase sempre um empregado permanente ou temporário em atividade agropecuária ou, ainda, um produtor por conta própria. Os rendimentos médios mensais dos empregados permanentes e dos trabalhadores por conta própria eram, como mostra a tabela 13, bastante próximos entre si: R\$ 567,00 e R\$ 509,00, respectivamente. Chama atenção na mesma tabela o contraste entre o rendimento médio mensal do empregado temporário, cujo valor era inferior ao salário mínimo praticado no mês de referência da pesquisa, e o alto rendimento médio mensal do empregador.

TABELA 13
Rendimento médio mensal por ocupação agrícola
(Em R\$)

Tipo de ocupação	Rendimento médio mensal
Empregado permanente na agricultura, silvicultura ou pecuária	567
Empregado temporário	344
Conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária – sem empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado	509
Empregador na agricultura, silvicultura ou pecuária – com pelo menos um empregado	2.552

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Além da renda advinda da ocupação direta, rendimentos de outras fontes têm importância bastante expressiva na composição da renda domiciliar da população rural. Segundo a PNAD, 33,11% dos domicílios rurais (tabela 14) tinham, entre seus moradores, pelo menos um aposentado ou pensionista. Não é possível estimar, dispondo apenas de dados da PNAD, a proporção desses beneficiários que formava a clientela específica da previdência rural, assim como é difícil precisar quantos beneficiários da previdência rural viviam, de fato, em áreas rurais.² Por outro lado, uma vez que 70% dos benefícios pagos pela previdência não excedem o valor de um salário mínimo e visto ser este o valor típico da previdência rural, pode-se afirmar que a quase totalidade dos rendimentos previdenciários pagos a moradores de áreas rurais correspondia a esse piso.

2. Foram emitidos 7,8 milhões de benefícios para a clientela rural em setembro de 2008, mas o número de moradores das áreas rurais que receberam, na mesma época, benefícios de instituto de previdência, era de 4,2 milhões. Essa diferença explica-se pelo fato de muitos beneficiários da previdência rural viverem nas sedes municipais, consideradas áreas “urbanas” segundo a classificação da PNAD.

TABELA 14
Proporção dos domicílios em que vivia pelo menos um aposentado ou pensionista

Domicílios	Não possui aposentados/pensionistas	Possui aposentados/pensionistas
8.496.085	5.683.083	2.813.002
100%	66,89%	33,11%

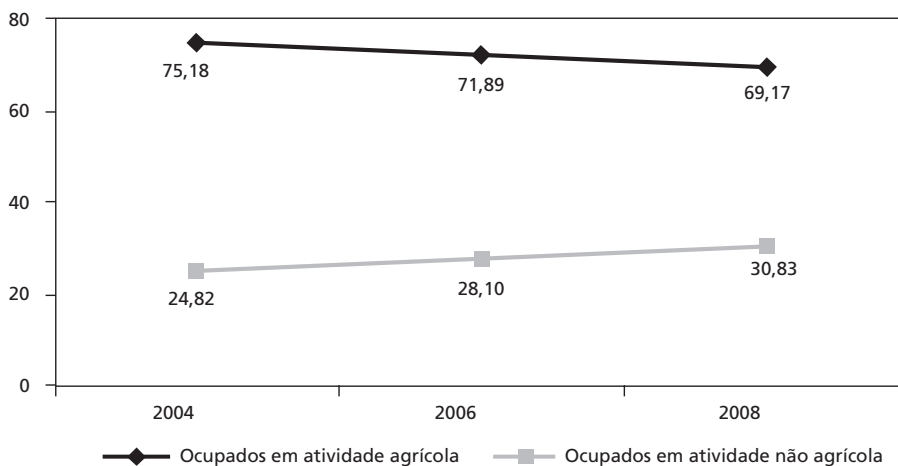
Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Benefícios de programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF), adicionam um importante componente à renda domiciliar da população rural. Com a ressalva de que o desenho amostral da PNAD não permite aferir com o rigor desejável o número de beneficiários do PBF, e de que, além disso, o viés notadamente urbano da pesquisa torna mais difícil esse levantamento nas áreas rurais, pode-se afirmar que, em 2008, cerca de 26% dos domicílios situados em área rural recebiam o benefício. O índice é menor que o registrado pela PNAD 2006, quando o questionário da pesquisa foi acrescido de um suplemento para detectar a cobertura do programa: constatou-se, naquele ano, que 31,48% dos domicílios rurais recebiam benefícios do PBF. Essa aparente redução revela ser menos significativa do ponto de vista do número estimado de domicílios atingidos pelo programa – 2,6 milhões em 2006 e 2,3 milhões em 2008 –, e deve ser imputada às diferenças entre as amostras e, sobretudo, à incongruência entre o código censitário adotado pelo IBGE e os critérios pelos quais o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) classifica como rural ou urbano um domicílio cadastrado no PBF.

4 RELAÇÕES DE TRABALHO NO MEIO RURAL

A PNAD 2008 confirma a tendência de expansão do número de ocupados em atividades não agrícolas no meio rural. Entre 2004 e 2008, as ocupações não agrícolas cresceram, embora o seu peso no total das ocupações tenha sido influenciado também pela queda da PEA rural ocupada. Em contrapartida, as ocupações agrícolas seguem em queda tanto em números absolutos quanto relativos entre 2004 e 2008. Estas tendências reforçam as teses que apontam para a modificação paulatina do meio rural brasileiro, cujo dinamismo vem alterando o perfil e a distribuição das ocupações, reduzindo a dependência das famílias em relação aos rendimentos agrícolas.

GRÁFICO 6
Evolução da pluriatividade no meio rural
(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

A diminuição total da PEA rural tem como um dos fatores explicativos o avanço dos perímetros urbanos e a criação de novos municípios, que convertem áreas até então rurais em urbanas, por conta de decisões legais. No âmbito estrito das atividades agrícolas a introdução de novas tecnologias e formas de manejo agrícola justificam a diminuição das ocupações agrícolas.

TABELA 15
População, de cinco anos ou mais de idade, com domicílio em área rural por posição na ocupação

Tipo de ocupação	2004		2006		2008	
	Número	%	Número	%	Número	%
Ocupação agrícola	12.685.176	75,18	12.279.034	71,89	11.373.152	69,20
Ocupação não agrícola	4.187.085	24,82	4.801.278	28,10	5.068.318	30,80

Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

A PNAD 2008 confirma o observado em anos anteriores, qual seja a forte desigualdade entre homens e mulheres nas ocupações do grupamento agrícola. A proporção de mulheres em atividades não remuneradas – incluindo a produção para o próprio consumo – é significativamente maior que a de homens dedicados a estas atividades. Isto não se verifica nas atividades remuneradas, em que os homens representam mais que 85% da força de trabalho empregada em todas as condições de ocupação.

TABELA 16
Participação de homens e mulheres nas ocupações do grupamento agrícola

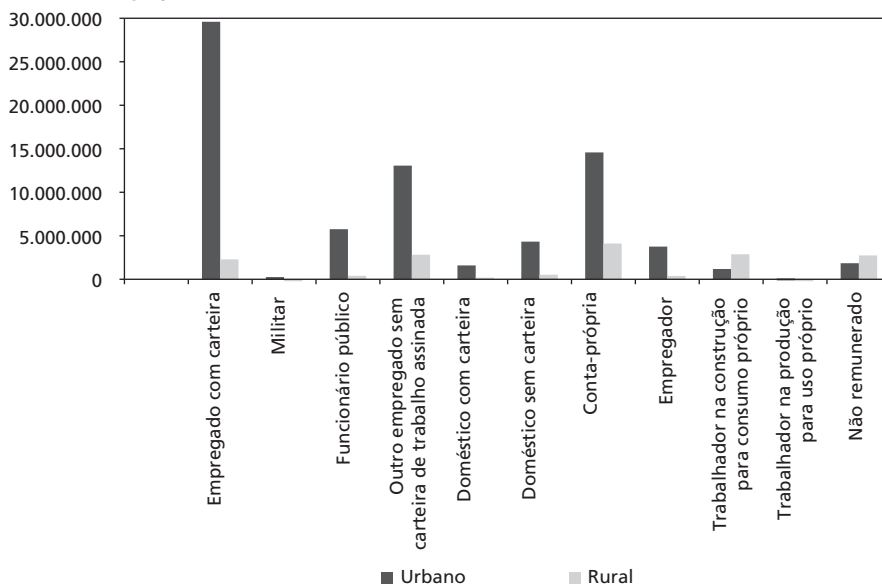
Posição na ocupação	Homens		Mulheres		Total
	Números	(%)	Número	(%)	Número
Empregados	4.172.392	88,36	549.385	11,64	4.721.777
Conta própria	3.511.650	86,92	528.235	13,08	4.039.885
Empregadores	434.815	90,96	43.212	9,04	478.027
Não remunerados	2.832.872	41,29	4.027.671	58,71	6.860.543
Total	10.951.729	68,02	5.148.503	31,98	16.100.232

Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

O urbano e o rural constituem realidades díspares tanto em relação à distribuição geográfica da população ocupada quanto em relação à posição dos ocupados. A concentração urbana dos trabalhadores se contrapõe uma baixa participação da população rural no total de ocupados, resultado de todo o processo de concentração fundiária e de expulsão da população rural ao longo do século XX. As políticas públicas dirigidas ao fortalecimento do agronegócio intensificam e reproduzem esta herança. Deparando-se com as evidentes disparidades do gráfico é fácil entender como o meio urbano se constituiu historicamente enquanto polo de atração de uma massa de trabalhadores em busca de meios para subsistir. Os trabalhadores rurais ultrapassam em quantidade os trabalhadores urbanos apenas entre os ocupados na produção para o próprio consumo e entre os não remunerados, consequência da elevada participação da agricultura familiar na PEA rural ocupada.

GRÁFICO 7

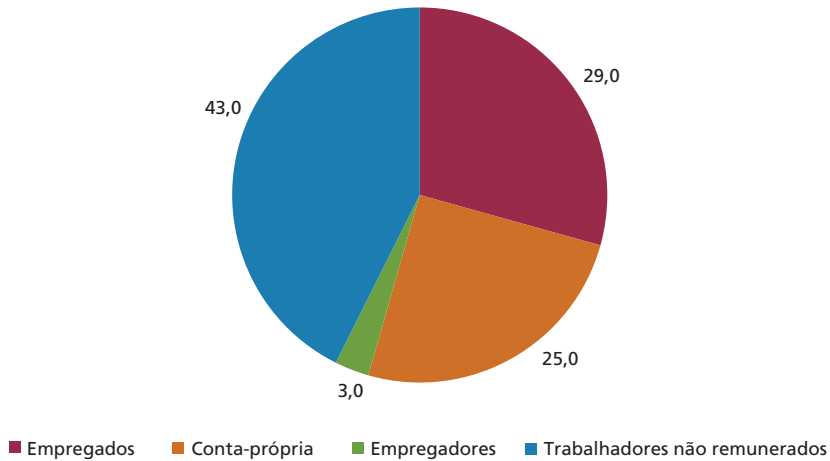
Comparativo da distribuição da população em área urbana e rural, por posição na ocupação



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Os trabalhadores não remunerados constituem o maior contingente de ocupados no grupamento agrícola, representando 43% da mão de obra rurícola. Apesar da ausência de remuneração, uma hipótese plausível sugere que a maior parte destes trabalhadores vive em domicílio em que a família possui alguma fonte de renda. Porém, dada a expressividade do número de não remunerados no total da força de trabalho ocupada, é provável que no interior deste contingente encontremos relações precárias de trabalho e desemprego. Este cenário confirma a atualidade e urgência da reforma agrária como única forma de superar as condições precárias de vida e a pobreza que caracteriza o meio rural brasileiro.

GRÁFICO 8
Posição na ocupação da pessoa ocupada em empreendimento do grupamento agrícola
(Em %)



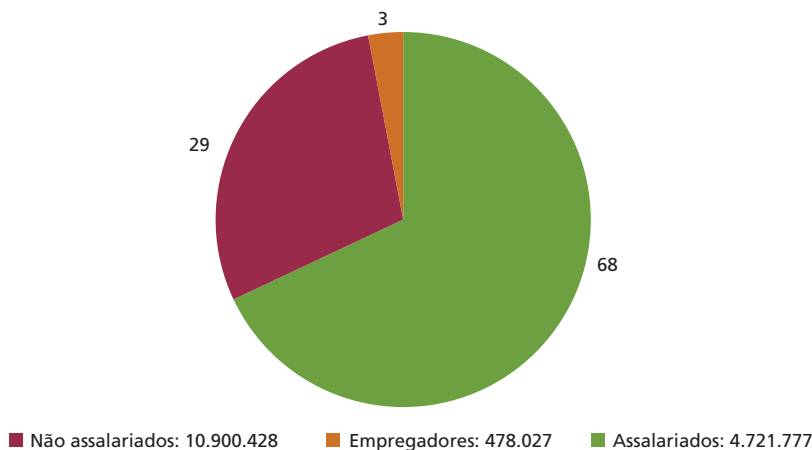
Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Mais da metade dos trabalhadores do grupamento agrícola estão fora de qualquer relação de assalariamento, o que desafia a estrutura do sistema de direitos e garantias sociais, fundadas nas relações de trabalho centradas no emprego formal. Este elevado contingente está sujeito a uma renda instável, sujeita a um conjunto de fatores sobre os quais os trabalhadores não possuem controle. O risco de uma renda insuficiente ao provimento de bens e necessidades básicas reforça a importância da previdência social e dos programas sociais de transferência de renda do governo federal no meio rural.

GRÁFICO 9

Relação de assalariamento no grupamento agrícola

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.

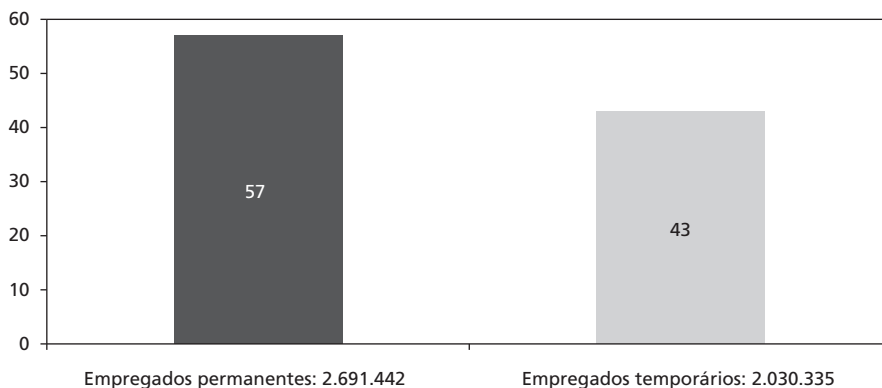
Elaboração: Disoc/Ipea.

A PNAD 2008 mostra que o emprego temporário ainda é um elemento estruturante do mercado de trabalho agrícola, respondendo por 43% do total de empregados ocupados. A alta taxa de participação dos temporários sintetiza algumas das características ainda dominantes na área rural: sazonalidade das ocupações, relações de trabalho altamente instáveis, baixos salários, trabalho braçal e extenuante e péssimas condições de trabalho.

GRÁFICO 10

Empregados permanentes e temporários do grupamento agrícola

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

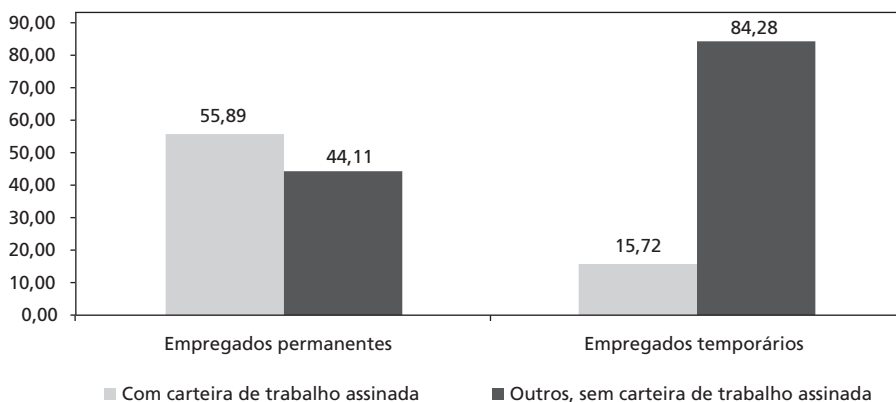
O baixo assalariamento é agravado pela precarização das relações de trabalho no setor empregado do grupamento agrícola. O gráfico 5 mostra ainda que tanto o emprego temporário quanto o emprego permanente possuem uma taxa muito elevada de informalidade, dificultando o acesso desses trabalhadores aos direitos que compõem o patrimônio social associado às relações de trabalho.

Em virtude do período de captação da pesquisa, não é possível analisar os possíveis efeitos da Lei nº 11.718/2008, que alterou dispositivos relativos aos direitos do trabalhador rural temporário. O dispositivo aprovado estende ao rural temporário o acesso a todos os benefícios da Previdência Social.

GRÁFICO 11

Grau de formalização das relações de trabalho entre os empregados do grupamento agrícola

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.

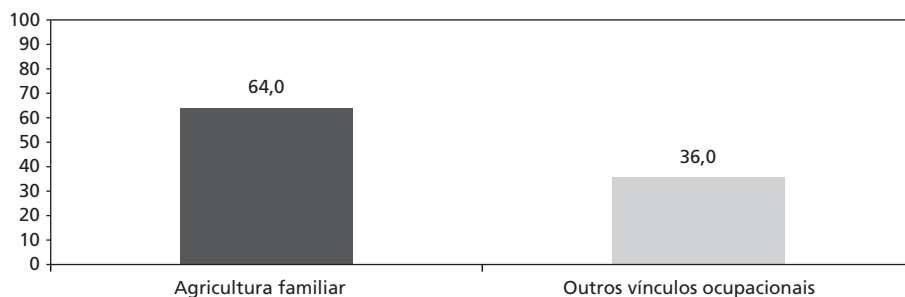
Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados da PNAD confirmam o que o Censo Agropecuário 2006 já havia revelado: a agricultura familiar é responsável pela grande maioria das ocupações, se comparada com todos os demais vínculos ocupacionais, incluindo-se aí os postos de trabalho gerados pelo agronegócio. Ressalte-se, contudo, que este critério de identificação – isto é, trabalhadores por conta própria que contam ou não com a ajuda de trabalhadores não remunerados acrescido dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e dos não remunerados – é restritivo, pois a Lei nº 11.326/2006 não exclui a possibilidade de existir trabalho contratado, algo que a classificação da PNAD aqui adotada para nomear este grupo não incorpora.

GRÁFICO 12

Distribuição da população ocupada no setor agropecuário ou extrativista por vínculo ocupacional

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

5 AGRICULTURA FAMILIAR

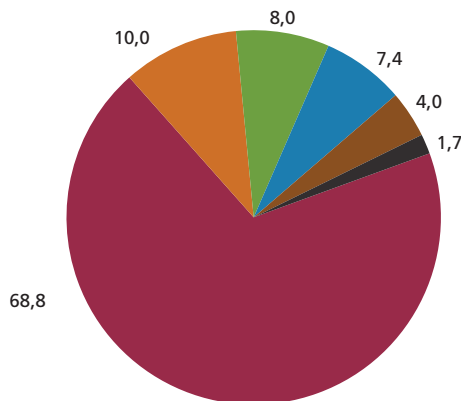
Procurou-se efetuar, a partir dos dados da PNAD 2008, uma análise da agricultura familiar. Para tanto, foram tratadas informações sobre ocupação agrícola. Para efeitos da análise ora proposta, é considerada pertencente ao universo da agricultura familiar, na categoria *condição de ocupação no setor agropecuário*, a variável: *conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária*. As categorias trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador não remunerado – membro de unidade familiar, apesar de integrarem o universo da agricultura familiar, não foram consideradas a fim de evitar sobreposições de um mesmo domicílio. Assim, com a categoria escolhida, espera-se chegar o mais próximo possível das unidades familiares dedicadas à agricultura. Por certo, o universo ora delimitado ainda está subestimado em relação à categoria legal *agricultor familiar* estabelecido pela Lei nº 11.326/2006, uma vez que esta enquadra a possibilidade de trabalho contratado, o que, pelos critérios da PNAD, estaria na categoria *empregador*.

A partir da definição ora adotada, observa-se que, segundo os dados da PNAD, cerca de 70% dos agricultores familiares detém a propriedade da terra em que produzem. Por outro lado, ainda são consideráveis as formas precárias de acesso a terra – parceria, arrendamento, posse e cessão –, que somam 30% do conjunto.

GRÁFICO 13

Condição em relação ao empreendimento agrícola – agricultura familiar (conta própria na agropecuária) – Brasil, 2008

(Em %)



■ Proprietário ■ Cessionário ■ Arrendatário ■ Parceiro ■ Posseiro ■ Outra condição

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

TABELA 17

Comercialização, categorias selecionadas por condição de ocupação – Brasil, 2008

(Em %)

Comercialização categorias selecionadas		Agricultura familiar (conta própria)	Empregador na agropecuária
Assumi previamente o compromisso de vender alguma parte da produção	Sim	26,97	39,90
	Não	73,03	60,10
Vendeu parte da produção principal desse trabalho?	Sim	78,52	86,11
	Não	21,48	13,89
Destino da venda da produção	Empresa	21,60	36,89
	Cooperativa	8,90	12,10
	Governo	0,30	0,29
	Proprietário do bem utilizado para o empreendimento	0,31	0,40
	Intermediário particular	47,60	40,75
	Consumidor direto	20,55	8,64
	Outros	0,74	0,94

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados sobre comercialização permitem constatar alguns aspectos relevantes do comportamento econômico da agricultura familiar. A grande maioria dos agricultores familiares efetua sua produção sem definir previamente seu destino. Mais de 70% dos agricultores não assumiu o compromisso de venda de alguma parte da produção. Apesar disso, quase 80% dos agricultores familiares vendeu alguma parte do que produziu. Importante a comparação com os empregadores na agricultura, entre os quais, a despeito de 86% venderem parte de sua produção, apenas 40% assumiu o compromisso prévio de vendê-la.

As proporções entre as formas de destino da produção da agricultura familiar e dos empregadores na agricultura são parecidas: em ambas, a maior proporção do destino da produção está nos intermediários particulares. Por outro lado, um quinto dos agricultores familiares destina sua produção diretamente ao consumidor final. Este dado é importante, pois reforça a condição de produtora de alimentos da agricultura familiar, além de ser um forte indício da integração da agricultura familiar com o comércio local. Por outro lado, apenas 8% da produção dos empregadores na agricultura têm por destino direto o consumidor final. Outro dado relevante está relacionado ao cooperativismo: apenas 9% dos agricultores familiares destinam sua produção para cooperativas, o que pode ser uma evidência da pouca organização entre os agricultores familiares e de sua consequente dependência em relação a intermediários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É condição imprescindível à formatação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural o aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo. Desde 2004, a PNAD cobre todo o meio rural brasileiro; e este avanço considerável foi largamente completado este ano com a publicação do Censo Agropecuário 2006.

As duas pesquisas, embora tenham características diferentes e atendam a objetivos específicos, têm importantes pontos de interseção e de complementaridade. Os dados relativos à população rural na PNAD – a constatação da baixa escolaridade, das precárias condições de moradia, dos reduzidos níveis de renda e remuneração do trabalho das famílias residentes no campo – oferece uma ilustração viva ao que talvez tenha sido a principal questão social revelada pelo censo: a persistência de uma estrutura fundiária fortemente concentradora.

Entre os anos de 1930 e 1980, o processo brasileiro de industrialização promoveu uma completa inversão de proporções entre a população do campo e a população da cidade. A dinâmica da modernização econômica, que engendrou a acelerada urbanização do país, teve, nas áreas rurais, um caráter conservador: transformou a base técnica da produção, obrigando a mão de obra a migrar para

as cidades, sem contudo alterar o padrão fundiário dominante. Hoje vivem, no meio rural, cerca de 30 milhões de brasileiros. Este número corresponde a pouco mais de 16% de toda a população do país. A diferença em relação ao tamanho da população das cidades, amplamente majoritária, tem por vezes suscitado a opinião de que a questão agrária perdeu muito de sua importância, e que a questão social se transferiu, juntamente com os milhões de trabalhadores migrantes, para a cidade.

Por outro lado, se, à parte a população urbana, se considerasse que esses 30 milhões de pessoas que vivem no meio rural constituíssem um país, este estaria entre os quarenta mais populosos do mundo, e seria o quarto da América do Sul, atrás apenas do Brasil urbano, da Colômbia e da Argentina. Trata-se, pois, de um numeroso contingente e as dificuldades a que essa população está sujeita não podem deixar de produzir, do ponto de vista social, grandes impactos.

O argumento segundo o qual a questão urbana prevalece hoje sobre a questão agrária não leva em consideração que muitos problemas presentes hoje nas cidades – a pressão demográfica, o processo caótico de urbanização das periferias etc. – se explicam, ao menos em parte, pela não realização de uma reforma agrária, isto é, de uma verdadeira política pública de distribuição de patrimônio. O discurso que afirma a inexistência de demanda social por reforma agrária é o mesmo que apoia a criminalização de movimentos sociais de luta pela terra por meio dos quais essa demanda se torna mais explícita.

A expressiva repercussão do Censo Agropecuário 2006, os debates fortemente polarizados que a divulgação de seus resultados suscitou, e outras controvérsias relativas ao meio rural, como a proposta de reajuste dos índices de produtividade, confirmam, por si só, a permanência da questão agrária. Este texto procurou, a partir dos dados da PNAD 2008, analisar alguns dos aspectos socioeconômicos que dão a essa questão os seus contornos atuais.

EVOLUÇÃO E DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Jorge Abrahão de Castro*

1 INTRODUÇÃO

A educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é um fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Quando disseminada de forma universal é um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É, ainda, mais importante em situações de alta desigualdade, quando então ganha maior relevo as responsabilidades do poder público.

Nos países mais desenvolvidos, a educação é parte integrante das políticas sociais, compondo o núcleo do sistema de promoção social mediante sua capacidade de ampliar as oportunidades para os indivíduos, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Por isso, absorve elevada quantidade de recursos públicos. No Brasil, mais recentemente, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, ainda é um grave problema a baixa escolaridade média da população e a desigualdade permanente, o que mantém na pauta das discussões a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

Portanto, é de grande importância identificar a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. Nesta direção é que este capítulo procura delinear a dinâmica e o quadro atual da situação da educação da população brasileira para servir de subsídios à discussão e à formulação de políticas públicas.

Para tanto, começa-se com o que ocorreu com a média de anos de estudos – média de escolarização da população de 15 anos ou mais –, que é um dos

* Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

indicadores utilizado internacionalmente para verificar a situação educacional de determinado país ou região. Apresenta-se um novo indicador denominado de hiato educacional – mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação. Em seguida, dimensiona-se e analisa-se a situação do analfabetismo. Por último, procura-se qualificar o acesso a escolarização que ocorreu no período, permitindo, em todos os níveis e modalidades de ensino, se ter um perfil, tanto dos sucessos quanto dos fracassos verificados no sistema. Além disso, os indicadores são analisados com ênfase no comportamento das desigualdades educacionais, segundo recortes de renda, localização (urbano – rural) regional, cor, raça e sexo.

2 EVOLUÇÃO E DESIGUALDADES NOS ANOS DE ESTUDO¹ MÉDIOS DA POPULAÇÃO

A evolução da situação educacional brasileira, apresentada na tabela a seguir, revela que no período examinado ocorreu uma ampliação de cerca de 0,14 anos, por ano, para o número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Por isso, levou-se 16 anos para ampliar em 2,2 anos a média de anos de estudo da população. Considerando-se essa velocidade anual de crescimento da taxa, vai-se levar ainda cerca de cinco anos para se atingir em média a escolaridade obrigatória.

No entanto, essa taxa de crescimento não é a mesma quando se considera as regiões. Por exemplo, a região Centro-Oeste mostra uma taxa de cerca de 0,19 pontos percentuais (p.p.) ao ano, enquanto na região Norte essa taxa foi de apenas 0,10 p.p. ao ano. Com isso, a taxa média brasileira atingiu 7,4 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (8,1 anos) e Nordeste (6,2 anos). Desse modo, apenas a primeira região ultrapassou, pelo menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudos, estabelecida pela CF/88.

Existem diferenciais bastante expressivos, também, quando se observa esse indicador levando em consideração os quesitos: localização e raça ou cor. Na categoria localização, o diferencial chega próximo a menos de quatro anos de estudos para a população rural em comparação com a população urbana – metropolitana. Essa população é a que se encontra em melhor situação já atingindo 8,6 anos de estudos. A população negra também tem menos 1,8 anos de estudo, em média, em comparação com a branca.

1. Anos de estudos (grau de instrução): a classificação segundo os anos de estudo foi obtida em razão da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. As pessoas que não declararam a série e o grau e as que apresentaram informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo *não determinados ou sem declaração*.

TABELA 1
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, por categorias selecionadas – 1992-2008

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,7	5,9	6,1	6,3	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3	7,4
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	7,9	8,1
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	6,9	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,8
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5	7,7
Localização															
Urbano metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,6
Urbano não metropolitano	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5	4,6
Sexo															
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,2
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3	7,4	7,6
Raça ou cor															
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1	8,3
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5
Faixa etária															
10 anos ou mais	4,9	5,0	5,2	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,4	6,5	6,6	6,8	6,9	7,1
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	7,9	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,4	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9	9,2
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,5	7,8	7,9	8,1
40 anos +	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9	6,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Obs.: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

Raça negra é composta de pretos e pardos.

A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sabe-se que o número médio de anos de estudo ainda se encontra em um patamar bastante insatisfatório devido a elevada proporção de analfabetos entre adultos e idosos e a baixa escolarização dessas coortes. Observa-se que a população com mais de 40 anos tem a menor média de anos de estudo, 6,0 anos, enquanto, a população de 25 a 29 anos chega a 9,2 anos de estudo, ou seja, 3,2 anos de estudos a mais.

Outra forma de verificar a situação das desigualdades na educação é comparar o acúmulo de escolarização entre ricos e pobres. Para tanto, um dos procedimentos mais simples e usuais é perfilar a população na faixa etária em foco, do mais pobre para o mais rico, de forma crescente, de acordo com a renda. Em seguida, reparte-se

a população em pedaços iguais – usualmente se utiliza a divisão em cinco partes que podem ser comparadas. O primeiro quinto é o mais pobre e o último quinto o mais rico, assim, são utilizados para comparação. Veja os resultados na tabela 2, a seguir.

A tabela é bastante ilustrativa e mostra como as diferenças de renda impactam no estoque de escolarização da população, observando que aqueles se encontram no primeiro quinto têm em média cinco anos de estudos e os mais ricos que se encontram no último quinto possuem cerca de 10,4 anos, ou seja, estão 5,4 anos na frente dos mais pobres.

Também mostra que indiferente da categoria selecionada existe convergência para os mais ricos sempre estarem em melhor situação do que os pobres. Apenas na área rural é que este indicador para o mais ricos caiu abaixo da escolarização obrigatória. Enquanto isso, os mais pobres em nenhuma situação conseguem chegar perto desta marca.

No caso da localização, observa-se, ainda, forte diferenciação, com os mais ricos urbanos tendo cerca de 3,7 anos de estudo a mais que os do meio rural, já para os mais pobres a diferença é de 1,6 anos de estudo.

TABELA 2

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2008
(Em %)

Característica	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i>				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Brasil	5,0	6,0	6,4	7,8	10,4
Norte	5,2	6,1	6,8	8,0	10,3
Nordeste	4,6	5,6	5,8	7,9	10,7
Sudeste	5,7	6,4	6,7	7,9	10,4
Sul	5,4	6,1	6,3	7,7	10,1
Centro-Oeste	5,6	6,1	6,3	7,8	10,6
	Localização				
Urbano	5,6	6,4	6,7	8,1	10,6
Rural	4,0	4,5	4,4	5,6	6,9
	Raça ou cor				
Branca	5,5	6,4	6,6	8,1	10,7
Preta ou parda	4,9	5,8	6,2	7,5	9,6
	Sexo				
Homens	4,7	5,7	6,2	7,7	10,4
Mulheres	5,4	6,3	6,5	8,0	10,4

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

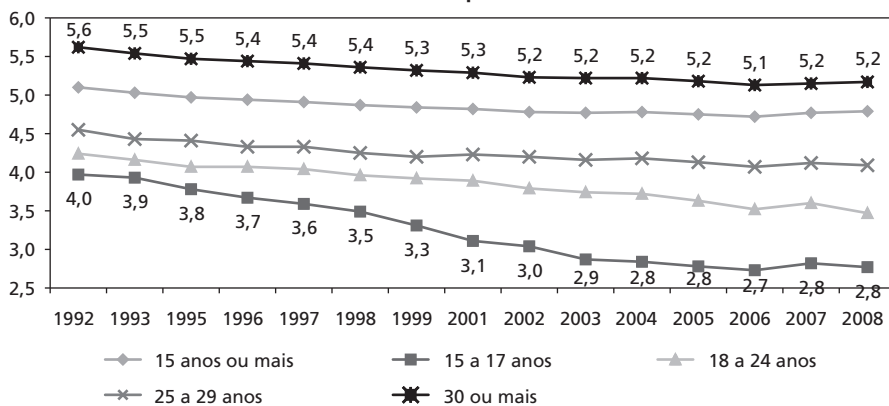
2.1 O hiato educacional

Outra forma de medir a situação da educação dos brasileiros é o indicador que denominamos de hiato educacional. Este indicador mede a quantidade de anos

de estudos que, em média, falta aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória, no caso oito anos de estudos, para atingir a meta, por faixa etária.

GRÁFICO 1

Hiato educacional, em anos de estudo e por idade – 1992-2008



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

O gráfico 1 mostra que o hiato é muito grande, mas que houve avanços em todas as faixas etárias, com velocidades diferentes. Observa-se que quanto mais velha é a idade selecionada menor é a queda do hiato. Por exemplo, para a população com mais de 30 anos, o hiato saiu de 5,6 anos para 5,2 – este valor indica que esta população não atingiu nem metade da meta. Na população de 15 a 17 anos, apesar do hiato ainda ser bastante expressivo, caiu de quatro – metade da meta – para 2,8 anos de estudo. Este número revela as dificuldades dos alunos em concluir no tempo adequado seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.

Portanto, ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), aos segmentos populacionais de maior idade, implicará a aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. No entanto, assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros, na idade adequada – meta que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) –, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolaridade da população brasileira, como também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira, a um patamar minimamente aceitável, dependerá, em grande medida, dos avanços que forem logrados no âmbito da EJA e em relação à universalização da conclusão do ensino fundamental.

3 EVOLUÇÃO E DESIGUALDADES NO ANALFABETISMO

No Brasil, o analfabetismo é ainda um dos grandes problemas sociais a ser enfrentado para construção da cidadania plena. Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar a evolução e as desigualdades quanto a esse problema, além da taxa de analfabetismo, é necessário conhecer quem e quantos são e onde estão os analfabetos.

Para tanto, foi se construindo alguns indicadores cujos resultados são apresentados na tabela a seguir. Os números revelam que a população brasileira apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, se comparada à de outros países do próprio continente sul-americano, como Equador, Chile e Argentina. Porém, mostra, também, uma redução sistemática da taxa de analfabetismo. A queda no valor da taxa tem sido permanente desde o começo da década de 1990, fazendo esse índice recuar para cerca de 10%, em 2008. Como se pode constatar na tabela 3, nos últimos 16 anos, a taxa de analfabetismo foi reduzida em 7,2 p.p., com redução média de cerca de 0,45 p.p. ao ano. Porém, o número total de analfabetos no Brasil continua praticamente o mesmo nos últimos anos, girando em torno de 14 milhões de pessoas. Nesta velocidade a eliminação do analfabetismo só ocorreria em cerca de 20 anos.

TABELA 3

Taxa de analfabetismo segundo categorias selecionadas – 1992-2008

(Em %)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,9	11,6	11,5	11,2	10,5	10,1	10,0
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9	10,7
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,2	23,4	23,2	22,4	21,9	20,7	19,9	19,4
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,6	7,2	6,9	6,7	6,6	6,0	5,8	5,8
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,8	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,4
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,7	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1	8,1
Localização															
Urbano metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,7	5,5	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4	4,3
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,8	27,7	27,3	25,9	25,1	24,3	23,5	23,5
Raça ou cor															
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,6	6,2	6,2
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,3	16,9	16,3	15,5	14,7	14,2	13,6
Faixa etária															
15 a 17 anos	8,2	8,1	6,5	5,8	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7	1,7
18 a 24 anos	8,8	8,2	7,4	6,7	6,8	5,8	5,4	4,8	4,2	3,8	3,6	3,3	2,8	2,4	2,4

(Continua)

(Continuação)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,4	5,9	5,9	5,8	4,8	4,4	4,2
30 a 39 anos	12,0	11,6	10,9	10,1	10,2	10,1	9,6	9,0	8,4	8,4	8,0	7,8	7,3	6,7	6,6
40 anos +	29,2	27,7	26,0	24,8	24,8	23,3	22,8	21,2	20,5	20,0	19,7	19,1	18,0	17,3	16,9

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disc/Ipea.

Obs.: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

A raça negra é composta de pretos e pardos.

A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Analisando-se do ponto de vista regional, observa-se que coube à região Nordeste a maior redução, de 32,7% em 1992 para 19,4% em 2008, o que representou um decréscimo médio de 0,83 p.p. ao ano, bem superior ao verificado nas demais regiões. Apesar desse movimento mais rápido de mudança no indicador, essa região ainda apresenta um índice que é o dobro da média brasileira e bastante acima das taxas no Sul – Sudeste, que não ultrapassam 6%. Isso se deve ao fato de aquela região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros nessa faixa etária. Tanto no Nordeste quanto no Brasil, cerca de 90% dos analfabetos está na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos (16,9%).

Além dos diferenciais regionais, observam-se números bastante expressivos também quando esse indicador leva em consideração o quesito localização e raça ou cor. Para a categoria localização, observa-se que na população rural quase um quarto de sua população é analfabeta; já para a população urbana – metropolitana este índice é de 4,3%. A população negra tem mais analfabetos (13,6%) que a população branca (6,2%), entretanto, a velocidade da redução da taxa tem sido maior para os negros, em média 0,76 p.p. ao ano, enquanto para os brancos foi de 0,27 p.p. ao ano.

A evolução do analfabetismo por faixa etária mostra que o avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2008) e na faixa de 18 a 24 anos (8,8% para 2,4%) reflete a evolução do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. A maior redução ocorreu na faixa de 40 anos ou mais (0,77 p.p. ao ano), contudo, os dados para a população acima de 40 anos alertam para o grande contingente de analfabetos nesta faixa etária.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, ocorreu a manutenção da taxa de 2007. Tal resultado pode ser decorrente de um efeito composição, pois a população nesta faixa está decrescendo rapidamente à velocidade de cerca de 1,6% ao ano, a partir de 2005.

Comparar o analfabetismo entre os mais ricos e os mais pobres, a partir da distribuição da renda, é outra forma de verificar as desigualdades. Usando o mesmo procedimento utilizado anteriormente se verificou que a renda é um elemento determinante no analfabetismo. Desta forma, observa-se que aqueles que se encontram no

primeiro quinto, mais pobres, têm uma taxa de 19%, enquanto os que se encontram no último quinto, os mais ricos, a taxa é de apenas 1,9%, ou seja, o analfabetismo entre os mais pobres é dez vezes superior àquele verificado entre os mais ricos.

Além disso, observa-se pelos dados apresentados na tabela a seguir que, indiferente da categoria selecionada, existe convergência para os mais ricos sempre estarem em melhor situação que os mais pobres. Enquanto isso, os mais pobres, em quase todas as situações, não conseguem chegar nem perto da taxa nacional (10%).

Essa medida também não é a mesma quando se considera as regiões, em que se observa que a taxa para os mais ricos do Sudeste é de 1,5% enquanto no Nordeste é de 4,2%. No caso da localização, observa-se também forte diferenciação, com mais ricos urbanos com 1,6% e os do meio rural chegando a 9%.

TABELA 4

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2008
(Em %)

Características	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i>				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Brasil	19,0	14,0	13,5	6,2	1,9
Norte	14,8	12,9	12,0	7,7	2,6
Nordeste	24,7	20,8	23,3	11,0	4,2
Sudeste	11,3	8,8	9,4	5,0	1,5
Sul	9,4	9,1	9,1	4,6	1,6
Centro-Oeste	13,0	11,2	12,4	7,1	1,8
	Localização				
Urbano	15,2	11,2	11,0	5,1	1,6
Rural	26,4	24,7	27,2	16,7	9,0
	Raça ou cor				
Branca	14,9	10,7	10,6	4,6	1,3
Preta ou parda	20,5	15,8	15,9	8,2	3,4
	Sexo				
Homens	22,0	14,8	13,1	5,6	1,6
Mulheres	16,4	13,2	13,9	6,8	2,3

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Na discussão do analfabetismo, constataram-se as seguintes características: *i*) é bem mais acentuado na população negra; *ii*) as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e as zonas rurais são as que apresentam piores índices; *iii*) está fortemente concentrado na população de baixa renda; *iv*) o percentual e a quantidade de analfabetos se ampliam quanto mais velha é a população; e *v*) existe ainda um número considerável de analfabetos jovens, sinônimo de que o sistema educacional ainda está produzindo analfabetos. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo em uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar

dos anos. Ou seja, cada geração permanece alheia a melhora do sistema educacional. Isto quer dizer que a queda do analfabetismo se processa fortemente pelo efeito demográfico e menos pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. Portanto, a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a saída – morte – dos idosos analfabetos.

A constatação apresentada de que o analfabetismo não muda para as coortes demonstra a ineficácia dos programas de alfabetização de adultos e algumas causas podem ser aventadas: *i*) baixa cobertura, pois entre os atuais analfabetos apenas pequena parte está frequentando a escola, e quando frequenta vai a cursos de alfabetização de adultos. Isto se deve em grande medida a problemas de oferta, mas, também, a problemas de desinteresse dos analfabetos em procurar os programas e também a erro de foco, estratégias pedagógicas etc.; e *ii*) baixa eficácia em alfabetizar os que estão matriculados, que tem como indicações o fato de que parcela expressiva do público potencial apresenta um histórico de fracasso escolar, pois já frequentou a escola e, assim sendo, trata-se de um público com sérias dificuldades de aprendizagem.

Portanto, o fato de ainda ser bastante elevada, a taxa relativa à população de 15 anos ou mais estaria evidenciando problemas de acesso a escola que grande parte da população brasileira mais velha teve quando estava no período adequado para frequentar escolas, assim como problemas do presente com a baixa cobertura – eficácia dos programas de alfabetização de adultos e idosos. Logo, sendo mantida tal tendência, a erradicação do analfabetismo no Brasil terá de aguardar por pelo menos outras duas décadas.

4 EVOLUÇÃO E DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO BRASILEIRA

Para complementar a análise aqui pretendida procura-se, a seguir, verificar como se processou o acesso e a permanência da população ao sistema educacional, considerando as faixas etárias, os níveis e as modalidades educacionais oferecidas, de forma a se ter um perfil dos sucessos e dos fracassos do sistema. Neste sentido, serão observados os resultados para os índices de acesso e conclusão à escolaridade do brasileiro. Também é importante observar o que ocorreu com as desigualdades educacionais entre as regiões do país, a localização, raça ou cor, renda e sexo.

Para medir o acesso, um dos indicadores tradicionais é a taxa de frequência à escola por faixa etária.² Os resultados para esse indicador são apresentados na tabela a seguir, que revela avanços em relação a todo o período analisado. Inicia-se a análise com a educação infantil, destinada às crianças em idade anterior ao ensino obrigatório, que constitui a primeira etapa da educação básica e inclui

2. Taxa de frequência à escola por faixa etária: fornece o percentual da população por faixa etária que frequenta escola, independentemente do grau de ensino em que está matriculada.

a creche e a pré-escola. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.274 que diminuiu a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório para seis anos – até então era aos sete – e aumentou a duração desse nível de ensino para nove anos. Assim, a educação infantil passou a se estender, a partir de 2007, às crianças de até 5 anos, sendo a creche para as de até 3 anos e a pré-escola para as de 4 e 5 anos.

O acesso de 0 a 3 anos à escola (creches) é muito pequeno no Brasil, sendo a taxa de frequência de apenas 18,1%. Esse percentual é considerado baixo, devido, principalmente, ao que se previa no Plano Nacional de Educação (PNE), que em 2006 essa taxa deveria ser de 30%. Apesar de ter sido essa faixa etária da população que, no período analisado, apresentou uma das maiores taxas de incremento anuais (0,81 p.p. ao ano desde 1995). Além de baixo, como pode ser observado na tabela 5, o acesso às creches é desigual entre as crianças das diferentes regiões; entre as da zona urbana e as da zona rural; entre as brancas e as pretas ou as pardas; e entre as de famílias mais pobres e mais ricas.

TABELA 5

Taxa de frequência à escola, segundo as faixas etárias – Brasil, 1992–2008
(Em %)

Faixa etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
0 a 3 anos	–	–	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,4	17,1	18,1
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,5	70,6	72,0	76,1	77,6	79,8
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6	97,9
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,3	81,9	81,7	82,1	82,1	84,1
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5
25 a 29 anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4	12,3

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

A raça negra é composta de pretos e pardos.

A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nas pesquisas de 1992 e 1993, a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

As maiores desigualdades são verificadas quando as crianças são comparadas segundo a localização de seus domicílios ou de acordo com a renda de suas famílias, como mostra a tabela 6. Das crianças da zona urbana, 20,5% frequentam creche em 2008, porém, na zona rural essa taxa é de 7,2%. Apenas 10,7% das crianças do quinto de renda mais baixo – ou seja, nos 20% mais pobres – frequentam creche, enquanto no quinto de renda mais elevado essa taxa é de 37%. A diferença de acesso também é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Norte. Na primeira, 24,6% das crianças frequentam creche e na segunda apenas 8,4%. Há, também, desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso à creche entre as crianças brancas e as pretas ou pardas: 20,6% das crianças brancas frequentam creche, taxa que na população preta ou parda é de 15,5%. Além disso, observa-se que essas desigualdades vêm se mantendo nestes patamares ao longo do tempo.

TABELA 6

Taxa de frequência bruta à educação infantil, por sexo, cor, situação de domicílio, grandes regiões e faixas de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo os grupos de idade – Brasil, 1995, 2001, 2005, 2006, 2007 e 2008

(Em%)

Características	0 a 3 anos de idade						4 a 6 anos de idade					
	1995	2001	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	1995	2001	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹
Brasil	7,5	10,5	12,9	15,3	16,9	18,1	53,4	65,5	72,0	76,0	77,6	79,7
Norte	5,7	7,2	5,7	8,0	7,7	8,4	55,1	60,1	60,2	64,4	68,5	72,5
Nordeste	7,1	10,6	11,6	13,3	14,1	14,9	56,1	70,6	77,6	80,4	82,7	84,8
Sudeste	8,1	11,3	15,5	19,1	21,7	22,0	55,1	68,0	75,8	80,9	81,5	82,9
Sul	8,6	11,8	15,9	18,3	21,3	24,6	44,9	55,4	62,0	66,3	67,9	69,1
Centro-Oeste	5,4	6,6	10,0	11,4	13,2	15,3	47,8	54,4	62,9	66,9	65,9	71,6
Cor												
Branca	8,7	11,3	14,3	16,9	19,1	20,6	56,2	67,8	74,1	78,4	79,6	81,8
Preta ou parda	6,2	9,6	11,5	13,8	14,8	15,5	50,5	63,3	70,1	74,0	75,9	78,2
	Situação do domicílio											
Urbano	9,1	11,8	12,9	17,5	19,3	20,5	59,2	69,0	75,7	79,4	80,3	82,2
Rural	2,7	4,6	15,0	6,7	6,4	7,2	35,8	50,8	57,2	62,5	66,2	69,6
	Quintos do rendimento familiar <i>per capita</i>											
Primeiro quinto	5,3	6,6	8,4	9,4	9,9	10,7	43,1	56,5	63,5	67,7	70,8	72,7
Segundo quinto	5,5	7,8	10,2	12,2	13,6	15,0	49,0	60,9	68,8	73,9	75,9	77,5
Terceiro quinto	6,4	10,4	13,7	17,8	18,9	20,7	56,1	67,7	76,3	80,4	79,6	83,0
Quarto quinto	7,9	13,5	17,1	21,9	25,5	26,2	60,3	74,2	80,8	85,2	86,0	88,5
Último quinto	17,1	25,7	28,6	32,2	35,3	37,0	71,3	88,8	90,2	91,7	91,7	93,8

Fontes: PNADs 1995, 2001, 2005, 2006, 2007 e 2008/IBGE.

Nota: ¹ Inclusive a população rural da região Norte.

A situação do acesso à educação das crianças de 4 a 6 anos é bem melhor, embora ainda se verifiquem desigualdades, segundo as características analisadas. Conforme tabela 6, cerca de 79,7% das crianças dessa faixa etária frequentavam a escola, grande parte na pré-escola. Além disso, ressalta-se que foi nesta faixa que se observou, no período analisado, a maior taxa de incremento, cerca de 2,02 p.p. ao ano, o que fez a taxa crescer cerca de 26,3 p.p. em 13 anos.

Apesar desse avanço, também, observam-se desigualdades no acesso, principalmente quando se considera a renda (tabela 6). No quinto de renda mais elevado, a frequência é de 93,8%, e no quinto de renda mais pobre é de 72,7%, ou seja, uma diferença de 21,1 p.p. separa esses dois grupos de crianças. Essa desigualdade pode ser considerada ainda mais perversa quando se leva em conta os resultados de estudos que mostram que as crianças que mais se beneficiam da experiência pré-escolar são justamente as crianças mais pobres.

A diferença regional também é pronunciada, porém, é inversa à situação da creche: na região Nordeste 84,8% das crianças de 4 a 6 anos estão na escola, enquanto no Sul a taxa é de apenas 69,1%. Essa situação é em parte resultado de políticas e programas federais que priorizaram o Nordeste na expansão de vagas. A desigualdade entre habitantes da zona urbana e rural é um pouco menor, no entanto, ainda considerável: 82,2% para a zona urbana e 69,6% para a rural. Também se observa o acesso mais restrito das crianças pretas ou pardas (78,2%) que o das brancas (81,8%).

Para a população de 7 a 14 anos – público potencial do ensino fundamental – a universalização do acesso à escola é um dos grandes avanços sociais pós-CF/88, como pode ser constatado na tabela 5, a taxa de frequência bruta que era de 86,6%, em 1992, passou a 97,9%, em 2008. Por isso, os indicadores de frequência ao ensino fundamental não revelam grandes disparidades quando comparados sob as óticas: regional, localização, gênero, raça ou cor e renda – portanto, não serão apresentados. Deve-se mencionar que a manutenção da taxa de frequência nos últimos anos expressa o fim do ciclo expansionista do ensino fundamental, relacionado a dois fatores mutuamente articulados: de um lado, a relativa estabilização do fluxo escolar nesta etapa da educação básica, de outro, a diminuição da população nesta faixa etária.

O progresso alcançado no tocante à oferta de vagas, no entanto, sobrepõe-se vários desafios. Além de ainda haver uma porcentagem residual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há os que não aprendem ou que progridem lentamente, repetem o ano e acabam abandonando os estudos. Os fatores que contribuem para essas dificuldades estão relacionados à qualidade do ensino, gestão das escolas e sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência, e às desigualdades sociais dos próprios alunos e seus familiares.

Quanto aos aspectos escolares, observa-se para essa faixa etária que os aspectos mais relevantes são a repetência, a defasagem e a evasão escolar, que ampliam o tempo médio de permanência no ensino fundamental e comprometem negativamente os índices de conclusão desse nível de ensino. Essa situação é comprovada pelos dados que são apresentados na tabela 7, a seguir, que mostra que a taxa média esperada de conclusão da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, em 2005 e 2006, correspondiam, respectivamente, a 87,6% e 53,8%. Portanto, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental deixaram de concluir, em média, 12,4% dos que entraram, ficando retidos nas quatro primeiras séries ou abandonando a escola. Este processo de perdas se amplia na 8ª série, são 46,2% que não concluem na idade adequada esse nível educacional. Ou seja, o processo de perda de eficiência sistêmica vai se ampliando de acordo com o decorrer das séries deste nível de ensino. Os dados também revelam que essa situação é ainda mais dramática quando se consideram os aspectos regionais, sendo que os alunos que se encontram nas regiões Norte e Nordeste têm taxas bem inferiores à média nacional, situando-se em torno de 80% (4ª série) e 40% (8ª série). Já na região Sul a situação é oposta.

Outro aspecto que tem influenciado nos resultados ruins do ensino fundamental diz respeito às

(...) características do próprio alunado, mais especificamente, das condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública. Comparando-se o percentual de alunos oriundos de família com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo da 1ª e da 8ª série, observa-se que é de 55,4% na 1ª e que, na 8ª série, se reduz para 36,4%. Essa é uma evidência da exclusão dos alunos pobres durante o ensino fundamental. Entre as razões encontram-se a acumulação de repetências e a necessidade de auferir renda, especialmente quando mais velhos, levando-os a abandonar a escola antes de concluí-la (BARRETO, 2006).

O tempo que os alunos passam na escola é outra dimensão relevante para a qualidade da educação. As comparações internacionais de acordo com Barreto (2006) têm correlacionadas sucesso educacional e o tempo que o aluno passa diariamente na escola. No Brasil, a média de horas/aulas diárias dos alunos do ensino fundamental, calculada pelos dados do Censo Escolar 2005, é de 4,4 horas, inferior àquela mostrada pelos países bem-sucedidos nessas comparações, cujos alunos estudam geralmente em tempo integral.

TABELA 7

Taxa média esperada de conclusão no ensino fundamental e no ensino médio, segundo a região geográfica e a unidade da Federação – 2005-2006
(Em %)

Brasil e regiões	Ensino fundamental		Ensino médio
	4ª série	8ª série	3ª série
Brasil	87,6	53,8	66,6
Norte	81,0	40,5	62,7
Nordeste	79,4	38,7	67,7
Sudeste	94,5	66,6	69,3
Sul	95,0	69,1	69,0
Centro-Oeste	88,9	54,2	65,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira (INEP)/Ministério da Educação (MEC).

Portanto, no ensino fundamental as políticas educacionais ainda não resolveram os problemas de eficiência do sistema educacional brasileiro, especialmente a rede pública, responsável pela maior oferta de escolaridade nesta etapa de ensino. Os estudantes permanecem no sistema além da idade prevista e do tempo necessário para conclusão, reduzindo a quantidade de recursos disponíveis para aqueles alunos que avançam normalmente e de acordo com sua idade. Por outro lado, revelam que as políticas conseguem fazer com que as crianças e os jovens continuem na escola, mesmo depois de um ciclo de insucesso. Esse caso revela que as disparidades regionais podem ser superadas no acesso, entretanto, continuam no percurso do aluno na escola, sobre as quais o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) não teve o efeito equalizador desejado e esperado.

Para a população compreendida entre 15 e 17 anos – população potencial do ensino médio – observa-se na tabela 5 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 2003 e, após um período em que se manteve constante, aumentou novamente em 2008. Parte de um índice de 59,7%, em 1992, e chega a 84,1%, em 2008, com crescimento de 1,53 p.p. ao ano. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nessa faixa etária, tem apresentado crescimento ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme mostra a tabela a seguir.

No entanto, os dados apresentados pela tabela 8 evidenciam alguns dos problemas educacionais desta população, quando mostram que a frequência líquida ao ensino médio é de apenas 50,4%, ou seja, menos da metade da população está na faixa etária adequada a esse nível de ensino. Esse fato se deve aos entraves observados no fluxo escolar do ensino compulsório, ensino fundamental, que tem elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como foi visto anteriormente, o que compromete o acesso ao ensino médio.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população dessa faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre a Sudeste e a Nordeste. Na primeira, 61,8% dessa população frequentam o ensino médio e na segunda apenas 36,4%. Essa diferença é, em parte, devida a maior concentração de população rural na região Nordeste. Da população de 15 a 17 anos da zona urbana metropolitana, 59% frequentam o ensino médio, porém, na zona rural essa taxa é de 33,3%, ou seja, quase 25% menor. Há também desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso ao ensino médio entre brancos e negros: 61% dos adolescentes brancos frequentam escola, taxa que na população negra é de 42,2%.

TABELA 8
Taxa de frequência líquida, segundo as faixas etárias – 1992-2008
(Em %)

Nível/modalidade de ensino	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ensino médio – 15 a 17 anos															
Brasil	18,2	18,9	22,1	24,1	26,6	29,9	32,7	36,7	39,9	42,9	44,1	45,1	46,9	47,9	50,4
Norte	11,7	13,5	16,7	15,9	17,6	20,8	24,3	26,4	29,0	31,6	27,6	30,8	34,9	36,3	39,6
Nordeste	9,5	10,2	11,4	12,8	13,4	14,9	16,7	20,5	22,8	25,4	27,8	30,0	33,1	34,5	36,4
Sudeste	24,3	24,9	29,0	31,6	34,8	39,7	42,4	47,7	52,3	55,3	57,8	57,2	57,6	58,6	61,8
Sul	23,1	24,4	29,3	32,5	35,6	38,9	44,7	47,7	50,8	52,5	53,3	53,6	54,9	55,0	56,5
Centro-Oeste	17,5	18,2	21,1	23,5	27,3	29,3	32,2	36,6	40,0	44,2	44,7	45,8	48,1	49,5	52,0
Localização															
Urbano metropolitano	25,9	25,8	30,3	32,4	34,5	38,6	41,4	46,7	49,5	52,0	54,2	54,3	55,3	56,8	59,0
Urbano não metropolitano	20,0	20,9	23,7	25,9	28,6	32,4	35,6	37,9	41,9	45,0	46,7	48,0	49,9	49,6	52,0
Rural	5,3	6,3	7,7	8,8	11,1	12,2	15,2	17,0	18,5	21,6	21,9	24,5	26,7	30,7	33,3
Sexo															
Masculino	15,1	15,3	18,4	19,9	22,0	24,8	28,3	32,2	35,5	37,9	39,1	40,4	41,8	42,3	44,4
Feminino	21,3	22,5	25,9	28,5	31,2	35,1	37,2	41,2	44,4	48,0	49,3	49,9	52,0	53,7	56,8
Raça ou cor															
Branca	27,1	27,7	32,3	34,0	38,1	41,0	44,2	49,5	52,3	54,8	56,1	56,5	58,3	58,6	61,0
Negra	9,2	10,2	11,9	13,4	14,7	18,6	21,2	24,4	28,2	31,8	33,5	35,5	37,4	39,3	42,2
Ensino superior – 18 a 24 anos															
Brasil	4,6	4,8	5,8	5,8	6,2	6,8	7,4	8,8	9,8	10,5	10,4	11,1	12,4	12,9	13,6
Norte	3,0	2,3	3,3	3,3	3,3	3,5	3,8	5,2	6,7	6,0	5,6	7,0	7,7	9,0	9,9
Nordeste	2,4	2,5	2,9	3,1	3,0	3,2	3,7	5,0	5,1	5,7	5,8	6,0	7,0	7,5	8,2
Sudeste	6,1	6,3	7,7	7,3	8,1	8,8	9,4	10,7	11,9	12,6	12,9	13,6	15,4	16,3	16,4
Sul	4,9	6,0	7,5	7,7	8,1	9,6	10,4	12,5	13,7	15,8	15,2	16,1	17,0	16,6	18,6
Centro-Oeste	4,3	4,8	5,1	6,5	6,3	6,8	7,7	9,7	11,9	12,3	12,1	13,8	14,8	15,5	16,2

(Continua)

(Continuação)

Nível/modalidade de ensino	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Localização															
Urbano metropolitano	7,3	7,9	9,3	9,1	9,6	10,4	10,7	12,1	13,4	14,2	14,2	15,0	16,7	17,5	18,0
Urbano não metropolitano	4,5	4,6	5,6	5,7	6,1	6,7	7,6	8,9	9,9	10,8	10,9	11,6	12,9	13,3	14,1
Rural	0,5	0,8	1,1	1,1	0,8	0,9	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	2,1	2,4	3,1	3,4
Sexo															
Masculino	4,2	4,1	5,0	5,0	5,7	5,9	6,3	7,7	8,3	9,1	9,0	9,6	10,5	11,1	11,7
Feminino	4,9	5,5	6,6	6,6	6,8	7,8	8,5	9,9	11,2	11,9	11,7	12,6	14,2	14,8	15,6
Raça ou cor															
Branca	7,3	7,8	9,3	9,4	10,1	11,1	11,9	14,1	15,5	16,6	16,0	17,2	19,1	19,8	20,5
Negra	1,5	1,5	2,0	1,8	2,0	2,1	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9	7,7

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

A raça negra é composta de pretos e pardos.

A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nas pesquisas de 1992 e 1993, a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

As desigualdades nesse acesso são pronunciadas, especialmente quando considerada a renda das famílias desses alunos (tabela 9): no primeiro quinto, 29,6% dos jovens de 15 a 17 anos cursam o ensino médio, proporção que para os mais ricos (último quinto) é de 78,5%, ou seja, a oportunidade de acesso ao ensino médio dos adolescentes mais ricos é mais de duas vezes que a dos mais pobres. Os aspectos regionais também mostram diferenças. A situação é ainda pior entre os jovens pobres residentes da zona rural, em que apenas 23,8% estão incluídos no ensino médio. Jovens de cor negra, sejam do primeiro quinto, sejam do último quinto, estão em desvantagem em relação aos brancos.

TABELA 9

Taxa de escolarização líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2008
(Em %)

Característica	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i>				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Brasil	29,6	42,5	54,0	67,5	78,5
Norte	25,6	34,8	45,2	58,1	71,8
Nordeste	25,4	36,2	46,3	64,9	68,3
Sudeste	42,5	50,2	59,3	71,7	83,2
Sul	30,0	43,9	57,5	64,7	76,3
Centro-Oeste	31,6	44,4	49,2	60,4	75,6

(Continua)

(Continuação)

Característica	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i>				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Localização					
Urbano	32,9	44,4	55,7	68,2	79,2
Rural	23,8	34,5	43,7	58,2	65,0
Raça ou cor					
Branca	34,8	47,6	60,7	72,5	80,8
Preta ou parda	27,8	39,8	48,7	60,3	71,5
Sexo					
Homens	23,3	34,8	46,9	62,0	76,1
Mulheres	36,3	50,6	61,8	73,4	81,2

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Além disso, para os jovens dessa faixa etária, que estão cursando o ensino médio, repetem-se os problemas de fluxo escolar, o que acarreta taxas médias esperadas de conclusão também inadequadas, como demonstra os dados apresentados na tabela 7. A estimativa é de que apenas 66,6% dos alunos que ingressam no ensino médio o concluem. A maior desigualdade observada entre regiões, nesse indicador, é entre o Centro-Oeste (com 65,3%) e o Sudeste (69,3%).

Cabe ainda mencionar algumas características que não foram apresentadas, mas que são importantes, tais como: parte expressiva do atendimento escolar a essa faixa ocorre no período noturno; ainda existem dificuldades de acesso para uma parcela da população de 15 a 17 anos, com isso uma parcela está fora da escola; o acesso é um problema grave para a categoria EJA, pois metade dos municípios brasileiros não oferece; alunos com idade mais avançada que aquela prevista para o ciclo têm resultados piores.

Para os jovens que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos – população potencial para a educação superior –, observa-se na tabela 5 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 1999 e, desde então, manteve-se constante até 2003 e depois começou a cair. Inicia a década de 1990 com um índice de 22,6% e chega a 30,5%, em 2008, com crescimento de apenas 0,49 p.p. ao ano para o período em análise. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nessa faixa etária, tem apresentado crescimento quase ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme mostra a tabela 8.

No entanto, os dados apresentados pela tabela evidenciam os problemas de escolarização desta faixa etária, assim como já foi aqui salientado para a população de 15 a 17 anos. Apenas 13,6% estão na educação superior, ou seja, parcela mínima da população, desta faixa etária, consegue chegar a educação superior.

Esse fato deve-se aos entraves observados no fluxo escolar do ensino fundamental e médio, que têm elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como visto anteriormente.

Por sua vez, é provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo MEC, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação: *i*) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino; *ii*) ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies); e *iii*) instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni). Essas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população de faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Nordeste. Na primeira, 18,6% dessa população frequentam o ensino superior e no Nordeste apenas 8,2%. Da população de 18 a 24 anos da zona urbana metropolitana, 18% frequentam o ensino superior, porém na zona rural essa taxa é de apenas 3,4%. Há também desigualdade no acesso ao ensino superior entre brancos e negros: 20,5% dos jovens brancos frequentam, enquanto isso, a taxa para a população negra é de 7,7%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise anterior quanto ao acúmulo de escolarização revelou ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. No entanto, persistem os fortes diferenciais regionais, que são também expressivos quando se observa esse indicador levando em consideração o quesito localização e raça – cor. O hiato educacional mostrou-se muito elevado, o que, em grande medida, expõe as dificuldades dos alunos em concluir, no período adequado, seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.

No que diz respeito ao analfabetismo, mostraram-se as seguintes características: é bem mais acentuado na população negra; as regiões menos desenvolvidas, municípios de pequeno porte e as zonas rurais, são aquelas que apresentam piores índices; está fortemente concentrado na população de baixa renda; e o percentual e a quantidade de analfabetos se ampliam quanto mais velha é a população. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo em uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. A queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a morte dos idosos analfabetos.

A taxa de escolarização teve incremento para todas as faixas etárias, fato que também ocorreu para as taxas de frequência líquida em todos os níveis de ensino, sendo que os maiores incrementos ocorreram no ensino médio e na educação superior.

A análise na perspectiva dos níveis de ensino mostrou que na educação infantil os problemas apresentados revelam que a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças pequenas e da educação. Além disso, quanto aos padrões de qualidade corre-se o risco de que uma possível expansão se faça sem padrões de qualidade adequados, especialmente nos municípios que não contarem com recursos próprios para complementar os gastos. No ensino fundamental, o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino – que vale para os demais níveis e modalidades da educação básica. Além disso, salientou-se que o grande desafio é a regularização do fluxo escolar, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas seu acesso. No ensino médio os dados mostraram que o país ainda não universalizou este nível de ensino. Além disso, tem-se o desafio de que se houver a correção de fluxo do ensino fundamental e ampliação do acesso ao ensino médio em direção a universalização, a capacidade instalada atual para oferta de ensino médio pode ser insuficiente para incorporar, imediatamente, o contingente de todos os jovens de 15 a 17 anos que deveriam frequentar esse nível de ensino. Portanto, são necessárias melhorias e expansão de capacidade física instalada para garantir o acesso e permanências. Na educação superior também os desafios são ainda maiores, principalmente devido à baixa frequência e às disparidades e desigualdades de toda ordem existentes.

Pensando em termos de desafios para as políticas educacionais deve-se mencionar que para as políticas de alfabetização o grande desafio é o de repensar os atuais programas de alfabetização de adultos para torná-los mais efetivos e, em seguida realizar a ampliação de sua cobertura. Outro desafio é acelerar o acúmulo de escolarização da população, o que implica a ampliação do acesso e da permanência da população nas escolas, em todos os níveis e modalidades. Na educação infantil e no ensino médio os dados mostraram que o país está longe de universalizar esses níveis de ensino. Por último, o grande desafio do sistema é a melhoria da qualidade do ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, prestando atenção redobrada às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas no processo de desenvolvimento econômico e social atual.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. M. F. **Relatório de identificação dos principais avanços e obstáculos à promoção da equidade na educação básica e profissional no Brasil**. Brasília, 2006. Mimeografado.

CASTRO, J. A. **Situação educacional brasileira**: alguns resultados da PNAD 2007. Brasília: Ipea, 2009.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). Observatório da equidade. **Relatório de Observação**, n. 1. Brasília, 2006.

_____. Observatório da equidade. **Relatório de Observação**, n. 3. Brasília, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2008. Rio de Janeiro, set. 2009. Microdados.

IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, n. 13, mar. 2006.

SITUAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE OS DADOS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO DA PNAD 2008

Joana Mostafa*

Carla Coelho de Andrade**

1 INTRODUÇÃO

Embora recente, a juventude emerge como questão social relevante na sociedade brasileira, seja pelos problemas que vivencia, seja pelas potencialidades de realizações futuras, seja ainda pelo que há de genuinamente rico nesse momento do ciclo da vida. A diversidade de orientações no tratamento da temática tem favorecido uma dinâmica de constante renovação no debate público, com repercussões não desprezíveis nas políticas sociais dirigidas aos jovens. Estas principiam a respeitar o jovem como *sujeito de direitos*, portadores de necessidades legítimas, e atentar para as especificidades desta fase da vida e dos diferentes grupos que a experimentam (ABRAMO, 2005; NOVAES, 2009; SILVA; ANDRADE, 2009).

De fato, assim como é fundamental reconhecer o jovem como *sujeito de direitos*, é importante também considerar que, a despeito da singularidade e da identidade geracional, as questões que afetam a juventude são vividas de forma diversificada e desigual entre os jovens, de acordo com suas situações socioeconômicas e com os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um. Em outras palavras, a duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens (a origem social, os níveis de renda e o nível de desenvolvimento da região onde vivem) e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis/lugares que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocuparam na sociedade.

Essa pluralidade de situações, fruto da combinação das várias dimensões socioeconômicas, mostra-se bastante evidenciada na análise dos indicadores sociais dos jovens brasileiros. Este capítulo apresenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, do Instituto Brasileiro de

* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), na Disoc/Ipea.

Geografia e Estatística (IBGE), de maior destaque, referentes aos campos da educação e do trabalho, chamando atenção principalmente para as desigualdades de renda e de gênero.

Considera-se como jovem a parcela da população situada na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. Esta foi dividida em três grupos: os de jovens de 15 a 17 anos (jovem-adolescente), os de 18 a 24 anos (jovem-jovem); e os de 25 a 29 anos (jovem-adulto).¹

2 SITUAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com a PNAD 2008, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 49,7 milhões de pessoas, o que correspondia aproximadamente a 26,2% da população total. A situação educacional desses jovens caracteriza-se como um misto de avanços, problemas e desafios. O principal avanço é o fato de os jovens atualmente estarem conseguindo passar mais tempo na escola e terem maior escolaridade que os adultos. Considerando a evolução dos dados em um período de dez anos, observa-se que a escolaridade dos jovens elevou-se consideravelmente: em 1998, a média de anos de estudo do jovem entre 15 e 24 anos era de 6,8 no grupo de 18 a 24 anos; em 2008, essa média subiu para 8,7. Entre os *jovens-adultos* (25 a 29 anos), a média chega a 9,2 anos de estudo, o que significa 3,2 anos de estudos a mais que a população com mais de 40 anos.

Contudo, o processo de escolarização da maioria dos jovens brasileiros ainda é marcado por oportunidades limitadas. Os indicadores demonstram que no país prevalecem expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, áreas urbanas e rurais e diferentes regiões. Além disso, predominam trajetórias escolares interrompidas pela desistência e pelo abandono que, algumas vezes, são seguidos por retomadas. As saídas e os retornos caracterizam um percurso educacional bastante irregular.

Assim, a defasagem escolar acaba se transformando na realidade de muitos. A frequência ao ensino médio na idade adequada abrange apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos (50,4%) e cerca de 44% destes ainda não concluíram o ensino fundamental. Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental. Assinala-se que nas regiões Nordeste e Norte as *taxas de frequência líquida*² (36,4% e 39,6%, respectivamente) permaneceram bem mais reduzidas do que nas regiões Sudeste e Sul (61,8% e 56,5%, respectivamente).

1 Adota-se aqui o mesmo recorte etário com que trabalha a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e que é adotado na proposta do Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados.

2. Parcela da população na faixa etária adequada ao nível ou à modalidade de ensino a que se refere.

O acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com apenas 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos frequentando esse nível de ensino, que corresponde ao nível adequado a essa faixa etária.

De outra parte, a proporção de jovens fora da escola é crescente conforme a faixa etária: 15,9% na faixa de 15 a 17 anos, 64,4% na de 18 a 24 anos e 87,7% na de 25 a 29 anos, sendo que muitos desses jovens desistiram de estudar sem ter completado sequer o ensino fundamental. Tal situação é ainda mais grave no caso da expressiva proporção de jovens de 18 a 29 anos nessa condição, pois o incentivo para o retorno à escola para completar o ensino obrigatório tende a ser menor do que entre os que ainda estão na faixa de 15 a 17 anos. Por outro lado, é significativo o fato de que, vencida a barreira do ensino fundamental, uma boa parcela dos que têm mais de 18 anos conseguiu completar o ensino médio (cerca de 30%), sem, contudo, buscar a continuidade de estudos no ensino superior.

O maior nível de escolaridade também se reflete na menor taxa de analfabetismo entre os jovens *vis-à-vis* os adultos e os idosos. O avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária entre 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2008) e na faixa de 18 a 24 anos (8,8% para 2,4%) mostra o aumento da capacidade do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. Pode-se também constatar pela tabela 1 que a incidência do analfabetismo é tanto maior quanto mais elevada é a faixa etária dos jovens brasileiros. Os *jovens-adolescentes* (15 a 17 anos), portanto, apresentam menor incidência de analfabetos, o que não deixa de ser uma conquista dessa nova geração, tanto em relação aos outros dois subgrupos de jovens quanto, principalmente, em relação aos seus pais.

TABELA 1
Situação educacional dos jovens em 2008
(Em %)

	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1,7	2,4	4,2
Frequentam o ensino fundamental ¹	32,5	3,7	1,6
Frequentam o ensino médio ²	50,8	12,7	2,7
Frequentam o ensino superior ³	0,6	13,9	7,8
Frequentam a alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,2	0,2
Estão fora da escola	15,9	69,5	87,7
Ensino fundamental incompleto	9,5	16,6	22,7
Ensino fundamental completo	2,5	8,1	9,0
Ensino médio incompleto	1,4	7,0	5,8

(Continua)

(Continuação)

	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Ensino médio completo	1,2	32,1	33,9
Ensino superior incompleto	–	1,0	2,0
Ensino superior completo ³	–	2,3	10,2
População jovem (valor absoluto)	10.286.624	23.242.095	16.239.405

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: ¹ Ensino regular ou educação de jovens e adultos (EJA).² Ensino regular, EJA ou pré-vestibular.³ Inclusive mestrado ou doutorado.

Nota-se que, apesar de ter havido acentuada redução do analfabetismo no segmento de jovens nos últimos dez anos, esse avanço não foi acompanhado de redução das disparidades regionais (tabela 2), o que reforça a necessidade de intensificarem-se e de ampliarem-se ações que priorizem as regiões Norte e, em particular, Nordeste.

TABELA 2

Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos segundo as regiões – 2008

(Em %)

Brasil	2,82
Norte	3,09
Nordeste	5,99
Sudeste	1,27
Sul	1,13
Centro-Oeste	1,58

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Relacionando a escolaridade com o sexo, constata-se que, em 2008, as mulheres continuaram puxando para cima as taxas de escolarização dos jovens. Elas têm maior escolaridade e adequação nos estudos do que os homens. As maiores distâncias aparecem nos ensinos médio e superior: enquanto a taxa de frequência líquida no ensino médio é de 56,8% para as mulheres, esta porcentagem decresce para 44,4% no caso dos homens; no ensino superior, a taxa de frequência líquida é de 15,6% para as mulheres e de 11,7% para os homens. Verifica-se que essas distâncias persistiram ao longo da década, embora tenha ocorrido uma melhora no índice de escolaridade para ambos os sexos.

Outra dimensão de análise da situação educacional da juventude refere-se às diferenças por cor e raça. Se, por um lado, as diferenças ainda aparecem de forma significativa, por outro, estas vêm caindo ao longo do tempo. Os dados

da PNAD 2008 revelam que o analfabetismo entre os jovens negros é duas vezes maior do que entre os brancos. Contudo, a distância entre ambos os grupos encurtou em um período de dez anos: em 1998, o analfabetismo entre os jovens negros era quase três vezes maior que entre os brancos. Em relação à frequência líquida ao ensino médio, esta é 44,5% maior entre os brancos. Mas, em 2008, temos cerca de três vezes mais negros frequentando o ensino médio que em 1998. No que diz respeito ao ensino superior, a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Também neste caso a diferença tem diminuído: em 1998, a frequência líquida ao ensino superior era cerca de cinco vezes maior entre os brancos. Vale dizer que houve ainda uma significativa melhora no nível de adequação educacional entre os jovens negros: nos últimos anos, se observou entre os brancos certa estagnação, e entre os negros a melhoria na frequência líquida ao ensino médio é bastante significativa, tendo quase duplicado em dez anos.

Quanto às diferenças entre o meio urbano e o rural, estas se mantêm grandes. Em 2008, o nível de escolaridade dos jovens das zonas rurais era 30% inferior ao dos jovens das zonas urbanas. Além disso, 7,7% dos jovens rurais continuavam analfabetos, contra 1,9% dos jovens urbanos. Nota-se que a média de anos de estudo dos jovens rurais teve uma ligeira alta em relação a 2007, alcançando os 6,7 anos de estudo, mas ainda permaneceu abaixo da média nacional (8,8 anos).

3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O *jovem-adolescente* brasileiro (15 a 17 anos) tem diminuído sua participação no mercado de trabalho de maneira consistente. Nos últimos dez anos, a taxa de participação no mercado de trabalho³ caiu de 45%, em 1998, para 37%, em 2008. Em 2007, a taxa havia alcançado 39%.

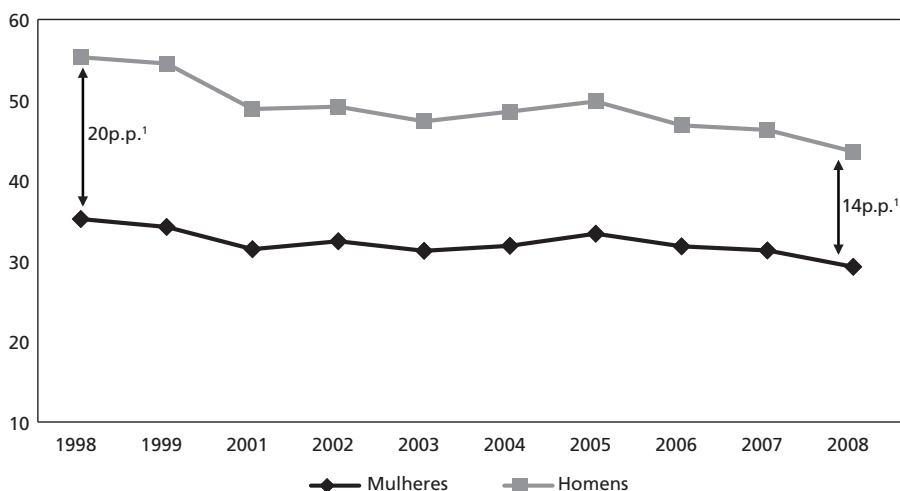
A queda na taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos ocorreu para ambos os sexos. A boa notícia é que esta queda foi mais aguda entre os homens, reduzindo a desigualdade de gênero nessa fase da vida, pois os homens, geralmente, mais do que as mulheres, sofrem grande pressão para entrarem precocemente no mundo do trabalho.

3. Também chamada de taxa de atividade, é obtida pela razão da população economicamente ativa (PEA) e da população em idade ativa (PIA).

GRÁFICO 1

Evolução da taxa de participação entre jovens de 15 a 17 anos

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração das autoras.

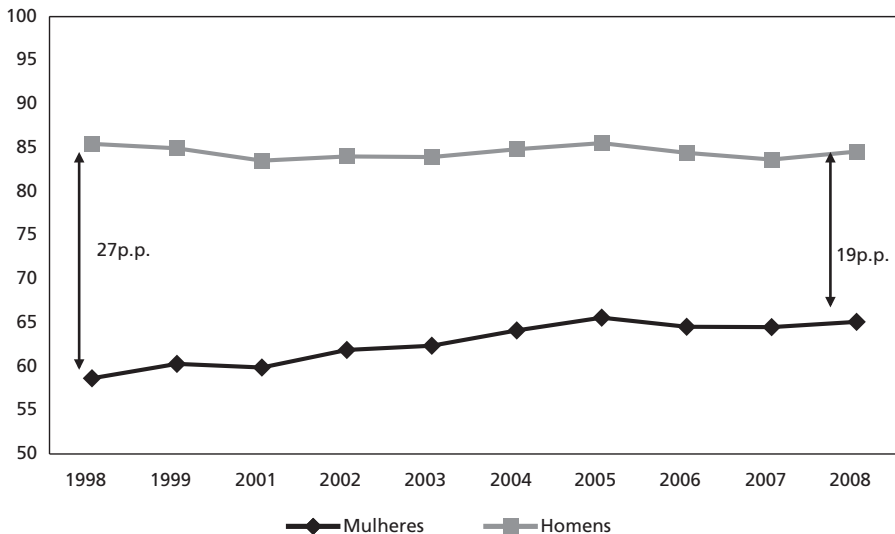
Nota: ¹ Pontos percentuais (p.p.).

A redução da participação no mercado de trabalho dos jovens entre 15 e 17 anos, a princípio, pode ser vista como um fato positivo. Um grande número de pesquisadores e gestores argumenta justamente que nesta fase da vida é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para viabilizar, sobretudo, a permanência na escola e a conclusão do ensino médio com qualidade (GONZALEZ, 2009). Este período corresponde ao que vem sendo chamado de *moratória social*: um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente as relativas ao casamento e ao trabalho, e lhe possibilita um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil.⁴⁴ Como será visto mais adiante, esta moratória vem sendo ampliada para as mulheres jovens e os homens jovens e para os jovens das classes sociais de menor renda.

4. A ideia de *moratória social* associa-se às transformações ocorridas desde o início do século XX no modelo de socialização dominante na Europa Ocidental, sobretudo entre as famílias burguesas. Antes, os jovens eram socializados em meio a outras gerações, sendo treinados para a vida em contato direto com o universo adulto; neste contexto, os jovens, diluídos entre outros grupos etários, não formavam uma categoria sociologicamente diferenciada. Posteriormente, no entanto, passaram a ser afastados da vida social e segregados em escolas com o objetivo de aprender as normas e as regras da vida em sociedade; a partir de então, começaram a se estruturar como uma categoria social específica. Mantidos fora do sistema produtivo, os jovens passaram a viver uma moratória, ou seja, ficaram suspensos da vida social. Para maiores detalhes sobre o emprego da noção de *moratória social* no campo da sociologia da juventude, consultar Margulis e Urresti (1996), Galland (1996, 1997) e Gottlieb e Reeves (1968).

Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, a PNAD 2008 revela a manutenção do diferencial de participação no mercado de trabalho entre os sexos. Se, por um lado, isto demonstra a solidez dos resultados alcançados até 2005, por outro seria preciso investigar o porquê desse processo não ter avançado com maior intensidade desde então. Assim, em 2008, as jovens de 18 a 24 anos continuam com uma participação substancialmente menor que a dos jovens, 65% e 85%, respectivamente. Na faixa entre 25 e 29 anos, as taxas de participação no mercado de trabalho são de 73% e 94%, respectivamente.

GRÁFICO 2
Evolução da taxa de participação entre jovens de 18 a 24 anos
 (Em %)

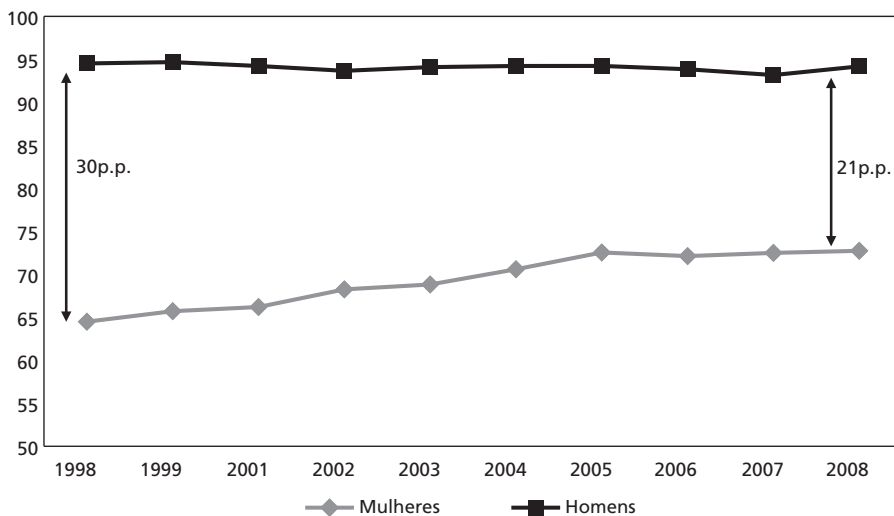


Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

GRÁFICO 3

Evolução da taxa de participação entre jovens de 25 a 29 anos

(Em %)

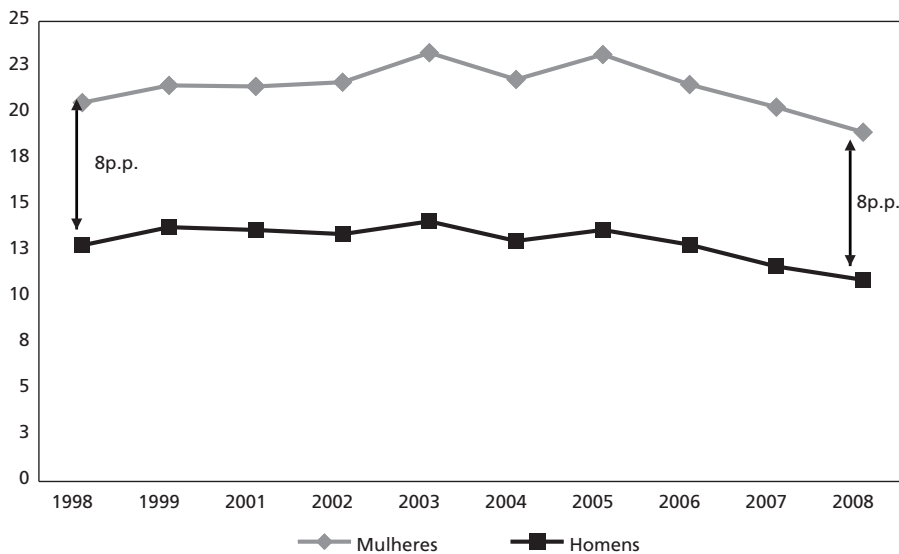


Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração das autoras.

De acordo com a PNAD 2008, uma vez no mercado de trabalho, o jovem a partir de 18 anos tem encontrado cada vez mais empregos. A taxa de desemprego caiu substancialmente para ambos os sexos, situando-se em 19% e 11% para as jovens e para os jovens entre 18 e 24 anos, e, em 12% e 5%, para as jovens e para os jovens entre 25 e 29 anos, respectivamente. Assim, o crescimento da ocupação superou o crescimento da população economicamente ativa para ambos os sexos, o que causou uma queda substantiva do desemprego, considerando-se o período a partir de 2006.

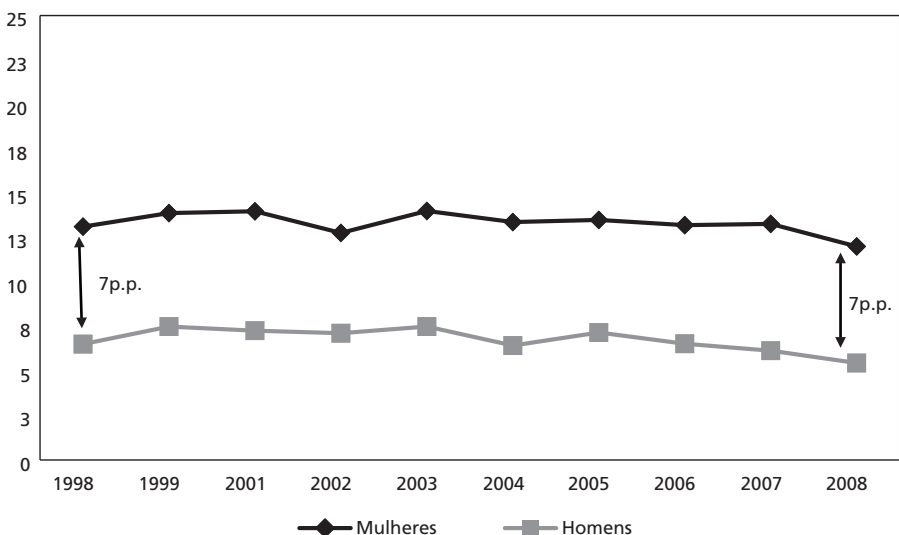
Ainda que o emprego tenha sido favorável, é preciso chamar atenção para a continuada distinção entre os jovens e os adultos no mercado de trabalho. Nesse sentido, um jovem de 18 a 29 anos sofre 2,8 vezes mais com o desemprego do que um adulto de 30 a 60 anos. Esta taxa não apresentou queda.

GRÁFICO 4
Evolução da taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos
 (Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

GRÁFICO 5
Evolução da taxa de desemprego entre jovens de 25 a 29 anos
 (Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

Como mostram os gráficos anteriores, é interessante notar que, ao longo dos últimos dez anos e apesar de uma maior participação das mulheres jovens no mercado de trabalho, a diferença entre a taxa de desemprego masculina e feminina continua estável e em torno de 7 p.p. a 8 p.p. Isto parece indicar uma resistência à queda das desigualdades de gênero, mesmo entre os jovens, e mesmo em um ambiente de crescimento econômico, ou seja, de menor luta distributiva. A fim de diminuir substantivamente a diferença entre homens e mulheres no que tange à ocupação, os dados indicam que seria preciso um esforço adicional no âmbito do mercado de trabalho que vá além da “ativação” da mulher. Trata-se, de fato, da necessidade de políticas efetivas de discriminação afirmativa nesse campo.

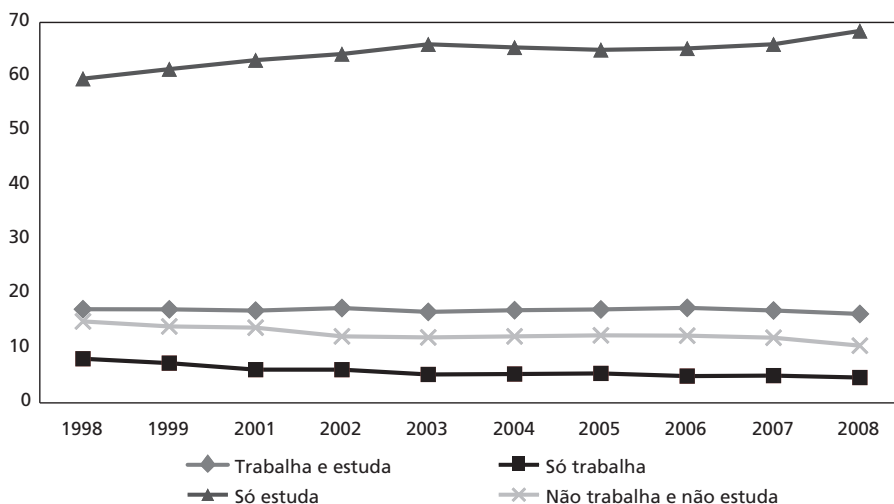
4 TRANSIÇÃO ESCOLA – TRABALHO

A análise da transição escola – trabalho entre os jovens é muito rica para problematizar o papel social do jovem e seus vínculos institucionais. O período de moratória concedido ao jovem pede, em troca, sua inserção no sistema de ensino e, após a fase escolar, sua quase imediata inserção no mercado de trabalho. Uma passagem interrompida, na qual o jovem não estuda nem trabalha, causa imenso desconforto para os formuladores de política pública e para os próprios jovens e seus familiares. O entendimento dessa fase como um momento da vida portador de singularidade, vínculos sociais e integração, para além da escola e do mercado de trabalho, é essencial para que o poder público possa de fato compreender a juventude não enquanto fase da vida de passagem, mas como fase da vida *per se*.

Nessa temática, a PNAD 2008 trouxe resultados muito positivos para os jovens-adolescentes de 15 a 17 anos. A proporção das jovens que só estudam (68%) cresceu em detrimento da participação das adolescentes que não estudam nem trabalham (10,5%).

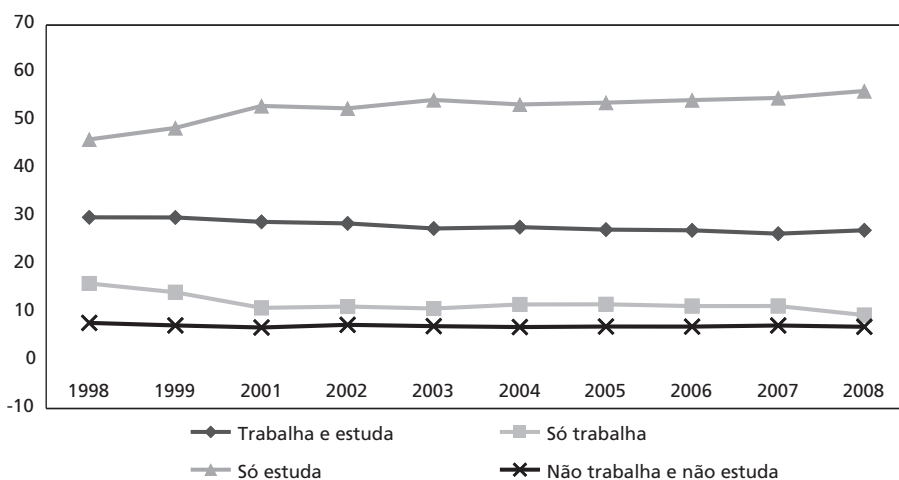
No que tange aos jovens-adolescentes do sexo masculino, a parcela dos que só estudam (56%) apresentou uma elevação em detrimento da parcela dos jovens que só trabalham (9%). É interessante notar uma grande participação dos jovens-adolescentes do sexo masculino que trabalham e estudam (27%), participação essa que cresceu ligeiramente de 2007 para 2008 em virtude do crescimento do mercado de trabalho para os jovens. Essa é uma condição de gênero que afeta os jovens de 15 a 17 anos, não necessariamente de forma negativa, mas que, em situações determinadas, pode significar uma redução do tempo de aprendizado, diversão e experimentação do jovem em prol do acesso à renda própria.

GRÁFICO 6
Condição de estudo e trabalho das jovens de 15 a 17 anos – mulheres
 (Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

GRÁFICO 7
Condição de estudo e trabalho dos jovens de 15 a 17 anos – homens
 (Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

Os dados da PNAD 2008 permitem ainda maior otimismo em relação ao resultado das políticas públicas voltadas para a faixa etária de 15 a 17 anos, ao desagregarmos os resultados descritos anteriormente por faixa de renda familiar *per capita*.

A tabela 3 revela que, em 2008, 66% das jovens de renda familiar *per capita* abaixo de até meio salário mínimo (SM) só estudavam, contra 63%, em 2007. Isto substitui a condição de não estudar nem trabalhar, que caiu de 17% para 15% de 2007 a 2008.

TABELA 3

Jovens de 15 a 17 anos segundo a renda familiar *per capita* e a condição de estudo – trabalho

(Em %)

Mulheres						
Renda familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda	Total
Menor que 1/2	1998	54	17	10	18	100
	2007	63	15	6	17	100
	2008	66	14	5	15	100
1/2 ou menor que 1	1998	67	20	6	7	100
	2007	65	19	5	11	100
	2008	68	16	5	11	100
1 ou menor que 2	1998	79	14	3	4	100
	2007	67	22	5	6	100
	2008	68	21	5	5	100
2 ou mais	1998	88	8	1	4	100
	2007	80	14	2	3	100
	2008	81	14	3	2	100
Homens						
Renda familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda	Total
Menor que 1/2	1998	40	31	19	10	100
	2007	51	26	13	10	100
	2008	52	27	11	10	100
1/2 ou menor que 1	1998	56	29	11	5	100
	2007	53	28	13	7	100
	2008	55	28	11	7	100
1 ou menor que 2	1998	67	26	5	2	100
	2007	56	30	10	3	100
	2008	55	32	9	4	100
2 ou mais	1998	82	14	2	2	100
	2007	76	18	3	3	100
	2008	75	19	4	3	100

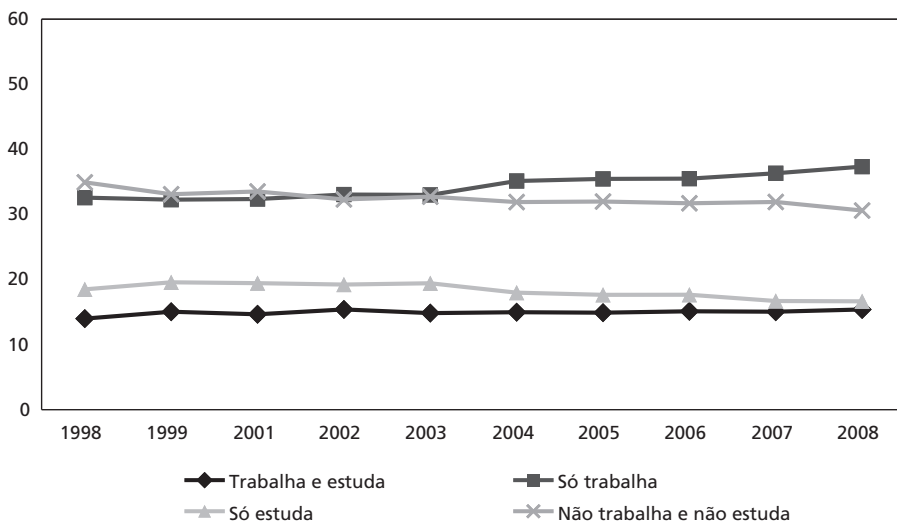
Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração das autoras.

No caso dos *jovens-adolescentes* (15 a 17 anos) do sexo masculino, os resultados foram positivos tanto para aqueles cujas famílias têm renda *per capita* de até meio SM, quanto para aqueles em que estas têm renda *per capita* de até um SM. Como já apontado, no caso dos homens, a inclusão escolar ocorre ao mesmo tempo em que diminui a proporção dos jovens que só trabalham.

Mesmo diante de dados positivos, é preciso atentar para o quadro histórico de grave desigualdade de gênero e de renda que afeta os jovens-adolescentes de 15 a 17 anos. A condição de não trabalhar nem estudar é muito mais frequente entre os mais pobres e, entre estes, entre as jovens-adolescentes do sexo feminino. Persiste esse imenso desafio.

Ao focarmos nas faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29 anos, o quadro fica bastante modificado. Os jovens saem da idade tipicamente escolar para de fato enfrentarem o desafio do mercado de trabalho. Após os 18 anos, mesmo aqueles com atraso escolar encontram-se pressionados a entrar no mercado de trabalho, seja pelas crescentes responsabilidades familiares, seja por seu próprio desejo de realização social por meio do trabalho e do consumo. Assim, a condição de só trabalhar ganha proeminência e, com o ciclo recente de crescimento econômico iniciado em 2004, esta condição cresce substantivamente.

GRÁFICO 8
Condição de estudo e trabalho das jovens de 18 a 24 anos – mulheres
 (Em %)

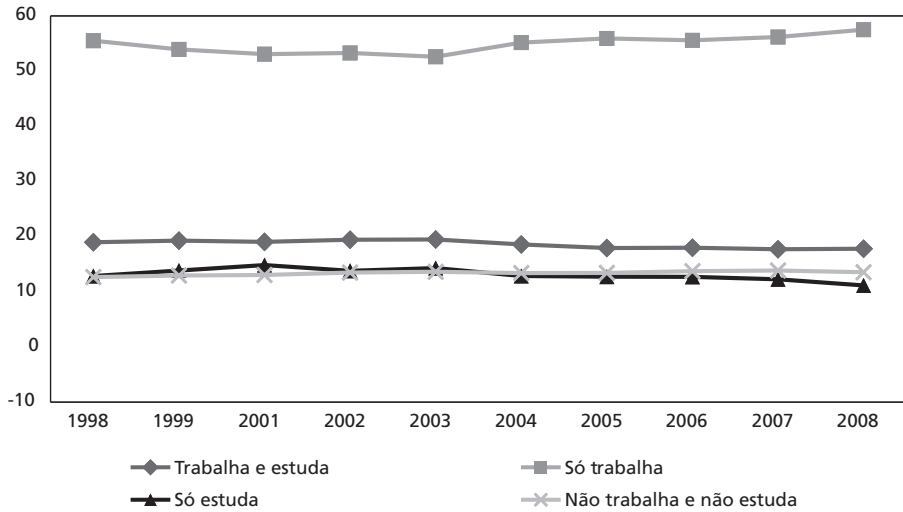


Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

GRÁFICO 9

Condição de estudo e trabalho dos jovens de 18 a 24 anos – homens

(Em %)

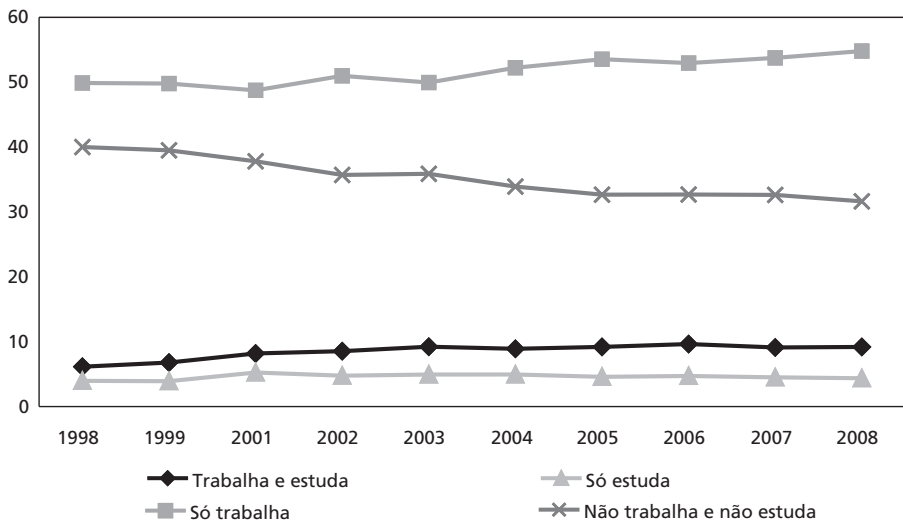


Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração das autoras.

GRÁFICO 10

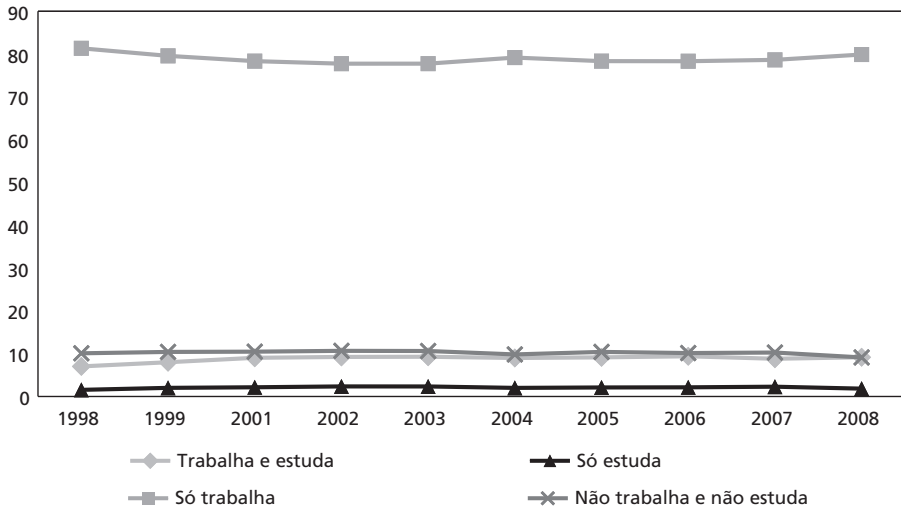
Condição de estudo e trabalho das jovens de 25 a 29 anos – mulheres

(Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração das autoras.

GRÁFICO 11
Condição de estudo e trabalho dos jovens de 25 a 29 anos – homens
 (Em %)



Fonte: PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração das autoras.

De imediato, fica patente a brutal diferença de gênero nessas fases da vida. O advento das mulheres jovens que não estudam nem trabalham é bastante expressivo, contrastando com a inequívoca inserção dos homens no mercado de trabalho. Não obstante essa diferença histórica, a evolução recente do caso feminino é muito positiva.

As curvas em formato de “boca de jacaré” entre as condições de “só trabalhar” e “não trabalhar nem estudar” mostram que uma parcela importante das jovens, em especial das *jovens adultas* de 25 a 29 anos que não trabalhavam nem estudavam, passa a trabalhar. Resultado: em 2008, a participação das jovens que não trabalhavam nem estudavam era de 31% e 32% nas faixas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, respectivamente. As jovens que só trabalhavam, em 2008, perfaziam 37% e 55% do total nessas faixas etárias.

Adicionalmente, percebe-se uma nova tendência, contrária à divisão tradicional do trabalho: há uma proporção cada vez maior de mulheres que não abandonam o mundo do trabalho ou a este retornam, mesmo depois do casamento e/ou da maternidade. Os dados da PNAD 2008 permitem identificar uma situação bastante curiosa entre as mulheres jovens conforme a condição civil e a posição no domicílio: nos últimos anos, vem aumentando o número de mulheres que têm cônjuge e se declaram chefe de família.⁵ Essa proporção varia conforme o

5. Já há alguns anos o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando no Brasil. Sobre esta temática, consultar Bonetti e Fontoura (2009).

grupo etário a que pertence a jovem, sendo, em 2008, de 3% no grupo de 18 a 24 anos e de 7% no grupo mais velho, indicando que um número significativo de mulheres jovens nessa última faixa assumiu as responsabilidades ligadas à provisão do seu domicílio.

Ressalta-se, no entanto, que o percentual de jovens mulheres que não estudam nem trabalham aumenta na proporção inversa da renda familiar: quanto mais pobre, maior a possibilidade de encontramos uma jovem nessa condição, como demonstra a tabela 4.

TABELA 4

Jovens segundo a renda familiar *per capita* e a condição de estudo – trabalho – 2008
(Em %)

Mulheres						
Faixa etária	Renda familiar <i>per capita</i> (SM)	Não trabalha nem estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Só estuda	Total
18 a 24 anos	Menor que 1/2	50,5	8,1	25,2	16,1	100
	1/2 ou menor que 1	34,3	11,3	39,3	15,1	100
	1 ou menor que 2	16,7	19,8	50,4	13,1	100
	2 ou mais	11,1	28,5	34,4	26,0	100
	Média	30,9	15,2	37,4	16,5	100
25 a 29 anos	Menor que 1/2	53,6	3,8	37,4	5,2	100
	1/2 ou menor que 1	35,1	7,1	54,1	3,8	100
	1 ou menor que 2	19,2	11,1	66,6	3,0	100
	2 ou mais	10,7	17,4	66,6	5,3	100
	Média	31,9	9,1	54,7	4,3	100
Homens						
Faixa etária	Renda familiar <i>per capita</i> (SM)	Não trabalha nem estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Só estuda	Total
18 a 24 anos	Menor que 1/2	22,7	12,8	53,3	11,1	100
	1/2 ou menor que 1	15,3	14,8	61,4	8,5	100
	1 ou menor que 2	8,2	18,2	65,6	8,0	100
	2 ou mais	6,0	28,7	44,6	20,7	100
	Média	13,6	17,6	57,8	11,0	100
25 a 29 anos	Menor que 1/2	17,1	4,0	77,0	1,9	100
	1/2 ou menor que 1	9,7	5,9	82,9	1,5	100
	1 ou menor que 2	6,2	9,8	82,6	1,4	100
	2 ou mais	3,8	17,4	76,1	2,8	100
	Média	9,2	9,0	80,0	1,8	100

Fonte: PNAD 2008/IBGE.
Elaboração das autoras.

Não restam dúvidas que o elevado percentual das que não estudam nem trabalham entre as *jovens-jovens* (18 a 24 anos) e as *jovens-adultas* (25 a 29 anos) é um indicador muito expressivo do grau de exclusão social de uma imensa parcela de mulheres jovens. As mulheres pobres tendem a assumir o trabalho doméstico em detrimento do estudo e de atividades laborais externas ao lar. Observa-se que tal tendência independe da condição de maternidade, ou seja, vale tanto para as jovens pobres com filhos quanto para as jovens pobres sem filhos, como indica a tabela 5.

TABELA 5

Condição de renda e maternidade segundo a condição de estudo/trabalho – mulheres jovens – 2008

(Em %)

Faixa etária	Renda familiar <i>per capita</i> (SM)	Filhos	Não trabalha nem estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Só estuda	Total	
18 a 24 anos	Menor que 1/2	Tem	61	4	28	7	100	
		Não tem	36	14	22	28	100	
	1/2 ou menor que 1	Tem	42	5	47	6	100	
		Não tem	30	15	35	21	100	
	1 ou menor que 2	Tem	29	9	56	6	100	
		Não tem	14	23	49	15	100	
	2 ou mais	Tem	30	11	50	9	100	
		Não tem	9	30	33	28	100	
	25 a 29 anos	Menor que 1/2	Tem	54	3	38	5	100
			Não tem	48	6	37	9	100
1/2 ou menor que 1		Tem	34	6	57	3	100	
		Não tem	37	9	47	7	100	
1 ou menor que 2		Tem	23	8	66	3	100	
		Não tem	16	14	67	3	100	
2 ou mais		Tem	19	13	64	5	100	
		Não tem	8	19	68	6	100	

Fonte: PNAD 2008/IBGE.

Elaboração das autoras.

Embora o número de jovens mulheres que não estudam nem trabalham seja mais que o dobro de homens jovens na mesma situação, chama atenção que não deixa de ser alto o percentual de jovens pobres do sexo masculino que não estudam nem trabalham. Os mais pobres também estão mais presentes no grupo que somente trabalha e menos presentes entre os jovens que conciliam estudo e trabalho. Lembra-se ainda o fato de que as jovens e os jovens negros estão sobrerrepresentados no seguimento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precariedade que a das jovens e dos jovens brancos.

A redução da condição de só estudar para os jovens de 18 a 24 anos de ambos os sexos é um fato bastante curioso. Este fenômeno engendra hipóteses de pesquisa profícuas para o entendimento das angústias e das necessidades dos jovens nesta faixa etária, em especial em relação aos possíveis *trade-offs* e complementariedades entre educação e renda. Serão levantadas algumas dessas hipóteses com a ressalva de que ainda necessitam de comprovação.

Primeiro, parece razoável supor que a redução da parcela que só estuda esteja relacionada à redução da distorção idade – série no ensino médio, o que naturalmente diminuiria a parcela de jovens que só estudam entre 18 e 24 anos. Segundo, o crescimento econômico continuado propiciou oportunidades de emprego. Nessa faixa etária, diante de maiores responsabilidades familiares e da disponibilidade de empregos em sua maioria de tempo integral, o jovem experimenta um antagonismo entre os objetivos de qualificar-se e trabalhar. Em outras palavras, trabalhar e estudar torna-se uma condição excessivamente onerosa. Além disso, conspiram a favor de apenas trabalhar: *i*) a experiência pessoal prévia que aponta para uma incerteza radical quanto aos ganhos futuros do investimento na educação e na qualificação; e *ii*) o senso de imediatismo característico dessa fase. Assim, essa hipótese sustenta que a redução na parcela de jovens que apenas estudam, entre 18 e 24 anos, esteve intimamente relacionada ao aumento da parcela que só trabalha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados reunidos neste capítulo mostram-se relevantes para a compreensão de importantes problemas por que passam os jovens brasileiros, os quais geram necessidades e demandas. Gestores e estudiosos do tema podem se beneficiar destes resultados, aprofundando e enriquecendo as análises apresentadas.

Especialmente relevante e positivo é o fato de o *jovem-adolescente* (15 a 17 anos) estar diminuindo sua participação no mercado de trabalho de forma significativa. Preocupante é o número elevado de jovens brasileiros que não se encontram nem no mercado de trabalho nem na escola. E, ainda, não obstante a redução da pobreza e o aumento expressivo nos índices de frequência escolar observados nos últimos 20 anos, permanece reduzido o universo dos jovens que chegam a frequentar o ensino médio, bem como a continuada distinção entre jovens e adultos no mercado de trabalho, sendo os jovens bastante desfavorecidos.

Diante do conjunto de problemas que incontestavelmente afeta os jovens brasileiros, fica clara a necessidade de desenvolver ações que lhes ofereçam oportunidades de inserção e de integração social. Isso levando-se em conta não apenas a atual situação de vulnerabilidade deste grupo social, como também as especificidades da condição juvenil contemporânea.

Por fim, vale ressaltar que, no campo de políticas públicas específicas para a juventude, o Brasil vem a passos largos avançando na agenda com as temáticas e os problemas juvenis. Um dos desafios atuais é ampliar o escopo da Política Nacional de Juventude (PNJ) para todos os segmentos que compõem as juventudes. Não se trata de negar a necessidade de um diálogo maior da política nacional com a parcela de jovens excluídos em face da realidade brasileira. Tratando-se de um país com enormes desigualdades sociais, é natural e importante que a política de juventude privilegie os jovens excluídos e conduza ações mais voltadas para sua inclusão. Contudo, dadas a diversidade das experiências juvenis e a admissão da condição do jovem como sujeito de direitos, não se deve perder de vista que as políticas sociais universais precisam caminhar com os programas emergenciais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. O Uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- BONETTI, A.; FONTOURA, N. Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007. *In*: CASTRO, J.; RIBEIRO, J. A. (Org.). **Situação Social Brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009.
- GALLAND, O. **Les jeunes**. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. **Sociologie de la Jeunesse**. Paris: Armand Colin, 1997.
- GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In*: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- GOTTLIE, D.; REEVES, J. A questão das subculturas juvenis. *In*: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 2.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. Microdados.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- NOVAES, R. Prefácio. *In*: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- SILVA, E.; ANDRADE, C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. *In*: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

PREVIDÊNCIA: O QUE NOS MOSTRAM OS DADOS DA PNAD 2008

Leonardo Alves Rangel*
Maria Paula Gomes dos Santos**
Jhonatan Ferreira***

1 INTRODUÇÃO

Em *Situação Social Brasileira 2007*, o texto de previdência social realizou análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um prazo amplo. Agora, o objetivo é destacar os resultados da última PNAD disponível, qual seja, a de 2008. Para tal, também são utilizados, como comparação, resultados de PNADs anteriores, mas temporalmente mais restrito que antes. Este texto tem o objetivo de analisar os dados da PNAD 2008 relativos à previdência social e compará-los com outras edições desta pesquisa. Estará em foco, especialmente:

- a cobertura previdenciária da população brasileira;
- o papel da Previdência Social na redução da pobreza; e
- o efeito distributivo exercido pelos benefícios previdenciários.

2 COBERTURA PREVIDENCIÁRIA

A análise da cobertura previdenciária aqui realizada levará em consideração dois grupos populacionais: a população economicamente ativa (PEA) e os idosos.

2.1 Cobertura da PEA

Esta seção apresenta a evolução da cobertura previdenciária da PEA, durante a década atual. O conceito de PEA utilizado consiste no conjunto dos indivíduos na faixa entre 16 e 64 anos que trabalham ou estão desocupados. A tabela 1 apresenta os resultados por posição na ocupação.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea.

*** Estatístico e pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

TABELA 1
Cobertura previdenciária da PEA – diversos anos
 (Em %)

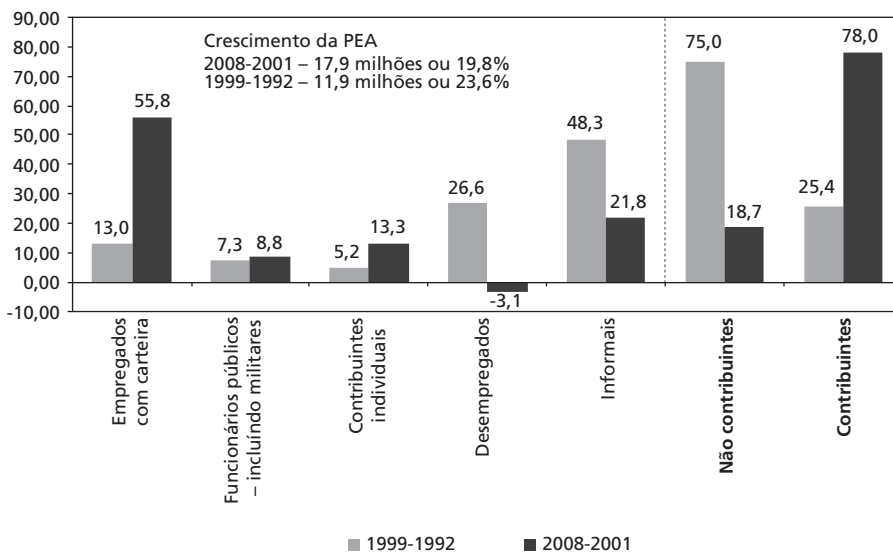
Posição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empregados com carteira	30,4	30,3	30,6	31,1	31,7	32,7	34,1	35,7
Funcionários públicos – inclusive militares	6,2	6,2	6,3	6,3	6,0	6,4	6,6	6,8
Contribuintes individuais	7,7	7,3	7,6	7,5	7,9	8,3	8,4	8,6
Contribuintes	44,3	43,8	44,4	44,9	45,6	47,3	49,1	51,0
Segurados especiais	10,5	10,7	10,6	10,8	10,4	9,6	9,0	8,6
Cobertos	54,8	54,4	55,0	55,8	56,0	57,0	58,1	59,6
Desempregados	9,4	9,2	9,8	9,0	9,4	8,5	8,2	7,2
Informais	35,8	36,4	35,2	35,3	34,7	34,5	33,7	33,2
Não contribuintes – descobertos	45,2	45,6	45,0	44,2	44,0	43,0	41,9	40,4
Total (PEA)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.
 Elaboração: Disoc/lpea.

Como pode ser observado por estes números, os cidadãos brasileiros cobertos pela previdência social, em 2008, representavam quase 60% da PEA ou 55,9 milhões de pessoas, o que revela a continuidade da expansão desta cobertura observada desde 2002. Mais uma vez, o responsável por tal crescimento foi o resultado positivo dos empregos com carteira assinada, cujo alcance passou de 30% para 35,7% da PEA, ou de 22,2 para 33,4 milhões de pessoas, entre 2001 e 2008. Merece destaque também a queda do percentual de desocupados que, em 2008, apresentou o menor valor da década. Observe-se ainda a lenta, mas persistente queda do percentual de trabalhadores que não contribuem para a previdência social, em suas diversas modalidades contributivas. Em números absolutos, os informais representavam, em 2008, 31,1 milhões de pessoas.

O gráfico 1 apresenta a distribuição do crescimento da PEA nas duas últimas décadas (1992-1999 e 2001-2008), segundo as diversas posições ocupacionais dos indivíduos.

GRÁFICO 1
Crescimento da PEA segundo posições ocupacionais
(Em %)



Fonte: Dados das PNADs/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: A PEA é formada pelos ocupados e desocupados na faixa de 16 a 64 anos que buscaram uma ocupação.

Os resultados apresentados pelo gráfico 1 mostram a grande disparidade entre a década atual (2001-2008) e a anterior (1992-1999), no que diz respeito à cobertura previdenciária da população, excluindo-se os segurados especiais – agricultores familiares, entre outros.

Na década atual, observa-se que do total de novos participantes da PEA (17,9 milhões de pessoas), mais de três quartos são contribuintes da previdência social. Na década anterior, esta proporção era de apenas um quarto. A elevação recente do número de contribuintes da previdência deve-se ao aumento expressivo do emprego com carteira, o qual responde por mais da metade do crescimento da PEA na década atual. Ou seja, dos quase 18 milhões de novos participantes da PEA no período, 9 milhões são empregados formais. Este crescimento de contribuintes da previdência deve-se ainda ao aumento do número de contribuintes individuais do sistema, grupo em que se incluíam mais de 13% dos ingressantes na PEA, em 2008.

A tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição da PEA segundo a situação de ocupação e de contribuição para a previdência dos indivíduos, e pela localização de seu domicílio – urbano ou rural, sendo a localização urbana dividida entre a metropolitana e a não metropolitana. Ressalte-se que são consideradas áreas metropolitanas apenas as nove regiões metropolitanas originais da PNAD.

TABELA 2
Distribuição da PEA segundo o domicílio e status de ocupação em anos selecionados
 (Em %)

Domicílio	Status	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Urbano metropolitano	Contribuinte	53,0	51,8	52,7	53,1	53,4	55,0	56,4	58,2
	Não contribuinte	34,3	35,3	33,6	33,7	33,6	33,2	32,6	32,4
	Desocupado	12,7	13,0	13,8	13,1	13,0	11,8	10,9	9,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	24.828.707	25.833.514	25.998.173	26.924.275	27.856.576	28.198.189	28.763.675	29.262.959
Urbano não metropolitano	Contribuinte	46,7	46,4	46,8	47,9	48,8	50,3	52,2	53,9
	Não contribuinte	43,8	44,7	43,6	43,5	41,9	41,5	39,7	38,9
	Desocupado	9,5	8,9	9,6	8,5	9,2	8,2	8,1	7,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	40.764.024	42.337.600	43.938.496	45.241.839	46.474.920	47.622.773	48.341.519	49.881.028
Rural	Contribuinte	17,6	17,3	18,3	19,3	20,2	21,9	23,7	25,7
	Não contribuinte	79,7	80,1	79,0	77,7	76,8	74,8	73,3	71,6
	Desocupado	2,7	2,7	2,7	2,9	3,1	3,2	3,0	2,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	12.592.734	12.907.339	13.095.502	13.246.172	13.879.925	13.555.563	13.557.034	13.346.863
Brasil	Contribuinte	44,0	43,5	44,1	45,1	45,8	47,5	49,3	51,2
	Não contribuinte	46,6	47,3	46,0	45,7	44,8	43,9	42,5	41,6
	Desocupado	9,4	9,2	9,8	9,1	9,5	8,6	8,3	7,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total da PEA	78.185.465	81.078.453	83.032.171	85.412.286	88.211.421	89.376.525	90.662.228	92.490.850

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

A partir desses dados, verifica-se a redução do percentual de desocupados, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, ao longo desta década. Para o Brasil como um todo, os desocupados caíram de 9,8% da PEA, em 2003, para 7,3%, em 2008. Com relação ao percentual de contribuintes, também observa-se sua elevação nos meios urbano e rural, a qual tem sido contínua desde 2002. O corolário disto é que a participação dos não contribuintes na PEA tem-se reduzido ao longo dos anos. Vale ressaltar que em 2008 os não contribuintes do meio rural ainda representavam 71,6% da PEA. Contudo, grande parte destes indivíduos enquadra-se como segurado especial da previdência social, estando, portanto, coberta.

A tabela 3 apresenta a cobertura previdenciária da população brasileira idosa. Os dados referem-se tanto a domicílios habitados por idosos quanto a indivíduos nesta condição – pessoas de 60 anos ou mais.

TABELA 3

Idosos e domicílios com idosos de 60 anos ou mais que recebem aposentadoria ou pensão, ou que continuam contribuindo para algum regime – 2001-2008

(Em %)

Ano	Pessoas		Domicílios	
	Sem Norte rural	Com Norte rural	Sem Norte rural	Com Norte rural
2001	81,3		88,7	
2002	81,5		88,5	
2003	81,9		89,2	
2004	81,2	81,2	88,5	88,5
2005	82,0	82,0	89,0	89,0
2006	80,8	80,7	87,4	87,3
2007	80,8	80,6	87,7	87,5
2008	81,8	81,7	88,5	88,4

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Os percentuais referem-se a idosos que recebem benefícios previdenciários ou, no caso de não os receberem, que contribuem para a previdência social. Observa-se aqui que, excluindo-se a população rural da região Norte,¹ houve uma certa recuperação da cobertura dos idosos em 2008, relativamente aos dois anos anteriores. Esta recuperação levou a cobertura previdenciária a alcançar 81,8% do grupo populacional em questão, ou 17,1 milhões de idosos, retornando ao patamar observado em 2003. Os domicílios em que há ao menos um idoso coberto representam 88,5% de domicílios cobertos em 2008, percentual semelhante ao de 2004, que é, entretanto, ainda inferior ao pico observado em 2003 – 89,2% dos domicílios com idosos.

1. A partir de 2004, a PNAD passa a cobrir a área rural da região Norte do país. Para poder ser feita a comparação com dados anteriores a esse ano, fizemos sempre a cobertura com e sem a área rural desta região.

Esses números revelam uma importante melhoria da cobertura previdenciária dos idosos no país. Não obstante, um em cada cinco brasileiros, ou 3,8 milhões de pessoas com mais de 60 anos, não conta ainda com esta cobertura, o que evidencia a necessidade de novos esforços, tendo em vista a ampliação da proteção social da população desta faixa etária.

3 REDUÇÃO DA POBREZA

Um importante papel destinado a qualquer sistema de previdência social é o de favorecer a redução da pobreza de seus beneficiários, principalmente entre os idosos. O objetivo desta seção é analisar o grau de sucesso conseguido pelo sistema previdenciário brasileiro nesta tarefa. Para esta análise, calcula-se o número de pessoas que seriam enviadas para baixo das linhas de pobreza e de indigência, caso fossem suspensos todos os benefícios previdenciários atualmente pagos. Os resultados, em valores absolutos e em percentuais, encontram-se na tabela 4.

TABELA 4
Pobreza e indigência sem e com benefícios previdenciários

Ano	Indigentes				Pobres			
	Sem benefício	Com benefício	Queda em p.p. ¹	Queda em número absoluto	Sem benefício	Com benefício	Queda em p.p.	Queda em número absoluto
2001	14,33	6,35	7,98	13.326.398	26,79	17,17	9,62	16.069.726
2002	14,29	6,08	8,21	13.954.552	28,07	18,08	9,99	16.967.463
2003	18,25	8,94	9,31	16.030.990	35,63	24,69	10,94	18.831.870
2004	17,69	9,01	8,68	15.394.911	35,76	25,15	10,61	18.807.839
2005	18,53	9,66	8,87	16.016.375	37,69	27,07	10,62	19.193.468
2006	19,30	10,21	9,09	16.556.207	39,22	28,21	11,02	20.053.148
2007	20,45	11,02	9,44	17.263.345	40,59	29,33	11,26	20.597.703
2008	20,19	10,74	9,45	17.394.259	40,56	29,18	11,38	20.948.836

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Pontos percentuais (p.p.).

Obs.: Foram consideradas indigentes e pobres as pessoas que viviam com menos de um quarto e um meio de salário mínimo (SM) domiciliar *per capita*.

Os cálculos revelam que, se fossem retirados todos os benefícios previdenciários atualmente pagos pela Previdência Social, a curto prazo, a população de indigentes cresceria, no ano de 2008, em mais de 17 milhões de indivíduos; e a de pobres, em quase 21 milhões. O percentual de indigentes praticamente dobraria, passando de 10,74% para 20,19% da população, enquanto o percentual de pobres subiria em mais de um terço, passando de 29,18% para 40,56%. Esses números mostram a importância da proteção previdenciária no combate à indigência e à pobreza no Brasil.

4 DESIGUALDADE DE RENDA

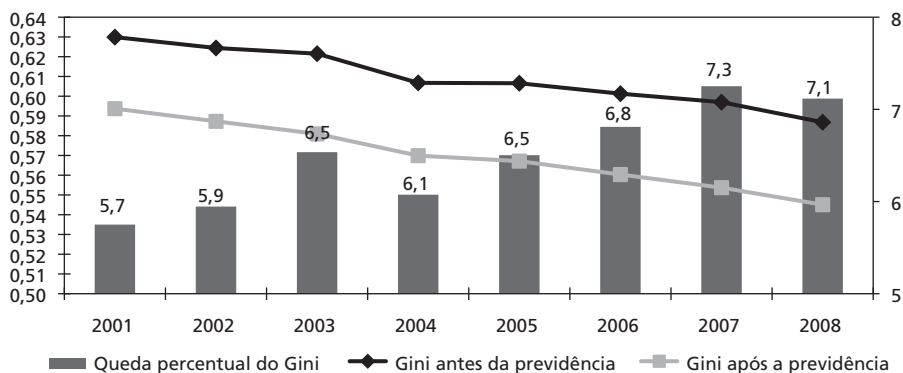
Por ter o maior orçamento individual entre as políticas públicas, e por atingir grande número de pessoas, o pagamento de benefícios previdenciários produz impactos relevantes na distribuição de renda de qualquer sociedade contemporânea. O objetivo desta seção é avaliar em que medida o sistema previdenciário brasileiro contribui para a melhora ou piora da distribuição da renda pessoal no país.

Pelo gráfico 2, constata-se que, se as transferências de renda da Previdência Social fossem eliminadas, a concentração de renda no Brasil, medida por meio do clássico Índice de Gini, seria ainda maior. O elevado coeficiente de Gini resultante desta hipótese contrafactual reforça a tese que afirma a importância da existência de um sistema previdenciário público, para efeito da redução da desigualdade de renda entre os indivíduos e as famílias, em uma mesma sociedade.

GRÁFICO 2

Índice de Gini e redução porcentual da desigualdade antes e depois do pagamento de aposentadorias e pensões – dados para anos selecionados

(Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados do gráfico 2 mostram que a redução do coeficiente de Gini em 2008 foi de 7,1%, o que evidencia o papel dos benefícios previdenciários na redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda.

Mas essa forma de medir a importância do sistema de previdência para redução da desigualdade de renda tem sido criticada. Uma crítica contundente deste método foi feita por Hoffmann (2009). Uma outra forma, esta sim mais correta do ponto de vista analítico, é por meio da decomposição da renda domiciliar *per capita* em diversas fontes. No nosso caso, interessa a fonte aposentadorias e pensões públicas.²

2. Para descrição do método de decomposição da renda domiciliar *per capita* e análise do papel de cada uma de suas componentes, ver Soares *et al.* (2007).

Para se estimar o impacto dos benefícios previdenciários na distribuição de renda, há de se ter em conta que o sistema de previdência social no Brasil é formado por diferentes regimes obrigatórios: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – dos trabalhadores do setor privado; e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – dos servidores públicos (municipais, estaduais e federais). A PNAD, contudo, não separa os beneficiários dos diversos RPPS dos do RGPS, o que nos obriga a alguns ajustes na realização deste exercício. Assim, para medir o poder distributivo do RGPS, calculou-se o impacto dos benefícios no valor de até um SM. Dado que mais de dois terços dos benefícios pagos por este regime estão nesta faixa, é possível restringir a análise a este grupo, mantendo-se a certeza de que os indivíduos nele contabilizados são majoritariamente beneficiários do RGPS.

TABELA 5

Coefficiente de concentração de benefícios previdenciários e Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – Brasil

Ano	Benefícios previdenciários		Índice de Gini
	Até 1 SM	Total	
2001	0,09	0,60	0,59
2002	0,08	0,59	0,59
2003	0,11	0,59	0,58
2004	0,12	0,60	0,57
2005	0,13	0,59	0,57
2006	0,15	0,58	0,56
2007	0,13	0,57	0,55
2008	0,13	0,57	0,55

Fonte: Dados das PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

A tabela 5 mostra os coeficientes de concentração dos benefícios previdenciários de até um SM (1ª coluna); os coeficientes referentes à totalidade dos benefícios previdenciários (2ª coluna); e o Índice de Gini apurado, para cada ano (3ª coluna). Os coeficientes de concentração inferiores ao Índice de Gini indicam que os benefícios pagos contribuem para a redução da desigualdade de renda; já os coeficientes de concentração superiores indicam que os benefícios aumentam a desigualdade de renda.

Pode-se concluir, pelos resultados apresentados anteriormente, que, em todos os anos analisados, os benefícios previdenciários de até um SM – basicamente os do RGPS – têm atuado positivamente na redução da desigualdade pessoal de renda entre os trabalhadores brasileiros. Mas o mesmo não pode ser dito com respeito ao conjunto de todas as aposentadorias e as pensões pagas no país – isto é, a soma dos benefícios de um SM com os demais. O coeficiente de

concentração deste total é superior ao Índice de Gini, em quase todos os anos analisados, o que significa que parte dos benefícios pagos tem afetado negativamente a distribuição de renda no país. Pode-se atribuir este efeito principalmente aos RPPSs, que, apesar de cobrirem um número menor de pessoas, relativamente ao RGPS, pagam benefícios, na média, maiores que este.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por representar o maior montante de gasto do orçamento federal, a Previdência Social atrai muita atenção. Todos os seus números são gigantescos, dezenas de milhões de beneficiários, outros tantos milhões de contribuintes, centenas de bilhões de reais utilizados no pagamento de benefícios todos os anos e por aí vai.

Os dados apresentados pela PNAD 2008 e sua comparação com algumas anteriores mostram a continuação da melhora da situação previdenciária do país, no tocante a cobertura do mercado de trabalho e da população idosa, redução da pobreza e melhora na distribuição da renda.

Com relação à cobertura previdenciária da PEA, o ano de 2008 mostrou-se o melhor de toda a década atual. Os dados da PNAD mostram que 60% da PEA encontram-se cobertas por algum regime previdenciário e que mais de 50% da PEA são contribuintes do sistema previdenciário. Por outro lado, o percentual de trabalhadores informais, apesar de ser o menor de toda a década (33,2%), ainda é bastante alto. Em números absolutos, a PNAD 2008 mostrou que há ainda mais de 31 milhões de trabalhadores informais no Brasil. Apesar da melhora da cobertura previdenciária da população trabalhadora, ainda há um grande, e necessário, caminho a se percorrer para ampliá-la.

No tocante à população idosa, os números mostram a recuperação do percentual de idosos cobertos – beneficiários e/ou contribuintes – pela Previdência Social. Em 2008, o percentual de cobertura alcançou mais de 81% da população nesta faixa etária. Observando por outra ótica, a dos domicílios em que há ao menos um idoso coberto, alcançou-se mais de 88% de cobertura em 2008. Números que realmente impressionam, mas não podemos esquecer que por mais que a cobertura possa ser considerada excelente, há 3,8 milhões de idosos que não contam com a proteção da previdência social.

Avançando na análise da PNAD, tem-se seu papel de redutor da pobreza/indigência e da desigualdade de renda. Os dados mostram que caso fossem retirados todos os benefícios pagos pela previdência social, o número de pobres e de indigentes cresceria muito. O que apenas reforça o papel dos benefícios previdenciários no combate à pobreza no país. É fato comprovado que a pobreza tem uma incidência muito menor na população idosa graças aos benefícios previdenciários – e também aos assistenciais.

No que tange à desigualdade de renda, também na hipótese de retirada dos benefícios, foi visto que o Índice de Gini mostraria a renda mais concentrada no país. Fazendo a análise via coeficiente de concentração, foi mostrado também que os benefícios de um SM de valor são responsáveis pela redução da desigualdade de renda, enquanto os benefícios de demais valor contribuem para sua piora.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, R. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil**: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. Campinas, 2009. Mimeografado.

RANGEL, L. A. *et al.* O universo da Previdência: evolução das PNADS até 2007. *In*: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009. v. 1, p. 167-179.

SOARES, F. V. *et al.* Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEI, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. v. 2, p. 87-129.

SAÚDE E RENDA NO BRASIL: ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE A PARTIR DE DADOS DO SUPLEMENTO SAÚDE DA PNAD 2008

Leila Posenato Garcia*
Matheus Stivali**
Lúcia Rolim Santana***

1 INTRODUÇÃO

Desigualdades em saúde podem ser definidas como diferenças sistemáticas e evitáveis em indicadores da situação de saúde entre grupos sociais, de modo que as pessoas com pior situação socioeconômica têm maior suscetibilidade a desenvolver doenças e incapacidades e a viver menos do que aquelas em melhor situação (WHITEHEAD, 1990).

É amplamente conhecida a correlação positiva entre renda e saúde. Em nível individual, os mais ricos têm saúde melhor. Além disso, diversos autores sugerem que as desigualdades na sociedade, como um todo, contribuem para que a situação da saúde de indivíduos que vivem em vizinhanças pobres seja ruim (MASSERIA; HERNÁNDEZ-QUEVEDO; ALLIN, 2010).

Publicações recentes reforçam o reconhecimento de que os pobres suportam uma carga de doença¹ desproporcional e que é necessário agir para reverter essa situação (KAPLAN, 2009). Estudos sobre desigualdades em saúde são de grande interesse, visando subsidiar políticas públicas necessárias para superar a distribuição desigual da saúde na sociedade (VIEIRA-DA-SILVA; ALMEIDA, 2009).

Apesar da redução da desigualdade de renda registrada entre 2001 e 2005, o Brasil ainda se apresenta entre os países mais desiguais do mundo. Dados do último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que o país ocupa a oitava pior colocação entre os 124 países para os quais existem informações (BARROS, 2006).

* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea.

*** Assistente de Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

1. O conceito de carga de doença incorpora, simultaneamente, o impacto da mortalidade e dos problemas de saúde que afetam a qualidade de vida dos indivíduos. O cálculo da carga global de doenças (The Global Burden of Disease – GBD) é com base no indicador Daly (disability-adjusted life years), que agrega os anos de vida perdidos pela mortalidade precoce, assim como por morbidade ou incapacidade (MURRAY; LOPEZ, 1996).

Inquéritos domiciliares, como as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que coletam informações sobre saúde e nível socioeconômico, possibilitam mensurar a magnitude das desigualdades em saúde em nível individual. O suplemento saúde da PNAD foi um recurso utilizado várias vezes no Brasil para obtenção de dados de base populacional sobre morbidades, necessidades de saúde e acesso e utilização de serviços. Esse suplemento se constitui como ferramenta para a coleta de informações que não são rotineiramente captadas pelos diversos sistemas de informação em saúde (VIACAVA; DACHS; TRAVASSOS, 2006).

Os objetivos deste estudo são descrever a magnitude das desigualdades absolutas e relativas em variáveis relacionadas à situação de saúde pesquisadas na PNAD 2008, entre quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, bem como analisar a desproporcionalidade da distribuição dos desfechos dessas variáveis entre grupos de renda e a distribuição da população entre estes grupos.

2 MÉTODOS

Foram utilizados microdados da PNAD 2008, que contou com um suplemento especial sobre saúde. Foram analisadas informações referentes a variáveis pertencentes a três grupos de interesse:

1. Determinantes distais da situação de saúde: presença de água canalizada no domicílio, presença de banheiro no domicílio, iluminação elétrica e lixo coletado por serviço de limpeza.
2. Utilização de serviços de saúde: realização de exame clínico das mamas, mamografia, exame preventivo do câncer de colo uterino, internação e consulta médica, no período dos 12 meses anteriores à pesquisa, e a continuidade do cuidado – se a pessoa costuma procurar o mesmo médico ou o mesmo serviço de saúde quando precisa de atendimento de saúde.
3. Morbidades: *i*) doenças crônicas: diabetes, hipertensão e doença do coração, câncer, insuficiência renal crônica e cirrose; *ii*) doenças dos ossos e articulações: doença da coluna, artrite ou reumatismo e tendinite ou tenossinovite; e *iii*) doenças respiratórias: bronquite ou asma e tuberculose. As informações sobre morbidades foram referidas pelo próprio entrevistado. Para cada doença, foi perguntado se algum médico ou profissional de saúde já havia diagnosticado e informado o entrevistado sobre aquela condição específica.

As análises foram restritas à população adulta (com idade igual ou superior a 18 anos). As análises sobre a utilização dos serviços de saúde da mulher (exame clínico das mamas, mamografia exame preventivo do câncer de colo uterino) foram restritas às mulheres de 25 anos de idade ou mais. A amostra analisada

é composta por 262.110 pessoas, com idade igual ou superior a 18 anos, sendo 52,5% do sexo feminino e 47,5% do masculino.

A população foi categorizada em quintos de rendimento mensal familiar *per capita*. Para isso, utilizou-se a variável disponibilizada pelo próprio IBGE.²

Foram calculadas as prevalências³ pontuais dos desfechos de cada variável, em porcentagens, segundo os quintos de renda mensal familiar *per capita* e, para as doenças crônicas (diabetes, hipertensão arterial sistêmica e câncer), também segundo a faixa etária. Para isso, a população adulta foi categorizada em seis faixas etárias: de 18 a 29 anos; de 30 a 39 anos; de 40 a 49 anos; de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos; e 70 anos ou mais.

Foram calculadas as diferenças absolutas e relativas entre as prevalências do primeiro quinto (20% mais pobres) e do último quinto (20% mais ricos) de rendimento mensal familiar *per capita*.

Para facilidade de comparação e entendimento, os resultados foram expressos graficamente em termos relativos (razão de prevalências), determinando o primeiro quinto de rendimento mensal familiar *per capita* como o grupo de referência (razão = 1,0) e as razões nos outros quintos representadas como frações ou múltiplos da frequência no grupo de referência. Essa é a forma tradicionalmente usada para a medição das desigualdades em saúde relacionadas ao nível socioeconômico.

Adicionalmente, o Índice de Concentração (IC) foi calculado como uma medida alternativa, que incorpora dados de toda a população e é sensível a alterações na distribuição da população entre grupos socioeconômicos (O'DONNELL, 2009). O IC pode ser entendido como uma medida que sintetiza a desigualdade em dado aspecto de saúde de determinada população.

O IC é derivado de uma curva de concentração, que traça a proporção acumulada da variável de saúde contra a proporção acumulada da população ordenada por posição socioeconômica (KONINGS *et al.*, 2009; O'DONNELL, 2008). O IC pode ser calculado por meio da fórmula a seguir (O'DONNELL, 2008):

$$IC = \frac{2}{\mu} \cdot cov(s,r)$$

Em que: μ – Média da variável de saúde

s – Variável de condição de saúde

r – Posição na ordenação socioeconômica

2. Nos microdados essa informação corresponde à variável V4750.

3. A prevalência mede a proporção de pessoas em dada população que apresenta o desfecho de interesse, em determinado ponto no tempo.

Atente-se que o IC depende da distribuição de renda apenas para o ordenamento da população, não sendo afetado por ela, mas sim pela covariância entre a posição no ordenamento socioeconômico e a ocorrência do desfecho. O IC varia entre -1 e 1. O sinal negativo indica maior concentração nos pobres, enquanto o positivo indica maior concentração nos ricos. Assim, a interpretação do IC depende da variável de saúde considerada.⁴

Conforme alertam Kakwani, Wagstaff e Van Doorslaer (1997), deve-se considerar que existem diferenças demográficas – idade, por exemplo – que implicam desigualdades nos desfechos de saúde. Para considerar o efeito das diferenças etárias sobre as desigualdades em saúde foi realizada uma análise adicional na seção 3.7, considerando o impacto da variação de renda nos desfechos de saúde em diferentes faixas etárias.

As análises foram realizadas com o *software Stata*, versão 10, tomando em conta o peso da pessoa, determinado pela variável *V4729*, incluída pelo IBGE no conjunto de dados da PNAD 2008. O cálculo do IC foi feito com a função *concinde* (CHEN, 2007) que corresponde à implementação computacional do cálculo proposto por Kakwani, Wagstaff e Van Doorslaer (1997) para o IC e seu desvio-padrão.

3 RESULTADOS

Como já mencionado, a população foi agrupada em quintos de renda familiar *per capita* para as análises de desigualdade. Na tabela 1, são apresentadas estatísticas descritivas destes quintos de renda que determinam as categorias de análise das medidas de prevalência ao longo desta seção.

TABELA 1
Descrição dos valores do rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008
 (Em R\$ correntes)

	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Mediana	Desvio-padrão
1º quinto	0,00	193,00	109,89	120,00	1.160,57
2º quinto	194,00	330,00	256,75	256,00	866,86
3º quinto	331,00	499,00	409,39	415,00	972,59
4º quinto	500,00	865,00	649,64	633,00	2.413,26
5º quinto	866,00	150.000,00	1.979,20	1.400,00	44.242,13

Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.
 Elaboração dos autores.

4. Quando se considera uma variável indicadora de má condição de saúde – prevalência de doenças, por exemplo –, um IC negativo indica que os mais pobres estão em situação pior, e quando se considera uma variável indicadora de um aspecto desejável de saúde – realização de exames preventivos, por exemplo –, um IC positivo indica que os mais pobres estão em situação pior.

A tabela 2 apresenta as prevalências dos desfechos, bem como as estimativas das desigualdades absolutas e relativas entre os quintos extremos de rendimento mensal familiar *per capita*, além do Índice de Concentração e do seu respectivo erro-padrão para cada uma das variáveis relacionadas à situação de saúde pertencente aos três grupos de interesse para a presente análise: determinantes distais da situação de saúde, utilização de serviços de saúde e morbidades.

TABELA 2

Prevalências dos desfechos de variáveis relacionadas à situação de saúde, na população geral e segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, razão de prevalências e diferença absoluta entre os quintos extremos de rendimento mensal familiar *per capita* e Índice de Concentração (IC) – Brasil, 2008

(Em %)

	Prevalências					Geral	RP ¹	DA ²	IC		
	Quintos de rendimento <i>per capita</i>								Valor	Erro-padrão	
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a						
Determinantes	Água canalizada	79,7	92,0	95,1	98,4	99,0	92,8	1,24	19,2	0,04257	0,00037
	Banheiro no domicílio	88,4	96,5	97,9	99,5	99,6	96,4	1,12	11,1	0,02332	0,00027
	Iluminação elétrica	96,0	98,5	99,1	99,6	99,9	98,6	1,04	3,9	0,00772	0,00015
	Coleta de lixo	87,9	94,0	94,9	97,3	98,8	94,6	1,12	10,9	0,02233	0,00029
Utilização de serviços	Exame clínico das mamas ³	22,4	30,2	34,5	45,3	59,5	38,7	2,66	37,2	0,19882	0,00209
	Exame preventivo para câncer do colo do útero ³	41,4	42,8	42,9	50,8	60,8	47,9	1,46	19,4	0,08547	0,00178
	Mamografia ³	22,6	32,8	40,0	50,6	64,9	42,5	2,87	42,3	0,20327	0,00192
	Consulta médica ³	63,2	66,7	70,4	72,2	77,2	69,9	1,22	14,0	0,04128	0,00073
	Internação ³	9,2	8,1	8,0	7,4	7,6	8,1	0,82	1,6	-0,04314	0,00387
	Continuidade do cuidado	72,4	72,4	73,3	73,4	73,2	72,9	1,01	0,8	0,00433	0,00068
Morbidades	Diabetes	2,9	4,7	6,1	5,8	5,8	5,1	2,00	2,9	0,11290	0,00455
	Hipertensão	14,8	19,2	23,5	21,5	20,7	19,9	1,40	5,9	0,05791	0,00218
	Doença do coração	3,4	5,2	6,7	6,0	5,7	5,4	1,68	2,3	0,08212	0,00441
	Câncer	0,4	0,6	0,9	0,9	1,2	0,8	3,15	0,8	0,20096	0,01225
	Insuficiência renal crônica	1,8	1,9	1,9	1,7	1,3	1,7	0,75	0,4	-0,05046	0,00816
	Cirrose	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,78	0,0	-0,05202	0,02448
	Doença da coluna	16,9	18,8	21,2	19,4	17,7	18,8	1,04	0,8	0,01076	0,00229
	Artrite/reumatismo	5,8	7,8	10,0	8,7	7,6	8,0	1,31	1,8	0,04682	0,00360
	Tendinite/tenossinovite	1,8	2,9	3,8	4,7	5,3	3,7	2,97	3,5	0,20439	0,00539
	Bronquite/asma	3,5	4,0	4,3	4,2	4,3	4,0	1,23	0,8	0,03929	0,00540
Tuberculose	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,67	0,1	-0,05593	0,02771	

Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ RP – razão de prevalências (prevalência no 5^o quinto/prevalência no 1^o quinto).

² DA – diferença absoluta entre as prevalências do 1^o e do 5^o quintos de rendimento mensal familiar *per capita*.

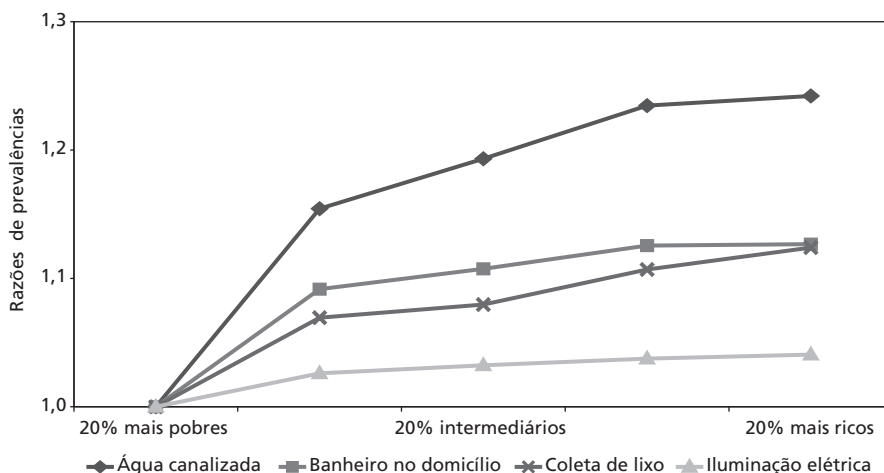
³ Utilização do serviço nos 12 meses anteriores à pesquisa.

A seguir, serão apresentados os gráficos que ilustram as desigualdades relativas na distribuição dos desfechos das variáveis selecionadas, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, por meio de razões de prevalências, tendo o primeiro quinto de rendimento (20% mais pobres) como categoria de referência (razão de prevalências = 1) e as razões de prevalências dos outros quintos representando frações ou múltiplos das prevalências da categoria de referência.

3.1 Desigualdades na prevalência dos determinantes distais da saúde

GRÁFICO 1

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na existência de água canalizada, banheiro, iluminação elétrica e coleta de lixo no domicílio, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade (n = 262.110).

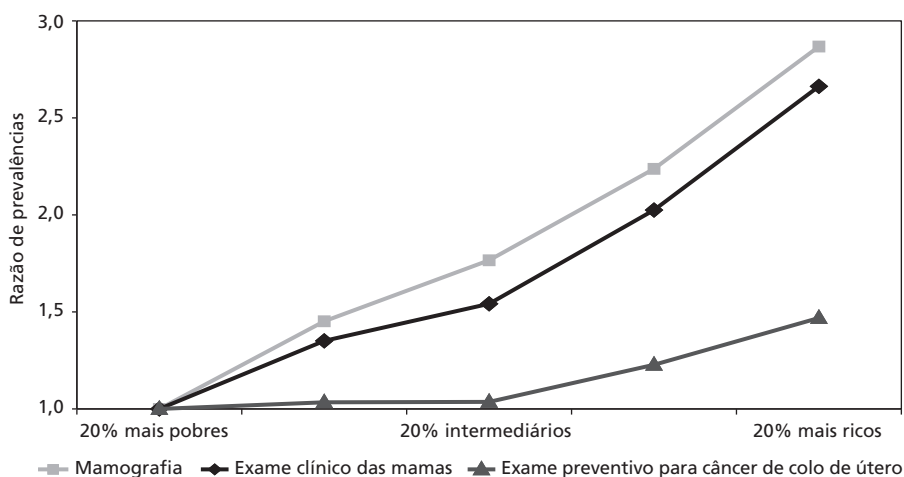
A existência de água canalizada, banheiro, iluminação elétrica e coleta de lixo no domicílio aumenta diretamente acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*. Entretanto, as diferenças relativas são pequenas, resultando em razões de prevalências próximas a 1. Entre os determinantes distais da saúde analisados, a água canalizada é o que mais se concentra entre os mais ricos. Entre os 20% mais ricos da população, a cobertura de água canalizada no domicílio é de 99%, enquanto entre os 20% mais pobres, essa cobertura é de 79,7%. A iluminação elétrica apresenta cobertura mais elevada e distribuição mais equitativa, com cobertura de 96% entre os 20% mais pobres e de 99,9% entre os 20% mais ricos.

A análise das desigualdades relativas é corroborada pelos valores do IC, que avaliam a desigualdade em toda a distribuição. As estimativas do IC também apontam para desigualdade favorável aos mais ricos, com maior concentração em água canalizada (IC = 0,04257), seguida de banheiro no domicílio (IC = 0,02332), coleta de lixo (IC = 0,02233) e iluminação elétrica (IC = 0,00772).

3.2 Desigualdades na utilização dos serviços de saúde da mulher

GRÁFICO 2

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na utilização de serviços de saúde da mulher nos 12 meses anteriores à pesquisa, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por mulheres de 25 ou mais anos de idade (n = 114.268).

A utilização dos três exames relacionados à saúde da mulher nos 12 meses anteriores à pesquisa aumenta diretamente, acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*. As mulheres que estão entre os 20% mais ricos da população apresentaram uma utilização de exame preventivo para câncer do colo do útero correspondente a 1,5 vezes aquela dos 20% mais pobres, o que representa uma utilização 50% maior. A utilização de exame clínico das mamas e da mamografia foi ainda mais concentrada entre as mulheres mais ricas. As mulheres que estão entre os 20% mais ricos da população apresentaram uma utilização 170% maior de exame clínico das mamas e 190% maior de mamografia em relação às mulheres que estão entre os 20% mais pobres.

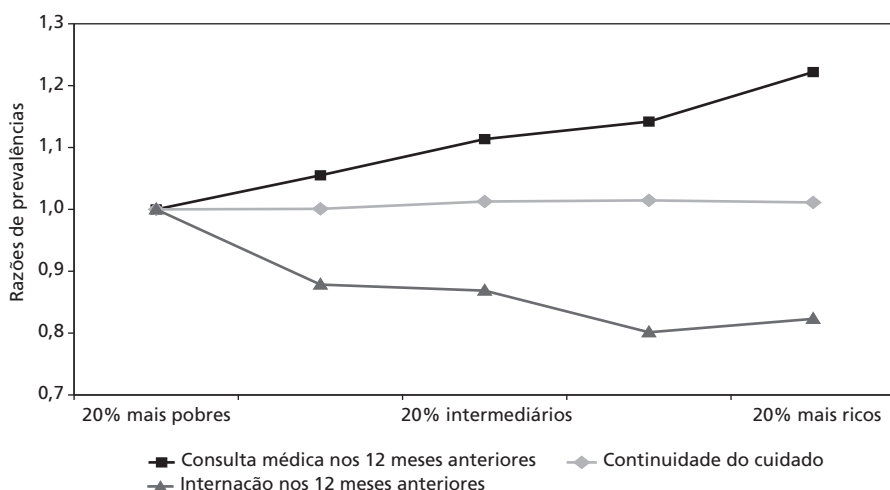
A análise da desigualdade em toda a distribuição também indica grande concentração da utilização de serviços de saúde da mulher em favor da população

com maior renda. A ordenação da desigualdade pelo IC segue o encontrado na análise de desigualdade relativa, com maior concentração para mamografia (IC = 0,20327), seguida por exame clínico de mamas (IC = 0,19882) e exame preventivo para câncer do colo uterino (IC = 0,08547).

3.3 Desigualdades na utilização de internação e consulta médica e na continuidade do cuidado

GRÁFICO 3

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na utilização de internação e consulta médica, no período dos 12 meses anteriores à pesquisa, e na continuidade do cuidado, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.
Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade (n = 262.110). A continuidade do cuidado é definida como a procura do mesmo lugar, mesmo médico ou mesmo serviço de saúde quando a pessoa precisa de atendimento de saúde.

Enquanto a utilização de consulta médica nos 12 meses anteriores à pesquisa aumenta diretamente acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, a utilização de internação nos 12 meses anteriores à pesquisa apresenta comportamento inverso. As pessoas que pertencem ao quinto mais rico da população apresentaram uma utilização de consulta médica 20% maior e utilização de internação 20% menor que aquelas que pertencem ao quinto mais pobre.

As prevalências de utilização de consulta médica e de internação nos 12 meses anteriores à pesquisa foram de, respectivamente, 63,2% e 9,2% entre os 20% mais pobres e de 77,2% e 7,6% entre os 20% mais ricos. A continuidade do cuidado apresentou uma distribuição bastante equitativa entre os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, com prevalência em torno de 73%.

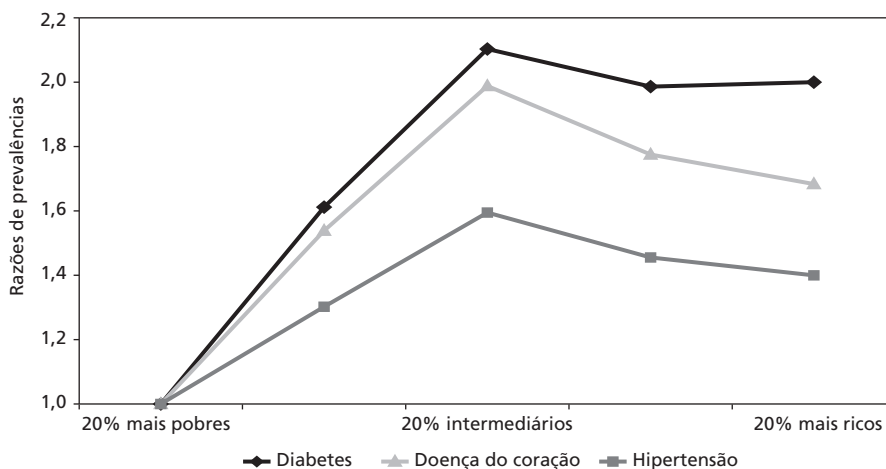
A análise da desigualdade na utilização de serviços em toda distribuição mostra uma concentração das internações na população com menor renda (IC = -0,04314) e das consultas médicas na população com maior renda (IC = 0,04128). A continuidade do cuidado revela uma desigualdade pequena, porém favorável às pessoas com maiores rendimentos (IC = 0,00433).

3.4 Desigualdades na prevalência de doenças crônicas

3.4.1 Hipertensão, diabetes e doença do coração

GRÁFICO 4

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na prevalência de diabetes, doença do coração e hipertensão, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade (n = 262.110).

A doença crônica que apresentou prevalência mais elevada, a partir das informações referidas pelo entrevistado, foi a hipertensão (19,9%), seguida pela doença do coração (5,4%) e diabetes (5,1%).

As prevalências dessas doenças aumentam acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, com um pico no quinto intermediário. Entretanto, a prevalência de diabetes entre os 20% mais ricos ainda foi o dobro (razão de prevalências = 2,0) daquela registrada entre os 20% mais pobres.

A prevalência de diabetes foi de 2,9% entre os 20% mais pobres e de 5,8% entre os 20% mais ricos. A prevalência de doença do coração foi de 3,4% entre os 20% mais pobres e de 5,7% entre os 20% mais ricos, o que resulta em uma razão

de prevalências de 1,7, que representa uma prevalência 70% superior entre os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres. A prevalência de hipertensão foi 14,8% entre os 20% mais pobres e 20,7% entre os 20% mais ricos, o que resulta em uma razão de prevalências de 1,4.

O padrão não linear observado na análise da desigualdade relativa é captado, ao se analisar toda a distribuição, como maior concentração dessas morbidades na população com maiores rendimentos. A maior concentração foi registrada para diabetes (IC = 0,11290), seguida por doença do coração (IC = 0,08212) e hipertensão (IC = 0,05791).

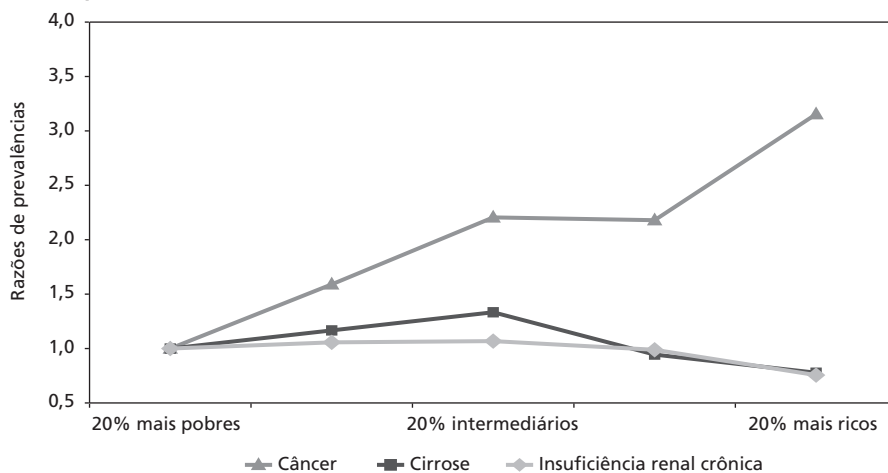
Em geral, a situação de saúde dos estratos mais pobres é consideravelmente pior em comparação com aquela dos mais ricos, diferentemente do padrão observado para essas doenças crônicas. Salienta-se que as informações sobre as morbidades coletadas na PNAD referem-se ao diagnóstico realizado por médico ou profissional da saúde. Dessa forma, a maior prevalência de diabetes, doença do coração e hipertensão entre os mais ricos em comparação com os mais pobres pode refletir maior acesso ao diagnóstico, em vez de maior ocorrência dessas doenças nesse estrato da população. Isso é corroborado pelo achado, anteriormente descrito, de maior utilização de consultas médicas pelas pessoas pertencentes aos estratos mais ricos da população.

Além disso, os dados apresentados podem estar sujeitos a viés de prevalência ou viés de sobrevivência. Nos inquéritos populacionais, os dados são coletados em único momento no tempo, de modo que são captados apenas os casos sobreviventes no momento da coleta dos dados. Nessa situação, os óbitos pela doença não são captados e o fato desses óbitos ocorrerem com frequência distinta nos diferentes estratos analisados, resulta que as probabilidades de captar os sobreviventes sejam distintas nos diferentes estratos. No caso das doenças crônicas, possivelmente, as razões de prevalência indicando maior concentração de casos entre os mais ricos podem estar superestimadas, ou mesmo ter sua direção invertida, devido a esse tipo de viés.

3.4.2 Câncer, cirrose e insuficiência renal crônica

GRÁFICO 5

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na prevalência de câncer, cirrose e insuficiência renal crônica, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade ($n = 262.110$).

As prevalências de cirrose e de insuficiência renal crônica são semelhantes, em torno de 0,2% e 1,8%, respectivamente, entre os primeiros quatro quintos de rendimento mensal familiar *per capita*. Contudo, a razão de prevalências dessas doenças entre os quintos extremos de rendimento é aproximadamente 0,8, ou seja, a prevalência dessas doenças é 20% menor entre os 20% mais ricos, em relação aos 20% mais pobres.

A prevalência de câncer aumenta diretamente acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, correspondendo a 0,8% na população, 0,4% entre os 20% mais pobres e 1,2% entre os 20% mais ricos, o que resulta em uma razão de prevalências igual a 3,0.

A análise da desigualdade em toda a distribuição indica uma concentração de câncer na população com maiores rendimentos (IC = 0,20096) e das outras duas morbidades na população mais pobre (cirrose: IC = -0,05202 e insuficiência renal crônica: IC = -0,05046).

O maior acesso ao diagnóstico possivelmente é um dos fatores que explicam o achado de que a prevalência de câncer entre os 20% mais ricos é equivalente ao triplo daquela entre os 20% mais pobres. Da mesma forma que para as doenças

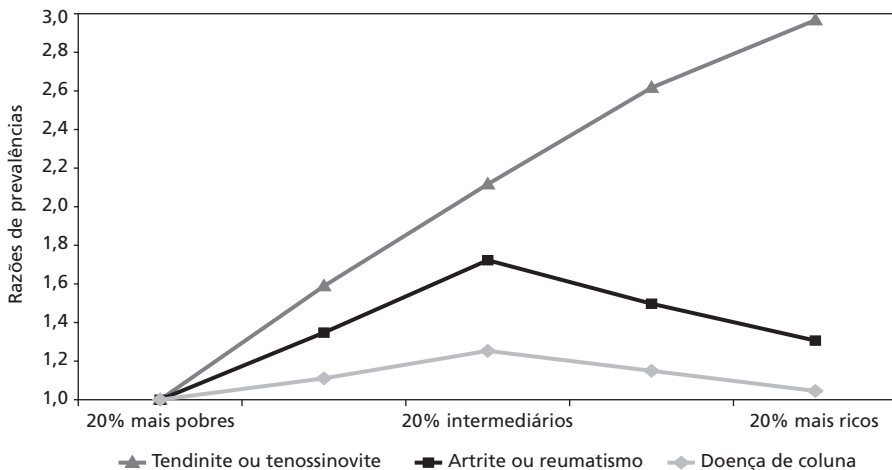
crônicas apresentadas anteriormente (diabetes, doença do coração e hipertensão), as estimativas de prevalência de câncer, segundo os estratos de renda, podem estar afetadas por viés de sobrevivência.

Esse achado também é coerente com a maior utilização de serviços de saúde da mulher comentados anteriormente. É possível que com a maior utilização de mamografia, exame clínico das mamas e exame preventivo para câncer do colo do útero, as mulheres que estão entre os 20% mais ricos da população tenham maior acesso ao diagnóstico precoce, o que resulta em maior probabilidade de sobrevivência. Da mesma maneira, a maior utilização de serviços de saúde em geral também poderia refletir em maior probabilidade de diagnóstico precoce.

3.5 Desigualdades na prevalência de doenças dos ossos e articulações

GRÁFICO 6

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na prevalência de doença da coluna, artrite ou reumatismo e tendinite ou tenossinovite, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade (n = 262.110).

Entre as morbidades pesquisadas no suplemento saúde da PNAD, a doença da coluna apresentou uma prevalência autorreferida de 18,8%, menor apenas que aquela da hipertensão. A prevalência de artrite ou reumatismo, de 8%, também pode ser considerada elevada. As prevalências de artrite ou reumatismo e de doença da coluna aumentam acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, com um pico no quinto intermediário.

A prevalência tendinite ou tenossinovite na população foi de 3,7%. Entre as doenças dos ossos e das articulações analisadas, a prevalência dessas doenças apresentou maior concentração entre os mais ricos. Essa prevalência foi de 1,8% entre os 20% mais pobres e de 5,3% entre os 20% mais ricos. Isso resulta em uma razão de prevalências de 3,0.

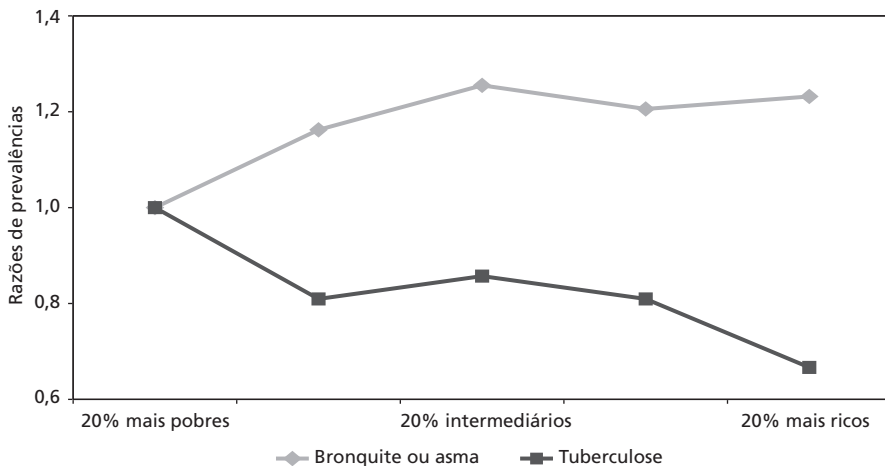
A análise em toda a população mostra grande concentração de tendinite ou tenossinovite na população com maior renda (IC = 0,20439) e concentração menor também na população com maior renda de artrite ou reumatismo (IC = 0,04682) e doença da coluna (IC = 0,01076).

O maior acesso ao diagnóstico possivelmente é um dos fatores que podem explicar a prevalência de tendinite ou tenossinovite entre os 20% mais ricos equivalente a três vezes aquela entre os 20% mais pobres. Esse tipo de doença está frequentemente relacionado ao trabalho que envolve movimentos repetitivos. Fatores psicossociais como estresse, longas jornadas de trabalho e período de descanso insatisfatório também estão associados a essas doenças (MENDONÇA; ASSUNÇÃO, 2005). Para elucidar a associação entre a renda e a ocorrência dessas doenças, é necessário investigar a exposição a riscos ocupacionais.

3.6 Desigualdades na prevalência de doenças respiratórias

GRÁFICO 7

Desigualdades relativas (razões de prevalências) na prevalência de bronquite ou asma e tuberculose, segundo quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Amostra composta por adultos com 18 ou mais anos de idade (n = 262.110).

A prevalência de bronquite ou asma aumenta acompanhando os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, com um pico no quinto intermediário. A prevalência dessas doenças na população foi 4,0%. Essa prevalência foi 3,5% entre os 20% mais pobres e 4,3% entre os 20% mais ricos. Isso resulta em uma razão de prevalências de aproximadamente 1,2.

Enquanto a prevalência de tuberculose diagnosticada na população foi 0,2%, essa prevalência foi 0,1% entre os 20% mais ricos, indicando, conforme esperado, a concentração dos casos entre os mais pobres.

Por meio do IC, observa-se concentração de bronquite ou asma na população com maior renda (IC = 0,03929) e de tuberculose (IC = -0,05593) na população com menor renda.

3.7 Diferenças etárias e desigualdade na prevalência de doenças crônicas

A prevalência das doenças crônicas é maior nas faixas etárias mais avançadas. Os gráficos 8 a 11 ilustram as prevalências de doenças crônicas selecionadas, entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população, segundo faixas etárias.

As prevalências das doenças crônicas apresentadas nos gráficos 8 a 11 aumentam conforme a elevação das faixas etárias. Para diabetes, hipertensão e doença do coração, a prevalência, nas faixas etárias mais jovens, é maior entre os 20% mais pobres. Para a hipertensão, a desigualdade em detrimento dos mais pobres se mantém em todas as faixas etárias.

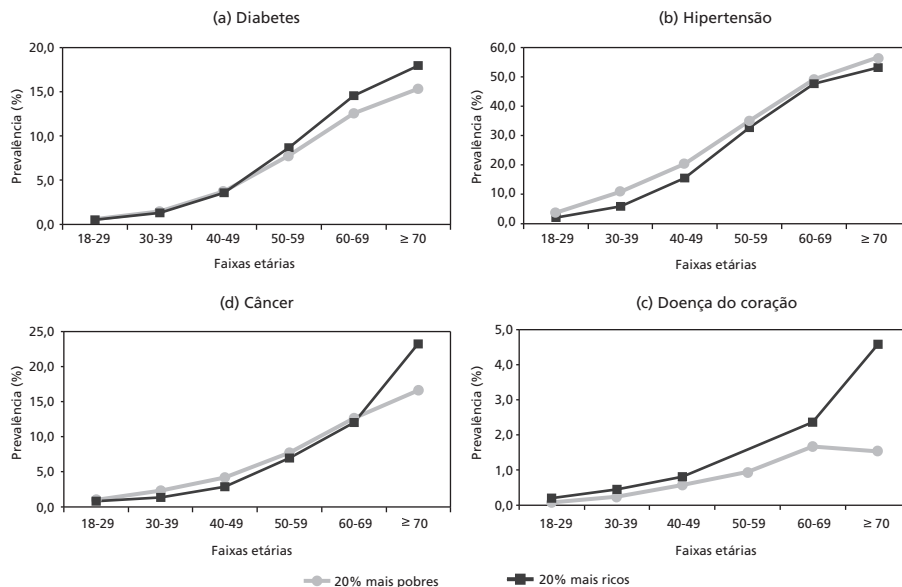
Para diabetes e doença do coração, nas faixas etárias mais avançadas, a prevalência entre os 20% mais ricos supera aquela entre os 20% mais pobres, indicando, possivelmente, uma maior probabilidade de diagnóstico e uma maior sobrevivência com a doença entre os primeiros. Entretanto, a magnitude dessas desigualdades relativas para diabetes é pequena e se mantém aproximadamente constante nas diferentes faixas etárias – razões de prevalências entre 1,1 e 1,2.

A magnitude das desigualdades relativas para hipertensão é mais elevada nas duas faixas etárias mais precoces – razão de prevalência em torno de 1,9. As maiores desigualdades relativas para doença do coração se concentram nas faixas etárias de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos – razões de prevalência de 1,7 e 1,4, respectivamente.

GRÁFICO 8

Prevalência de diabetes segundo faixas etárias, no primeiro e no último quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – Brasil, 2008

(Em %)



Fonte: PNAD 2008.

Obs.: Os 20% mais pobres correspondem ao primeiro quinto de renda mensal familiar *per capita*; os 20% mais ricos correspondem ao último quinto de renda mensal familiar *per capita*.

Para o câncer, a maior desigualdade relativa foi registrada na faixa etária mais avançada, na qual a prevalência entre os 20% mais ricos foi quase o triplo daquela entre os 20% mais pobres. A maior probabilidade de diagnóstico e a maior sobrevivência com a doença entre os primeiros também podem explicar as desigualdades nas prevalências de câncer, que se apresentam mais elevadas entre os 20% mais ricos, em todas as faixas etárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação a aspectos metodológicos da PNAD, é possível que o rendimento mensal familiar *per capita* esteja subestimado (HOFFMANN, 1988). Isso pode ser consequência da imprecisão da informação, uma vez que esta foi obtida com base no relato do entrevistado. A desconsideração de informações relativas a patrimônio e outros rendimentos tende a minimizar as reais diferenças existentes entre os estratos mais pobres e mais ricos da população, já que subestima a renda destes

últimos. (LIMA-COSTA *et al.*, 2003; LIMA-COSTA, BARRETO; GIATTI, 2002). A influência de possíveis erros na estimativa da renda familiar *per capita* tenderia a subestimar as razões de prevalências.

Ressalta-se que todos os dados analisados são provenientes de informações referidas pelos entrevistados. Diversos autores discutiram a validade da informação referida sobre doenças crônicas. A doença pesquisada, a presença de comorbidades, bem como as características sociais e demográficas do respondente podem afetar a qualidade dessa informação (BARROS *et al.*, 2006). Para doenças que provocam maior grau de incapacidade, observou-se maior concordância entre informações de inquérito e de registros médicos. Doenças importantes e bem definidas, como diabetes e hipertensão, também tendem a ser adequadamente informadas (OKURA *et al.*, 2004; SIMPSON, 2004). O reconhecimento da doença pelo indivíduo depende do grau de percepção de sinais e sintomas, o que se relaciona com o uso social do corpo e depende de inúmeras características do indivíduo, além do acesso e da qualidade dos serviços de saúde (BARROS *et al.*, 2006).

Uma limitação importante na análise dos dados de inquéritos populacionais transversais, como a PNAD, é a possibilidade de ocorrência de viés de prevalência ou sobrevivência, uma vez que é esperado que os indivíduos com pior nível socioeconômico apresentem menor sobrevida. Isso pode resultar em problemas de seleção, uma vez que as pessoas doentes e com menor renda tendem a ser sub-representadas pelos sobreviventes (LIMA-COSTA *et al.*, 2003). Isso pode explicar o achado do presente estudo de maior concentração de doenças crônicas, como câncer, diabetes, hipertensão e doença do coração, entre os mais ricos.

Outra limitação possível nesse tipo de estudo é o viés de causalidade reversa, ou causalidade invertida, que ocorre quando a aparente exposição é consequência do desfecho. Em estudos transversais, não é possível afirmar se a situação socioeconômica determinou a pior condição de saúde ou se a condição de saúde ruim foi responsável pela deterioração da situação socioeconômica. Contudo, existem estudos longitudinais que demonstram que a ocorrência de doença tem pequena probabilidade de impactar a situação socioeconômica (LYNCH; KAPLAN; SHEMA, 1997).

Outra fonte potencial de erro relaciona-se ao uso de outro respondente para a entrevista. Diversos trabalhos discutem essa característica da PNAD (JARDIM; BARRETO; GONÇALVES, 2009; LIMA-COSTA; BARRETO; GIATTI, 2002; LIMA-COSTA *et al.*, 2003; BARROS *et al.*, 2006). No presente estudo, não se investigou se a proporção de respostas obtidas a partir de um respondente secundário diferiu entre os sexos e as faixas etárias. Dessa maneira, não se sabe como a utilização de outro respondente influenciou a mensuração das informações sobre saúde na população estudada (JARDIM; BARRETO; GONÇALVES, 2009).

Contudo, os dados apresentados são úteis para identificar as desigualdades entre os determinantes distais da saúde, a utilização de serviços de saúde e a prevalência de morbidades entre estratos de renda mensal familiar *per capita*, visando subsidiar políticas de saúde mais equitativas. Outros estudos sobre desigualdades em saúde foram realizados utilizando os dados dos suplementos saúde das PNADs 1998 e 2003.

Utilizando dados da PNAD 1998, Lima-Costa, Barreto e Giatti (2002) estudaram as associações existentes entre a renda domiciliar *per capita* e os indicadores da condição de saúde de idosos e adultos jovens. Os resultados mostraram que a situação socioeconômica, medida por meio da renda em salários mínimos, afeta igualmente a saúde de idosos e de adultos mais jovens. Os indivíduos pertencentes ao estrato de renda mais baixo apresentaram piores condições de saúde, pior função física e menor uso de serviços de saúde.

Lima-Costa, Matos, Camarano (2006) também utilizando dados dos suplementos saúde das PNADs, realizaram um estudo para verificar se as desigualdades sociais em saúde de adultos e idosos brasileiros se alteraram entre 1998 e 2003. Os resultados mostraram que as associações entre menor renda domiciliar *per capita* e piores condições gerais de saúde, menor capacidade funcional e menor uso de serviços médicos e odontológicos, que já haviam sido observadas em 1998, persistiam em 2003, tanto entre adultos quanto entre idosos.

Com base em dados da PNAD 2003, Barros *et al.* (2006) verificaram a existência de desigualdades sociais na prevalência de doenças crônicas na população brasileira. Foi detectada significativa desigualdade social no padrão das doenças crônicas, segundo gênero, cor/raça, nível de escolaridade, região de residência e situação do domicílio. Esses autores não investigaram desigualdades de renda.

No presente estudo, foram identificadas desigualdades na prevalência de diversos desfechos em saúde associadas ao rendimento mensal familiar *per capita*. Os desfechos que apresentaram maior concentração entre os pobres foram: tuberculose (IC = -0,05593), cirrose (IC = -0,05202) e insuficiência renal crônica (IC = -0,05046). Entre os ricos, os desfechos que apresentaram maior concentração foram: tendinite/tenossinovite (IC = 0,20439), realização de mamografia nos 12 meses anteriores à pesquisa (IC = 0,20327), câncer (ICS = 0,20096), realização de exame clínico das mamas nos 12 meses anteriores à pesquisa (IC = 0,19882), diabetes (0,11290) e realização de exame preventivo para o câncer do colo uterino nos 12 meses anteriores à pesquisa (IC = 0,08547).

Destaque-se que todos os desfechos de utilização de serviços de saúde da mulher apresentaram IC positivo, ou seja, concentração nas mulheres mais ricas.

As desigualdades de renda podem prejudicar a saúde de duas maneiras. Primeiro, uma sociedade altamente desigual implica que um segmento substancial da população é pobre e a pobreza está relacionada à doença. Segundo, a desigualdade de renda pode afetar não apenas a saúde dos pobres, mas também dos ricos. Os efeitos contextuais da desigualdade podem ser atribuídos ao estresse psicossocial decorrente da própria desigualdade, bem como da deterioração da coesão social. Existem evidências de que a situação de saúde é melhor em sociedades mais equitativas (KONDO *et al.*, 2009; PICKETT; WILKINSON, 2009; SUBRAMANIAN; KAWACHI, 2004).

Saliente-se, entretanto, que a distinção entre as duas maneiras pelas quais as desigualdades de renda afetam negativamente a saúde é apenas teórica. Se as desigualdades fossem reduzidas, a situação de saúde na população poderia melhorar por duas maneiras: por meio do aumento da renda relativa dos mais pobres, bem como por meio dos benefícios contextuais da maior igualdade. Os benefícios de uma melhor distribuição de renda tendem a ser maiores entre os pobres, mas devem alcançar a quase todos (PICKETT; WILKINSON, 2009). Uma sociedade mais equânime deve ser almejada, buscando desfazer as desigualdades perpetradas há séculos em nosso país.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006.
- BARROS, M. B. D. A. *et al.* Desigualdades sociais na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 911-926, 2006.
- CHEN, Z. **Concindc**: stata module to calculate concentration index with both individual and grouped data, 2007.
- HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 1, p. 50-54, 1988.
- JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; GONÇALVES, L. G. Confiabilidade do informante secundário em inquéritos de saúde. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 26, n. 1, p. 141-144, 2009.
- KAKWANI, N.; WAGSTAFF, A.; VAN DOORSLAER, E. Socioeconomic inequalities in health: measurement, computation, and statistical inference. **Journal of Econometrics**, v. 77, n. 1, p. 87-103, 1997.
- KAPLAN, G. A. **The poor pay more**: poverty's high cost to health. 2009. Disponível em: <http://www.rwjf.org/files/research/thepoorpaymore2009.pdf>.
- KONDO, N. *et al.* Income inequality, mortality, and self-rated health: meta-analysis of multilevel studies. **British Medical Journal**, Nov. 10;339(nov10_2):b4471, 2009.
- KONINGS, P. *et al.* Analysis of socioeconomic health inequalities using the concentration index. **International Journal of Public Health**, v. 55, n. 1, p. 71-74, 2009.
- LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S.; GIATTI, L. A situação socioeconômica afeta igualmente a saúde de idosos e adultos mais jovens no Brasil? Um estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD/98. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 813-824, n. 4, 2002.
- LIMA-COSTA, M. F.; MATOS, D. L.; CAMARANO, A. A. Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 941-950, 2006.

LIMA-COSTA, M. F. *et al.* Desigualdade social e saúde entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 745-757, 2003.

LYNCH, J. W.; KAPLAN, G. A.; SHEMA, S. J. Cumulative impact of sustained economic hardship on physical, cognitive, psychological, and social functioning. **New England Journal of Medicine**, v. 337, n. 26, p. 1889-1895, 25 Dec. 1997.

MASSERIA, C.; HERNÁNDEZ-QUEVEDO, C.; ALLIN, S. Health inequality: what does it mean and how can we measure it? **Expert Review of Pharmacoeconomics & Outcomes Research**, v. 10, n. 2, p. 177-186, 2010.

MENDONÇA, JR.; ASSUNÇÃO, A. Á. Associação entre distúrbios do ombro e trabalho: breve revisão da literatura. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 167-176, 2005.

MURRAY, C. J. L.; LOPEZA, D. **The Global Burden of Disease**: a comprehensive assessment of mortality and disability from diseases, injuries, and risk factors in 1990 and projected to 2020. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

O'DONNELL, O. **Analyzing health equity using household survey data**: a guide to techniques and their implementation. Washington DC: World Bank, 2008.

_____. Measuring health inequalities in Europe: methodological issues in the analysis of survey data. **Eurohealth**, v. 15, n. 3, p. 10-14, 2009.

OKURA, Y. *et al.* Agreement between self-report questionnaires and medical record data was substantial for diabetes, hypertension, myocardial infarction and stroke but not for heart failure. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 57, n. 10, p. 1096-1103, 2004.

PICKETT, K. E.; WILKINSON, R. G. Income inequality and population health: a review and explanation of the evidence. **Social Science & Medicine**, v. 62, n. 7, p. 1768-1784, 2006.

_____. Greater equality and better health. **British Medical Journal**, 11;339(nov10 2):b4320-b4320, 2009.

SIMPSON, C. F. Agreement Between Self-Report of Disease Diagnoses and Medical Record Validation in Disabled Older Women: Factors That Modify Agreement. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 52, n. 1, p. 123-127, 2004.

SUBRAMANIAN, S. V.; KAWACHI, I. Income inequality and health: what have we learned so far? **Epidemiologic Reviews**, v. 26, p. 78-91, 2004.

VIACAVA, F.; DACHS, N.; TRAVASSOS, C. Os inquéritos domiciliares e o Sistema Nacional de Informações em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 863-869, 2006.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; ALMEIDA, F. A. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. **Cadernos de Saúde Pública**, 25(S2), p. S217-S226, 2009.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity and health. **Regional Office for Europe**. Copenhagen: WHO, 1990.

MERCADO DE TRABALHO

Carlos Henrique Leite Corseuil*
Lauro Ramos*
Luana Furtado**
Marina Aguas**

Este texto tem por objetivo a avaliação do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2008 com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho ao longo da década.¹ Cabe esclarecer que, ao privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado, as definições de ocupação e desocupação são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE.² De modo geral, os resultados para o mercado de trabalho foram positivos, dando sequência à tendência dos últimos anos e confirmando os movimentos identificados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE até o fim do terceiro trimestre de 2008, quando os impactos da crise internacional começaram a se fazer sentir na demanda por trabalho.

A população em idade ativa (PIA), em 2008, era de 158,2 milhões de pessoas.³ Deste total, cerca de 59% (93,3 milhões) faziam parte da população economicamente ativa (PEA), ou seja, estavam inseridas no mercado de trabalho, somando 86 milhões ocupados e 7,3 milhões desempregados. Ao comparar os dados de 2008 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

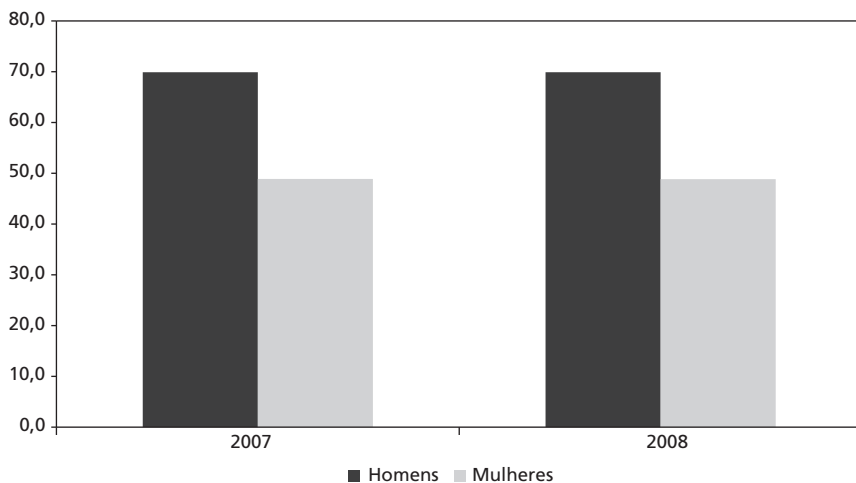
1. Para possibilitar a comparação das PNADs ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-la, retirando a região rural do Norte do país, a partir de 2004.

2. Para fins deste texto, classificam-se como *ocupados* os indivíduos que, na semana de referência, exerceram trabalho remunerado, ou os que exerceram trabalho não remunerado nesta semana durante pelo menos quinze horas, e, ainda, os que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não são considerados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência. E são aqui classificados como *desocupados* os indivíduos que, na semana de referência, não trabalharam, mas procuraram trabalho. Também foram considerados os indivíduos que exerceram trabalho não remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas, mas procuraram trabalho na mesma semana, e os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho.

3. Um panorama a respeito das grandezas e indicadores pertinentes ao mercado de trabalho em 2007 e 2008 é fornecido na figura 1A (fluxograma) ao fim deste texto, em que também se encontra disponível a evolução de 2001 a 2008 (figura 2A).

13,9% (cerca de 19 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 16,1% (12,9 milhões). Em 2008, a taxa de participação – razão entre PEA e PIA – se manteve constante em relação a 2007. Esta manutenção é comum a ambos os sexos, como pode ser constatado no gráfico 1.

GRÁFICO 1
Taxa de participação por gênero – 2007-2008
(Em %)

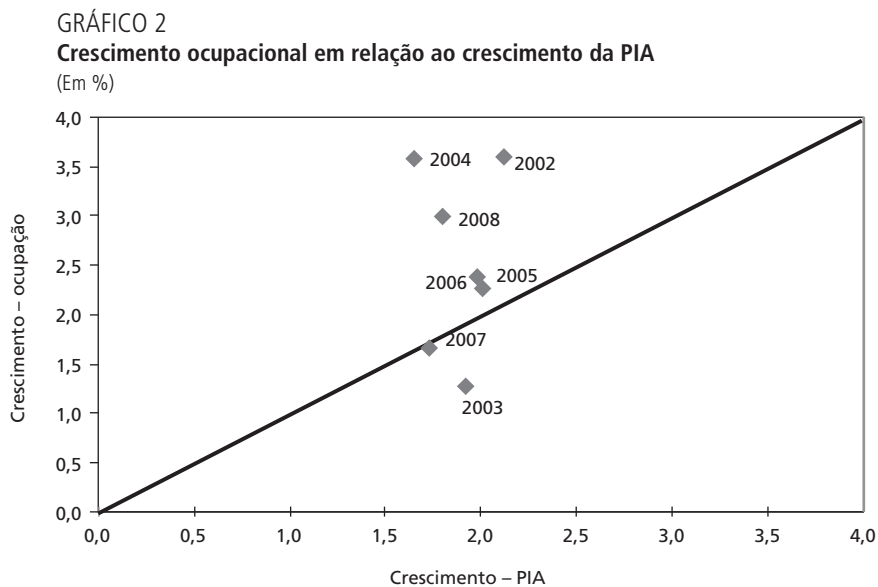


Fonte: PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

O crescimento da população ocupada em 2008 merece destaque por ter atingido a marca de 86 milhões de trabalhadores, frente aos 83,6 milhões de 2007, o que representa um crescimento de 3%,⁴ superior ao da média do período em análise. Isto pode ser observado no gráfico 2, que apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa.⁵ Frise-se que, em 2008, a expansão dos postos de trabalho foi bem superior ao crescimento da PIA, fenômeno que também ocorreu em outros anos (2002, 2004 e 2005). No período como um todo, a variação da ocupação total foi de 19,0%, correspondente a uma taxa média de 2,5% ao ano (a.a.).

4. Vale destacar que esse crescimento chega a 3,8% quando não são consideradas as atividades não remuneradas.

5. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas devem-se ao caráter amostral da pesquisa.



Fonte: PNADs/IBGE.
 Elaboração dos autores.

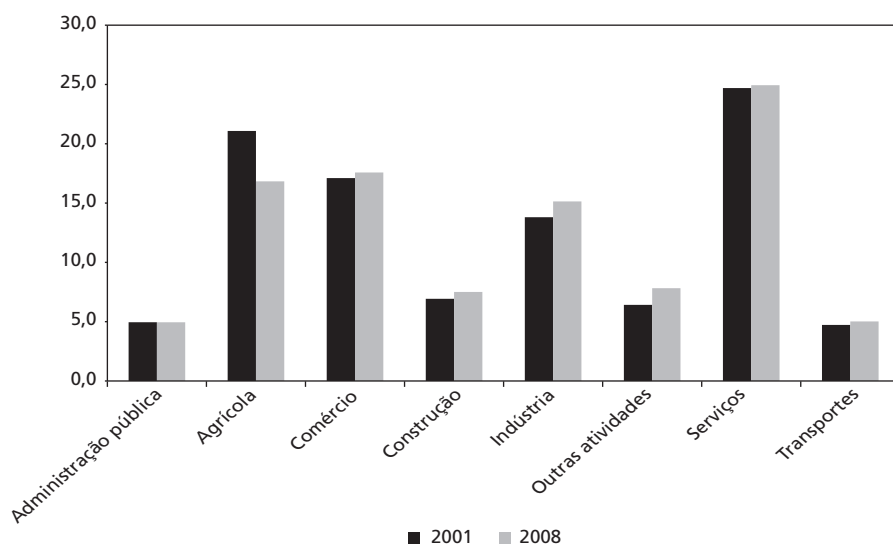
Em relação à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2008 e 2001 aponta que praticamente todos os setores de atividade considerados elevaram seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-12,7%). Entre os demais setores com crescimento no período em estudo, a administração pública registrou taxa de crescimento semelhante à do total de ocupados (20%), enquanto serviços, indústria, construção e outras atividades cresceram a taxas superiores à média.⁶ A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e 2008 pode ser examinada no gráfico 3, que evidencia o declínio no nível do emprego agrícola.

6. A variação para os setores citados se deu da seguinte forma: serviços, 22,8%; indústria, 23,9%; construção, 30,5%; e outras atividades, 39,8%.

GRÁFICO 3

Participação da população ocupada por setor de atividade – 2001-2008

(Em %)



Fonte: PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

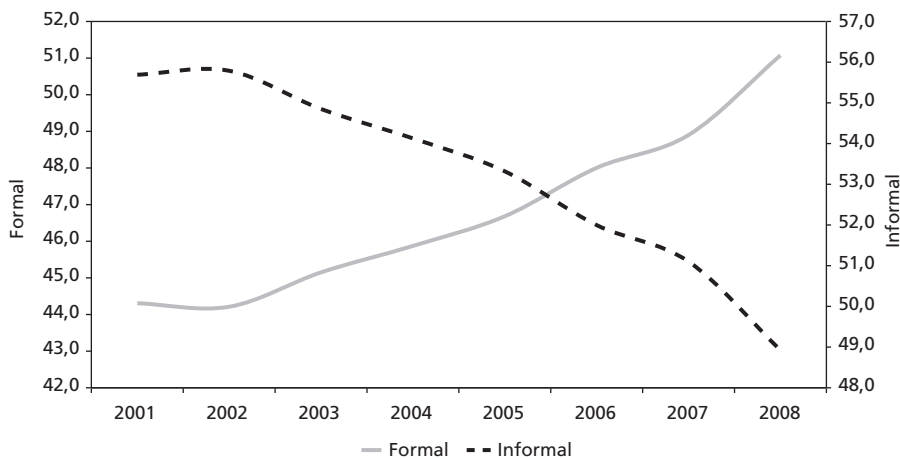
Ao examinar a evolução da ocupação entre 2007 e 2008, chama atenção o fato de a variação absoluta nos postos de trabalho considerados protegidos⁷ ter sido similar à variação do total de ocupados (2,3 milhões e 2,5 milhões, respectivamente). Uma consequência disto foi a queda no grau de informalidade,⁸ que em 2008 ficou em 48,9%, o menor nível da década. Conforme pode ser verificado no gráfico 4, o nível de informalidade vem declinando desde 2001. Em contrapartida, a população ocupada formal⁹ aumentou sua participação no total de ocupados em 6,8 pontos percentuais (p.p.) no mesmo período.

7. São considerados protegidos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada – inclusive os trabalhadores domésticos – e os militares e estatutários.

8. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados – (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados) / (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos).

9. Cabe destacar que a população ocupada formal é composta também pelos empregadores, além dos trabalhadores protegidos.

GRÁFICO 4
Empregos formais e ocupações informais
(Em %)



Fonte: PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

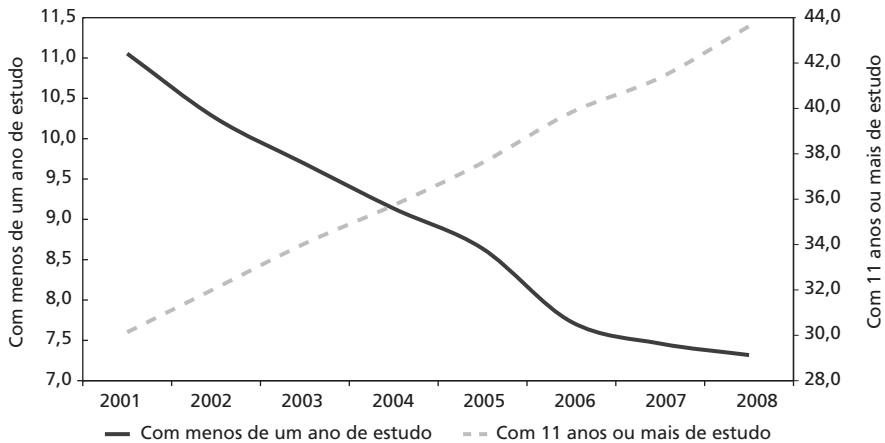
No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve um viés favorável à absorção de mão de obra qualificada nos últimos anos.¹⁰ Por um lado, o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais se ampliou no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 70%, na comparação entre os valores de 2001 e 2008. Por outro, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados: a queda para aqueles sem nenhum ano completo de estudo foi superior a 20%. O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total. Também vale observar que entre 2007 e 2008 houve uma inflexão na trajetória dos menos escolarizados, que podem ter sido atraídos pelas boas condições oferecidas pelo mercado de trabalho.

10. Não é possível afirmar, sem a realização de uma análise mais pormenorizada, se isso é um reflexo de alterações na estrutura da demanda ou da oferta.

GRÁFICO 5

Pessoas ocupadas por anos de estudos

(Em %)

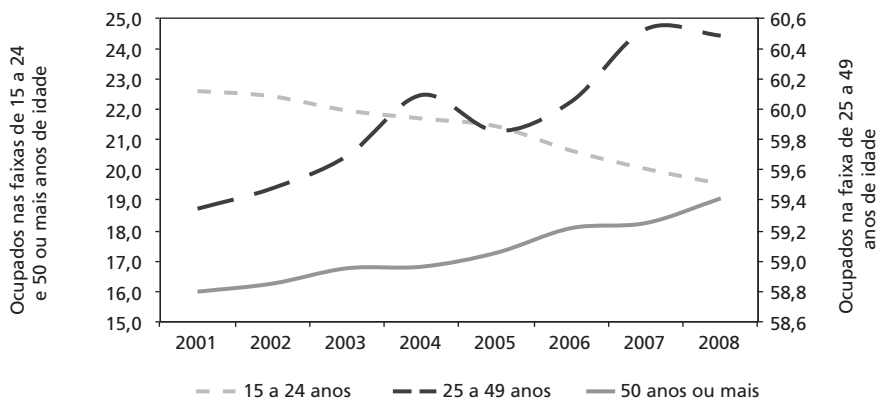


Fonte: PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

Na análise por faixa etária, nota-se, pelo gráfico 6a, que o grupo mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, experimentou no decorrer da década um decréscimo de 3 p.p. na sua participação entre os ocupados. Enquanto isso, as participações das faixas de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais apresentaram incrementos de, respectivamente, 1 p.p. e 3 p.p. A participação da faixa de 10 a 14 anos no total de ocupados é analisada à parte, no gráfico 6b. Além de constatar que a participação deste grupo vem caindo ao longo da década – com exceção de 2005 –, pode-se verificar que há uma aceleração da queda no último ano do período dos anos 2000.¹¹

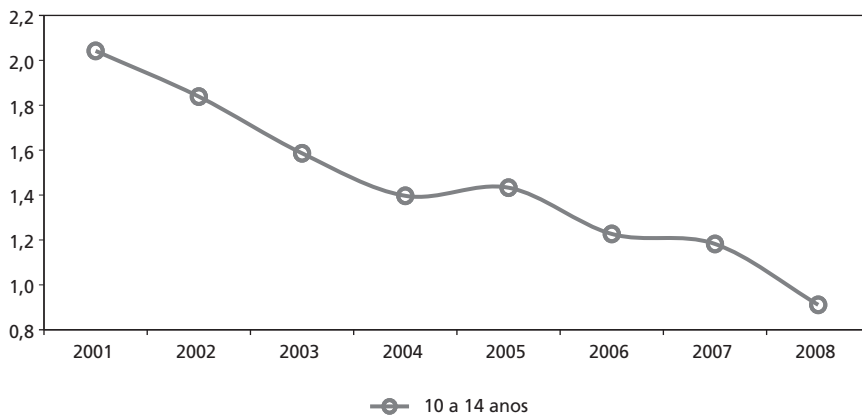
11. Uma análise mais detalhada sobre o trabalho infantil está disponível em Barros e Mendonça (2009).

GRÁFICO 6A
Pessoas ocupadas por faixa etária
 (Em %)



Fonte: PNADs/IBGE.
 Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6B
Pessoas ocupadas por faixa etária
 (Em %)



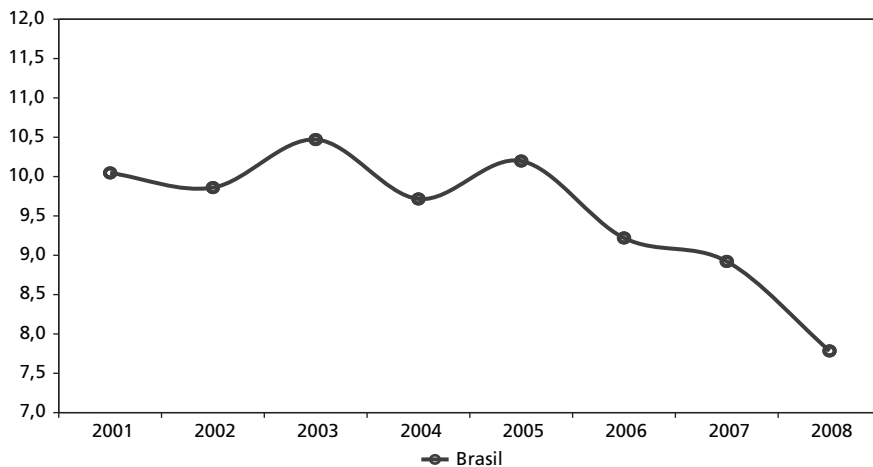
Fonte: PNADs/IBGE.
 Elaboração dos autores.

A taxa de desemprego ou taxa de desocupação,¹² por sua vez, atingiu em 2008 o menor valor da década: 7,8%. O gráfico 7 indica que a queda registrada para o último ano foi a maior entre 2001 e 2008. Pode-se afirmar, assim, que o determinante mais importante de tal redução foi um aumento na

12. Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.

demanda por trabalho, tendo em vista a forte alta da ocupação com uma taxa de participação estável.

GRÁFICO 7
Taxa de desocupação
(Em %)

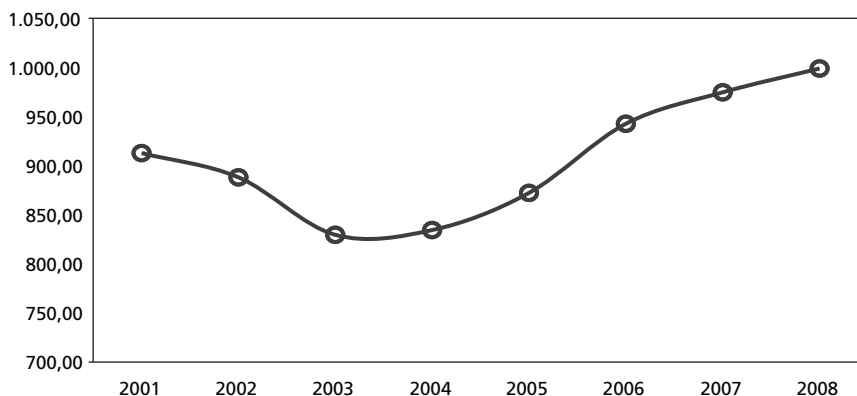


Fonte: PNADs/IBGE.
Elaboração dos autores.

O rendimento¹³ real médio de todos os trabalhos em 2008 (R\$ 998,90) correspondeu ao maior valor desde 2001, corroborando a hipótese de aumento na demanda por trabalho. O gráfico 8 mostra que, nos últimos anos, os rendimentos reais vêm exibindo uma trajetória de recuperação, após diminuições expressivas no início da década.

13. O cálculo do rendimento médio leva em consideração a população ocupada remunerada e não remunerada.

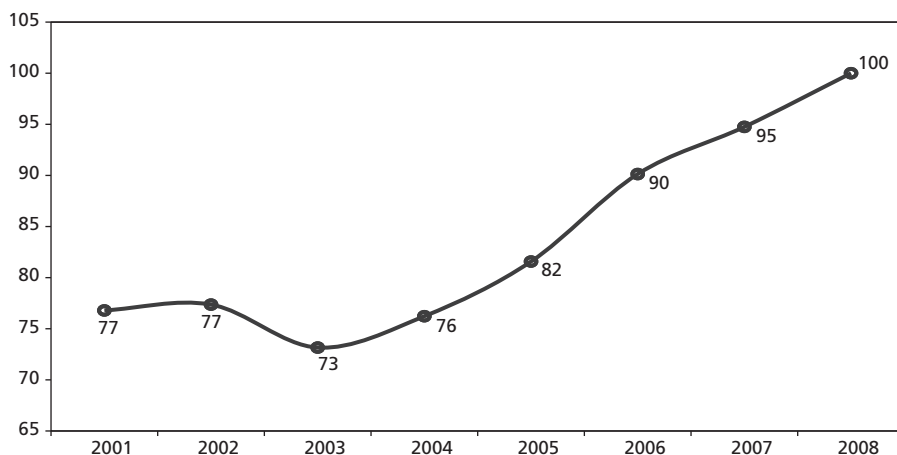
GRÁFICO 8
Rendimento médio de todos os trabalhos
 (Em R\$ de setembro de 2008)



Fonte: PNADs/IBGE.
 Elaboração dos autores.

A combinação da trajetória de evolução do nível de ocupação nos anos recentes, combinada com a recuperação dos rendimentos médios reais, teve como resultado uma expansão apreciável da massa de rendimentos, notadamente a partir de 2004, conforme retratado no gráfico 9: entre 2003 e 2008 o crescimento desse agregado foi de 37%, o que equivale a uma taxa média de 6,5% a.a.

GRÁFICO 9
Massa de rendimentos
 (Base: 2008 = 100)



Fonte: PNADs/IBGE.
 Elaboração dos autores.

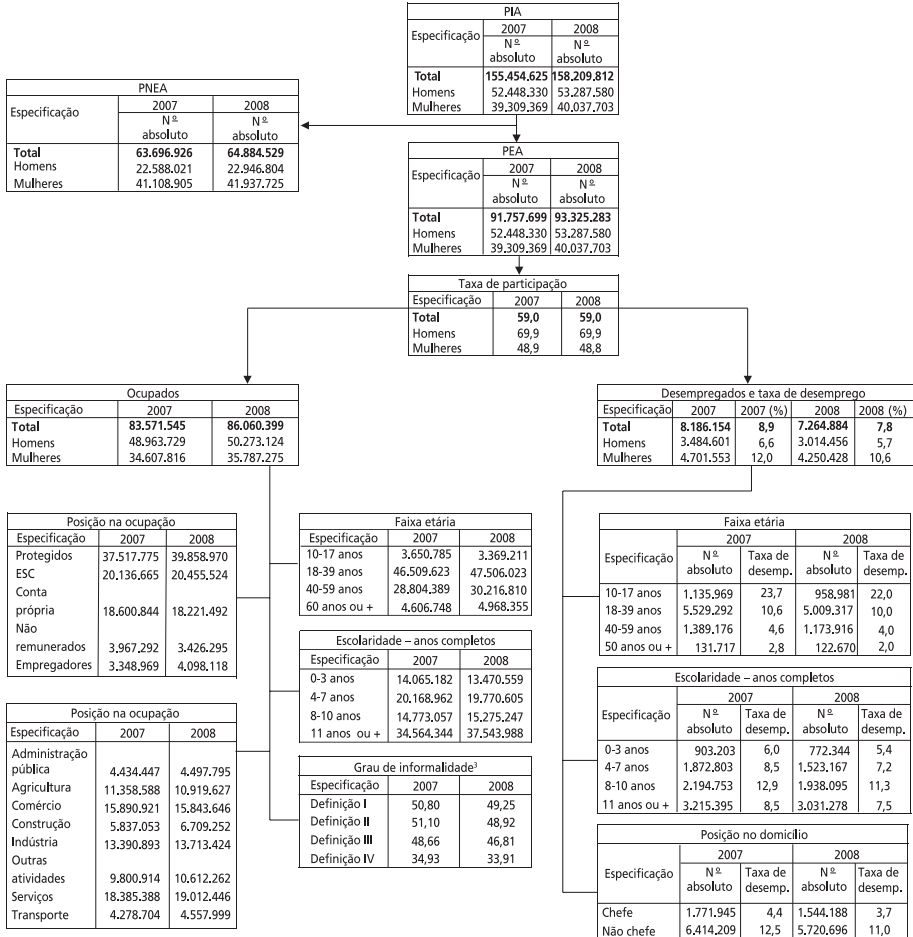
O conjunto de informações apresentadas deixa claro que o comportamento do mercado em 2008 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004. Tal desempenho fez a economia alcançar seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade, maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores.

Os resultados disponíveis para o desempenho do mercado de trabalho metropolitano em 2009 mostram que os efeitos negativos da crise mundial, em que pese presentes, ficaram bem além do que chegou a ser temido. À luz dos resultados da análise aqui realizada, parece lícito conjecturar que em boa medida isso se deveu a esse bom desempenho do mercado em 2008.

REFERÊNCIA

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n. 41, nov. 2009.

ANEXO

FIGURA 1A
Fluxograma – PNAD 2007-2008^{1,2}

Fonte: PNADs 2007-2008.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Dados harmonizados – excluindo a área rural da região Norte.² Banco de dados PNAD (MTRAB).³ Definição I = (trabalhadores sem carteira + conta própria)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta própria).

Definição II = (trabalhadores sem carteira + conta própria + não remunerados)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta própria + não remunerados + empregadores).

Definição III = (trabalhadores sem carteira + conta própria)/(trabalhadores sem carteira + conta própria + trabalhadores protegidos + empregadores).

Definição IV = (trabalhadores sem carteira)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira).

Panorama Geral 2001-2008 (Série Harmonizada)^{1,2}

FIGURA 2A

	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	Crescimento médio 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2007 (%)	Crescimento 2007-2008 (%)
PIA	138.962	141.831	144.586	146.931	149.840	152.811	155.455	158.210	1,9	13,9	11,9	1,8
PEA	80.401	83.080	84.684	86.986	89.530	90.550	91.758	93.325	2,2	16,1	14,1	1,7
PNEA	58.561	58.751	59.902	59.945	60.310	62.262	63.697	64.885	1,5	10,8	8,8	1,9
Taxa de participação	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,0	59,0	0,2	1,1	2,0	0,0
Taxa de desemprego	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	-0,3	-2,3	-11,2	-1,1
Ocupação total	72.323	74.888	75.817	78.534	80.400	82.201	83.572	86.060	2,5	19,0	15,6	3,0
Emprego e trabalhador domésticos	47.237	48.937	49.685	52.520	53.954	55.874	57.654	60.314	3,6	27,7	22,1	4,6
Com carteira de trabalho assinada	23.919	24.710	25.581	27.083	28.473	29.728	31.423	33.497	4,9	40,0	31,4	6,6
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	3,8	29,6	24,2	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	18.410	19.182	18.812	19.916	20.032	20.319	20.137	20.456	1,5	11,1	9,4	1,6
Emprego	41.294	42.826	43.534	46.119	47.375	49.205	51.036	53.738	3,8	30,1	23,6	5,3
Com carteira de trabalho assinada	22.370	23.136	23.920	25.428	26.746	27.915	29.619	31.727	5,1	41,8	32,4	7,1
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	3,8	29,6	24,2	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	14.015	14.645	14.321	15.168	15.180	15.463	15.323	15.649	1,6	11,7	9,3	2,1
Trabalhador doméstico	5.943	6.111	6.151	6.402	6.579	6.670	6.619	6.576	1,5	10,7	11,4	-0,6
Com carteira de trabalho assinada	1.548	1.574	1.661	1.654	1.727	1.813	1.805	1.769	1,9	14,3	16,6	-2,0
Sem carteira de trabalho assinada	4.394	4.537	4.491	4.747	4.851	4.856	4.814	4.807	1,3	9,4	9,5	-0,2
Conta própria	16.995	17.595	17.927	18.008	18.311	18.346	18.601	18.221	1,0	7,2	9,4	-2,0
Empregador	3.213	3.351	3.357	3.421	3.611	3.903	3.349	4.098	3,5	27,6	4,2	22,4
Não remunerado	4.866	4.997	4.845	4.584	4.524	4.075	3.967	3.426	-4,9	-29,6	-18,5	-13,6
Rendimento³	912,78	888,08	829,54	834,41	872,25	942,63	974,64	998,90	1,3	9,4	6,8	2,5

(Continua)

(Continuação)	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	Crescimento médio 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2007 (%)	Crescimento 2007-2008 (%)
População ocupada por grupo de idade												
10 a 14 anos	1.477	1.377	1.202	1.097	1.151	1.009	988	784	-8,6	-46,9	-33,1	-20,6
15 a 17 anos	3.001	3.044	2.910	2.913	2.845	2.710	2.663	2.585	-2,1	-13,9	-11,3	-2,9
18 e 19 anos	3.444	3.366	3.236	3.406	3.395	3.404	3.407	3.345	-0,4	-2,9	-1,1	-1,8
20 a 24 anos	9.913	10.381	10.498	10.717	10.986	10.849	10.675	10.887	1,3	9,8	7,7	2,0
25 a 29 anos	9.571	9.882	10.158	10.566	11.047	11.296	11.489	11.912	3,2	24,5	20,0	3,7
30 a 39 anos	18.768	19.275	19.352	19.970	20.149	20.552	20.938	21.362	1,9	13,8	11,6	2,0
40 a 49 anos	14.576	15.379	15.738	16.657	16.906	17.514	18.157	18.779	3,7	28,8	24,6	3,4
50 a 59 anos	7.784	8.242	8.627	9.134	9.713	10.416	10.647	11.438	5,7	46,9	36,8	7,4
60 anos ou mais	3.781	3.932	4.080	4.071	4.168	4.451	4.607	4.968	4,0	31,4	21,8	7,8
População ocupada por escolaridade												
Sem instrução e menos de 1 ano	7.993	7.676	7.345	7.173	6.944	6.353	6.235	6.297	-3,3	-21,2	-22,0	1,0
1 a 3 anos	9.575	9.400	8.815	8.587	8.543	8.050	7.831	7.173	-4,0	-25,1	-18,2	-8,4
4 a 7 anos	21.030	21.478	21.033	21.106	21.041	21.003	20.169	19.771	-0,9	-6,0	-4,1	-2,0
8 a 10 anos	11.919	12.297	12.805	13.600	13.632	14.051	14.773	15.275	3,6	28,2	23,9	3,4
11 anos ou mais	21.791	24.024	25.810	28.064	30.236	32.737	34.564	37.544	8,1	72,3	58,6	8,6
População ocupada por setor de atividade												
Agricultura	12.515	12.762	12.823	12.852	12.652	11.993	11.359	10.920	-1,9	-12,7	-9,2	-3,9
Indústria	11.069	11.165	11.427	12.171	12.529	12.771	13.391	13.713	3,1	23,9	21,0	2,4
Construção	5.141	5.461	5.095	5.184	5.439	5.603	5.837	6.709	3,9	30,5	13,5	14,9
Comércio	12.995	13.416	14.022	14.361	15.175	15.354	15.891	15.844	2,9	21,9	22,3	-0,3
Alojamento e alimentação	2.876	2.874	2.840	2.944	3.093	3.273	3.248	3.506	2,9	21,9	12,9	7,9
Transporte, armazenagem e comunicação	3.561	3.685	3.710	3.845	3.907	3.996	4.279	4.558	3,6	28,0	20,1	6,5

(Continua)

(Continuação)

	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	Crescimento médio 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2008 (%)	Crescimento 2001-2007 (%)	Crescimento 2007-2008 (%)
Administração pública	3.748	3.872	3.990	4.168	4.229	4.397	4.434	4.498	2,6	20,0	18,3	1,4
Educação, saúde e serviços sociais	6.695	7.020	7.135	7.296	7.530	7.845	8.185	8.437	3,4	26,0	22,3	3,1
Serviços domésticos	5.946	6.113	6.152	6.403	6.579	6.671	6.619	6.576	1,4	10,6	11,3	-0,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.846	3.093	2.938	3.422	3.209	3.695	3.582	3.999	5,0	40,5	25,9	11,7
Outras atividades	7.594	8.101	8.328	8.613	8.961	9.676	9.801	10.612	4,9	39,8	29,1	8,3
Atividades maldefinidas ou não declaradas	213	201	197	220	189	199	195	194	-1,3	-8,8	-8,5	-0,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD de 2001 a 2008

Notas: ¹ Excluindo a área rural da região Norte.² Dados harmonizados gerados pelo MTRAB.³ Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupada (R\$ de setembro de 2008).

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CULTURAL: 2002-2008

Frederico A. Barbosa da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva avaliar o comportamento do mercado de trabalho cultural entre 2002 e 2008 com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As PNADs permitem elaborar um retrato do mercado de trabalho no âmbito da cultura em nível nacional, por sua representatividade para todas as regiões brasileiras. A PNAD é uma pesquisa domiciliar de amostragem probabilística coletada em todas as unidades da Federação (UFs) e de periodicidade anual – com exceção dos anos do Censo Demográfico. A pesquisa traz ainda informações demográficas e educacionais, a respeito do trabalho e do rendimento, entre outras. Dessa maneira, pela sua cobertura nacional e estabilidade metodológica, a PNAD permite investigar aspectos do mercado de trabalho cultural durante a década.

O estudo do mercado de trabalho contém peculiaridades. Em primeiro lugar, há a dificuldade de tratar o trabalho como uma mercadoria como outra qualquer, sobretudo por sua natureza, que não permite uma redução simples às lógicas da oferta e da demanda; afinal, trata-se de trabalho humano. Por outro lado, paradoxalmente, o mercado de trabalho é estudado e analisado como um espaço em que os indivíduos transacionam sua capacidade laboral a preços determinados. Por fim, falar e descrever o mercado de trabalho da cultura adiciona mais uma dificuldade, que é a de reconhecer que as obras e as atividades culturais têm uma dimensão profissional que é parcialmente redutível aos seus elementos econômicos, aspecto que é objeto de negação ideológica em parte do campo artístico.

Não se pode perder de vista, no entanto, que a apreensão da dinâmica do mercado de trabalho cultural revela aspectos importantes dos dinamismos das atividades culturais, isto é, sua distribuição, sua participação de processos de desenvolvimento e geração de renda, a inclusão feminina e de negros etc., definindo assim a estrutura e o funcionamento deste mercado.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Antes, porém, de iniciar-se a análise do dinamismo do mercado cultural, é necessário esclarecer sua constituição. O dimensionamento do mercado de trabalho das profissões culturais e do setor cultural não é tarefa trivial, dadas as dificuldades de sua definição e caracterização estatísticas. Na verdade, conceitua-se o mercado de trabalho cultural de duas formas: na primeira delas, trata-se de profissões estritamente culturais; e na segunda, trata-se do setor cultural, considerado em conjunto com as atividades que lhe servem de suporte.

Os dois conceitos, profissão e setorial, e suas categorias componentes estão descritos no box 1. O comportamento da proteção ao trabalho ou da relação entre formalidade e informalidade no setor cultural terá na descrição desses dois conceitos importantes desdobramentos. Na construção dos dois universos conceituais, manteve-se o cuidado com a comparabilidade com estudos de outros países e as classificações utilizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

BOX 1

Composição das profissões e do setor cultural

Composição dos ocupados culturais

1. Arquitetos
2. Publicidade
 - 2.1 Profissionais de *marketing*, publicidade e comercialização
3. Documentação, conservação e patrimônio
 - 3.1 Arquivologistas e museólogos
 - 3.2 Técnicos em biblioteconomia
 - 3.3 Técnicos em museologia
 - 3.4 Escriturários de serviços de biblioteca e documentação
 - 3.5 Encardenedores e recuperadores de livros – pequenos lotes ou a unidade
4. Profissões literárias
 - 4.1 Filólogos, tradutores e intérpretes
 - 4.2 Escritores e redatores
 - 4.3 Profissionais do jornalismo
 - 4.4 Especialistas em editoração
5. Profissões das artes e dos espetáculos
 - 5.1 Produtores de espetáculos
 - 5.2 Coreógrafos e bailarinos
 - 5.3 Atores, diretores de espetáculos e afins
 - 5.4 Compositores, músicos e cantores
 - 5.5 Bailarinos de danças populares
 - 5.6 Músicos e cantores populares
 - 5.7 Palhaços, acrobatas e afins
 - 5.8 Apresentadores de espetáculos
 - 5.9 Cinegrafistas

(Continua)

(Continuação)

- 5.10 Técnicos em operação de aparelhos de projeção
- 6. Fotógrafos
- 7. Profissionais das artes plásticas e *designer*
 - 7.1 Desenhistas industriais (*designer*), escultores, pintores e afins
 - 7.2 Decoradores de interiores e cenógrafos
 - 7.3 Desenhistas técnicos e modelistas
 - 7.4 Técnicos em artes gráficas
- 8. Arte popular e artesanato
 - 8.1 Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semipreciosos
 - 8.2 Ceramistas – preparação e fabricação
 - 8.3 Vidreiros e ceramistas – acabamento e decoração
 - 8.4 Trabalhadores artesanais da tecelagem
 - 8.5 Trabalhadores artesanais da confecção de roupas
 - 8.6 Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles
- Composição do setor cultural*
 - 1. Edição e livraria
 - 1.1 Edição, impressão e reprodução de gravações
 - 1.2 Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria
 - 2. Comunicações
 - 2.1 Telecomunicações
 - 2.2 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação
 - 2.3 Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos
 - 3. Sistemas restritos de informação
 - 3.1 Atividades de informática
 - 3.2 Manutenção e reparação de máquinas de escritório e informática
 - 4. Arquitetura
 - 4.1 Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado
 - 5. Publicidade
 - 6. Rádio e televisão
 - 6.1 Atividades de rádio
 - 6.2 Atividades de televisão
 - 6.3 Atividades de agências de notícias
 - 7. Outras atividades artísticas e de espetáculos
 - 7.1 Outras atividades artísticas e de espetáculos
 - 7.2 Produções de filmes cinematográficos e fitas de vídeos
 - 7.3 Distribuição e projeção de filmes e de vídeos
 - 8. Conservação do patrimônio
 - 8.1 Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
 - 9. Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer

O dimensionamento dos mercados de trabalho cultural tem demonstrado o peso significativo da cultura na geração de empregos e na renda de parte importante da população brasileira. Este capítulo demonstrará essa magnitude, a composição espacial e algumas das características principais do mercado de trabalho cultural.

2 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO CULTURAL

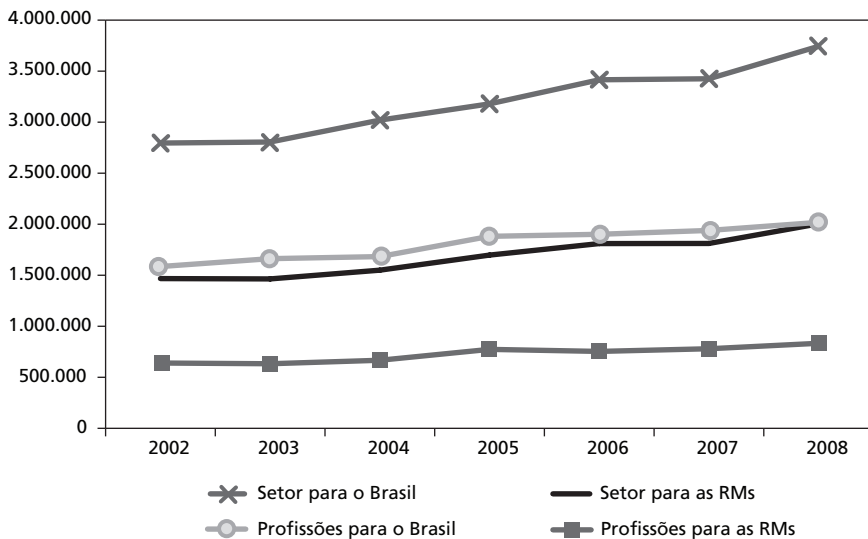
No Brasil, em 2008, a população em idade ativa (PIA) era de 189,9 milhões de pessoas. A população economicamente ativa (PEA) era de 52% da PIA, ou aproximadamente 99,5 milhões de pessoas. Na PEA, 93% estavam ocupados e, destes, 52% eram informais em 2008.

Entre as várias mudanças no mercado de trabalho nos anos 1990, foram a informalização ou a desproteção legal do trabalho e o aumento nos níveis de desemprego fenômenos caracterizadores. Na década seguinte, o desemprego passou por arrefecimento e o mercado de trabalho, por gradual formalização.

As atividades culturais têm contribuído de forma positiva no comportamento do mercado de trabalho brasileiro, como se pode ver no gráfico 1. Neste, estão desagregados o setor e as profissões para o Brasil como um todo e para as regiões metropolitanas (RMs). Em qualquer caso, a tendência é de crescimento no período considerado.

GRÁFICO 1

Comportamento dos empregos culturais – profissões e setor – 2002-2008



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

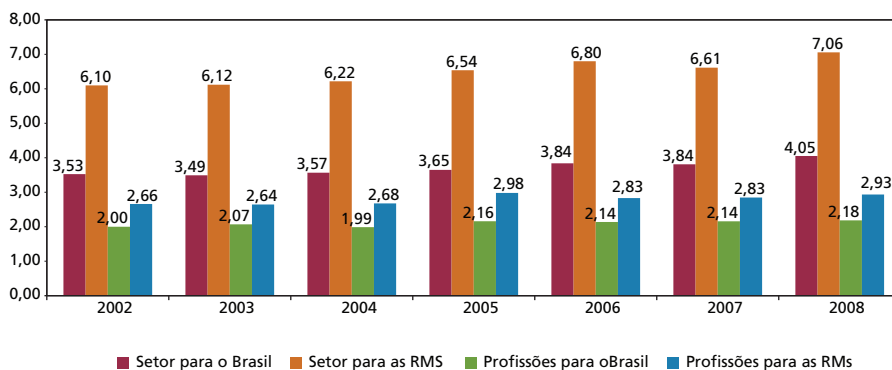
O gráfico 2 adiciona informações sobre a participação da cultura e sua evolução entre 2002 e 2008, apontando maior participação da cultura em qualquer um dos seus conceitos. Observe-se, entretanto, a importância do setor cultural especialmente nas RMs: este era de cerca de 6% em 2002 e avançou durante a

década de 2000 até atingir em 2008 o patamar de 7,6%. Pelo mesmo conceito de setor, o mercado de trabalho da cultura tinha participação de 3,5% em 2002 e passa a atingir 4% em 2008.

Esses dados apresentam por si de forma objetiva e clara a importância econômica e social da cultura no período.

GRÁFICO 2

Participação dos empregos culturais – profissões e setor – no mercado de trabalho brasileiro e de suas RMs – 2002-2008



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

2.1 Profissões culturais

O primeiro ponto que merece destaque é a expansão do número de pessoas que exercem profissões culturais entre 2002 e 2008. Nesse conceito, a expansão foi de 1,5 milhão em 2002 para 2 milhões de ocupações culturais em 2008, o que significa uma variação líquida de 432,8 mil ocupações.

Medido nesse critério, o mercado de trabalho cultural foi mais dinâmico que o geral, chegando a 2008 com uma variação positiva de 27% em contraste com 17% do conjunto. A participação das ocupações culturais também aumentou de 2% em 2002 para 2,18% em 2008. A contribuição da cultura para a variação do mercado de trabalho no período foi de 3,3%.

A região Sudeste ainda é a mais dinâmica e concentradora de atividades culturais medidas, sendo que nesta estavam 49,9% das profissões culturais do Brasil em 2008. Em 2002, essa concentração era de 50,3%. A região também é responsável por 48,3% da variação do período, ou seja, 209 mil ocupações. Interessante notar que a participação das profissões da cultura na criação de empregos nas grandes regiões representou o mínimo de 0,96% na região Norte e o máximo de 4,7% na região Nordeste.

As RMs encontram na cultura um forte apoio na geração de empregos. A participação da cultura nos empregos totais metropolitanos era de 2,6% em 2002 e alcançou em 2008 mais de 2,9%. As RMs aumentaram sua participação nas profissões culturais em 2,3 pontos percentuais (p.p.), mas sua contribuição na criação de ocupações/profissões culturais foi de 44,6%, ou seja, 193,4 mil ocupações. A participação da cultura na variação da geração de ocupações foi de 4,4%. Note-se que a variação no período foi maior que a variação dos empregos em geral, com exceção para a região Sul que variou 16,13%.

As RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam juntas 23,3% das profissões culturais no Brasil em 2002, participação que caiu para 22,8% em 2008. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ainda tem grande presença e dinamismo em termos de geração absoluta de ocupações e da sua participação entre as outras RMs (34,7%), mas sua participação caiu em 7,2% no período. Outras RMs que reduzem a participação são Belém, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre.

Chame-se atenção para o crescimento da RM de Salvador, que mostrou dinamismo e cresceu 37% – da participação de 4,2% foi para 5,8% –, o que representa um adicional de 21,7 mil pessoas; também Belo Horizonte aumenta a participação nas RMs em 16% p.p. (de 8,7% para 10,9%), o que representa 29 mil pessoas.

TABELA 1
Panorama geral do mercado de trabalho cultural – profissões culturais – 2002-2008

Brasil/regiões/gênero/etnia	2002		2008		Participação	Variação líquida	Variação (%)	Variação da cultural/ variação total (%)	Participação na variação total da cultura
	Profissões	Participação	Profissões	Participação					
Brasil	1.585.398	2,00	2.018.237	2,18	432.839	27,30	3,30	100	
Norte	67.985	1,63	93.973	1,37	23.988	38,23	0,96	6,00	
Nordeste	370.878	1,70	497.691	2,03	126.813	34,19	4,72	29,30	
Sudeste	797.544	2,35	1.006.820	2,56	209.276	26,24	3,87	48,35	
Sul	248.560	1,85	288.650	1,97	40.090	16,13	3,32	9,26	
Centro-Oeste	100.431	1,73	131.103	1,90	30.672	30,54	2,78	7,09	
Região metropolitana	639.824	2,66	833.275	2,93	193.451	30,24	4,46	44,69	
Belém	17.790	2,36	19.673	2,04	1.883	10,58	0,89	0,44	
Fortaleza	37.122	2,89	42.723	2,62	5.601	15,09	1,63	1,29	
Recife	26.089	1,90	37.733	2,46	11.644	44,63	7,19	2,69	
Salvador	27.407	1,96	49.192	2,75	21.785	79,49	5,63	5,03	
Belo Horizonte	55.863	2,64	84.922	3,27	29.059	52,02	6,11	6,71	
Rio de Janeiro	131.085	2,85	172.464	3,29	41.379	31,57	6,58	9,56	
São Paulo	239.275	2,88	289.221	2,98	49.946	20,87	3,56	11,54	
Curitiba	33.280	2,36	40.032	2,36	6.752	20,29	2,33	1,56	
Porto Alegre	52.150	2,84	61.333	3,03	9.183	17,61	4,96	2,12	
Distrito Federal	19.763	2,07	35.982	2,98	16.219	82,07	6,40	3,75	
Sexo									
Masculino	735.309	1,58	883.028	1,66	147.719	20,09	2,23	34,13	
Feminino	850.089	2,60	1.135.209	2,90	285.120	33,54	4,40	65,87	
Raça ou cor									
Branca	1.028.493	2,40	1.186.201	2,61	157.708	15,33	6,13	36,44	
Negra	543.539	1,52	808.114	1,75	264.575	48,68	2,59	61,13	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

No que se refere à participação por gênero no mercado de trabalho, deve-se constatar que as mulheres constituem o maior contingente das profissões culturais e ampliaram essa participação entre 2002 e 2008. Eram 53% em 2002 e passam a 56% em 2008. As mulheres ocuparam 65% dos postos de trabalho criados, o que implica dizer que ocorre uma feminização das profissões culturais. Sua participação era de 2,6% e passou a 2,9% das profissões culturais.

Quanto à participação dos negros, deve-se dizer que esta aumentou nas profissões culturais. Era de 34% em 2002 e passou a 40% em 2008. Esse movimento é auspicioso e provavelmente decorre das campanhas contra a discriminação racial nos últimos anos e das políticas de cotas para a valorização dos grupos raciais. No entanto, não há nenhuma política específica e contundente contra a discriminação racial e de valorização no campo do mercado de trabalho cultural.

2.2 Setor cultural

No que se refere ao segundo critério, o de setor, no qual se encontram os trabalhos especificamente culturais e outros que lhe servem de apoio no dinamismo próprio à cultura, também se apresentaram surpresas no período.

O setor cultural obteve variação positiva de quase 1 milhão de empregos – mais exatamente 948 mil –, o que significa um avanço na participação de 3,5% para 4%. A participação na geração de ocupações foi de 7,2%, sendo bastante importante no Sul, com participação na variação de 9,5%, e no Sudeste, com 9,2%. O aumento de ocupações por esse conceito foi de 33,9%. Em algumas das regiões, essa variação foi superior a 40% (tabela 2). A região Sudeste foi responsável por 52,9% da variação absoluta de ocupações.

Destaque-se também o dinamismo do mercado de trabalho nas RMs, em que o setor representava 6% das ocupações em 2002 (1,4 mil ocupações) e chegou em 2008 a uma participação de 7% (próxima de 2 milhões de ocupações). O número de ocupações geradas no período foi de 536 mil. O setor cresceu em 36,59% nas RMs durante o período.

A participação do setor na geração de empregos no período foi de 12,3%. Seu poder de geração de postos é importante para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), na qual a cultura é responsável por 21,3% da variação, com as RMs de Recife e de Belo Horizonte, com participação na variação do período próxima a 14%, e a RMSP com 13,56%. As RMs em conjunto responderam por 56,6% e a de São Paulo por 20% da variação positiva das ocupações culturais.

Em 2008, o setor representou 8,4% do mercado de trabalho da RMSP – quando o percentual era de 7,5% em 2002 – e 7,7% na RMRJ – 5,9% em 2002. Nesta última, representou 21,3% da variação de empregos no período; na RMs do Recife e de Belo Horizonte, essa participação foi próxima a 14%; na RMSP, foi de 11,4%.

TABELA 2
Panorama geral do mercado de trabalho cultural – setor cultural – 2002-2008

Brasil/Regiões/Gênero/Etnia	2002		2008		Participação	Variação Líquida	Variação %	variação cultura / variação total (%)	Participação na variação total da cultura
	Sector cultural	Participação	Sector cultural	Participação					
Brasil	2.795.491	3,53	3.743.521	4,05	948.030	33,91	7,24	100	
Norte	127.120	3,05	180.005	2,62	52.885	41,60	1,96	5,58	
Nordeste	430.949	1,97	633.657	2,58	202.708	47,04	7,55	21,38	
Sudeste	1.633.226	4,81	2.135.268	5,42	502.042	30,74	9,28	52,96	
Sul	425.975	3,16	540.793	3,69	114.818	26,95	9,52	12,11	
Centro-Oeste	178.221	3,07	253.798	3,67	75.577	42,41	6,86	7,97	
Região metropolitana	1.467.254	6,10	2.004.102	7,06	536.848	36,59	12,37	56,63	
Belém	35.265	4,68	43.243	4,48	7.978	22,62	3,77	0,84	
Fortaleza	60.290	4,69	70.752	4,34	10.462	17,35	3,05	1,10	
Recife	65.536	4,77	88.662	5,78	23.126	35,29	14,27	2,44	
Salvador	62.197	4,44	98.646	5,52	36.449	58,60	9,41	3,84	
Belo Horizonte	102.543	4,84	170.260	6,56	67.717	66,04	14,24	7,14	
Rio de Janeiro	271.998	5,90	405.979	7,75	133.981	49,26	21,32	14,13	
São Paulo	626.152	7,53	816.336	8,40	190.184	30,37	13,56	20,06	
Curitiba	85.012	6,03	108.420	6,38	23.408	27,53	8,06	2,47	
Porto Alegre	99.601	5,42	120.844	5,98	21.243	21,33	11,48	2,24	
Distrito Federal	58.660	6,15	80.960	6,71	22.300	38,02	8,79	2,35	
Sexo									
Masculino	1.795.490	3,86	2.364.743	4,45	569.253	31,70	8,59	60,05	
Feminino	1.000.001	3,06	1.378.778	3,52	378.777	37,88	5,85	39,95	
Raça ou cor									
Branca	1.917.407	4,47	2.279.949	5,01	362.542	18,91	14,10	38,24	
Negra	849.307	2,37	1.414.793	3,07	565.486	66,58	5,53	59,65	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Na questão de gênero, ao contrário das profissões culturais em que a participação feminina é maior, constata-se maior presença masculina. A participação do mercado de trabalho cultural masculino no total era de 4,45% em 2008 e a das mulheres, de 3,52%. A variação na participação tem maior presença masculina, de 8,59%, contra 5,85% das mulheres, o que significa maior presença dos homens na geração de ocupações (60%).

A mesma tendência à discriminação se verifica quando a variável estudada é a etnia ou a raça. A participação dos negros no setor cultural era de 2,37% e aumentou para 3,7%, mas a contribuição dos negros na variação do período foi de 5,5%, enquanto a de brancos foi de 14%. No entanto, se tomarmos apenas a contribuição das ocupações exercidas por negros na cultura, verifica-se que foi responsável por 59,6% da geração de empregos. Dessa forma, o setor cultural é mais permeável à participação desses grupos.

3 RENDIMENTO NOS SEGMENTOS CULTURAIS

Com respeito à distribuição dos segmentos que mais contribuem para as ocupações culturais, a comparação entre 2002 e 2008 revela que as ocupações relacionadas às artes populares e ao artesanato corresponderam a 33% destas ocupações, embora tenham declinado para 26% em 2008, em termos relativos. Os profissionais de *artes plásticas e designer* saltaram em termos de participação de 29,6% para 37%. Em seguida, vêm as ocupações relacionadas às artes e aos espetáculos, que mantiveram a participação percentual, mas que tiveram uma variação percentual positiva de 30% no período.

3.1 Profissões culturais

As profissões culturais são compostas por nove segmentos e teve no período aumento de 27,3%, gerando 432,8 mil ocupações. Eram compostas em 2008 por 65% dos profissionais de artes plásticas e *designer*, seguidas por 13,3% dos das profissões das artes e dos espetáculos e 12,4% dos de documentação, conservação e patrimônio.

A tabela 3 apresenta também as rendas médias de cada um desses segmentos, tanto das ocupações estritamente culturais quanto do setor cultural como um todo.

TABELA 3
Composição e rendimento médio do mercado de trabalho cultural por segmentos – profissões culturais – 2002-2008

Categorias	2002		2008		Variação líquida da ocupação	Variação da ocupação	Variação da renda
	Número de pessoas	Renda média	Número de pessoas	Renda média			
Empregos culturais	1.585.398	1.004	2.018.237	1.027	432.839	27,3	2,25
Arquitetos	71.297	3.100	92.714	2.641	21.417	30,0	(14,81)
Publicidade	90.464	2.201	95.661	2.161	5.197	5,7	(1,78)
Documentação, conservação e patrimônio	102.657	820	156.491	877	53.834	52,4	7,01
Profissões literárias	94.746	2.472	99.170	2.377	4.424	4,7	(3,88)
Profissões das artes e espetáculos	191.363	1.376	248.917	1.293	57.554	30,1	(6,08)
Fotógrafo	41.303	1.210	47.633	1.370	6.330	15,3	13,16
Profissionais das artes plásticas e <i>designer</i>	469.037	859	751.709	924	282.672	60,3	7,54
Arte popular e artesanato	524.531	284	525.942	342	1.411	0,3	20,29

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
 Elaboração: Disoc/lpea.

A renda média das ocupações culturais é invariavelmente superior à média das demais ocupações no mercado de trabalho. Todavia, a análise interna da renda dos segmentos culturais mostra uma grande variabilidade. Por exemplo, os arquitetos tinham uma renda média de R\$ 3.100,00, enquanto as ocupações das artes e do artesanato eram de R\$ 284,00.

Em geral, a renda média das ocupações variou negativamente com algumas poucas exceções para o período, como os fotógrafos, os profissionais de artes plásticas e *designer* e também as artes populares, como apresentado na tabela 3. O declínio do rendimento médio segue as tendências apontadas em outros estudos para o mercado de trabalho em geral. Apenas enfatize-se, pela importância do artesanato para as culturas populares tradicionais, o aumento de 20% para o rendimento médio desse segmento, mesmo que ele seja ainda o menor das profissões culturais.

3.2 Setor cultural

O setor cultural é composto por nove segmentos construídos, como já se viu, de forma a serem comparáveis com estudos de outros países. Ele é composto em termos quantitativos (2008) pelos segmentos *sistemas restritos de informação*, com participação de 34,6%, comunicações (17,7%), seguido pelos segmentos *outras atividades de espetáculos*, com 9%, *publicidade* (8,7%) e *edição e livraria* (8,6%), entre os principais. Portanto, as atividades ligadas a novas mídias, comunicações e informações despontam como nichos dinâmicos do setor cultural.

Ao examinar a evolução do setor entre 2002 e 2008, chama atenção seu dinamismo e sua capacidade de gerar emprego, sendo que a variação do período foi de 33,9%. Sua variação foi maior que a variação das ocupações gerais (27,3%). Como já vimos, essa variação correspondeu a um aumento de quase 1 milhão de ocupações.

Os segmentos *sistemas restritos* e *comunicações* foram responsáveis por 52% da variação na ocupação, sendo que o crescimento do primeiro segmento foi de 112%. A tabela 4 apresenta a variação de todos os segmentos.

TABELA 4

Composição e rendimento médio do mercado de trabalho cultural por segmentos – setor cultural – 2002-2008

Categorias	2002		2008		Variação líquida da ocupação	Variação da ocupação	Variação da renda
	Número de pessoas	Renda média	Número de pessoas	Renda média			
Setor cultural	2.795.491	1.521	3.743.521	1.467	948.030	33,9	(3,54)
Edição e livraria	598.250	1.351	679.693	1.154	81.443	13,6	(14,60)
Comunicações	403.119	1.678	570.777	1.219	167.658	41,6	(27,37)
Sistemas restritos de informações	292.096	2.210	620.192	1.759	328.096	112,3	(20,37)
Arquitetura	250.536	2.675	318.549	2.933	68.013	27,1	9,67
Publicidade	222.729	1.562	304.772	1.620	82.043	36,8	3,76
Rádio e televisão	126.224	1.994	167.935	1.484	41.711	33,0	(25,58)
Outras atividades artísticas e de espetáculos	415.583	1.082	501.074	1.228	85.491	20,6	13,52
Conservação do patrimônio	28.489	965	49.123	1.042	20.634	72,4	7,95
Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	458.465	820	531.406	1.115	72.941	15,9	35,96

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/lpea.

Em termos de destaque, pode-se apontar dois segmentos, pois sobre eles pesam as políticas de financiamento, incentivo e promoção por parte do setor público. São eles *conservação do patrimônio*, que teve variação líquida de 20,6 mil ocupações (72,4%), seguida por aumento da renda média de 7,95%, e *artes e espetáculos*, com variação de 85,4 mil ocupações, passando a significar mais de 1/2 milhão de ocupações, em variação de 20,6% e aumento da renda de 13,5%.

Assinale-se outro segmento, o de *edição e livraria*. Este tem participação forte do setor público e se constitui a passos lentos, aparentemente consistentes em parte de uma política nacional e abrangente. O segmento teve no período uma variação líquida de 81,4, chegando ao patamar de 679,6 mil postos de trabalho em 2008.

No que se refere aos rendimentos médios, deve-se ressaltar que são ligeiramente maiores que o das profissões culturais (R\$ 1.467,00) e declinaram 3,54%

no período. Quatro segmentos seguiram essa tendência, enquanto cinco deles tiveram a média aumentada no período. Nesse último caso, destaquem-se as atividades desportivas e de lazer, com aumento de 35,9%.

4 INFORMALIDADE

Um dos traços mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro é a informalidade. O conceito de informalidade é complexo e na prática é definido em função das formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

A informalidade será definida neste estudo como constituída pelo assalariamento de trabalhadores sem carteira e pelo trabalho por conta própria, em razão de que essas formas de inserção não garantem proteções e direitos previstos nem na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nem no Regime Jurídico Único (RJU).

Em geral, mesmo com a presença de controvérsias conceituais, os trabalhadores *sem- carteira e conta própria* estão associados à informalidade e à desproteção. Na tabela 5, são apresentados os quantitativos da informalidade no mercado cultural por profissão e setor e suas variações entre os anos extremos, 2002 e 2008.

A variação da informalidade na cultura foi de 24,1% para as profissões, o que significou 293,2 mil postos, e de 25,4% para o setor, com 368,6 mil ocupações. A contribuição da informalidade na variação do período foi de 67,7% nas profissões e 38,8% no setor cultural.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a informalidade alcançou o patamar de 50%. Alguns estudos mostram otimismo com o recuo da informalidade durante a primeira década dos anos 2000.

A tabela 5 confirma esse prognóstico, com o declínio da informalidade no mercado geral de 51% em 2002 para 45,58% em 2008.

TABELA 5
Informalidade no mercado de trabalho cultural – profissão e setor cultural – 2002-2008

Informalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Profissões culturais	76,66	79,25	75,67	77,89	77,21	74,21	74,75
Setor cultural	51,78	50,58	50,65	48,65	50,19	48,87	48,51
Geral	51,04	50,17	49,99	49,05	48,01	47,09	45,58

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Esse declínio também aconteceu nas profissões e no setor cultural, de forma mais suave e a partir de patamares muito superiores. As profissões culturais saem de uma informalidade que ultrapassa 76% em 2002, atingem 79,2 em 2003 e declinam não sem oscilações e suavemente em até 74,75% em 2008.

As ocupações medidas pelo setor cultural mostram-se mais “estruturadas” ou pelo menos mais homogêneas em relação ao restante do mercado de trabalho: a informalidade era de 51% em 2002 e declina para 48,5% em 2008.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou o mercado de trabalho cultural sob duas óticas diferenciadas. Em ambas, seja nas profissões ou no setor cultural, a cultura apresentou comportamento homólogo ao do mercado de trabalho em geral, isto é, tendência ao crescimento entre 2002 e 2008.

A demonstração da participação da cultura no dinamismo do mercado de trabalho é evidência decisiva da sua importância no âmbito das políticas públicas e de seu potencial na integração socioeconômica.

O trabalho também demonstrou a importância indireta, por meio dos empregos que geram, das novas tecnologias de comunicação nos dinamismos da economia atual, sendo que se destacaram as comunicações e os sistemas restritos, em que se encontram a microinformática e a internet.

Também foi apresentada a similitude do comportamento dos rendimentos na área cultural com a do mercado de trabalho em geral, a tendência foi ou de crescimento bastante pequeno (profissões) ou de diminuição (setor cultural).

Quanto à informalidade na cultura, ficou patente a necessidade de melhor compreensão do fenômeno, já que seus níveis são muito maiores e mostram a fragilidade da situação dos trabalhadores que estão nela envolvidos.

Apenas compará-la com a “questão dos intermitentes” franceses, isto é, dos profissionais que se engajam em situações de trabalho temporário, como é o caso do trabalho artístico, envolvidos que estão, muitas vezes, com atividades de curta duração, é insuficiente. O sistema de proteção especial que lá foi criado para os artistas talvez não se appliqué neste estudo de forma direta, dadas a magnitude e a complexa composição das atividades culturais informais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **The 2009 UNESCO Framework for cultural statistics**: DRAFT. Paris, Dec. 2007.

RAMOS, L.; CAVALERI, R. O mercado de trabalho brasileiro em 2007. *In*: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009. p.151-166.

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Natália Fontoura*
Alinne Bonetti**

1 INTRODUÇÃO

Há várias razões para eleger o tema do trabalho doméstico remunerado em uma análise da situação social brasileira, em geral, e com foco sobre as relações de gênero e a situação social das mulheres, em especial. A primeira delas prende-se ao fato de que essa ocupação agrega o maior contingente de trabalhadoras brasileiras, representando atualmente 15,8% da força de trabalho feminina ocupada, muito embora se perceba uma diminuição ao longo das décadas. Além disso, o universo das trabalhadoras domésticas no país é majoritariamente formado por mulheres negras – 20,1% das negras ocupadas estão nessa categoria. Assim, o trabalho doméstico remunerado no Brasil se constituiu histórica e persistentemente como uma atividade feminina e negra. Revela-se, portanto, um dos nichos contemporâneos de exposição implacável do *legado histórico patriarcalista e escravocrata*, perpetuadores das desigualdades de gênero e de raça no país.¹

Por meio do escrutínio da situação atual da categoria das trabalhadoras domésticas, podemos vislumbrar de forma mais contundente como se traduzem, combinadamente, as convenções sociais de gênero e de raça vigentes no nosso país, na vida cotidiana. Muito embora não tenha sido cunhado para representar explicitamente a figura da trabalhadora doméstica, o “complexo de Tia Anastácia”, expressão criada pelo sociólogo Sales Jr. (2006), inspirada na personagem de Monteiro Lobato, contribui para a reflexão sobre o lugar destinado a essa categoria profissional na sociedade brasileira atual.

* Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenadora de igualdade de gênero da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Foi pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e atualmente é Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

1. Neste estudo, entende-se gênero como uma categoria analítica, relacional, associada ao plano dos valores socioculturais dados às diferenças sexuais e que remetem à produção das convenções de feminilidades e de masculinidades oriundas de determinadas configurações sócio-históricas. Nesse sentido, raça é categoria analítica e relacional que remete à atribuição de valores socioculturais desiguais às diferenças de cor entre os sujeitos sociais, criando um sistema hierárquico que redundava em desigualdades e discriminações. Já o conceito de interseccionalidade busca chamar atenção para a forma como essas diferentes categorias, marcadores sociais da diferença, interagem, combinam diferentes discriminações e potencializam-se mutuamente. Sobre o conceito de interseccionalidade, ver Stolcke (1999).

Segundo o autor, tal complexo se traduz na representação, tão comumente percebida nas relações entre as trabalhadoras domésticas e seus empregadores, da doméstica “*como se fosse da família*” ou “*quase da família*”. Ao traduzirem as relações de trabalho em termos afetivos relativos à esfera do parentesco, esses eufemismos escamoteiam relações de poder e de desigualdade e enfraquecem a luta pela garantia dos direitos trabalhistas destas trabalhadoras. Além disso, esse complexo explicita o caráter marcadamente racista da sociedade brasileira porque se origina da “*integração subordinada* [da população negra no país] que define as formas hegemônicas em que se apresenta a discriminação racial: o estereótipo racial e o não-dito racista” (SALES JR., 2006, p. 231-232).

Além da explicitação da ingerência dos mecanismos da herança escravocrata na configuração do trabalho doméstico no Brasil, a figura emblemática da “Tia Anastácia” se complexifica com a intersecção de outro marcador de diferenças tornando produtor de desigualdades: o gênero. O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é *culturalmente percebido como atividade das mulheres*, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Em sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado.

Essa desvalorização se traduz na grande desproteção social que atinge essa parcela da força de trabalho brasileira e, sobretudo, no renitente *tratamento desigual recebido no que tange ao acesso e à garantia de direitos trabalhistas*. Tal desigualdade está inscrita no nosso histórico legal, a começar pela não inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as), que ganharam uma lei normatizadora específica 30 anos depois, a Lei nº 5.859/1972. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) reproduz este legado ao deixar de garantir aos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) os mesmos direitos assegurados ao restante dos trabalhadores.²

Tentativas de reversão desse quadro foram empreendidas, a partir do esforço de mobilização da categoria, com o intuito de equiparação de direitos. Entre as conquistas alcançadas, destaca-se a Lei nº 10.208/2001 (BRASIL, 2001), que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego para a categoria, que são, no entanto, facultativos, a depender da escolha do empregador. Cabe ressaltar, também, a Lei nº 11.324/2006 (BRASIL, 2006), por meio da qual foram garantidos os direitos a férias de 30 dias – anteriormente estabelecida em 20 dias –, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos e proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho, bem como o estabelecimento de

2. Sobre esse aspecto, ver Dultra e Mori (2008).

“incentivo fiscal, possibilitando ao contribuinte o abatimento dos valores devidos à Previdência Social na qualidade de empregador” (BRASIL, 2007), medida que vigorará até 2012, ano-calendário 2011.

Outra dimensão relevante a ser considerada nesta análise diz respeito às distinções internas ao campo do trabalho doméstico remunerado. Nesse universo já marcado pela precarização das relações de trabalho e de direitos e pela convergência das desigualdades cumulativas de gênero e de raça, encontram-se disparidades que podem redundar em agravamento do quadro de desproteção. O universo do trabalho doméstico não é homogêneo no que diz respeito aos vínculos estabelecidos entre as(os) trabalhadoras(es) e seus empregadores. Uma distinção principal pode ser identificada entre aquelas que trabalham em um domicílio e aquelas que declaram trabalhar em mais de um, popularmente conhecidas como “mensalistas” e “diaristas”, respectivamente.³

A Lei nº 5.859/1972, em seu Art. 1º, define como trabalhador(a) doméstico(a) “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas” (BRASIL, 1972). Tal definição, portanto, exclui as assim chamadas “diaristas”, dado o entendimento do serviço por elas prestado como descontínuo. Essa indefinição das diaristas é percebida como fonte de maior precarização e foco de disputas judiciais sobre a possibilidade de reconhecimento do seu vínculo empregatício. Em decisão recente, publicada no Diário da Justiça de 4 de maio de 2009, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) asseverou a inexistência do vínculo, a partir do entendimento de que “o vínculo empregatício com o empregado doméstico está condicionado à continuação na prestação dos serviços, o que não se aplica quando o trabalho é realizado durante alguns dias da semana”.⁴

Mesmo com tantas nuances sobre a maior ou a menor precarização da situação de trabalho das “diaristas”, deparamo-nos com alguns dados que nos

3. O questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) não levanta a informação sobre o arranjo de trabalho da trabalhadora doméstica, nem questiona se é mensalista ou diarista, mas somente se trabalha em um domicílio ou em mais de um domicílio. No presente estudo, denominamos “diaristas” aquelas que responderam trabalhar em mais de um domicílio e “mensalistas” aquelas que prestam serviços somente em um domicílio. Sabemos, contudo, que podem existir trabalhadoras domésticas que recebem por mês, mas prestam serviços em mais de um domicílio ou fazem diárias nos dias de folga, por exemplo e, de forma análoga, diaristas que trabalham em somente um domicílio, entre outros muitos arranjos possíveis encontrados.

4. Acórdão da 7ª Turma do TST, processo Recurso de Revista (RR) 17676/2005-007-09-00. Diarista que presta serviços, em residência, dois ou três dias na semana. Inexistência de vínculo empregatício. Publicado no Diário da Justiça de 4 de maio de 2009, disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1044128/publicado-o-acordao-do-tst-que-afasta-o-vinculo-de-emprego-de-diarista>>. Na tentativa de dirimir definitivamente a querela sobre o que configuraria vínculo ou não no caso das diaristas, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado Federal nº 160/2009, que dispõe sobre a definição de diarista, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, com substitutivo do Senador Lobão Filho. O projeto original propunha a inexistência de vínculo empregatício somente para a diarista que presta serviços até duas vezes por semana na mesma residência. O substitutivo, que se encontra em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, retoma a decisão da justiça trabalhista e prevê a inexistência e o vínculo empregatício para serviços até três vezes por semana na residência, além de outros dispositivos relativos à contribuição previdenciária.

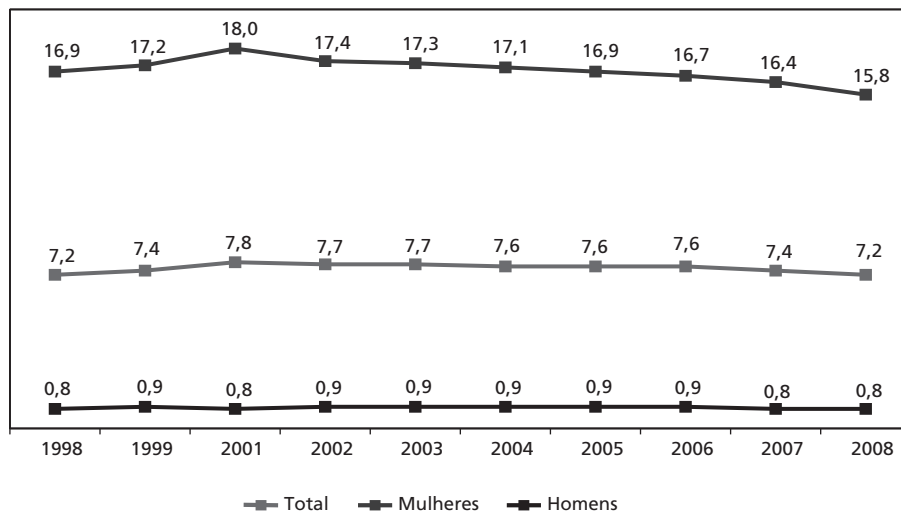
fazem questionar as condições de desproteção social destas em relação às “men-salistas”. E, mais do que isso, as análises comparativas entre essas duas categorias de trabalhadoras domésticas nos apresentam indícios que podem apontar para uma reconfiguração da imagem da trabalhadora doméstica como “Tia Anastácia”. Assim, apresentaremos algumas hipóteses sobre as condições de trabalho de uma e de outra na seção 2, a seguir.

2 RETRATO DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) DOMÉSTICAS(OS) DE 1998-2008

O trabalho doméstico remunerado no Brasil – ou o emprego doméstico – é *majoritariamente ocupado no Brasil por mulheres e negras*. As mulheres são 93,6% dos trabalhadores nesta ocupação. Como dito anteriormente, esta preponderância se explica por nossas heranças e se perpetua no decorrer das décadas. Os homens estão presentes desempenhando atividades remuneradas no espaço doméstico de maneira bastante minoritária e, em geral, em ocupações diferenciadas, como jardineiro e motorista, enquanto o trabalho doméstico executado pelas mulheres está mais relacionado aos cuidados com a casa e as pessoas, como limpeza e alimentação – portanto, normalmente atividades imprescindíveis para a reprodução da vida social.

Entre 1998 e 2008, *o número de trabalhadores domésticos de ambos os sexos cresceu no Brasil*. Passamos de 5 milhões para 6,6 milhões de brasileiros(as) nesta ocupação. Devido ao crescimento da massa de trabalhadores(as) como um todo, *sua importância no total de ocupados/as, no entanto, manteve-se constante*, representando em torno de 7,2% da força de trabalho. O peso dos homens neste grupo diminuiu ligeiramente; e entre as mulheres, enquanto 16,9% das ocupadas eram trabalhadoras domésticas em 1998, em 2008 eram 15,8% (gráfico 1). Este movimento não é percebido homogeneamente em todas as regiões: observa-se que no Nordeste, por exemplo, aumentou a importância do trabalho doméstico no universo de mulheres ocupadas, ao passo que nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste as quedas foram mais significativas. Apesar da queda relativa, a região Centro-Oeste ainda tinha uma proporção de pessoas ocupadas no trabalho doméstico superior à média nacional.

GRÁFICO 1
Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) no total de ocupados(as) – Brasil, 1998-2008
 (Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 1
Proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas por cor/raça e região – 1998-2008

	Brasil		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	1998-2008	
Branca	13,15	11,88	13,34	10,90	8,33	10,68	16,86	13,48	14,27	12,34	13,08	14,41
Negra ¹	21,99	20,08	20,25	16,94	14,80	16,48	26,32	22,51	29,49	23,53	31,25	23,12
Outras	7,23	12,07	12,44	12,91	12,24	16,73	14,03	14,30	5,66	10,06	3,58	11,61
Total	16,92	15,82	18,12	15,41	12,80	14,76	21,64	18,45	19,36	16,91	15,49	13,61

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: ¹ Raça negra é composta de pretos e pardos.

Obs.: A PNAD não foi realizada em 2000.

Os negros e as negras são maioria (61%), sendo que em algumas regiões chegam a representar em torno de 80% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Entre 1998 e 2008, houve um *aumento proporcional dos(as) negros(as) na categoria* – passam de 56% para 61%. Este aumento é reflexo daquele verificado na população como um todo, que, por sua vez, seria fruto de mudanças na forma de autodeclaração (PINHEIRO *et al.*, 2008).

A *escolaridade* das trabalhadoras domésticas também aumentou nos últimos anos. *Passou-se de 4,45 anos de estudo em média, em 1998, para 5,94 anos, de acordo com a PNAD 2008.* Este movimento é coerente com o incremento de escolaridade da população brasileira como um todo, especialmente os mais jovens. Ressalte-se, porém, que, nessa categoria profissional, o emprego doméstico, contudo, ainda não alcançou sequer o ensino fundamental na média. Chama atenção, ademais, a baixíssima escolaridade das trabalhadoras domésticas com mais de 60 anos de idade. Na média do país, elas haviam completado somente três anos na escola, sendo que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a escolaridade média é ainda inferior à nacional. No Centro-Oeste, as trabalhadoras domésticas com 60 anos ou mais só tinham passado 1,8 ano nos bancos escolares. Trata-se de um segmento, portanto, bastante vulnerável, que carrega a herança de um passado em que o acesso à escolarização era bastante restrito e que, hoje, com isso, se vê com muito poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Um fenômeno recente percebido no grupo das trabalhadoras domésticas e confirmado pela PNAD 2008 é um relativo *envelhecimento desse segmento*, com a queda proporcional nas faixas etárias mais jovens – especialmente de 10 a 24 anos – e um aumento entre as mais velhas. Este fenômeno pode ter raízes em movimentos variados dentro e fora do mercado de trabalho. Ressalte-se que o trabalho doméstico é considerado internacionalmente como uma das formas mais degradantes de trabalho infantil e ainda muito mitigada. Em 2008, ainda existiam 305 mil meninas entre 10 e 17 anos ocupadas no trabalho doméstico, que, dez anos antes, chegavam a 490 mil.⁵

No caso das jovens de 18 a 29 anos, especialmente *no grupo de 18 a 24*, o pequeno, mas crescente, aumento da escolaridade pode indicar uma expectativa de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, diferentes do socialmente desvalorizado trabalho doméstico. Este, com baixas remunerações, alto grau de precarização e carregado de estigmas, parece se configurar como alternativa momentânea somente na ausência de outras oportunidades. Assim, apesar das dificuldades encontradas pelos(as) jovens de se colocarem no mercado de trabalho – como revelam as elevadas taxas de desemprego neste grupo –, a ocupação no trabalho doméstico parece ser cada vez mais rechaçada por eles(as).

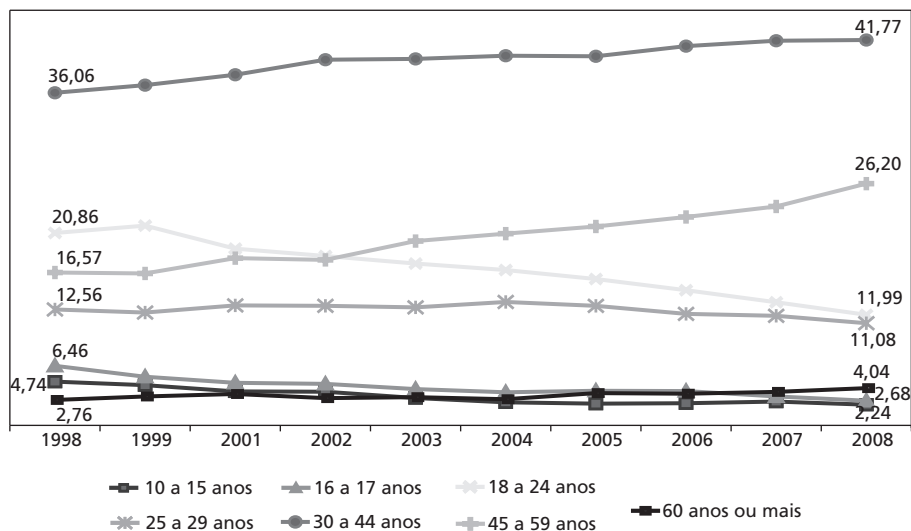
Com isso, as trabalhadoras com 45 anos ou mais ultrapassaram 30% da categoria em 2008 (gráfico 2).

5. O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que regulamenta artigos da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprova a “lista das piores formas de trabalho infantil”, entre as quais se inclui o trabalho doméstico (BRASIL, 2008). A partir do decreto, fica indubitavelmente proibido no Brasil o trabalho doméstico remunerado por menores de 18 anos. A questão que se coloca, portanto, são as opções criadas para essas adolescentes que, por lei, não podem trabalhar no emprego doméstico. Como colocam Dultra e Mori: “Resta saber se, ao proteger essas adolescentes de um trabalho inadequado, estão sendo criadas outras oportunidades de ocupação, políticas públicas que investem e garantem acesso à escola, à qualificação profissional. A proteção só será completa se ao retirá-las de espaços insalubres de trabalho, não se inviabilize sua sobrevivência” (DULTRA; MORI, 2008, p. 35).

GRÁFICO 2

Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por faixas etárias – Brasil, 1998-2008

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

3 SITUAÇÃO ATUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL

As informações mais relacionadas à situação de trabalho das trabalhadoras domésticas contribuem para a caracterização do quadro de precarização e discriminação deste setor de atividade. As principais características que confirmam esses traços se referem aos níveis de formalização/proteção social, aos níveis de remuneração e à duração das jornadas de trabalho, esta mais dificilmente aferida pela PNAD, como veremos a seguir.

Apesar dos avanços dos últimos anos na proporção de trabalhadores com carteira assinada, ainda temos no Brasil uma economia informal de grande magnitude e, com isso, um contingente de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais excluídos dos principais mecanismos de proteção social em caso de desemprego, doença, maternidade, acidente de trabalho, invalidez e velhice. Em 2008, no total de empregados, 62% possuíam carteira de trabalho assinada, sendo que, dez anos antes, esta proporção não chegava a 57%.⁶

Se esses números ilustram a desproteção a que uma grande parte da classe trabalhadora brasileira se expõe, no caso das trabalhadoras domésticas, temos que,

6. O grupo de empregados exclui funcionários públicos, militares, empregadores, conta-própria e não remunerados.

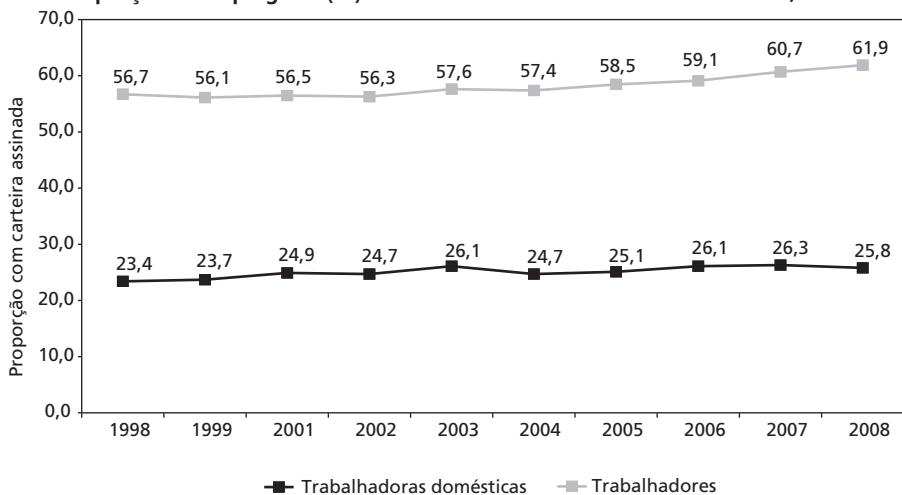
em 2008, *somente 25,8% possuíam carteira de trabalho assinada*. Em um universo de 6,2 milhões de trabalhadoras domésticas, somente cerca de 1,6 milhão acessava este direito. A proteção social é estendida, contudo, a uma parcela um pouco maior, pois *29,3% das trabalhadoras domésticas contribuíam para o instituto de Previdência Social*, em 2008. Ou seja, pode-se dizer que um total de cerca de 1,8 milhão delas possuem direito aos benefícios da previdência social. A diferença se deve à existência de algumas trabalhadoras que recolhem alíquota como contribuintes individuais – em 2008, seriam cerca de 200 mil. Esta possibilidade deveria ser mais difundida para englobar as profissionais não registradas pelo empregador, especialmente aquelas que prestam serviços em mais de uma residência, cujo número vem crescendo nos últimos anos, como será visto a seguir. Somente desta forma, caminharíamos em direção a condições de trabalho decentes e de grande, senão plena, formalização.

As desigualdades regionais são marcantes neste quesito, sendo que *nas regiões Norte e Nordeste os níveis de formalização das trabalhadoras domésticas são assustadoramente baixos*: no Norte, somente 11,4% da categoria possuem carteira de trabalho assinada, e entre as trabalhadoras em mais de um domicílio, o número cai para 6,2%. No Nordeste, somente 14,9% das trabalhadoras “mensalistas” acessavam este direito, o que corresponde exatamente à metade do patamar nacional.

As regiões com maiores níveis de formalização via registro em carteira de trabalho são o Sul e o Sudeste, com 33,4% e 32,1%, respectivamente, de trabalhadoras domésticas registradas, sendo que, na região Sul, chega a 40,2% a proporção de trabalhadoras mensalistas com carteira assinada.

GRÁFICO 3

Proporção de empregados(as) com carteira de trabalho assinada – Brasil, 1998-2008



O gráfico 3 ilustra que o *movimento de formalização* do mercado de trabalho nos últimos anos no Brasil *não foi sentido na classe das trabalhadoras domésticas*. Na análise do grupo que possui carteira assinada, temos quase um platô entre os anos de 2003 e 2008, enquanto para a classe trabalhadora como um todo, é possível observar uma curva ascendente.

Essa constatação se agrava pelo fato de que em 2006 foi promulgada a Lei nº 11.324, que permite a *dedução do imposto de renda do empregador* da contribuição paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para um(a) trabalhador(a) doméstico(a). O objetivo dos legisladores foi de incentivar a formalização das trabalhadoras domésticas e a promulgação da lei foi comemorada entre os setores que lutam pela ampliação dos direitos dessa categoria. Após três anos de vigência da norma,⁷ no entanto, é possível concluir que *seu impacto não pôde ser sentido*. Com efeito, neste intervalo de tempo, tem-se até mesmo uma diminuta redução na proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada. Isto pode ser explicado pelas limitações impostas pela própria norma legal: deduz-se somente a alíquota patronal de contribuição à Previdência Social referente a um salário mínimo – independentemente de a trabalhadora doméstica receber mais – e limitado a apenas um(a) empregado(a). Finalmente, a dedução só é possível para quem opta pelo modelo completo da declaração anual de ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Isto significa que um grande grupo populacional deixa de ser beneficiado pelo incentivo – empregadores domésticos que não fazem a declaração completa – e, paralelamente, não se estimula que situações irregulares sejam sanadas, isto é, que trabalhadoras domésticas sem carteira assinada passem a tê-la. Apesar do caráter recente da lei, cabe mencionar que a dedução está prevista para vigorar somente até a declaração referente ao ano-calendário de 2011. Ou seja, se se estabeleceu uma duração para o incentivo a partir do cálculo de que seis anos seriam suficientes para estimular a formalização das trabalhadoras domésticas no país, *chega-se à metade deste prazo com resultados nada dignos de comemoração*.

A análise das remunerações médias das trabalhadoras domésticas também revela a desvalorização deste trabalho em nossa sociedade. Apesar de prestarem um serviço de grande relevância para as famílias, trata-se de um trabalho cuja remuneração depende diretamente da capacidade financeira dessas famílias e, além disso, como colocado anteriormente, trata-se de uma atividade muito desvalorizada socialmente.

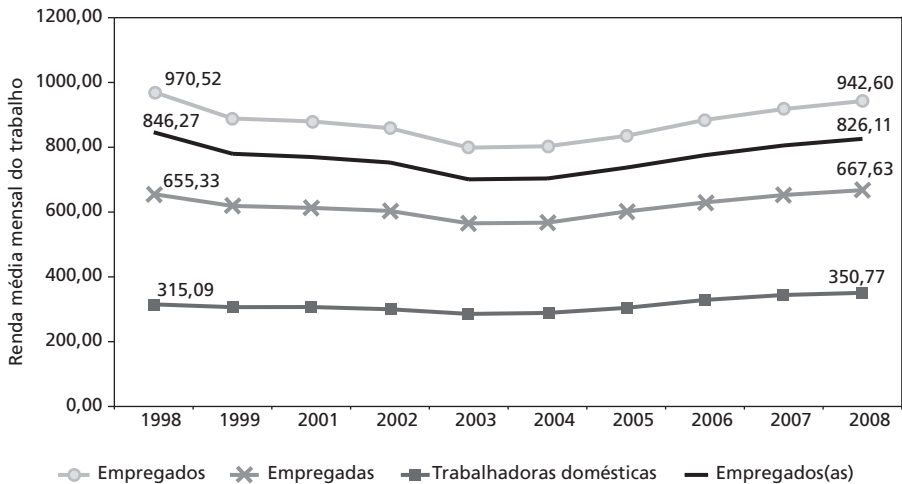
Em 2008, a renda média mensal advinda do trabalho entre as trabalhadoras domésticas era de R\$ 350,77. Este valor foi 11% superior à remuneração de uma década antes, mas ainda correspondia a somente 42% da renda média percebida pelos(as) empregados(as) em outras categorias – R\$ 826,11 em 2008 (gráfico 4).

7. De acordo com seu texto, a lei passou a produzir efeitos para as contribuições patronais pagas a partir de janeiro de 2006 – ver Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006.

O considerável incremento ocorrido nos últimos anos se deve à valorização do salário mínimo, ao qual parece estar de alguma forma atrelada à remuneração de boa parte das trabalhadoras domésticas. Chama atenção, portanto, que a renda média das trabalhadoras domésticas seja ainda tão inferior ao mínimo, de R\$ 415,00 em setembro de 2008, sendo mais digno de nota o caso da região Nordeste, em que a média de renda mal ultrapassava R\$ 235,00, ou cerca de 56% do salário mínimo à época.

GRÁFICO 4

Renda média mensal do trabalho de diferentes categorias de empregados(as) – 1998-2008



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Preços de setembro de 2008.

Contudo, como pode ser observado no gráfico 4, o movimento de incremento dos rendimentos dos trabalhadores brasileiros a partir de 2004 não foi sentido na mesma magnitude pelas trabalhadoras domésticas, o que, em princípio, não encontra explicação nem no valor do salário mínimo, nem no poder aquisitivo da classe trabalhadora, que apresentou melhoras no período analisado. Sem dúvida, uma das explicações está no alto grau de informalidade, pois, como se viu, somente um quarto da categoria tem garantido o salário mínimo legal, cuja valorização tem se mostrado a grande alavanca para o aumento da renda dos trabalhadores.

Outro fenômeno recente que pode ser observado nesse grupo de trabalhadoras é o aumento do número daquelas que declaram trabalhar em mais de um domicílio, que seria majoritariamente formado pelas chamadas “diaristas”, trabalhadoras em domicílio que recebem por dia ou por semana, e não mensalmente, não constituindo, no mais das vezes, vínculo empregatício.

Entre 1998 e 2008, passou-se de 856 mil trabalhadoras prestando serviços em mais de um domicílio no país para 1 milhão e 645 mil destas. Isto é, em termos absolutos, quase dobrou o número de “diaristas”. Em termos relativos, elas representavam,

em 2008, 26,5% do total de trabalhadoras domésticas; e dez anos antes, eram somente 18,3%. Este novo arranjo de trabalho, à primeira vista, parece apresentar vantagens e desvantagens em relação à posição mais tradicional, de trabalhadora “mensalista”. Se, de um lado, perde-se em termos de formalização, por outro, ganha-se em remuneração.

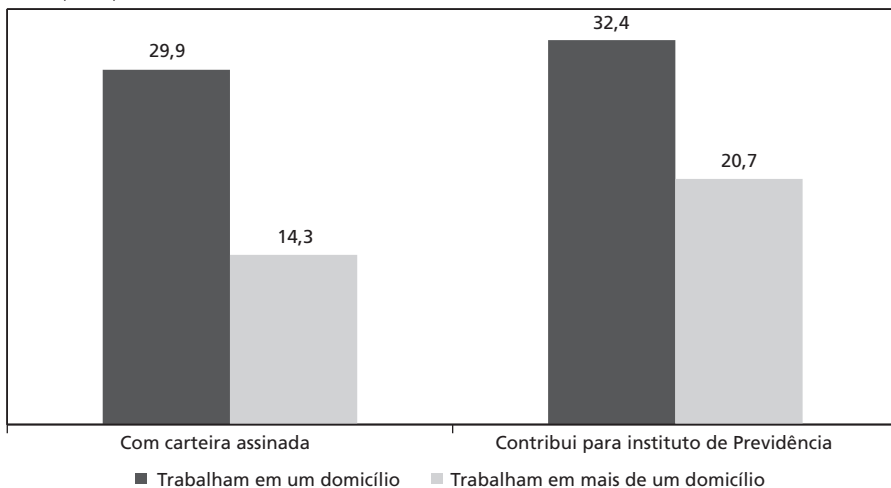
As trabalhadoras “diaristas”, como se designa aqui, são bem menos formalizadas, conforme colocado anteriormente e como era de se esperar. Assim, o baixo grau de proteção social das trabalhadoras domésticas é ainda mais agravado no caso daquelas que trabalham em mais de um domicílio. Em 2008, somente 14,3% destas possuíam carteira de trabalho assinada e 20,7% contribuíam para a Previdência Social (gráfico 5).

A renda média das “diaristas”, contudo, supera a das “mensalistas” em cerca de 17%. Em 2008, na média geral do Brasil, isto significou R\$ 57,00 a mais por mês no bolso das trabalhadoras prestando serviços em mais de uma residência. O preço desta diferença, contudo, é a desproteção. Ou seja, a aparente vantagem em remuneração das diaristas parece não se confirmar caso se considere também o chamado “salário indireto”, no qual se contam todos os benefícios a que o(a) trabalhador(a) com vínculo formal de emprego tem acesso. Assim, tomando-se como parâmetro um universo ideal de plena formalização das trabalhadoras domésticas, as diaristas hoje estariam no ponto extremo da precarização no campo do trabalho doméstico remunerado. A realidade, entretanto, é bem diferente do ideal e é preciso chamar atenção para a situação de grande precarização também das mensalistas. Assim, a comparação entre esses dois universos de trabalhadoras domésticas remuneradas nos revela redundantemente a extrema desvalorização no nosso país desse importante trabalho para a reprodução da vida social.

GRÁFICO 5

Situação de formalização de trabalhadoras domésticas em um domicílio e em mais de um domicílio – Brasil, 2008

(Em %)



A análise das jornadas de trabalho nos revela que ao longo da década vem caindo o número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho. Em 1998, as trabalhadoras domésticas tinham uma jornada média de cerca de 41 horas semanais, que se reduzem para 36,5 em 2008, o que em parte se explica pelo próprio aumento da importância das “diaristas” na categoria. Estas alcançaram somente 33,4 horas em 2008 – comparadas a 37,6 horas entre aquelas que trabalham em um domicílio. Nesse ano, os empregados do sexo masculino cumpriam jornada de trabalho de 44,5 horas em média. A menor jornada das mulheres é observada no mercado de trabalho como um todo e se deve a diferentes fatores; entre eles, os campos e as formas de inserção das mulheres no mundo do trabalho.

O fato de que as “diaristas”, que em geral dependem do número de horas trabalhadas para receber seus rendimentos, tenham as menores jornadas de trabalho pode indicar que não estão conseguindo trabalhar tanto quanto gostariam.⁸ Esta situação é agravada pela pequena margem de manobra advinda da própria renda, muito baixa, e pelo pouco acesso aos direitos trabalhistas.

Em que pese a alarmante situação de desproteção a que estão expostas tanto as “diaristas” quanto as “mensalistas”, as primeiras ainda mais que as últimas, a comparação entre essas duas formas de trabalho doméstico remunerado parece indicar uma lenta transformação do modelo de arranjo laboral no âmbito doméstico. Aqui, cabem algumas ponderações importantes.

A classe trabalhadora, em sua maioria, é muito prejudicada pelos arranjos laborais mais flexíveis, que geram instabilidade, comprometem direitos e aumentam a vulnerabilidade. Os números da PNAD sobre as trabalhadoras em mais de um domicílio indicam que esta situação se reproduz no caso do emprego doméstico.

Há de se levar em consideração, no entanto, a posição fragilizada, estigmatizada e precarizada da trabalhadora doméstica em geral e as dimensões menos tangíveis, ligadas à autonomia, à autoestima e ao reconhecimento profissional na análise dos tipos de arranjo de trabalho. Neste sentido, a trabalhadora em domicílio que vai até a casa do empregador somente para prestar o serviço e recebe por dia potencialmente tem maiores chances de uma relativa autonomia no que tange à construção de uma posição mais profissionalizada e à obtenção de maior valorização em termos de remuneração e reconhecimento pelo trabalho. Em contraposição, podemos tomar como

8. Um indicativo desta situação pode ser encontrado na resposta à questão da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, sobre se o(a) trabalhador(a) gostaria de trabalhar mais. Uma proporção de 15,6% das diaristas respondeu, em junho de 2009, que gostaria de trabalhar mais, sendo que, entre as mensalistas, somente 6,4% pensam o mesmo e, no total de ocupados, somente 4,9% acreditam que não trabalharam o suficiente. Os dados são somente para as RMs pesquisadas pela PME, mas indicam que, ainda que não majoritariamente, as diaristas têm jornadas insuficientes de trabalho que não são fruto de uma opção pessoal.

modelo extremo aquele em que a autonomia da trabalhadora doméstica como profissional é praticamente inexistente – no qual se espera que esteja disponível para o serviço a qualquer tempo, moradora de um espaço restrito em um domicílio alheio, responsável por tarefas amplas e facilmente ampliadas, com margens mais estreitas de negociação sobre férias e salários etc. Nesta comparação, vislumbra-se, caso se caminhe mais firmemente para a concretização da concepção de trabalho decente, uma possibilidade de substituição por um arranjo mais profissionalizado, no registro da “prestação de serviços” em domicílio, comparada a outros serviços prestados neste espaço.

Para tanto, há de se ampliar o acesso dessas novas trabalhadoras aos direitos trabalhistas garantidos a outras categorias. Faz-se necessária, primeiramente, uma política de educação previdenciária, que busque conscientizar essas trabalhadoras dos direitos e dos deveres em relação à Previdência Social, da importância de contribuir para ter acesso aos benefícios que lhes são devidos, especialmente em caso de riscos, como acidentes, doenças e a própria velhice. Esta é uma questão que se apresenta da maior importância no caso do emprego doméstico, que envolve atividades de grande desgaste físico e considerável risco de doenças advindas do trabalho. Adicionalmente, poderia se analisar a possibilidade de incentivos para a trabalhadora doméstica que contribui individualmente para a Previdência Social. Em setembro de 2008, uma trabalhadora doméstica que prestava serviços em mais de um domicílio ganhava, em média, R\$ 393,32 e deveria contribuir mensalmente com o valor de R\$ 45,65. As remunerações mais altas das “diaristas” se devem, em alguma medida, ao fato de o empregador não precisar arcar com os encargos sociais. Contudo, é preciso haver incentivos para que esta trabalhadora contribua para a Previdência Social de forma a se proteger e não se ver desamparada no caso da impossibilidade de trabalhar.

4 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Os dados apresentados anteriormente evidenciam que a situação de trabalho na atividade doméstica remunerada é marcada pela informalidade, pelos baixos salários e pelo preconceito. Isto pode ser explicado, como colocado anteriormente, por nossa herança escravocrata e patriarcalista e também pela própria concepção de trabalho que se tem nas sociedades capitalistas, que desvalorizam, como regra geral, as atividades laborais realizadas no âmbito doméstico, sejam elas pagas ou não. Ainda mais o são, porque, historicamente, estas atividades são realizadas por mulheres.

Para refletir em que medida a desvalorização do trabalho remunerado em domicílios pode estar associada ao fato de ser uma ocupação feminina, ou ser realizado no âmbito doméstico e, ainda, se referir à desvalorização dos trabalhos manuais em geral, propõe-se uma comparação entre algumas variáveis de três grupos: as trabalhadoras domésticas, os trabalhadores domésticos do sexo masculino e outros

trabalhadores em serviços manuais fora do âmbito doméstico. Para compor este último grupo, selecionaram-se ocupações majoritariamente masculinas.⁹

Apesar dos limites da comparação – por incluir grupos heterogêneos em muitos aspectos, trata-se somente de primeiro exercício analítico aproximativo –, os achados confirmam que o emprego doméstico é, de fato, marcado pela discriminação, em especial a de gênero.

As trabalhadoras domésticas, em 2008, apresentavam uma escolaridade média de 5,94 anos, comparados a 5,84 anos entre os trabalhadores em serviços manuais equivalentes ao doméstico e somente 4,94 anos entre os trabalhadores domésticos do sexo masculino. Apesar disso, tinham renda média R\$ 350,77 por mês, enquanto o primeiro grupo ganhava em média R\$ 644,49 e os trabalhadores homens em domicílios obtiam R\$ 491,51 mensais. Na média, portanto, *as trabalhadoras domésticas recebem somente 71% da remuneração dos homens na mesma ocupação*. Contrariamente ao que se poderia esperar do comportamento da variável, *este diferencial cresce conforme aumenta a escolaridade dos(as) trabalhadores(as)*. No grupo dos domésticos, as mulheres com escolaridade entre 8 e 11 anos de estudo (cerca de 37%) recebiam somente 64% do que ganhavam os homens na mesma faixa de escolaridade. Para agravar o quadro, tem-se que, *enquanto somente 25,8% do total de trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada, 41,4% dos homens nesta ocupação acessavam este direito*.

Já os trabalhadores em ocupações manuais fora do âmbito doméstico apresentam rendimentos bastante superiores, mas o acesso à carteira de trabalho assinada, apesar de superior ao das trabalhadoras domésticas, ainda é bastante restrito – somente 34,3% da categoria.

A despeito da diferença numérica e ocupacional, que envia a análise, tem-se que *homens e mulheres trabalhando em domicílios apresentam níveis de valorização profissional e formalização distintos, com desvantagem para as mulheres*. Certamente, um dos principais elementos que explicam esta diferença é a discriminação de gênero, que permeia todo o mercado de trabalho, inclusive o trabalho doméstico – apesar de esta ser uma atividade historicamente realizada por mulheres, na qual poderia se esperar, portanto, uma maior valorização da mão de obra feminina.

9. Esse grupo foi formado com vista a se ter um conjunto representativo de ocupações urbanas manuais e de nível de qualificação semelhante ao dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Fazem parte dele, entre outras, as seguintes ocupações: cozinheiros, camareiros, garçons, trabalhadores de beneficiamento de minérios, garimpeiros e operadores de salinas, ajudantes de obras civis, estuadores e gesseiros, pintores de obra e revestidores de interiores, vidraceiros, trabalhadores de instalações elétricas, trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social que caracteriza nosso país, aliada a uma profunda herança de discriminação de gênero e racial, produz o fenômeno do emprego doméstico na magnitude em que o encontramos no Brasil. Eram, em 2008, 6,2 milhões de brasileiras que trabalhavam nas casas de outras famílias realizando serviços como lavar e passar roupa, limpar a casa, cozinhar, lavar louça e cuidar de crianças e de idosos. Seus salários, na média, sequer alcançam o patamar mínimo estabelecido em lei e somente a quarta parte desse grupo acessa o primordial direito à carteira de trabalho assinada.

De um lado, há famílias com rendas suficientes para remunerar uma trabalhadora mensalista ou diarista que preste serviços na residência. Do outro lado, há trabalhadoras com poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. No meio, uma cultura que desvaloriza o trabalho braçal, os trabalhos realizados no espaço doméstico e os trabalhos realizados por mulheres, apesar de sua reconhecida importância e conveniência para as pessoas que deles usufruem. A distância entre os dois lados é suficiente para produzir famílias que têm condições de dedicar uma parte de seus salários a pagar o salário de outra trabalhadora e trabalhadoras dispostas a vender seu tempo e sua força de trabalho por uma remuneração em geral muito baixa, em condições precárias.

A desigualdade social coloca-se, portanto, de maneira muito evidente nas casas onde trabalham empregadas domésticas e moram seus “patrões” e “patroas”, em convivência desconfortavelmente próxima, cheia de nuances e que produz, entre outras questões, frequentes situações de assédio moral e sexual.¹⁰

A característica do trabalho doméstico também dificulta a organização das trabalhadoras e sua sindicalização. Há no Brasil organizações de trabalhadoras domésticas que orientam essas profissionais, articulam-se para exigir a garantia de direitos trabalhistas e mobilizam a categoria, mas as dificuldades são evidentes.

As baixas remunerações – que, inclusive, explicam a grande quantidade de trabalhadoras domésticas – são um grande entrave à formalização, no caso daquelas sem vínculo empregatício que teriam de contribuir como autônomas, e à própria valorização do trabalho realizado das profissionais.

De fato, tem-se um dilema que esbarra em traços profundos de nossa cultura. Caso as trabalhadoras domésticas fossem mais bem remuneradas e tivessem níveis mais altos de formalização, menos famílias poderiam contratar os seus serviços. Isto implicaria rearranjos familiares, demanda por mais serviços públicos e por políticas de conciliação entre trabalho, vida pessoal e vida familiar, para evitar que homens e especialmente mulheres tivessem que abandonar seus trabalhos.

10. São muitos os casos de precarização da vida e do trabalho experimentadas por esta parcela da população trabalhadora do país. Um relato contundente sobre a trajetória de vida de uma trabalhadora doméstica, bem como da organização política da categoria pode ser encontrado em Parisius (1999).

Uma vez que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho em casa, em cenário de maior valorização do emprego doméstico, correr-se-ia o risco de uma retirada feminina do mercado de trabalho, um retrocesso do ponto de vista da busca por autonomia das mulheres e igualdade de gênero. Por outro, a possibilidade de muitas mulheres entrarem e permanecerem no mercado de trabalho não pode depender da exploração da mão de obra de outras mulheres. Diante disto, é preciso haver serviços públicos que apoiem as famílias e que possibilitem que homens e mulheres permaneçam no mercado de trabalho enquanto necessitarem e desejarem. Além disso, tendo em vista as tradicionais convenções de gênero que vigoram em nosso país, é preciso que haja também políticas de incentivo ao compartilhamento dos afazeres domésticos. Ainda que como um investimento de longo prazo, faz-se necessário desconstruir a arraigada relação entre mulheres, feminino e feminilidade a atividades como cuidar de casa, cuidar de crianças, cuidar de doentes e idosos. O *cuidado* deve ser distribuído por toda a sociedade, entre trabalhadores de ambos os sexos, governos e empresas. Paralelamente a isto e a partir de uma política de qualificação, há de se valorizar profissional e socialmente os trabalhadores e as trabalhadoras que prestam serviços em domicílios alheios. De forma a que possam viver e ser vistos como uma categoria profissional como muitas outras e, assim, serem valorizados, terem seus direitos reconhecidos, alcancarem remunerações dignas e terem condições decentes de trabalho. Serem vistos não como serviçais, mas como prestadores de serviços.

Nesse sentido, uma reconfiguração do trabalho doméstico remunerado e não remunerado no Brasil representaria um grande passo em direção a mais igualdade de gênero, mais igualdade racial e mais justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República (PR). **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, 1972.

_____. Presidência da República (PR). **Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001**. Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de emprego doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego. Brasília, 2001.

_____. Presidência da República (PR). **Lei nº 11.324, de julho de 2006**. Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Trabalho doméstico: direitos e deveres – orientações**. 3. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.

_____. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

DULTRA, E. V. B.; MORI, N. (Org.). **Trabalhadoras domésticas em luta: direitos, igualdade e reconhecimento**. Brasília: CFEMEA, ACDI/Cida, 2008.

PARISIUS, C. (Ed.). **A luta que me fez crescer**. Recife: Edições Bagaço, 1999.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea, SPM, OIT, 2008.

SALES JR., R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social: revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 229-258, nov. 2006.

STOLCKE, V. ¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad? **Cuadernos para el Debate**, n. 6. Buenos Aires, Programa de Investigaciones Socioculturales en el Mercosur/ Instituto de Desarrollo Económico y Social, 1999.

CONDIÇÕES DE VIDA: QUALIDADE DOS DOMICÍLIOS E ACESSO A BENS – 1998-2008

Rafael Guerreiro Osorio*

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza*

O bem-estar de determinada população pode ser avaliado a partir de diferentes ângulos, embora a renda seja a variável mais utilizada neste tipo de análise. No entanto, a renda é um meio para a obtenção de bem-estar, e não um fim. O objetivo deste artigo é o de analisar outros aspectos das condições de vida das famílias brasileiras, como o acesso a saneamento básico, domicílios de boa qualidade e bens de consumo duráveis, que são considerados constitutivos do bem-estar de indivíduos e famílias.

Obviamente, há uma correlação significativa, mas não perfeita, entre o nível de renda e o acesso a tais dimensões. Parte do bem-estar é necessariamente dependente das políticas públicas, e não da renda. Pessoas ricas moram em bairros que contam com saneamento básico, mas não pagam diretamente a construção da rede de água e esgoto, que é feita pelo Estado. Já outros aspectos, como a posse de bens de consumo duráveis, dependem mais diretamente da renda das famílias.

A partir de 2003, o Brasil entrou em um período de crescimento pró-pobre, isto é, com aumento da renda média concomitante à queda da desigualdade. Podemos investigar em que medida essas mudanças na distribuição de renda, interagindo com as políticas públicas, se traduziram em melhores condições de vida para a população. Estamos interessados em quatro aspectos, definidos da seguinte forma:

1. Acesso a saneamento básico: o domicílio tem acesso quando conta com água de rede geral de distribuição – ao menos no lote –, rede coletora ou fossa séptica para escoamento de esgoto e coleta de lixo direta ou indireta.
2. Características físicas adequadas: o domicílio é adequado quando tem as paredes e o telhado feitos de materiais duráveis, água encanada em ao menos um cômodo –independentemente de ser de rede geral de distribuição –, densidade de até três moradores por dormitório e banheiro de uso exclusivo.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

3. Ocupação adequada: o domicílio deve ser próprio já quitado, próprio financiado com prestação de valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar, ou alugado por valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar.
4. Acesso a bens de consumo duráveis: o domicílio conta com ao menos um de três conjuntos de bens duráveis (o básico, que compreende fogão e geladeira de qualquer tipo; o intermediário, que agrega TV – qualquer tipo –, rádio e telefone ao conjunto básico; e o completo, que inclui máquina de lavar e TV em cores).

A tabela 1 apresenta a porcentagem da população residindo em domicílios que atendem às condições estipuladas para cada aspecto de qualidade e as diferenças entre os períodos 1998-2003 e 2003-2008, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹ Os resultados de 2008 demonstram a expansão da parcela da população residente em domicílios de boa qualidade, isto é, aqueles que contam simultaneamente com saneamento básico, características físicas e de ocupação adequadas e qualquer dos três conjuntos de bens de consumo duráveis. A porcentagem da população residente em domicílios de boa qualidade com ao menos o conjunto básico de bens de consumo duráveis passou de 44,6 para 56,5% no período 1998-2008.

Todavia, existe uma discrepância considerável entre os níveis de cada aspecto da qualidade. Enquanto, em 2008, em torno de 90% da população residia em domicílios adequados quanto às características físicas e quase o mesmo tanto ocupava os domicílios em modalidades aceitáveis, apenas dois terços contavam com saneamento básico adequado. No que toca aos conjuntos de bens de consumo, grande parte da população contava com o básico e uma parcela maior passou a ter acesso ao intermediário, que cresceu mais de 40 pontos de 1998 a 2008. Porém, apenas pouco mais de um terço possuía o conjunto completo. No geral, a despeito da tendência robusta de expansão do acesso ao longo dos últimos dez anos, em 2008, somente cerca de 30% da população residia em domicílios com boa qualidade e o conjunto completo de bens de consumo.

1. A definição dos aspectos considerou informações disponíveis em 1998, 2003 e 2008, desprezando itens incluídos após 1998, como computadores. Para viabilizar a comparação, os domicílios da área rural dos estados da região Norte, exceto Tocantins, foram excluídos da PNAD 2008. Foram considerados apenas os domicílios particulares permanentes, nos quais residem pouco mais de 98% da população. Para 2003, foi empregada a nova projeção de população divulgada conjuntamente à PNAD 2008.

TABELA 1
População residindo em domicílios que atendem às condições de qualidade – Brasil, 1998, 2003 e 2008
 (Em %)

Aspectos	População			Diferença	
	1998	2003	2008	2003-1998	2008-2003
Saneamento básico	56,4	61,4	66,0	5,0	4,7
Características físicas adequadas	78,4	84,2	88,7	5,8	4,5
Ocupação adequada	84,3	85,4	88,3	1,2	2,8
Bens de consumo					
Conjunto básico	80,7	86,4	92,3	5,7	5,9
Conjunto intermediário	28,6	54,7	73,6	26,1	18,9
Conjunto completo	18,6	28,5	37,6	9,9	9,1
Boa qualidade					
Conjunto básico	44,6	49,7	56,5	5,1	6,7
Conjunto intermediário	21,8	37,7	49,2	15,9	11,5
Conjunto completo	15,2	22,3	29,5	7,1	7,2

Fonte: PNAD/IBGE.

Comparando as diferenças nas porcentagens, nota-se uma semelhança entre o ritmo de crescimento dos dois períodos. A categoria que destoa – com uma diferença maior do que dois pontos percentuais (p.p.) – é a dos bens de consumo de nível intermediário, com crescimento mais acentuado no período 1998-2003. Todavia, é inadequado avaliar o desempenho de cada período a partir das diferenças, pois, geralmente, à medida que o nível de um indicador se eleva, o crescimento tende a diminuir. Quanto mais baixa a cobertura inicial de algo, mais fácil é expandir o acesso; depois, um esforço relativamente maior é necessário para manter a expansão no mesmo ritmo. Adiante, será apresentado um indicador de desempenho que leva esse problema em consideração.

Antes, para averiguar se as camadas mais pobres da população se beneficiaram da expansão da qualidade dos domicílios, empregou-se um indicador de concentração. Esse indicador revela a extremidade da distribuição da renda domiciliar *per capita*, na qual se concentra o acesso, e é ajustado segundo a parcela da população que usufrui o item (OSORIO, 2009).

Na PNAD, todo indivíduo i amostrado possui um peso w empregado para a expansão da amostra de tamanho a . O tamanho N da população é a soma desses pesos. Para calcular o indicador de concentração, os indivíduos são ordenados segundo sua renda domiciliar *per capita* y , de forma que $\{y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_i \leq \dots \leq y_{a-1} \leq y_a\}$. Para os indivíduos assim ordenados, é criada uma variável n que contém a posição relativa de cada um na distribuição da renda domiciliar *per capita*:

$$n_i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^i w_i$$

Para cada aspecto da qualidade da moradia, ou conjunto de aspectos, é criada uma variável dicotômica v que marca os indivíduos com o valor zero, caso sua moradia não tenha o aspecto em questão, ou um caso contrário. E também uma variável x que contém a distribuição relativa acumulada do aspecto em questão até um determinado indivíduo:

$$x_i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^i v_i w_i$$

O indicador de concentração bruto C que mede a defasagem entre x e n é dado por:

$$C = 100 \left(1 - \sum_{i=2}^a (x_i + x_{i-1})(n_i - n_{i-1}) \right)$$

O módulo do valor máximo que pode ser assumido pelo indicador de concentração é $100-X$. O indicador ajustado de concentração C_a é simplesmente a razão entre a concentração bruta e o módulo de seu valor máximo:

$$C_a = \frac{C}{100 - X}$$

Logo, o indicador ajustado de concentração varia de -100% a +100%. Se, por exemplo, 20% da população tem acesso a um item, o indicador poderá assumir os valores extremos -100%, caso sejam justamente os 20% mais pobres, e +100%, caso sejam os 20% mais ricos. Se em determinado ano o indicador era igual a 90% e depois caiu para 80%, a interpretação é a de que, embora o acesso tenha se tornado menos concentrado nos mais ricos, o grau de concentração ainda equivale a 80% da maior concentração máxima possível, dada a parcela da população que conta com o item no ano.

Vale observar que a expansão e a concentração podem se relacionar de muitas maneiras. Caso o crescimento do acesso a um bem se dê pela incorporação dos indivíduos mais ricos que antes não o possuíam, a concentração pode ficar constante ou, até mesmo, aumentar. Por exemplo, se o acesso passa de 20% para 30% dos mais ricos e, de limitado aos 20%, passa a ser limitado aos 30% mais ricos, a concentração permanece constante: 100%, a máxima possível dado o nível de acesso. Por outro lado, se o nível de acesso permanecesse constante em 20%, mas fosse retirado dos mais ricos e distribuído aleatoriamente por toda a população, o indicador de concentração cairia tendendo a zero. Ou seja, não haveria nenhuma relação entre o acesso e o nível de renda. Por fim, se o item fosse retirado dos 20% mais ricos e dado aos 20% mais pobres, a concentração passaria a -100%.

A tabela 2 exibe o indicador ajustado de concentração para os itens da tabela 1. A ocupação adequada e o saneamento básico são os menos concentrados, embora sigam trajetórias diferentes. O acesso ao saneamento básico – constituído de serviços públicos – foi expandido e desconcentrado do polo mais rico. A ocupação adequada foi o único aspecto que se tornou mais concentrado entre os mais ricos – apesar de sua expansão.

TABELA 2
Indicadores ajustados de concentração dos domicílios que atendem às condições de qualidade – Brasil, 1998, 2003 e 2008
(Em %)

Aspectos	Concentração máxima possível			Diferença	
	1998	2003	2008	2003-1998	2008-2003
Saneamento básico	55,0	45,4	40,8	-9,6	-4,6
Características físicas adequadas	64,2	59,4	56,9	-4,8	-2,6
Ocupação adequada	21,6	28,0	32,4	6,3	4,5
Bens de consumo					
Conjunto básico	68,3	63,0	60,8	-5,3	-2,2
Conjunto intermediário	71,1	62,2	52,8	-8,9	-9,4
Conjunto completo	75,6	66,1	59,7	-9,6	-6,4
Boa qualidade					
Conjunto básico	56,7	50,4	45,9	-6,3	-4,5
Conjunto intermediário	71,2	60,1	50,3	-11,1	-9,8
Conjunto completo	76,4	67,6	61,3	-8,8	-6,4

Fonte: PNAD/IBGE.

Quanto aos demais aspectos, a leitura combinada das tabelas 1 e 2 revela que, embora o acesso a domicílios com características físicas adequadas e ao conjunto básico de bens de consumo seja elevado, com desconcentração efetiva, a concentração na extremidade mais rica da distribuição de renda permanece elevada – maior do que a concentração do saneamento adequado, que apresenta baixo nível de cobertura. Excetuando a ocupação adequada, todas as outras categorias tornaram-se menos concentradas ao longo dos últimos dez anos. Ou seja, a expansão do acesso se deu via incorporação de indivíduos pertencentes a várias camadas da distribuição de renda, e não apenas aqueles nas imediatamente abaixo das que já tinham acesso.

As diferenças revelam terem sido maiores as desconcentrações no período 1998-2003. Só a desconcentração do conjunto intermediário de bens de consumo foi marginalmente maior no segundo período. No entanto, a exemplo da expansão, as diferenças são inadequadas para avaliar o desempenho da desconcentração, pois manter-se o ritmo se torna progressivamente mais difícil. A situação

é bem exemplificada pelo acesso ao conjunto básico de bens de consumo, cujo ritmo de desconcentração pode ter caído de forma brusca justamente por já ter atingido um nível muito elevado, exigindo a incorporação dos mais pobres entre os pobres, que, por razões óbvias, enfrentam maiores dificuldades para consumir. Entretanto, ressalvada a questão do desempenho, a expansão do acesso no período 1998-2008 foi acompanhada por desconcentração.

Para analisar-se o desempenho da expansão e da desconcentração do acesso a domicílios de qualidade, levando-se em conta o fato de que é progressivamente mais difícil manter-se o ritmo à medida que patamares mais desejáveis são atingidos, recorreu-se ao indicador de desempenho de Kakwani (1993). O indicador de desempenho exige a definição de um parâmetro que representa o grau de apreciação do esforço necessário para melhorar algo que já é bom. Valores próximos de zero expressam baixa apreciação do esforço, e valores próximos de um, o contrário. Com os primeiros, o que conta é a diferença absoluta: considera-se, por exemplo, que o desempenho de uma sociedade que aumentou a cobertura de um serviço qualquer de 10% para 15% da população é semelhante ao de outra na qual a mesma cobertura passou de 90% para 95%; com valores próximos a um, o desempenho desta última é considerado muito superior. Nesse ponto, se convencionou adotar três parâmetros distintos de apreciação do esforço: 0,1, 0,5 e 1, respectivamente baixa, média e alta apreciação. Com baixa apreciação, a avaliação do desempenho pressupõe que o esforço adicional exigido para continuar aumentando o acesso não é grande; com alta apreciação, postula-se ser significativamente mais difícil manter-se a expansão, conforme o acesso se generaliza, ou o ritmo da desconcentração, quando a concentração se reduz.

O indicador de desempenho de Kakwani (1993) é baseado em uma função de “sucesso” (*achievement function*), que é uma transformação não linear do indicador X , tendo como parâmetros o valor mínimo L e o máximo U de X – zero e 100 são os valores lógicos para proporções expressas em porcentagem – e o grau e de apreciação de esforço:

$$f(X) = \begin{cases} \frac{(U-L)^{1-e} - (U-X)^{1-e}}{(U-L)^{1-e}} & \text{se } 0 < e < 1 \\ \frac{\ln(U-L) - \ln(U-X)}{\ln(U-L)} & \text{se } e = 1 \end{cases}$$

Uma vez obtidos os valores transformados do indicador X em dois momentos, o indicador de desempenho D é obtido por subtração:

$$D = f(X_{t1}) - f(X_{t0})$$

O indicador de desempenho é simétrico e aditivamente decomponível. Para comparar o desempenho medido em intervalos temporais de tamanhos distintos, basta dividir D pelo número de períodos p . O indicador de desempenho foi anualizado.

As simulações contrafatuais a partir dos indicadores de desempenho são feitas somando o indicador transformado do momento inicial t_0 ao desempenho escolhido, multiplicado pelo número de períodos:

$$f(\hat{X}) = f(X_{t_0}) + pD$$

Note-se que o valor simulado deve ser convertido para a unidade original, usando os mesmos parâmetros empregados na transformação, por exemplo, para $e = 1$, emprega-se:

$$\hat{X} = U - (U - L)^{1-f(\hat{X})}$$

Os indicadores de desempenho da expansão do acesso (tabela 1) são apresentados na tabela 3 para os dois períodos, 1998-2003 e 2003-2008, e os três parâmetros de apreciação do esforço. Para certo grau de apreciação, o período de maior desempenho é aquele que apresenta o maior valor.

O aspecto características físicas adequadas ilustra bem o funcionamento do indicador de desempenho. No primeiro período (1998-2003), o indicador avançou 5,8 p.p., partindo de 78,4%; e no segundo, 4,5 p.p., partindo de 84,2%. Para a baixa e a média apreciação do esforço, o desempenho é superior no primeiro período; para a alta apreciação, o melhor desempenho é o do segundo período. A dinâmica, resguardadas as diferentes intensidades, é a mesma para os seguintes aspectos: saneamento básico e conjuntos intermediário e completo de bens de consumo. Ou seja, apenas com alta apreciação do esforço, o desempenho em cada um desses quatro aspectos pode ser considerado superior no período 2003-2008.

Nos casos da ocupação adequada e do acesso ao conjunto básico de bens de consumo, o aumento em p.p. foi maior no segundo período e, portanto, o desempenho é maior neste, crescendo em relação a 1998-2003 com o grau de apreciação do esforço. O desempenho na expansão da parcela da população residindo em domicílios de boa qualidade com o conjunto básico ou completo de bens de consumo, pelas mesmas razões, também é sempre maior no segundo período. A exceção fica por conta do domicílio de boa qualidade com o conjunto intermediário de bens, cujo desempenho é melhor no primeiro período, até mesmo para o alto grau de apreciação de esforço.

TABELA 3
Indicadores de desempenho da expansão do acesso por graus de apreciação do esforço – Brasil, 1998, 2003 e 2008

Aspectos	0,1		0,5		1	
	1998-2003	2003-2008	1998-2003	2003-2008	1998-2003	2003-2008
Saneamento básico	0,0098	0,0093	0,0078	0,0077	0,0053	0,0056
Características físicas adequadas	0,0124	0,0098	0,0135	0,0122	0,0136	0,0144
Ocupação adequada	0,0026	0,0063	0,0031	0,0078	0,0034	0,0094
Bens de consumo						
Conjunto básico	0,0123	0,0133	0,0141	0,0182	0,0152	0,0246
Conjunto intermediário	0,0497	0,0377	0,0344	0,0318	0,0198	0,0234
Conjunto completo	0,0183	0,0171	0,0113	0,0112	0,0056	0,0059
Boa qualidade						
Conjunto básico	0,0098	0,0130	0,0071	0,0098	0,0042	0,0062
Conjunto intermediário	0,0297	0,0219	0,0190	0,0153	0,0099	0,0089
Conjunto completo	0,0131	0,0133	0,0079	0,0083	0,0038	0,0042

Fonte: PNAD/IBGE.

Embora para a maior parte dos aspectos analisados o desempenho seja maior no segundo período, as diferenças entre os períodos são quase nulas. Na tabela 4, ao lado dos valores observados, são apresentados os valores contrafatuais esperados em 2008, caso o desempenho no período 2003-2008 tivesse sido idêntico ao do período anterior, para os três graus de apreciação do esforço. Nota-se que as diferenças entre os percentuais observados e os esperados são pequenas em todas as simulações, refletindo a proximidade dos indicadores de desempenho.

O comportamento dos indicadores contrafatuais segue o dos de desempenho. Assim, para o aspecto características físicas adequadas, se o desempenho de 2003 a 2008 tivesse sido igual ao de 1998 a 2003, para baixa apreciação de esforço, o valor final do indicador seria 89,8%, ligeiramente maior que o observado em 2008; porém, para alta apreciação, o desempenho é maior no segundo período, e a aplicação do desempenho do período anterior resultaria em uma porcentagem ligeiramente menor do que a observada.

TABELA 4

Acesso – valores observados e valores esperados, caso a expansão de 2003 a 2008 tivesse o desempenho observado de 1998 a 2003 – Brasil, 2008

(Em %)

Aspectos	Valores observados em 2008	Valores esperados para cada grau de esforço		
		0,1	0,5	1
Saneamento básico	66,0	66,3	66,1	65,8
Características físicas adequadas	88,7	89,8	89,1	88,5
Ocupação adequada	88,3	86,6	86,6	86,5
Bens de consumo				
Conjunto básico	92,3	91,8	91,1	90,4
Conjunto intermediário	73,6	79,3	74,9	71,3
Conjunto completo	37,6	38,3	37,8	37,2
Boa qualidade				
Conjunto básico	56,5	54,8	54,6	54,4
Conjunto intermediário	49,2	53,2	51,8	50,4
Conjunto completo	29,5	29,3	29,1	28,8

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA 5

Indicadores de desempenho da desconcentração do acesso por graus de apreciação do esforço – Brasil, 1998, 2003 e 2008

Aspectos	0,1		0,5		1	
	1998-2003	2003-2008	1998-2003	2003-2008	1998-2003	2003-2008
Saneamento básico	0,0185	0,0090	0,0135	0,0070	0,0083	0,0046
Características físicas adequadas	0,0090	0,0049	0,0061	0,0034	0,0034	0,0019
Ocupação adequada	-0,0131	-0,0091	-0,0128	-0,0081	-0,0112	-0,0064
Bens de consumo						
Conjunto básico	0,0100	0,0042	0,0066	0,0028	0,0035	0,0016
Conjunto intermediário	0,0166	0,0179	0,0109	0,0124	0,0058	0,0071
Conjunto completo	0,0178	0,0120	0,0114	0,0081	0,0059	0,0044
Boa qualidade						
Conjunto básico	0,0121	0,0087	0,0086	0,0065	0,0051	0,0041
Conjunto intermediário	0,0208	0,0186	0,0137	0,0131	0,0074	0,0077
Conjunto completo	0,0164	0,0120	0,0104	0,0079	0,0053	0,0043

Fonte: PNAD/IBGE.

Os indicadores de desempenho calculados para os indicadores de concentração² (tabela 2) estão na tabela 5. O desempenho em desconcentrar o acesso do polo mais rico da distribuição foi em regra pior no período 2003-2008 do que no anterior, independentemente do grau de apreciação do esforço necessário para promover desconcentrações adicionais quando o nível de concentração diminuiu. Há apenas duas exceções. A primeira é a da ocupação adequada, cuja concentração aumentou ao longo de todo o período 1998-2008; porém, o ritmo da concentração foi menos intenso no segundo período. A segunda é a desconcentração do acesso ao conjunto intermediário de bens, cujos valor absoluto e desempenho foram maiores no segundo período.

TABELA 6

Concentração – valores observados e valores esperados, caso a desconcentração de 2003 a 2008 tivesse o desempenho observado de 1998 a 2003 – Brasil, 2008
(Em %)

Aspectos	Valores observados em 2008	Valores esperados para cada grau de esforço		
		0,1	0,5	1
Saneamento básico	40,8	36,0	36,8	37,5
Características físicas adequadas	56,9	54,7	54,9	55,0
Ocupação adequada	32,4	34,5	35,1	36,2
Bens de consumo				
Conjunto básico	60,8	57,7	57,9	58,1
Conjunto intermediário	52,8	53,5	53,9	54,4
Conjunto completo	59,7	56,6	57,1	57,7
Boa qualidade				
Conjunto básico	45,9	44,1	44,4	44,8
Conjunto intermediário	50,3	49,2	49,9	50,7
Conjunto completo	61,3	58,9	59,3	59,8

Fonte: PNAD/IBGE.

Na tabela 6, análoga à tabela 4, são apresentados os valores esperados da concentração na situação contrafactual de repetição do desempenho do período 1998-2003 na desconcentração do período 2003-2008. Embora a magnitude das diferenças dos valores observados e esperados para os indicadores de concentração seja, de forma geral, pouco maior do que a observada para os indicadores de expansão, ainda assim, as diferenças são pequenas. A maior diferença ocorreria no acesso a saneamento para baixo grau de apreciação do esforço: se

2. O indicador de concentração é "negativo": quanto maior seu módulo, pior; quanto mais próximo de zero, melhor. Para facilitar a interpretação, calculou-se o desempenho depois de subtrair-se o valor observado de 100, transformando-o em um indicador "positivo" de concentração. Devido a isso, na tabela 5, o desempenho é positivo quando há desconcentração e negativo quando aumenta a concentração.

o desempenho tivesse sido o mesmo do período anterior, a concentração seria de 36% da máxima possível, em vez dos 40,8% observados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, o acesso da população a domicílios de boa qualidade foi analisado segundo dois aspectos: expansão e desconcentração. O primeiro diz respeito ao aumento da parcela da população que tem acesso. O segundo diz respeito ao quanto diminui a concentração do acesso nas camadas relativamente mais ricas da população.

Os dados da PNAD 2008 revelam a expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade dos domicílios, sendo que o desempenho no período 2003-2008 foi muito parecido com o do período 1998-2003, mesmo quando valorizamos o esforço adicional exigido para elevar indicadores que já estão em níveis altos.

A expansão do acesso foi acompanhada por desconcentração, isto é, o acesso se tornou mais bem distribuído, menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos. O aspecto ocupação adequada é a única exceção; neste caso, a expansão foi acompanhada de concentração. A comparação do desempenho entre os períodos 1998-2003 e 2003-2008 também mostra semelhança entre estes, embora com pequenas vantagens para o primeiro período – mesmo ao se levar em conta o esforço extra necessário para desconcentrações adicionais.

Dos aspectos definidores da qualidade das moradias, o saneamento básico (água, escoadouro de esgoto e coleta de lixo) é o que tem relação menos direta com o nível de renda domiciliar, por ser majoritariamente dependente de serviços públicos. Apesar da baixa cobertura (dois terços da população), é o segundo aspecto menos concentrado. Sua expansão foi cerca de 10 p.p. entre 1998 e 2008. Caso o desempenho do período 2003-2008 seja mantido,³ pode-se especular que somente em 2055 o percentual da população com acesso a saneamento básico ultrapassaria a barreira dos 95%. São fundamentais para a melhoria das condições de vida uma maior ênfase nas políticas de saneamento e o estabelecimento de metas mais ambiciosas para estas, pois este é o aspecto que mais compromete a elevação da parcela da população residindo em domicílios de boa qualidade.

Alguns itens, como a ocupação adequada, as características físicas adequadas e o conjunto básico de bens de consumo duráveis, já atingiam grandes parcelas da população e continuaram se expandindo nos últimos dez anos.

3. Para um parâmetro de esforço intermediário (0,5) adotado para todas as projeções desta seção.

No entanto, a ocupação adequada foi o único aspecto que se tornou mais concentrado nas camadas mais ricas da população. Isso quer dizer que a parcela da população residindo em domicílios próprios quitados, ou comprometendo menos de um terço da renda domiciliar com prestação da casa própria ou com o aluguel, foi engordada por pessoas no topo da distribuição de renda. Tal fato salienta a necessidade da expansão do crédito para a compra de imóveis para os segmentos médios da distribuição de renda, de programas de habitação popular para os mais pobres e de crédito para a compra de materiais de construção – o que pode ter também efeitos positivos sobre a adequação das características físicas das moradias.

O acesso ao conjunto intermediário de bens de consumo foi o que mais se expandiu e desconcentrou ao longo do período. Caso o ritmo de expansão se mantenha, pode-se considerar que, em cerca de uma década, ao menos 95% da população contará com fogão, geladeira, rádio, TV e telefone. Programas sociais que garantam um nível mínimo de renda para os mais pobres, como o Programa Bolsa Família (PBF), associados a reduções nas taxas de juros finais para os consumidores, podem colaborar propiciando estabilidade e segurança para que as famílias assumam financiamentos dos itens faltantes nos inventários domésticos.

Já o conjunto completo de bens de consumo duráveis ainda atinge um público restrito (menos de 40% da população) e apresenta níveis altos de concentração, a despeito dos avanços verificados na última década. A principal diferença desse conjunto para o intermediário é a máquina de lavar roupa, uma vez que é pequeno o número de domicílios só com TV em preto e branco. Pode parecer esdrúxulo sugerir políticas específicas de financiamento ou incentivo ao consumo de máquinas de lavar, hoje um item de luxo. Porém, não se deve esquecer que no Brasil ainda predomina uma marcada divisão sexual do trabalho. É sobre as mulheres de baixa renda que geralmente recai a responsabilidade de cuidar das roupas do grupo doméstico, mesmo quando trabalham fora. Portanto, a máquina pode contribuir para aliviar sua carga de trabalho semanal.

Em 2008, considerando simultaneamente todos os aspectos de qualidade das moradias, pouco mais da metade da população vivia em domicílios de boa qualidade – com saneamento, ocupação e características físicas adequadas –, com o conjunto básico de bens; metade contava também com os itens adicionais do conjunto intermediário; e por volta de 30% tinham o conjunto completo.

A expansão do acesso no período 2003-2008 foi maior do que no período 1998-2003, no caso dos domicílios de boa qualidade com o conjunto básico; menor no caso dos de boa qualidade com o conjunto intermediário; e quase idêntica para os com conjunto completo. Porém, como revelado tanto pelos indicadores de desempenho na expansão, quanto pelas simulações contrafatuais do valor

que teriam os indicadores de qualidade se o desempenho no segundo período fosse igual ao do primeiro, as diferenças no ritmo da expansão em cada um dos períodos são desprezíveis. Em outras palavras, a expansão do acesso a moradias de qualidade no período 2003-2008 se deu praticamente no mesmo ritmo do anterior.

O mesmo pode ser dito da desconcentração do acesso a domicílios de boa qualidade. Embora os indicadores de concentração tenham diminuído mais no período 1998-2003, as diferenças também são pequenas. Os valores contrafatuais esperados em 2008, caso o desempenho do período 1998-2003 fosse mantido, são similares aos valores efetivamente observados em 2008.

A semelhança de desempenho entre os dois períodos analisados pode parecer surpreendente, principalmente no que toca aos conjuntos de bens de consumo duráveis, pois os últimos cinco anos foram marcados pelo crescimento pró-pobre, que teria como uma de suas características principais o aumento do consumo dos mais pobres. Todavia, o fato de não haver evidências inequívocas de que o desempenho no último período tenha sido diferente do anterior não quer dizer que a expansão do consumo seja uma ilusão.

Com efeito, dois processos não captados pelos dados podem estar em curso. A análise foi feita com base no escopo restrito de bens investigados pela PNAD em 1998, 2003 e 2008. Parte do consumo pode ser de computadores, tocadores de DVD, torradeiras, aspiradores de pó e outros itens não captados. Quanto a isso, considera-se que os bens abordados são mais importantes, que todas as famílias gostariam de possuir, mas nem sempre podem por causa de suas restrições orçamentárias. Os resultados apresentados são relevantes justamente porque mostram que, apesar da expansão ocorrida, ainda há um enorme espaço para crescimento, até mesmo para esses itens.

O segundo processo relaciona-se à possibilidade de que parte do aumento do consumo tenha se dado não pela compra de bens por famílias que não os tinham, mas sim pela substituição de bens existentes. Esse tipo de processo não expande o acesso e nem o desconcentra, mas não deixa de ser positivo. No caso dos bens de consumo, por exemplo, famílias podem ter substituído eletrodomésticos antigos por outros mais novos, mais seguros, mais eficientes no consumo de energia e com menores custos de manutenção. Mas esse processo não é captado pela PNAD e não tem importância para o aumento e a desconcentração do acesso a domicílios de qualidade. Para isso, o que conta é a inclusão no mundo do consumo de parcelas cada vez maiores da população.

Em suma, as diferenças de desempenho entre os dois períodos, 1998-2003 e 2003-2008, não são substantivas. Embora a tendência de expansão e desconcentração do acesso aparente ser sustentável, o acesso dos brasileiros a moradias de boa qualidade ainda está longe de níveis desejáveis e é muito concentrado nas camadas mais ricas.

REFERÊNCIAS

KAKWANI, N. Performance in Living Standards: an International Comparison. **Journal of Development Economics**, v. 41, n. 2, p. 307-336, 1993.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese (Doutorado) –Universidade de Brasília, Brasília, 2009. 157 p.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alexandre Arbex Valadares

Mestre em Ciência Política. Técnico de Planejamento e Pesquisa, ligado à Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: alexandre.valadares@ipea.gov.br

Alinne de Lima Bonetti

Antropóloga, doutora em Ciências Sociais – com concentração na área de estudos de gênero – pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) junto à Coordenação de Igualdade de Gênero da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea, desenvolvendo pesquisas sobre as desigualdades de gênero e as interseccionalidades de gênero e raça. Atualmente, é professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: alinne.bonetti@gmail.com

Ana Amélia Camarano

Demógrafa, doutora pela London School of Economics. Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea e coordena a área de população e cidadania da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido estudos nas áreas de políticas públicas, com ênfase em envelhecimento populacional, Previdência Social, juventude e projeções populacionais.

E-mail: ana.camarano@ipea.gov.br

Andreza Rosalém Vieira

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); mestre em Teoria Econômica também pela Ufes em 2004. Participou de pesquisas nas áreas de desigualdade social, educação, pobreza, mercado de trabalho e avaliações de políticas públicas no Brasil e na América Latina, no Ipea.

E-mail: andrezarosalem@gmail.com

Antonio Teixeira Lima Junior

Advogado, mestrando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Técnico de Planejamento e Pesquisa e integrante da Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)

do Ipea. Suas áreas de atuação incluem política agrária, assentamentos rurais, precarização das relações de trabalho e judicialização dos conflitos.

E-mail: antonio.junior@ipea.gov.br

Brancolina Ferreira

Socióloga e mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora sênior do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e coordenadora de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Suas áreas de atuação incluem reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural.

E-mail: brancolina.ferreira@ipea.gov.br

Carla Coelho de Andrade

Mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em Sociologia pela Ecole dês Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHESS). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem trabalhos desenvolvidos na área de políticas públicas e gestão governamental, com ênfase em avaliação de políticas públicas, atuando principalmente nos temas: juventude, direitos humanos, cidadania, pobreza, exclusão social, violência e segurança pública.

E-mail: carla.andrade@ipea.gov.br

Carlos Henrique Leite Corseuil

Economista, doutor pela Universidade de Londres. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido estudos na área de trabalho, com ênfase em informalidade e rotatividade dos trabalhadores.

E-mail: carlos.corseuil@ipea.gov.br

Fábio Alves

Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Atualmente, trabalha na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea, na área de desenvolvimento rural.

E-mail: fabio.alves@ipea.gov.br

Frederico A. Barbosa da Silva

Sociólogo, doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa e coordenador da área de cultura da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido pesquisas avaliativas e estudos na área de políticas culturais.

E-mail: frederico.barbosa@ipea.gov.br

Herton Ellery Araújo

Economista, especialista em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa e coordenador do Núcleo de Gestão de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido estudos nas áreas de cultura e demografia.

E-mail: herton.araujo@ipea.gov.br

Jhonatan Ferreira

Estatístico pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenador adjunto do Núcleo de Gestão de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Atua na área de previdência social.

E-mail: estatjhonatan@gmail.com

Joana Mostafa

Economista, mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido estudos na área de políticas de transferência de renda, bem como estudos sobre o impacto econômico do gasto social.

E-mail: joana.mostafa@ipea.gov.br

Jorge Abrahão de Castro

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e diretor de Estudos e Políticas Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: jorge.abrahão@ipea.gov.br

Lauro Ramos

Graduado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); doutor em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley. Técnico de

Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve trabalhos na área de mercado de trabalho.

E-mail: lauro.ramos@ipea.gov.br

Leila Posenato Garcia

Epidemiologista, doutora pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Atua nas áreas de saúde coletiva e epidemiologia, com ênfase em epidemiologia social, ocupacional e dos serviços de saúde.

E-mail: leila.garcia@ipea.gov.br

Leonardo Alves Rangel

Economista e doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea e professor do Centro Universitário Euro-Americano (Unieuro). Tem trabalhos desenvolvidos nas áreas de políticas públicas e previdência social.

E-mail: leonardo.rangel@ipea.gov.br

Luana Moreira de Souza Furtado

Economista formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido estudos na área de mercado de trabalho brasileiro e auxilia na elaboração do *Boletim de Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*.

E-mail: luana.furtado@ipea.gov.br

Lúcia Rolim Santana

Estatística, mestre em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

E-mail: lucia.santana@ipea.gov.br

Marcio Pochmann

Economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Ciência Política e relações do trabalho; mestre e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da UNICAMP desde 1995, é professor livre-docente de Economia

Social e do Trabalho e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP, no qual foi diretor executivo. Foi também consultor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e de organismos multilaterais da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Licenciado da universidade, preside o Ipea, que é ligado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República (PR). Foi secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo entre 2001 e 2004. Escreveu e organizou mais de 20 livros, entre eles *A década dos mitos* – vencedor do Prêmio Jabuti na área de Economia em 2002 – e a série *Atlas da exclusão social no Brasil*.

E-mail: marcio.pochmann@ipea.gov.br

Maria Paula Gomes dos Santos

Socióloga e doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Dedicou-se ao estudo de políticas de proteção social, seguridade e previdência social.

E-mail: mariapaula.santos@ipea.gov.br

Marina Ferreira Fortes Aguas

Economista, mestre e doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Colabora na elaboração trimestral do *Boletim de Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Entre as linhas de pesquisa desenvolvidas, destacam-se as análises sobre a oferta de trabalho feminina e o entorno familiar, a mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho e a ligação entre pobreza, desigualdade e mercado de trabalho.

E-mail: marina.aguas@ipea.gov.br

Matheus Stivali

Economista pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); mestrando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Atua nas áreas de economia dos programas de bem-estar social e economia do consumidor/tributação.

E-mail: matheus.stivali@ipea.gov.br

Mirela de Carvalho

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre e doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Participou de diversas pesquisas sobre desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina.

E-mail: mireladedecarvalho@gmail.com

Natália de Oliveira Fontoura

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; coordenadora da área de igualdade de gênero da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Nos últimos anos, tem trabalhado com questões relacionadas a políticas para as mulheres e igualdade de gênero.

E-mail: natalia.fontoura@ipea.gov.br

Pedro H. G. Ferreira de Souza

Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Suas áreas de interesse são desigualdades de resultados e oportunidades, mobilidade social e proteção social.

E-mail: pedro.ferreira@ipea.gov.br

Rafael Guerreiro Osorio

Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Realiza estudos sobre estratificação e mobilidade social, desigualdade, pobreza e políticas sociais.

E-mail: rafael.osorio@ipea.gov.br

Ricardo Paes de Barros

Graduado em Engenharia Eletrônica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); mestre em Estatística pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa); doutor em Economia pela Universidade de Chicago. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea, conduz pesquisas no campo de desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Ciências em 2010.

E-mail: ricardo.barros@ipea.gov.br

Rosane Silva Pinto de Mendonça

Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RJ); doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora colaboradora no Ipea. Desenvolve diversas pesquisas na área de educação, pobreza e desigualdade de renda no Brasil e na América Latina.

E-mail: rosanepm@gmail.com

Samuel Franco

Graduado em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence/IBGE); mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais também pela Ence. Participou de pesquisas nas áreas de desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho e avaliação de políticas públicas no Brasil e na América Latina, no Ipea.

E-mail: samolivafranco@gmail.com

Sergei Suarez Dillon Soares

Economista, doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea, coordena a área de pobreza e desigualdade da Disoc. Tem desenvolvido estudos nas áreas de medida de pobreza e desigualdade, transferências de renda, educação, tributação e mercado de trabalho.

E-mail: sergei.soares@ipea.gov.br

Solange Kanso

Estatística, mestre em demografia; doutoranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Dedicar-se a estudos e desenvolve trabalhos na área de demografia e saúde, com ênfase em envelhecimento populacional.

E-mail: solange.kanso@ipea.gov.br

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Fábio Oki

Jane Fagundes

Revisão

Ângela de Oliveira

Cindy Nagel Moura de Souza

Clícia Silveira Rodrigues

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Luanna Ferreira da Silva

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Anderson Reis

Danilo Tavares

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Ipea - Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ISBN 978-85-7811-086-4

